

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Análise da influência dos estereótipos sexistas em adolescentes  
mulheres na escolha da carreira ou profissão em Ciência e  
Tecnologia**

Erika Giacometti Rocha Berribili

São Carlos  
2020

**ERIKA GIACOMETTI ROCHA BERRIBILI**

**Análise da influência dos estereótipos sexistas em adolescentes  
mulheres na escolha da carreira ou profissão em Ciência e  
Tecnologia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de doutor(a) do curso de Doutorado em Educação, na linha Educação, Cultura e Subjetividade, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes.

São Carlos

2020

ERIKA GIACOMETTI ROCHA BERRIBILI

**Análise da influência dos estereótipos sexistas em adolescentes  
mulheres na escolha da carreira ou profissão em Ciência e  
Tecnologia**

Banca examinadora da defesa:

**Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes**

Presidente e Orientador

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

**Prof. Dr. José Leon Crochík**

Membro Titular

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

**Prof. Dr. Antônio Álvaro Soares Zuin**

Membro Titular

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

**Profa. Dra. Márcia Reami Pechula**

Membro Titular

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP

**Profa. Dra. Maria Cecília Luiz**

Membro Titular

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

**Profa. Dra. Lindamir Salete Casagrande**

Membro Suplente

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

**Prof. Dr. Alan Victor Pimenta de Almeida Pales Costa**

Membro Suplente

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

**Profa. Dra. Sabrina Mazo D’Afonseca**

Membro Suplente

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Data da defesa: 07/02/2020



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

## Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Erika Giacometti Rocha, realizada em 07/02/2020:



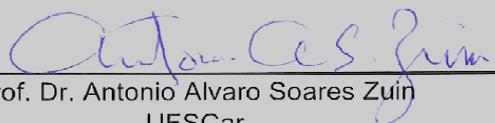
---

Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes  
UFSCar



---

Prof. Dr. José Leon Crochick  
UNIFESP



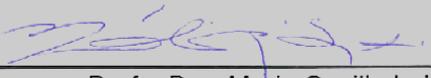
---

Prof. Dr. Antonio Alvaro Soares Zuin  
UFSCar



---

Profa. Dra. Marcia Reami Pechula  
UNESP



---

Profa. Dra. Maria Cecilia Luiz  
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) José Leon Crochick e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.



---

Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes

## Agradecimentos

Ao Luiz Gomes por me orientar em meio a tantos desafios pessoais pelos quais eu passei. Foi um importante incentivo e apoio, pois obtive confiança para fazer o trabalho, apesar de tudo. Também pela orientação teórica e administrativo-acadêmica, além das dicas e revisões aos textos. Foi admirável perceber sua delicadeza com as pessoas em geral e a sutileza com as palavras.

Ao Leon Crochík, que para minha sorte aceitou orientar a distância desde antes da qualificação, oferecendo assistência para as minhas dúvidas (que não foram poucas e muito provavelmente tenha descoberto as muitas outras posteriormente). Para mim, era uma necessidade, dado que seu trabalho resolvia o meu desejo de seguir o método do *Personalidade Autoritária*. Além de tudo, forneceu a oportunidade de eu ter maior contato e conhecimento nos modos de discutir o *Dialética do Esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer (1985) em sala, na Unifesp. Foi um grande prazer conhecê-lo, conhecer seu trabalho e seus demais discentes com quem compartilhei meu tempo em Guarulhos.

Ao Toni Zuin, pelas fundamentais observações na coerência da produção e nas dicas fundamentais que serviram como estímulo. Sempre presente e ativo fez com que eu repensasse minhas posições e escolhas.

Ao meu marido Fernando e ao meu filho Fernando, que esperaram pacientes (ou impacientes, às vezes), mas com muito sacrifício nos meses finais, as centenas de dias que se passaram ao longo desse período.

Agradeço à minha família, mãe e irmãos; em especial às minhas irmãs, que vez ou outra me deram suporte prático ou emocional quando puderam e em momentos de que precisei muito.

Um agradecimento especial à minha irmã Minayana, que me prestou assistência na leitura de texto. À minha mãe, pois, mesmo com suas limitações físicas e indisposições decorrente de sua recuperação, cuidou do pequeno e enérgico Fernando algumas vezes.

Pela mesma razão, à Sabrina, ao Glauco, seu marido, e aos filhos adolescentes Murilo e Nina que sempre apoiaram o meu marido Fernando e cuidaram do pequeno com o máximo de carinho e afeto.

Aos diretores, orientadores e professores das escolas em que apliquei a pesquisa, pois muitos deles, voluntariamente, colaboraram com o que puderam.

Agradeço ao Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos, aos funcionários e demais docentes envolvidos no suporte para a realização deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento nos anos de 2018 e 2019.

## Resumo

BERRIBILI, E. G. R. Análise da influência dos estereótipos sexistas em adolescentes mulheres na escolha da carreira ou profissão em Ciência e Tecnologia. 2020. 199 p. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

As mulheres avançaram com estudo e posições relevantes. Contudo, no Brasil, permanece algumas carreiras com mais homens e outras com mais mulheres, havendo menos de 25% delas entre pesquisadores nas ciências “duras”. Além disso, as atividades domésticas e de cuidado majoritariamente como responsabilidade delas e o não avanço dos homens em carreiras consideradas “femininas” denunciam a persistente diferença. Se existem multifatores para escolha de uma carreira, quanto o sexismo influencia nessa etapa? O objetivo, portanto, foi apontar como estereótipos sexistas influenciam escolhas de carreira de mulheres, considerando a Ciência e Tecnologia. A pesquisa descritiva e transversal teve questionário com escala que mede o sexismo no trabalho (Escala G). Junto a essa escala foram aplicadas outras duas: A da Ideologia da Racionalidade Tecnológica (Escala I) e a do Fascismo (Escala F) adaptadas. Participaram 696 adolescentes a partir dos 16 anos de escolas públicas e privadas. Os resultados apontaram que o sexismo não influencia na escolha da carreira. Por outro lado, a escala I apresentou significância estatística, demonstrando que a racionalidade, ou razão instrumental pode ser associada à escolha da carreira em ciência e tecnologia. Mais detalhes sobre os resultados das escalas I e F são apresentadas no trabalho. Em contrapartida ao resultado sobre o sexismo, persiste a rejeição das mulheres pela área de Ciência e Tecnologia. Além disso, o sexismo é relevante entre elas nas médias da escala G, sobretudo na crença de serem mais emocionais, trazerem beleza e graça aos ambientes e da responsabilização pelos cuidados com a casa e a família, indicando não dominarem armadilhas do preconceito sexista no trabalho. Conjuntamente, a disposição delas em abdicar de uma carreira pela família aponta pouca consciência desse estereótipo. Os participantes cujos pais têm a partir do ensino superior apresentaram as menores médias na escala G, sugerindo a importância da escolarização formal para minimizar diferenças entre sexos. Porém, participantes com mães sem escolarização tiveram médias baixas em relação a outros com pais escolarizados, mostrando abertura para pesquisas futuras. O resultado do perfil da amostra com 51% brancos requer ampliação desta pesquisa em mais regiões brasileiras para análise interseccional de raça e cultura.

**Palavras-chave:** estereótipos sexistas, mulheres, adolescentes, ciência e tecnologia, trabalho.

## Abstract

BERRIBILI, E. G. R. Analysis of the influence of sexist stereotypes in adolescent women in choosing a career or profession in Science and Technology. 2020. 199 p. Thesis (Ph.D. in Education) - Federal University of São Carlos, São Carlos, 2020.

Women advanced with study and relevant positions. However, in Brazil, some careers remain with more men and others with more women, with less than 25% of them among researchers in the "hard" sciences. In addition, domestic and care activities mostly as their responsibility and the failure of men to advance in careers considered "female" denounce the persistent difference. If there are multiple factors to choose a career, how much does sexism influence this stage? The objective, therefore, was to point out how sexist stereotypes influence women's career choices, considering Science and Technology. The descriptive and cross-sectional research had a questionnaire with a scale that measures sexism at work (Scale G). Along with this scale, two others were applied: The one from the Ideology of Technological Rationality (Scale I) and the one from Fascism (Scale F) adapted. 696 adolescents from the age of 16 from public and private schools participated. The results showed that sexism does not influence career choice. On the other hand, scale I showed statistical significance, demonstrating that rationality, or instrumental reason, can be associated with career choice in the area of science and technology. More details on the results of the I and F scales are presented in the paper. In contrast to the result on sexism, the rejection of women by the Science and Technology area persists. In addition, sexism is relevant among them in the G-scale averages, especially in the belief that they are more emotional, bring beauty and grace to the environments and responsibility for caring for the home and family, indicating that they do not master the traps of sexist prejudice at work. Together, their willingness to give up a career for the family points to little awareness of this stereotype. Participants whose parents have higher education had the lowest averages on the G scale, suggesting the importance of formal schooling to minimize gender differences. However, participants with uneducated mothers had low averages compared to others with educated fathers, showing openness to future research. The result of the sample profile with 51% whites requires expansion of this research in more Brazilian regions for intersectional analysis of race and culture.

**Keywords:** sexist stereotypes, women, adolescents, STEM careers, work.

## Lista de Tabelas

Tabela 1. Frequência e porcentagem para os dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa .....	135
Tabela 2. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Até quando seu pai estudou? .....	136
Tabela 3. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Até quando sua mãe estudou?.....	136
Tabela 4. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Quantas horas por dia acessa a Internet? .....	137
Tabela 5. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Quem mora com você?... 137	
Tabela 6. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Qual escola estuda atualmente?.....	138
Tabela 7. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Qual curso? .....	139
Tabela 8. Frequência e porcentagem para modalidade de ensino a concluir o EM.....	139
Tabela 9. Frequência por gênero e porcentagem de respostas à pergunta: Você trabalha? .....	139
Tabela 10. Frequência da classificação socioeconômica da escola.....	140
Tabela 11. Frequência da classificação socioeconômica da escola por gênero.....	141
Tabela 12. Frequência da classificação socioeconômica da escola por área profissional escolhida .....	141
Tabela 13. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Pretende cursar um instituto ou universidade? .....	142
Tabela 14. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: O que/quem te incentivou [a escolha] .....	142
Tabela 15. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: A internet influencia você a estudar em uma área específica? .....	143
Tabela 16. Área escolhida por sexo.....	157
Tabela 17. Teste de Kruskal Wallis para Subgrupos.....	158
Tabela 18. Médias para escala C e subgrupos .....	158
Tabela 19. Médias para Escala I e subgrupos .....	159
Tabela 20. Teste de Mann-Whitney entre Mulheres vs. Homens .....	160
Tabela 21. Médias para escala I e Mulheres vs. Homens .....	160
Tabela 22. Teste de Mann-Whitney entre G1 e G2.....	161
Tabela 23. Médias para escala C e G1 vs G2.....	161
Tabela 24. Médias para escala F e G1 vs G2 .....	161
Tabela 25. Teste de Kruskal Wallis para escolaridade do pai .....	162
Tabela 26. Médias para escala C e escolaridade do pai .....	163
Tabela 27. Médias para escala G e escolaridade do pai.....	163

Tabela 28. Médias para escala I e escolaridade do pai.....	164
Tabela 29. Médias para a escala F e escolaridade do pai .....	164
Tabela 30. Teste de Kruskal Wallis para escolaridade da mãe .....	165
Tabela 31. Médias para escala C e escolaridade da mãe .....	165
Tabela 32. Médias para escala CE e escolaridade da mãe .....	166
Tabela 33. Médias para escala G e escolaridade da mãe.....	166
Tabela 34. Médias para escala I e escolaridade da mãe .....	167
Tabela 35. Médias para escala F e escolaridade da mãe .....	167
Tabela 36. Teste de Kruskal Wallis para religião .....	168
Tabela 37. Médias para escala C e religião .....	168
Tabela 38. Médias para escala CE e religião .....	169
Tabela 39. Médias para escala G e religião .....	169
Tabela 40. Médias para escala I e religião.....	170
Tabela 41. Médias para escala F e religião.....	170

## **Lista de Quadros**

Quadro 1. Referenciais dos itens que compõem a Escala G. ....	147
Quadro 2. Referenciais da Escala de Conhecimento Popular sobre Ciência (Escala C)....	149
Quadro 3. Referenciais da Escala de Ciência na Educação (Escala CE).....	151
Quadro 4. Fatores e Itens usados na Escala I. ....	152
Quadro 5. Escala F adaptada. ....	155

## Sumário

Apresentação .....	10
1 Introdução.....	13
2 Os estereótipos, o conceito de mentalidade de ticket e preconceito .....	18
2.1 <i>Estereótipos pela psicologia social de base cognitivista</i> .....	19
2.2 <i>Estereótipos pela psicologia social de Adorno ou pela teoria crítica</i> .....	22
2.3 <i>Considerações</i> .....	34
3 O sujeito e o “mulheres” de Butler: um começo .....	35
3.1 <i>A “construção” do gênero</i> .....	37
3.2 <i>A identidade feminina como melancolia para Butler a partir de Freud</i> .....	49
3.3 <i>Considerações</i> .....	53
4 A concepção de sexismo pelos trilhos da teoria crítica .....	55
4.1 <i>Introdução à formação da psique da mulher na modernidade</i> .....	56
4.2 <i>Juliette de Sade: a personagem da razão para Adorno</i> .....	65
4.3 <i>Considerações</i> .....	72
5 Como o sexismo pode associar-se à Ciência e Tecnologia .....	74
5.1 <i>A sociedade industrial avançada: um passeio por Marcuse</i> .....	74
5.2 <i>Gênero, tecnologia e subjetividade na civilização repressiva</i> .....	83
5.3 <i>Considerações</i> .....	91
6 Razão instrumental e Ideologia da Racionalidade Tecnológica .....	94
6.1 <i>Da razão como ideologia a partir do Esclarecimento por Adorno e Horkheimer</i> .....	96
6.2 <i>Dos mitos como ideologia ao comportamento do indivíduo na cultura</i> .....	102
6.3 <i>A relação da ideologia da racionalidade tecnológica e personalidade</i> .....	105
6.4 <i>Ideologia da Racionalidade Tecnológica e estereótipos</i> .....	108
6.5 <i>A constituição da ideologia da racionalidade tecnológica</i> .....	109
6.6 <i>Considerações</i> .....	110
7 Ciência masculina? Da base à ponta.....	112
7.1 <i>As barreiras atuais para as mulheres no espaço acadêmico</i> .....	114
7.2 <i>Ancestralidade misógina e o fazer científico político</i> .....	117
7.3 <i>Considerações</i> .....	128
8 Método .....	131
8.1 <i>Características</i> .....	131
8.2 <i>Hipóteses</i> .....	134
8.3 <i>Perfil da Amostra</i> .....	135

9	Construção das Escalas .....	145
9.1	<i>Escala de Gênero (G)</i> .....	146
9.2	<i>Escala de Conhecimento Popular sobre Ciência e Ciências na Educação (C e CE)</i> .....	148
9.3	<i>Escala da Ideologia da Racionalidade Tecnológica (I)</i> .....	152
9.4	<i>Escala do Fascismo (F)</i> .....	153
10	Resultados e Discussão .....	157
10.1	<i>Homens e mulheres na escolha da carreira ou profissão</i> .....	157
10.2	<i>Escala e sua relação com escolaridade do pai, da mãe e religião</i> .....	162
11	Considerações finais .....	172
11.1	<i>Mulheres, Ciência e Sexismo</i> .....	172
11.2	<i>A influência dos estereótipos sexistas na sociedade e na ciência</i> .....	176
11.3	<i>Sugestões de estudos</i> .....	178
	Referências Bibliográficas .....	179
	Apêndices.....	184
	Anexos .....	198

## **Apresentação**

Não foi um trabalho fácil. Primeiro, havia sido feito um levantamento bibliográfico muito extenso entre as teses e dissertações no site da Capes considerando um período dos últimos cinco anos. Não era só na área de Educação. Devido ao embasamento teórico, considerou-se as áreas de Psicologia (especialmente Psicologia Social) e Sociologia. Penoso, mas possível, o esforço foi apresentado na qualificação. Contudo, esse levantamento, que já tinha tomado muito tempo, provou ser insuficiente e necessitava outro mais extenso referente aos últimos 10 anos, pelo menos. Não só houve alerta da banca como em buscas aleatórias isso ficou evidente. Em consequência, passou-se a considerar as bibliografias descobertas como mais relevantes. E esse custoso estudo ficou em aberto. Valeu a experiência.

Simultaneamente, enquanto fui traduzindo o *Personalidade Autoritária*, de Adorno et al. (1965) para compreender quais cálculos eram exigidos em medição com escalas de atitude e opinião, estudava os princípios dos cálculos que seriam feitos na análise estatística. Essas duas atividades também foram um desafio. A leitura dos demais livros que também decorria ao longo do tempo, feito de forma intermitente, dificultou bastante a compreensão geral. Muitos detalhes sobre conceitos foram esquecidos (porque ainda não compreendidos), mas em releitura mais próxima à finalização, as ideias tornaram-se um pouco mais claras. Provavelmente, existem ainda ajustes a serem feitos.

Somado a essa experiência, houve também a maternidade em maio de 2017, juntamente à notícia de que minha mãe estava doente e iria operar na mesma data em que estava previsto o parto. Foi quando todas as dificuldades normalmente enfrentadas num estudo cresceram exponencialmente.

Conforme o tempo avançava, a solução foi deixar a criança na escola por mais horas no dia, mesmo sob o risco de em pouco tempo ficar doente novamente e fazer com que eu tivesse de perder um período inteiro por vários dias, às vezes pela semana inteira, em vez de somente meio período, o habitual. Ao menos, ele já estava familiarizado com a equipe escolar.

Sendo assim, a bolsa da Capes que eu consegui nesse período dos dois últimos anos foi fundamental para nossa família dar conta de arcar com as despesas de escola, de muitos remédios e atendimentos hospitalares. E para lidar com as questões acadêmicas, a gestão do Departamento de Educação, juntamente ao Professor Luiz foram decisivos. Também preciso dizer que usufruí do atendimento do departamento de Psicologia para suportar a sobrecarga de todas as tarefas sem sucumbir.

O objetivo de ter contado essa história não é sensibilizar a banca, mas registrar as dificuldades de fazer a pós-graduação sob as condições da vida, que muitos no meio científico desconsideram em nome de objetividade e muitos deixam de fazer por acreditar não ser possível. O trabalho foi sendo realizado com o máximo de esforço, apesar de todos os contratempos, mas não é fácil na condição da maternidade ou paternidade recente. Toda a orientação dos professores que participaram disso e o cuidado oferecido pela gestão foi importante também. Portanto, se outras pessoas puderem ter a oportunidade de ler isso, que tenham essa minúscula referência, porque ciência não se faz somente com livros e computador. As pessoas são fundamentais.

Nas próximas páginas, após a justificativa, o problema de pesquisa e os objetivos, explica-se, no capítulo 1, como os estereótipos devem ser compreendidos no estudo. Depois, apresento o capítulo 2, em que a leitura de *Problemas de Gênero*, de Judith Butler, aquece a compreensão de como se chegou aos estereótipos sexistas. Gênero é uma questão muito complexa e para muitos dessa área de estudos poderia parecer não ter sentido em ainda discutir um conceito atrelado à visão binária de gênero. Foi um caminho tortuoso, mas bastante esclarecedor para dizer que não se tinha como objetivo discutir o que é o gênero simplesmente, além de apontar já a impossibilidade de um masculino e feminino explicáveis subjetivamente. No capítulo 3, pela teoria crítica, abordamos as razões para a existência do sexismo e aqui a feminilidade e masculinidade se mostram como aqueles que conhecemos com base nessa percepção geral de homem e mulher; primeiro, a partir do indivíduo, depois na sociedade. O capítulo 4 sobre a razão instrumental e a ideologia da racionalidade tecnológica esclarece o núcleo do problema que leva à formação individual ao mesmo tempo que constitui o problema

para a Ciência. No capítulo 5, discute-se uma abordagem sobre a Ciência como masculina, explicando porque não seria e até em qual ponto poderia ser, aproveitando para mostrar que a ciência é política e não é neutra. O método, os resultados e a discussão fornecem algum norteamento que comprova a teoria abordada.

Espero que apreciem e sejam bem-vindos à leitura.

# 1 Introdução

A seguir, será apresentada a justificativa e, em seguida, o problema e os objetivos serão discutidos.

## *Justificativa*

Houve diversas justificativas iniciais para a escolha do tema e, entre elas, a crescente discussão sobre a busca de igualdade entre homens e mulheres em nossa atualidade. Uma outra questão tem a ver com o fato de ser valorizada a Ciência e a Tecnologia em nossa sociedade; mas não somente isso. Há também a ideia difusa de uma ciência masculina e a necessidade de ela ser neutra. Nem de longe a intenção deste estudo é enaltecer um conhecimento específico, nem tampouco condená-lo. É importante entender como o conhecimento científico tal como está difundido tem relações com o sexismo presente em nossa sociedade e até que ponto essa relação influencia a escolha da carreira científica nas ciências naturais de mulheres. O fato de elas serem adolescentes pesa um pouco, mas optou-se por adolescentes em idades que, teoricamente, já desenvolveram bem a capacidade de apropriação e monitoramento das informações recebidas culturalmente.

Tudo começou com uma observação nos dados recolhidos ainda no mestrado defendido em 2015. Já havia trabalhado com um público adolescente e a pesquisa envolvia analisar o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, como computadores, celulares, *tablets*, entre outros. Constatou-se que o tempo de uso da internet não influenciava numa mudança cultural em que meninas passariam a interessar-se por tecnologias simplesmente porque acessavam mais esses dispositivos digitais.

Os dados sugeriam que não havia diferença significativa no acesso, mostrando inclusive que meninas estavam frequentando muito mais *lan houses* do que meninos, mas o conteúdo acessado diferia muito. A pergunta sobre qual conteúdo os estudantes adolescentes acessavam revelou que rapazes preferiam o tema tecnologia (comumente associado a homens) e, garotas, conteúdo sobre beleza (comumente associado a mulheres). Os participantes masculinos acessavam

tecnologia em torno de 4% e menos de 1% sobre beleza. As mulheres, o inverso (GIACOMETTI-ROCHA, 2015; GIACOMETTI-ROCHA; MILL, 2018). Estava claro que uma mudança cultural envolvia algo mais profundo do que simplesmente o acesso e para analisá-la e entender como isso funcionava requeria pensar a subjetividade.

A força do interesse por esta curiosa constatação levou a esta pesquisa que explora a subjetividade de adolescentes mulheres na relação com a tecnologia, a educação, verificando como isso se relaciona às suas escolhas de carreiras ou profissões. Portanto, por extensão, optou-se pela temática da Ciência e Tecnologia que a literatura já apontava como sendo masculina, por tradição.

### *Problema e objetivos*

Uma das premissas que permeia o senso comum é de que algumas carreiras seriam masculinas enquanto outras femininas, mas neste estudo procuramos as raízes psicológicas que sustentam essa suposição na sociedade atual. Assim, ao pretender utilizar o método do Personalidade Autoritária (ADORNO et al., 1950), esclarece-se que o problema central desse trabalho não é o antissemitismo.

Entende-se que assumir a crença em um conjunto de estereótipos associados ao gênero e à ciência e tecnologia pode estar relacionado ao afastamento dos sujeitos de grupos minoritários das carreiras – especialmente as mulheres – em áreas que exigem empenho em ciências exatas (como a matemática, a física ou a química ou engenharias).

Essa associação entre gênero, ciência e tecnologia foi levantada em razão de apenas 25% das mulheres no mundo terem seguido carreiras acadêmicas em áreas como matemática, física, química, alguns tipos de engenharia tipicamente “masculinas”, inclusive no Brasil (ALLAGNAT et al., 2017).

Podemos dizer, obviamente, que há também uma grande porcentagem de homens longe dessas áreas, sendo provável que o problema esteja no ensino dessas disciplinas ou nas condições que sustentam as escolhas na área. Assim, há duas questões sendo levadas em conta.

A primeira é que mesmo sendo grande o porcentual de todos os grupos fora da área, ainda as mulheres se apresentam em menor número. A segunda é que seria necessário considerar muitas variáveis associadas ao problema.

Algumas questões estão, portanto, implicadas. Será que as mulheres escolhem as carreiras ou profissões por elas serem masculinas ou femininas? Havendo limitações para as mulheres na sociedade de uma forma geral, por que há mulheres que escolhem carreiras ou profissões nas áreas de ciências exatas, tecnológicas ou de engenharias? Elas são em pouco número, mas existem e no que elas diferem daquelas que não escolhem?

Ampliando os detalhes no espaço externo, temos muitas nuances que determinam onde mulheres e homens devem ou deveriam estar presentes. E assim os arranjos parecem ser uma extensão das características do espaço privado associado ao feminino e espaço público masculino. Como consequência, temos mulheres enfermeiras, professoras dos primeiros anos da infância, secretárias que cuidam dos detalhes para os chefes etc., sendo incomum no senso popular mulheres físicas, matemáticas, engenheiras civis, líderes de empresas, políticas etc. O estranhamento se comprova com as notícias que destacam os casos ou os comentários dentro dos ambientes públicos onde as mulheres estão presentes.

Hoje, pode parecer muito mais comum essa presença feminina no mercado de trabalho em “espaços masculinos”, mas é um processo resultante de muito empenho pessoal por parte de algumas mulheres em associação a projetos sociais e políticos que têm como objetivo esse aumento de participação.

Em pesquisa realizada no mestrado, os resultados foram significativos demonstrando que o crescimento do acesso das meninas aos computadores, *tablets* e celulares não determina a preferência pelos conteúdos de tecnologia. Sendo assim, a interpretação é que a cultura e a subjetividade não são instantaneamente atingidas pelo acesso à tecnologia e, portanto, não podemos supor que simplesmente inseri-las no meio resolverá o objetivo de algumas políticas de colocar mais mulheres nas áreas de Ciência e Tecnologia.

Essas discussões sobre a relação entre ciência, tecnologia e gênero não são simples, pois encontramos variações nos arranjos sociais e a teoria deve ser capaz de abarcá-las, ainda que elas sejam menores em relação a uma regra aparentemente geral.

Assim, em termos de **objetivo central**, partimos da análise da influência de estereótipos sexistas em adolescentes mulheres na escolha de carreira ou profissão na área de Ciência e Tecnologia.

A razão da escolha desse perfil de participante vem do conhecimento de que a adolescência, em idade correspondente a estada nos dois últimos anos do ensino médio, é uma fase sensível de escolha da carreira universitária ou da profissão. Parte-se também da ideia de que esses adolescentes adquiriram mais ou menos a maturidade psicológica necessária para ter um posicionamento sobre o assunto. Outra razão é a experiência e o contato que a pesquisadora sempre teve com estudantes de ensino médio, em virtude da profissão de professora. Mais detalhes sobre a escolha do tema foram estão na apresentação do trabalho.

Para chegarmos aos resultados e considerando alguns fatores importantes que podem incidir sobre eles, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Situar o estudo dos estereótipos sexistas nos estudos de gênero na atualidade;
- b) Definir o que são estereótipos e relacioná-los ao preconceito, distinguindo-os;
- c) Determinar o que é o sexismo na teoria crítica, definindo o que são os estereótipos sexistas por essa vertente;
- d) Apresentar a noção de ideologia e razão na teoria crítica, fundamentais para compreensão da formação da mulher nessa perspectiva;
- e) Procurar na teoria crítica o entendimento da formação subjetiva da mulher;
- f) Discutir o entendimento de ciência considerada masculina e apresentar as discussões sobre ciência e gênero na atualidade;

- g) Construir escalas que meçam o sexismo na ciência e no trabalho, o senso comum (popular) de ciência e o ensino de ciência com viés de gênero;
- h) Montar o questionário com o levantamento sociodemográfico para uma análise mais completa;
- i) Aplicar questionário com escalas que a participantes adolescentes, estudantes do ensino médio acima de 16 anos;
- j) Relacionar resultados nas Escalas com as escolhas de carreira na área de Engenharias/Tecnológicas/ Matemática, foco do estudo;
- k) Estabelecer relações dos resultados nas escalas criadas neste trabalho (G e C/CE) com os dados sociodemográficos para aprimorar teoria e apontar caminhos de estudo.

Com estes objetivos específicos, esperamos considerar todos os possíveis fatores de influência também relevantes sobre o tema, isolando os elementos e obtendo uma análise mais precisa sobre o principal objeto que é a influência dos estereótipos sexistas.

## 2 Os estereótipos, o conceito de mentalidade de ticket e preconceito

Etimologicamente, a palavra estereótipo deriva do grego, sendo construída pela junção dos termos estereo- (στερεός) que significa “sólido” (NASCENTES, 1955, p. 197) e -tipo (τύπος) que significa “cunho, molde, sinal deixado por uma forte pressão” (NASCENTES, 1955, p.495). Por conseguinte, estereótipo poderia ser entendido pela noção analógica de uma marca sólida deixada por uma impressão. Scheiner (2005) lembra que o termo foi usado em 1824 com acepção psíquica para se referir ao comportamento formalizado e, no início do século 20, era usado regularmente para se referir a rígidos, repetitivos, frequentemente associado a padrões de comportamento rítmicos. Contudo, Stroebe e Insko (1989) afirmam que o termo já existia em 1789 para o contexto dos impressos gráficos. Segundo Stroebe e Insko (1989), em meio a ideias sociais e políticas, o termo foi introduzido pelo jornalista americano Lippman, em 1922, com *Public Opinion*, para se referir às "imagens em nossas cabeças" de vários grupos sociais. Como aplicado às representações de grupos sociais, aparentemente a metáfora do estereótipo implica rigidez, permanência e falta de variabilidade.

Stroebe e Insko (1989) afirmam ainda que, embora o próprio Lippman fosse um tanto ambivalente em sua análise de estereótipos, avaliando-os ora naturais ora negativos, muitos psicólogos sociais os consideravam generalizações incorretas, rígidas, simplificadas demais e tendenciosas. Elas acrescentam que o uso mais familiar do termo refere-se às características que aplicamos a outras pessoas com base em seus grupos nacionais, étnicos ou de gênero e a razão disso é uma tradição que começou com os estudos de Katz e Braly da Universidade de Princeton nos anos de 1933 e 1935 que ficaram muito famosos pela descrição de grupos raciais e étnicos. Segundo Schneider (2005), os anos 30 foram de grande interesse na mensuração de atitudes como uma ponte entre cultura e comportamento individual. Katz e Braly (*apud* Schneider, 2005) viam preconceito ou atitudes em relação a grupos como realmente atitudes em relação a rótulos ou nomes de raças, e essas atitudes, por sua vez, foram pensadas para refletir estereótipos ou imagens culturalmente derivados sobre pessoas que representam esses grupos. Assim, como

produtos culturais, os estereótipos ajudaram a explicar os efeitos da cultura no preconceito e na discriminação e nos 20 anos seguintes, a maioria dos estudos sobre estereótipos continuou com o mesmo foco básico.

No Brasil, a primeira vez que o termo aparece, conforme registros disponíveis *online*, em 1988, com a publicação de *Estereótipos de gênero em universitários*, de Maria Alice D'Amorim, da Universidade de Brasília na revista *Psicologia: Reflexão e Crítica*, também indisponível. Nesse mesmo ano, Maria Alice publica um artigo apresentando uma pesquisa empírica que tomou como base o Inventário de Papel Sexual de Bem (1974).

Em 1989, o termo volta a aparecer no trabalho de Maria Alice Vanzolini da Silva Leme *Estereótipos de gênero e identidade social: uma análise em termos de estrutura e conteúdo*, registrado na página do repositório da Universidade de São Paulo, como publicação dos anais de evento da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ciência - revista *Ciência e Cultura*.

## 2.1 *Estereótipos pela psicologia social de base cognitivista*

Diversas áreas da psicologia tratam do tema, mas iniciaremos com McGarty, Yzerbyt; Spears (2004). Esses apresentam uma situação hipotética para ilustrar não só o funcionamento, como a utilidade dos estereótipos e as discussões retomam importantes abordagens presentes que, embora não sejam todas, são muito relevantes para a explicação dos estereótipos de uma forma abrangente.

Os autores pedem para imaginar um cruzamento movimentado da cidade com um policial que controla o trânsito. Todos os usuários dessa rua são indivíduos, mas também são membros da sociedade e, como o policial, são membros de grupos que nos ajudam a explicar por que essas pessoas agem da maneira que agem em determinados momentos. Afirmam que indivíduos e grupos podem ser considerados os fatos centrais da sociedade. Sem indivíduos não poderia haver sociedade, mas, a menos que os indivíduos também se percebessem pertencentes a grupos, isto é, para compartilhar características, circunstâncias, valores e crenças com outras pessoas, a sociedade ficaria sem estrutura ou ordem. Estas percepções de grupos eles chamam de estereótipos. E completam: “Ao abordar esse problema, precisamos

reconhecer que indivíduos e grupos tendem a ter efeitos um sobre o outro através de sua representação psicológica nas mentes individuais”.

Para eles “os objetos sociais nos afetam pela maneira como são percebidos, e não pela aplicação da força física” (MCGARTY et al. 2004, p. 01). Fazem essa afirmação, porque nossa percepção da autoridade do policial molda nossa interpretação da ação desse policial e, dessa forma, eles não precisam aplicar força física para se fazerem obedecidos (salvo exceções situacionais). Os motoristas responderiam de uma maneira completamente diferente a alguém que eles acreditassem ser um brincalhão vestido como policial. Dessa forma, para explicar como as pessoas representam grupos e como essas representações se formam, asseveram que, ao menos, na psicologia social, com graus diferentes de ênfase, pode-se resumir em três princípios norteadores.

Na primeira visão, a estereotipagem é parte do processo de categorização resultando numa impressão de um grupo. A categorização é o processo cognitivo pelo qual detectamos essas diferenças e semelhanças relevantes, e no caso, há diferenciação de grupo. Autores da psicologia social, defendem que, na categorização, essa acentuação pode ser vista como um meio de cristalizar regularidades importantes entre os estímulos, para que possam ser reconhecidos, lembrados e respondidos, como propõe, por exemplo, Tajfel<sup>1</sup>.

Bruner (1957) argumentou que a percepção prosseguia com base no ajuste entre as especificações das categorias e a prontidão do observador para usar essas categorias. Segundo McGarty et al. (2004), esse argumento é ecoado na literatura: a formação de estereótipos envolve a percepção ou codificação de novas informações, mas também requer conhecimento prévio. Eles explicam que não é nada comum, na psicologia social, pensar a mente como uma lousa em branco na qual um novo estereótipo pode ser inscrito, mas, continuando a analogia do policial e, em conformidade com os autores, sua superfície é marcada com muitos sulcos bem gastos tornando mais provável a exibição de certos estereótipos.

---

<sup>1</sup> Segundo McGarty et al. (2004), prefigurado no trabalho de Allport (1954), Bruner (1957) e Campbell (1956).

Ainda de acordo com McGarty et al. (2004), embora a maioria dos psicólogos sociais preste menos atenção à ideia de que os estereótipos envolvem a criação de sentido ou a criação de conhecimento em termos práticos, essa ênfase é muitas vezes reduzida à ideia de que, em um ambiente que contém muita informação, a resposta mais adaptativa do observador é tentar reduzir essa sobrecarga de informação filtrando ou ignorando grande parte dela.

Numa segunda visão, os estereótipos, segundo McGarty et al (2004), são crenças de grupo compartilhadas. Eles explicam que os estereótipos atraem pouca atenção se são compartilhados por poucas pessoas, indicando a importância do compartilhamento para sua “cristalização” [se assim é possível dizer]. Sua utilidade, nesse caso, é prever e entender o comportamento de membros de um grupo para outro. Nessa observação, os autores reforçam que se torna importante entender por que eles são compartilhados e como eles são compartilhados.

Esses autores esclarecem que uma visão seria a de que muitas pessoas diferentes têm estereótipos semelhantes do mesmo grupo e uma explicação óbvia seria “o efeito de processos coincidentes operando nas mentes individuais”. Nesse caso, poderia se pensar que um ambiente comum fornece uma experiência de estímulo semelhante a pessoas diferentes e, portanto, surgem estereótipos semelhantes. Contudo McGarty et al. (2004) contestam a plausibilidade desta visão com as evidências de estereótipos compartilhados onde não há experiência direta com estímulos (MCGARTY et al., 2004 *apud* KATZ; BRALY, 1933; HASLAM et al., 1998).

A segunda variante explicativa que apresentam e afirmam ser mais plausível seria a de que existe um conjunto cultural compartilhado de conhecimento, representações sociais, crenças, ideologia ou cultura, sendo isso o produtor da comunalidade das visões. No entanto, essa ideia, por sua vez, ignora a realidade de que as visões das pessoas se tornam semelhantes entre si por influência social mútua: as pessoas sistematicamente se tornam mais parecidas ou mais diferentes umas das outras. De fato, McGarty (1999) argumenta que o aumento da semelhança e da diferença é um marcador-chave onipresente, mas não único, da organização social. Por fim, McGarty et al. (2004) consideram que membros de grupos humanos,

portanto, têm o poder de se tornar mais semelhantes e diferentes, e os estereótipos precisam ser capazes de capturar esse dinamismo.

Assim, a maneira mais interessante pela qual os estereótipos podem ser compartilhados está relacionada ao argumento de que os estereótipos são crenças normativas, assim como outras crenças. Eles são compartilhados por membros de grupos não apenas por coincidência de experiências comuns ou pela existência de conhecimento compartilhado na sociedade, mas porque os membros de grupos agem para coordenar seu comportamento.

## *2.2 Estereótipos pela psicologia social de Adorno ou pela teoria crítica*

Os processos pelos quais isso ocorre são relativamente bem compreendidos. Os membros do grupo se envolvem em processos de diferenciação para distinguir seus grupos de outros grupos, mas também se envolvem em processos de influência social dentro dos grupos, para que seus membros se tornem mais parecidos entre si em dimensões relevantes. Não há razão para acreditar que impressões de grupos sejam menos dependentes desses processos do que outros fenômenos.

De fato, McGarty et al. (2004) argumentam que os estereótipos podem acarretar resultados comportamentais, como discriminação (positiva e negativa) e eles afirmam que seria notável se esse comportamento não fosse guiado por normas consensualizadas. Na prática, segundo eles, alguns dos comportamentos mais consensuais realizados em qualquer grupo estão relacionados ao tratamento de grupos externos, e isso ocorre especialmente em conflitos entre grupos e os autores incluem o caso extremo de guerra ou outras formas de violência entre grupos.

McGarty et al. (2004, p. 4) confirmam que, com o tempo, “essa visão negativa dos estereótipos [a de que seria um viés] se tornou a sabedoria recebida. Os estereótipos não são tanto auxiliares da compreensão, mas auxiliares de mal-entendidos”. E acrescenta:

A visão negativa foi reacendida nos últimos trinta anos pelo aumento da cognição social na psicologia social. Por várias razões que não exploraremos aqui, a cognição social tendeu a se concentrar nas

limitações da cognição humana, isto é, tendeu a se concentrar no que é defeituoso ou irracional na maneira como as pessoas pensam (MCGARTY; YZERBYT; RUSSEL SPEARS, 2004, p. 4).

Essa constatação histórica do tipo de visão que foi adotada pela psicologia social a respeito dos estereótipos prenuncia uma defesa caminhando em sentido oposto do que foi apresentado de negativo. Contudo, não teria sentido em falar de estereótipos e suas utilidades positivas, uma vez que não haveria um problema relevante social a ser resolvido. Por outro lado, não se faz aqui uma crítica que poderia ser equivocada ao desconsiderar a importância das décadas de pesquisas empíricas da cognição e do comportamento social. Esses campos, embora tenham cortado os laços com outros, como a psicanálise, desenvolveram importantes teorias sobre as dinâmicas que não poderiam ter sido observadas de outra forma, não obstante as conclusões pudessem ter sido mais amplas se houvesse uma conjunção de áreas. Ressalta-se que esse ponto de vista leva em consideração o apontado por Adorno, embora seja mais ameno e cabe algumas considerações ou detalhes que serão explicitados ainda aqui.

Portanto, antes de se pensar pelos efeitos positivos e negativos, estereótipos são entendidos como dispositivos de economia de energia. Para McGarty et al. (2004), essa ideia foi articulada claramente por Allport (1954) e tornou-se fundamento da psicologia cognitiva na década de 1970. McGarty (1999) já resumia essa visão afirmando que pessoas individuais têm capacidades limitadas para executar tarefas cognitivas, como o processamento de informações. Contudo, para ele, existe, em um ambiente social cuja sobrecarga resultante da capacidade de processamento de informações humanas leva as pessoas a tomar atalhos e a adotar percepções com capacidade limitada ou enviesada. Os estereótipos são um exemplo dos vieses que podem se desenvolver diante do complexo e multifacetado ambiente repleto de informações, não sendo ruim inicialmente nos termos dos autores.

O fato é que os autores observaram uma distorção: a definição de estereótipos entendidos como “auxiliares de mal-entendidos” contrasta com aquela em que seriam “auxiliares de compreensão do mundo” (MCGARTY; YZERBYT; RUSSEL SPEARS, 2004, p. 05). Entendido como pensamento defeituoso, no qual a informação, deformada, não corresponde à realidade, em que medida poderia ser

verdadeira nos casos em que é compreendida como auxiliar na compreensão do mundo? Diante da observação dessa inconsistência, relembram que a definição que adotam é de “qualquer impressão de grupos mantidos por qualquer pessoa, independentemente de a exatidão dessa crença ser contestada” (p. 5). Para eles, “a precisão dessas crenças pode ser importante por si só, mas não deve desempenhar nenhum papel na definição de estereótipos”<sup>2</sup> (p. 05). Eles afirmam que pode ser tentador descrever nossos próprios pontos de vista como precisos e logicamente justificados e aqueles de outros com quem discordamos como estereótipos, mas isso não passa de xingamentos e não um substituto para uma definição científica.

Essa definição, contudo, também não diferencia muito crença de estereótipo, apontando ora como impressão, ora como crença, não ficando claro se o estereótipo é um ou outro. Mais à frente, colocam duas possibilidades para indicar as preocupações que o campo apresenta. E a primeira seria a de que um estereótipo é um conjunto de crenças associadas. Na explicação dos autores sobre esta vertente, acrescentam que “o estereótipo pode ser pensado como um sistema relativamente duradouro de conceitos inter-relacionados que informam as percepções de membros de certos grupos. O grande número de variantes dessa visão a torna a mais popular dentro do campo” (MCGARTY; YZERBYT; RUSSEL SPEARS, 2004, p. 07). A segunda seria o estereótipo uma “representação específica de um grupo específico em um momento específico” (p. 07) e, nesse caso, posicionam-se claramente, lembrando que essas definições são como a diferença entre percepção e conhecimento em que, para ver a diferença, precisaríamos entender uma afirmação como equivalente do estereótipo em si ou poderia ser entendido como aquilo que está por trás dessa afirmação:

Para ver a diferença, considere se você denominaria uma afirmação como 'os desempregados são preguiçosos' como um estereótipo ou vê o estereótipo como algo mais profundo e complexo que contribui para a expressão de afirmações como a que é apresentada no exemplo, mas não é exatamente o mesmo que essas expressões. [...] Precisamos saber se estamos lidando com a formação de crenças individuais que podem ser prontamente expressas (e, portanto, medidas). De um modo geral, nossa abordagem está alinhada com a prática habitual no campo: assumimos que declarações e crenças estereotipadas individuais estão relacionadas

---

<sup>2</sup> Os autores se embasam em Judd e Park (1993).

às expressões dos sistemas subjacentes (MCGARTY; YZERBYT; RUSSEL SPEARS, 2004, p. 07).

Assim, não parece haver muito sentido em anunciar que há problemas em confundir preconceito com estereótipo quando, em vez disso, na definição de estereótipo, *crença* aparece como uma espécie de sinônimo indefinido. Talvez *impressões* seja um uso mais cabível, uma vez que a raiz de parte da palavra estereótipo remete aos tipos usados para as impressões de jornais em papel, e ainda não estaria claro. Contudo, a crítica dos autores é justa, uma vez que não se poderia anunciar preconceito – embora nem crença – como um equivalente direto de estereótipo. De qualquer forma, mesmo sem explicar exatamente o que é o preconceito ou mesmo o que são as crenças, podemos inferir algo se o estereótipo é compreendido como *expressões de sistemas subjacentes*. Sem embargo, se os autores afirmarem que “precisamos saber se estamos lidando com a formação de *crenças individuais* que podem ser prontamente *expressas*” (MCGARTY; YZERBYT; RUSSEL SPEARS, 2004, p. 07), referindo-se à estruturação da qual o estereótipo faz parte (e o preconceito não poderia ser uma espécie de crença?), fica aberto um espaço para pensar esse subjacente como preconceito, crença, ideologia ou quaisquer outras possibilidades.

A partir disso, pode-se compreender que o estereótipo, enquanto sistema subjacente que se materializa ou se expressa por meio de uma estrutura mais ou menos fixa [da linguagem], não é, por essa razão, simples preconceito e, acrescenta-se, crença. Consequentemente, torna-se mensurável verificar sua presença, ainda que estes sistemas subjacentes precisem ainda de exploração profunda sobre sua dinâmica na sociedade.

Essa busca por uma definição, embora necessária não resolve todos os problemas de se estudar os estereótipos e antes que ocorra uma má interpretação deste trabalho no sentido de classificá-lo como uma análise cruamente cognitiva, vale lembrar que o método aqui empregado se baseia no trabalho de Adorno et al. (1950), significando que os pressupostos sobre o trabalho sociológico associado à psicologia social (ADORNO, 2015) estão sendo considerados, assim como todas as críticas que podem ser inferidas, retomadas por Crochík, Dias e Silva (2015).

Curiosamente, Schneider (2005) aponta os estudos de Adorno e seus colaboradores em *Personalidade Autoritária* (ADORNO et al., 1950) como um marco para a concepção de que estereótipos são manifestações do preconceito relacionadas à personalidade:

Os estereótipos eram vistos menos como figuras na cabeça das pessoas do que como características atribuídas a categorias excessivamente simplificadas e, embora todo mundo às vezes as empregue, seu uso foi considerado especialmente provável entre pessoas com personalidades preconceituosas (SCHNEIDER, 2005, p. 10).

No prefácio, faz-se visto que Adorno et al. (1950) tinham em mente entender o preconceito étnico mediante o fenômeno do Nazismo. Era natural que entendessem esse fenômeno destrutivo como uma anomalia que não correspondia ao nível racional que a civilização tinha “alcançado”:

Como poderiam ser, perguntaram uns aos outros, que em uma cultura de lei, ordem e razão, deveria ter sobrevivido aos remanescentes irracionais de antigos ódios raciais e religiosos? Como eles poderiam explicar a disposição de grandes massas de pessoas em tolerar o extermínio em massa de seus concidadãos? Quais tecidos na vida de nossa sociedade moderna permanecem cancerosos e, apesar de nossa suposta iluminação, mostram o atavismo incongruente dos povos antigos? E o que no organismo individual responde a certos estímulos em nossa cultura com atitudes e atos de agressão destrutiva? (ADORNO et al., 1950, p.v.).

Essa concepção de patologia social recebeu críticas justamente porque os processos sociais relacionados a estereótipos não poderiam configurar necessariamente patologia social. Contudo essa visão crítica seja equivocada, porque Adorno (2015) explica ser importante entender que não se tratava simplesmente de uma análise que privilegiava o eu distinto da esfera social. Era preciso reconhecer que a irracionalidade ou a loucura ou a excentricidade de um indivíduo, em grupo, era uma regra e não exceção a ser tratada com terapia individual e convinha considerar a ideologia que estava permeando o universo que envolvia esse sujeito e o acolhia, inclusive por meio da psicologia que não levasse em conta a relação racionalidade-irracionalidade do sistema:

O sujeito em que a psicologia preponderou como algo subtraído à racionalidade social, valeu desde sempre como anomalia, como um excêntrico; na época totalitária seus lugares são os campos de trabalho ou de concentração, onde ele é “aprontado”, bem integrado.

O resto da psicologia, entretanto, o ser humano, propriamente, desfigura-se no topo das hierarquias totalitárias, a que chegam com facilidade os idiotas ou deficientes psíquicos, pois o seu defeito, o propriamente psicológico, harmoniza-se muito bem com a irracionalidade dos fins, com as decisões superiores, para as quais, então se emprega como meio toda a racionalidade de seus sistemas, diferenciados tão somente por declarações vazias (ADORNO, 2015, p. 87)<sup>3</sup>.

Por meio dessa concepção, Adorno e colegas coordenaram o trabalho desenvolvido em a *Personalidade Autoritária* (ADORNO et al., 1950). Eles observaram que o preconceito não era exclusivo de um tipo de personalidade, mas se constatou, por outro lado, que os indivíduos profundamente preconceituosos tendiam a assumir os estereótipos de maneira mais rígida, levando os autores a entender que correspondia isso à personalidade autoritária. E como acima se anuncia, entendiam que o fenômeno do Nazismo era efeito dos acontecimentos de época que, por sua vez, produziam tendências de personalidade que também se refletiam no fenômeno. Nesse sentido, não entendiam o preconceito como um fato psicológico individual apenas; compreendiam, em vez disso, que as determinações sociais eram predominantes para a existência do fascismo. Assim, embora esta pesquisa considere eventualmente os trabalhos da psicologia social, inclusive de vertente cognitivista, desenvolvidos ao longo de todas as décadas até o presente, a análise será feita sob o ponto de vista de Adorno e de demais autores com posições semelhantes.

A tendência das décadas seguintes à publicação do livro, conforme atestam Dovidio, Glick e Rudman (2005), foi dar ênfase a vertentes mais pragmáticas de análise com preferência ao trabalho de Gordon W. Allport (1954), que promoveu os ajustes necessários a partir de Adorno et al. (1950), predominando teorias que não caracterizavam os fenômenos como patológicos. Segundo Schneider (2005), Allport tinha uma noção clara da extensão em que atitudes e valores podiam servir a múltiplas funções para o indivíduo. Schneider explica que Jerome Bruner, ex-aluno e colega de Gordon, era na época uma das principais forças do "novo visual" na percepção - uma abordagem que favorecia o exame do papel dos valores, atitudes e fatores sociais na percepção básica e cognição. Este trabalho mais tarde se tornaria

---

<sup>3</sup> Esta referência de Adorno é atual, porque se trata de uma compilação de textos de Theodor W. Adorno produzidas no período de 1903 a 1969, traduzidos de *Soziologische Schriften I* (seleção) e *Kulturkritik und Gesellschaft II* (seleção) e publicados no Brasil na data de 2015.

um estímulo importante para a revolução cognitiva e, portanto, não foi por acaso que, em 1954, ele apresentava os fundamentos cognitivos dos estereótipos. O livro de Allport (1954) é talvez mais famoso por ter introduzido a noção de "personalidade preconceituosa", uma versão diluída da personalidade autoritária.

Por outro, embora Allport (1950) tenha seguido passos de estudos cognitivos, reservava algumas postulações que não foram levadas adiante, talvez pelas tendências acadêmicas. Depois dele ter se debruçado sobre a *Personalidade Autoritária* e mesmo defendendo que os estereótipos e a categorização "como subprodutos normais e inevitáveis de como as pessoas pensam" (DOVIDIO; GLICK; RUDMAN, 2005, p. 02), ele também via o preconceito "como um ódio fundamentalmente irracional, nascido da ignorância e das manobras defensivas do ego de pessoas com estruturas fracas de personalidade" (p. 02). Isso que foi visto como aparente inconsistência teórica foi, ao mesmo tempo, a razão para que seu trabalho fosse amplamente considerado

Isso só vem a confirmar que "A Personalidade Autoritária" foi um dos livros mais influentes da psicologia moderna, pois cientistas sociais foram afetados profundamente sobre preconceito e estereótipos, atitude e personalidade. E foi com ele que os estereótipos foram vistos como generalizações fundamentalmente incorretas e depreciativas sobre grupos de pessoas, não baseadas na experiência (ou pelo menos eram corruptions profundas dessa experiência) e eram relativamente impenetráveis à desconfirmação empírica, segundo Schneider (2005).

Embora o método de Adorno et al. (1950) tenha sido criticado pesadamente, os autores foram honestos com as limitações e procuraram ser amplos: entrevistas, análise projetiva e questionário com escalas que foram sendo desenvolvidas gradualmente; este último foi sendo construído de forma particular: procurava-se *disfarçar* o conteúdo preconceituoso nas afirmações que continham os estereótipos de preconceito para minimizar o viés de uma tentativa do participante seguir o *socialmente correto* por consenso. Nas entrevistas, explorava-se o histórico familiar, com especial ênfase na relação com os pais, os valores religiosos, os valores culturais e principalmente os valores políticos, uma vez que o Nazismo se organizara enquanto partido e aderir a ele significava aderir ao antissemitismo. Mas essa análise era feita apenas com os participantes que tinham obtido escores mais altos

ou mais baixos nas escalas, buscando uma relação significativa entre o perfil pessoal e as notas obtidas nas escalas. A ideia era entender a personalidade mais preconceituosa para verificar os padrões e características a que ela se relacionava e uma razão por trás da escolha ou adesão ao movimento nazista, a despeito do absurdo que isso significava.

A visão do funcionamento dos estereótipos e do preconceito pelos seus processos cognitivos que foram desenvolvidos nas décadas seguintes, portanto, não desmerece o trabalho dos pesquisadores ligados à Escola de Frankfurt, porque uma análise de um fenômeno de um ponto de vista psicanalítico e social tal qual foi o de *Personalidade Autoritária* teve uma motivação ímpar: tentar entender por que as pessoas que aderiam ao Nazismo permitiram ou praticaram atos de violência com a intenção de dizimar pessoas de um determinado grupo com tamanho desprezo e crueldade. O preconceito em si não coadunava com a forma de violência praticada, ganhando contornos diferentes para além do que se tinha visto no preconceito antissemita, pois era claramente um movimento organizado em torno de um partido político de uma ideologia de raça e que ia além da experiência de convivência com judeus. E era um fato que denunciava um aparente desequilíbrio coletivo das pessoas. Adorno escreve:

Enquanto leis sociais não podem ser ‘extrapoladas’ de resultados de pesquisas sociológicas, no polo oposto o indivíduo não é simplesmente indivíduo e substrato da psicologia, mas sempre e ao mesmo tempo – na medida em que de algum modo se comporta racionalmente – portador das determinações que o marcam. Sua ‘psicologia’, como zona da irracionalidade, remete a momentos sociais não menos do que a *ratio* o faz. As diferenças específicas dos indivíduos são tanto marca da pressão social quanto cifras da liberdade humana (ADORNO, 2015, p. 81).

O interessante dessa perspectiva adorniana - que não é aquela dos estudos de psicologia cognitiva - é a perspectiva das motivações que explicam as ações dos indivíduos por detrás de uma racionalidade aparente. Mesmo na psicologia social de base cognitivista pode-se encontrar explicações muito úteis para a compreensão dos estereótipos, mas elas geralmente encerram-se nos funcionamentos de interação justificados por conceitos nomeados a partir de uma classificação de processos

cognitivos por si mesmos.<sup>4</sup> Não se pode criticar recortes necessários para que os estudos se concluam, mas não parece haver sequer menção subliminar de motivações que envolveriam os conflitos humanos típicos do processo civilizatório, que estariam por trás das motivações descritas pela vertente cognitivista, tal como aponta Adorno. Na discussão sobre a visão de Talcott Parsons sobre as normas vistas como esquemas sedimentados da adaptação ou essencialmente psicológicas:

Ele compreende, em contraste com a economia subjetiva dominante, que as motivações psicológicas não se confundem com as psicológicas, tal como 'interesse em lucro'<sup>5</sup>. Certamente o comportamento econômico e racional do indivíduo não se realiza meramente pelo cálculo econômico, pelo interesse de lucro. Na verdade, isso foi construído posteriormente, a fim de apreender, em alguma medida e através de uma fórmula que acrescenta pouca novidade ao estado de coisas – a racionalidade do comportamento econômico médio, que não é de forma alguma evidente a partir do indivíduo. Mais essencial como motivo subjetivo é o medo [Angst]. Ele é mediado.

Permeia-se a ideia de que “quem não se comporta segundo as regras econômicas, hoje em dia, raramente naufraga imediatamente, mas no horizonte delineia-se o rebaixamento socioeconômico”. Esse medo, portanto, é a motivação mais profunda que se transforma historicamente em uma segunda natureza diante da internalização através de outros tabus da “sanção social do comportamento econômico”. Para ele, a instância da consciência moral (o supereu) “mescla o medo arcaico da aniquilação física com o medo muito mais posterior de não mais pertencer ao conjunto social, que abarca os seres em vez da natureza” (ADORNO, 2015, p. 77–78).

---

<sup>4</sup> A reflexão sobre o que Adorno (2015) discute sobre a visão da psicologia com foco cognitivista partiu após leitura de um artigo de Kelman (1958), em que ele procura distinguir três conceitos para explicar os níveis em que uma mudança no comportamento em relação à política ocorre: *compliance* (conformidade), *identification* (identificação) e *internalization* (internalização). Ao final, o autor conclui a avaliação do significado de “atitudes favoráveis” por parte de um indivíduo ou grupo ou subpopulação em particular e previsão das consequências dessas atitudes variam com os processos motivacionais subjacentes a elas. Em seguida, procurou-se quaisquer pesquisas empíricas sobre motivações com base cognitivista, buscando uma motivação originária e a maioria apareceu com explicações como “propriedade percebida, compromisso com um papel social e várias motivações afetivas” (RABAN; HARPER, 2008); “A comunicação com os membros do grupo foi a motivação mais importante para o uso do SNS” (DIMICCO et al., 2008). Os exemplos não encerram aqui e não é o objetivo fazer um levantamento bibliográfico em uma nota. O que se observa, e centenas de outros artigos seguem a regra, o conteúdo é bastante pragmático e extremamente útil para análise. Quando foi feita a leitura de “Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise” essa observação ajustou-se.

<sup>5</sup> Ver Talcott Parsons (1950).

Convém acrescentar que, para expandir a dimensão do entendimento sobre os estereótipos nessa perspectiva, vale observar que a psicologia antissemita no nazismo é resultado de uma substituição do que era antes o antissemitismo “por um simples ‘sim’ dado ao ticket fascista, ao inventário de slogans da grande indústria militante” (ADORNO;HORKHEIMER, 1985, l. 3546). Eles explicam que “pontos ideológicos estão codificados em poucas listas” (l.3546) pelas quais se deve optar para não passar a impressão de que a “opinião pessoal é tão inócua como os votos dispersos em comparação com as enormes cifras estatísticas” (l.3546). E mais à frente, afirmam: “Quando as massas aceitam o ticket reacionário contendo o elemento antissemita, elas obedecem a mecanismos sociais nos quais as experiências de cada um com os judeus não têm a menor importância” (l.3554).

Em outras palavras, ticket fascista aparece equivalente a inventário de slogans da indústria militante. Estamos falando de uma analogia que remete à ideia de um levantamento de bens culturais – os slogans, que podem ser entendidos como os estereótipos – e de um produtor em série desses bens, um canalizador síntese ideológico: a política. Entende-se que esses bens estão sintetizados por meio dos estereótipos, expressão desses pontos centrais para serem acolhidos em bloco.

Adorno e Horkheimer (1985, p.188) ainda afirmam que “No mundo da produção em série, a estereotipia – que é seu esquema – substitui o trabalho categorial. O juízo não se apoia mais numa síntese efetivamente realizada, mas numa cega subsunção”. Isso significa a categorização que ocorre no processo de estereotipação normalmente, na *mentalidade de ticket* vem de forma distinta: um grupo de estereótipos é assumido a despeito de se ter processado todo o seu conteúdo, “um modo de efetuação do juízo que se pode dizer desprovido de juízo, do poder de discriminação”, porque o “percebedor não se encontra mais presente no processo da percepção”, ele não “mobiliza mais a passividade ativa do conhecimento, na qual os elementos categoriais se deixam modelar da maneira adequada pelo ‘dado’ convencionalmente pré-formado, e este por aqueles, de tal modo que se faça justiça ao objeto percebido”.

Com base naquilo que foi dito em Adorno (2015), a racionalidade não é uma razão (*ratio*) à qual se alcança após profunda reflexão, torna-se a adoção de um

bloco de estereótipos que se assume mediante o medo de não assumir completamente um grupo e com isso perder sua posição. O sistema de engrenagem ao qual se liga a mentalidade de ticket é uma estrutura de poder “possibilitada unicamente pela passividade das massas” e a dependência criada dentro dessa engrenagem transmite a percepção de uma “realidade indestrutível”, ao ponto de parecer uma “alucinação” a possibilidade de destruí-la.

Aderir ao ticket significa, portanto, entrar nessa engrenagem, como forma de adaptação, sendo ele “de uma aparência petrificada como uma realidade e que se prolonga a perder de vista graças a essa adaptação. Por isso mesmo, quem hesita se vê proscrito como um desertor”. Nessa adaptação, o tempo do ócio que podia ser usado para pensar com a razão e a humanidade que foram perdidas, são substituídas pelas fórmulas prontas do ticket aderido. Com seus efeitos e pensando na própria questão de um alívio à pulsão e em necessidade de sobrevivência do ego, essa adesão pode ser interpretada como um mascaramento ao exercício doloroso de encarar as contradições próprias do humano. E como todo exercício exige esforço, é mais fácil anestesiá-lo.

Se lembrarmos da analogia do estereótipo de policial feita por McGarty et al. (2004) que seria uma função simplificada e primária do estereótipo, teríamos de concordar que na concepção de mentalidade de ticket, essa função se torna apenas uma parte de várias funções assumidas pelo estereótipo.

O estereótipo, portanto, pode ser visto como uma parte do “esqueleto” do ticket, unindo-se a outros estereótipos de tal forma que se perde sua função primária, que seria a de simplesmente categorizar, e com isso interpretar informações sobre o mundo. Nesse sentido, o ticket, enquanto conjunto de estereótipos, pode emprestar deles suas funções e suas motivações, mas se subordinaria a uma estruturação forjada pela massificação e para o poder de grupos. Como antes poderia ser interpretado que um sujeito não é um sujeito mediante o grupo, isso também decorre de seu julgamento turvado pela sua incapacidade de pensar diante do sistema, ao ver dos autores: “O senso de realidade, a adaptação ao poder, não é mais um resultado dialético entre o sujeito e a realidade, mas é imediatamente produzido pela engrenagem da indústria” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, pp.190-191).

Na psicologia social de vertente cognitiva não poderia confirmar por completo essa conclusão pela teoria mais multifacetada. McGarty et al. (2004) citam essa possibilidade mais ampla envolvendo o social. Mesmo procurando uma explicação motivacional como a fornecida por teóricos da julgabilidade social, por exemplo, como Leyens et al. (1994), em que os estereótipos desempenham funções pragmáticas, produzindo julgamentos adequados em vários níveis, satisfaz parcialmente essa mentalidade de ticket proposta por Adorno e Horkheimer (1985). O objetivo de cada um desses níveis é fornecer um ajuste útil com a realidade, em vez de uma correspondência exata com a realidade e, em particular, permitir que as pessoas interajam com outras pessoas. O nível cultural de adequação reflete a propensão das pessoas a seguir as regras sociais dentro de uma cultura específica em um momento específico. Mas essa explicação não seria adequada para explicar os comportamentos de repulsa profunda ou ódio ou pulsão para ataques verbais ou físicos sem ao menos ter tido contato direto e/ou qualitativo com o objeto. Se as relações envolvem poder/competição, assumir tickets que competem entre si em interesses é um determinante e, nesse sentido, “as regras sociais dentro de uma cultura específica em um momento específico” de fato estão ali, mas o julgamento que poderíamos fazer de “ajuste útil” passa necessariamente pelo objetivo de eliminação do outro simbólica ou fisicamente.

Por fim, o que seriam os estereótipos relacionados ao preconceito? Se tomarmos como ponto de partida a definição de Crochík (2011), que se baseia nos estudos de Adorno, o preconceito é uma ação de discriminação justificada pelo estereótipo e que tende à ação geralmente contrária ao alvo, embora às vezes possa se manifestar por uma afeição exagerada ou indiferença. Também se considera que é derivado de movimentos sociais; sendo o preconceito contra o judeu, característico de um movimento social do antissemitismo; o preconceito contra os afrodescendentes, do racismo; a LGBTfobia, dos movimentos contra a diversidade de gêneros<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Talvez seja interessante verificar o trabalho de Crochík ([s.d.]), [verificar mendeley](#) cuja compreensão era de que talvez os autores na época poderiam ter visto apenas o contorno do preconceito racial, quando na verdade poderia ter se tratado ou ser próximo do que conhecemos hoje como *bullying*. Ele afirma que a associação das pulsões do indivíduo aos objetos oferecidos pela cultura é menos possível quando a cultura oferece cada vez menos objetos diferenciados e que possam ter referência na experiência individual. Ele explica que a dificuldade do desvio da pulsão de si mesma para um

### 2.3 Considerações

Os estereótipos, nesse caso, têm um papel de agrupamento a um conjunto com suas particularidades e o preconceito torna-se algo que vai além de uma questão de ter “realmente” um grupo oposto ao qual se deve atacar. Nesse sentido, vê-se também um motivo ímpar para ir além e nesse mesmo caminho se perguntar: por que algumas mulheres aderem aos estereótipos sexistas, colocando-se em posições que poderiam ser diferentes se elas tivessem maior autonomia de seus desejos, preferências? Essa pergunta envolve uma análise de qual grupo a que este estereótipo estaria ligado e assim, poderemos pensar os objetivos a que ele se presta. A observação de aspectos da construção subjetiva que leva às escolhas passa, portanto, à observação da relação destes estereótipos com outros estereótipos. *A priori*, o sexismo remete a um tipo de subjacência dos estereótipos que envolve obrigatoriamente poder excludente e preconceito. Tentar verificar se as próprias mulheres aderem ao sexismo, sendo elas as menos beneficiadas, significa que precisaremos passar por alguns aspectos da personalidade, ainda que não todos. Sendo possível mapear alguns caminhos a que esta pergunta leva, talvez fique um pouco mais claro o fato, mesmo sem completa resposta.

---

objeto a ser desejado torna-se compulsão, objeto de si mesma porque não é delimitado, como pode ser observado no bullying. Em decorrência, a restrição da experiência é encontrada em condições sociais e culturais específicas, nas quais a indústria cultural se constitui como um importante mecanismo de homogeneização dificultando a formação individual. Diferentemente do bullying, contudo, o objetivo das atitudes do preconceituoso não é destruir o objeto com o qual ele se relaciona, é “mantê-lo em seu lugar”. Por esta perspectiva apresentada pelo autor, os estereótipos que são usados para justificar as ações de preconceito, entendidos, por outro lado, a partir de McGarty et al. (2004) poderiam ser instrumentos do objetivo subjacente relacionado a ele.

### 3 O sujeito e o “mulheres” de Butler: um começo

Com Butler (2003) a discussão começa com o conceito de mulheres que as feministas tomam como ponto de partida em suas lutas políticas em diversas épocas. Para isso, ela vai tecendo uma argumentação que passa por algumas das principais figuras presentes nos debates. Seu ponto de partida é discutir a noção de sujeito que está implícita nesses autores para, então, esmiuçar os problemas que surgem em decorrência dessas concepções. Para a autora, o sujeito mulheres “não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (p. 18). Para ela, a questão política e sua representação são importantes para compreender por que muitas vezes se abre espaço para contundentes críticas contra as lutas feministas. Neste capítulo, a discussão serve como um marco introdutório para, na sequência, apontar suas críticas, aos princípios norteadores da formação dos gêneros entendidos como binários.

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação (BUTLER, 2003, p. 19).

Assim, seu primeiro passo foi afirmar que “se alguém é uma mulher, certamente isso não é tudo o que essa pessoa é” (BUTLER, 2003, p. 19), não no sentido de que essa noção ultrapasse o que um suposto gênero delimite, mas porque se constatou uma variabilidade no que isso significa em diversos contextos históricos, com suas modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais .

A autora não cita o trabalho de campo da antropóloga Margareth Mead, mas a produção desta última gerou o conhecimento necessário para derrubar crenças sobre gênero e provavelmente está incluso em suas reflexões, mesmo indiretamente. Vale a pena colocar uma afirmação de Mead (1999) para compreender a importância desse tipo de trabalho para os questionamentos apresentados por Butler. Sobre o masculino e feminino, Mead afirma:

[...]não temos mais bases para falar desses aspectos do comportamento como sendo determinados pelo sexo... O material

estudado sugere que podemos dizer que muitos, se não todos, os traços de personalidade que identificamos como masculino ou feminino são tão determinados pelo sexo quanto as vestimentas, maneiras ou o tipo de chapéu que uma sociedade a um determinado período designa para cada sexo (MEAD, 1968, p. 259-260 *apud* SARDENBERG; MEAD, 1999, p. 07).

O importante é que Butler capta esse conhecimento para dizer que o feminismo erra ao buscar base universal para uma identidade que estaria em diversas culturas e cuja opressão seria singular, hegemônica e identificável como dominação patriarcal masculina. Dessa forma, ela assevera: que “A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe” (BUTLER, 2003, p. 20). Uma vez que estas marcas fictícias se colocaram como instrumentos de teorizações feministas típicas de um Ocidente colonizador, logo apareceu um “terceiro mundo” ou “Oriente” em que a opressão de gênero seria sintomas de barbarismo intrínseco e não ocidental. Por esse caminho, a autora pergunta-se qual seria a especificidade e a integridade ou dominância cultural de um ser feminino que caracterizariam presumidamente mulheres entre todas essas práticas culturais e linguísticas. E mais:

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2003, p. 21).

Para Butler, isso é um problema para o feminismo, não só pela superficialidade da noção de sujeito, mas também porque supõe que exista a construção da identidade de homens que se aplique somente a corpos masculinos e que os femininos representem exclusivamente mulheres. A hipótese desse sistema binário revela um conjunto de problemas levantados para saber se o feminino e o masculino seriam determinados por genética, hormônios ou se os discursos científicos que ostentaram a natureza do sexo serviram a interesses políticos e sociais. Butler, assim, afirma que o sexo é tão construído quanto o gênero. Na sua concepção, este sentido binário, estabelecido política e juridicamente, colocado como pré-discursivo de modo anterior à cultura, é uma das formas de manter a estabilidade interna dessa estrutura e serve como aparato para a construção cultural

do que compreendemos por gênero e representa tudo o que se encontra no tecido social.

Essa questão para este trabalho é de suma importância, uma vez que o primeiro ímpeto imaginativo de se começar essa análise seria pensar nas origens do binarismo na sociedade ocidental e já foi demonstrada a fragilidade desse caminho. Da mesma forma, a autora desperta a expectativa do que virá e suas implicações. Não se pretende, contudo, perder de vista que, embora Butler apresente uma realidade para o pensar feminista sobre o sujeito mulheres, em determinados contextos há práticas fora do feminismo em que se revela o binarismo na forma como os sujeitos se expressam, mesmo aqueles cujos padrões seriam subversivos nesse contexto.

### 3.1 A “construção” do gênero

Na afirmação de que o gênero é culturalmente construído com base numa interpretação do sexo, Butler questiona se existe um certo determinismo de significados do gênero diante de corpos anatomicamente diferenciados e passivos, ou se essa construção supõe certa liberdade no construir. Em sua perspectiva, a questão implica que o gênero poderia ser um “possuir”, posteriormente adquirido e mutável pelo sujeito, ao contrário de uma “essência” de um sujeito que é estático, uma vez construído, podendo inclusive, haver algo anterior como causa dessa construção: “a controvérsia sobre o significado de ‘construção’ parece basear-se na polaridade filosófica convencional entre livre-arbítrio e determinismo” e, nesse sentido, questiona também o papel das restrições linguísticas no debate. Para ela, as restrições linguísticas seriam a primeira limitação que coloca o corpo “como um mero instrumento ou meio com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado” (BUTLER, 2003, p. 27).

Contudo, para ela, o corpo também é uma construção e, então, não se pode dizer que há passividade e anterioridade no gênero, uma vez que se supõe uma vontade imaterial num *vir a existir*. Nesse sentido, as fronteiras analíticas sugerem uma experiência discursivamente condicionada. No caso do senso comum sobre o gênero, há limites em termos de “um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal”

(BUTLER, 2003, p. 28). A coerção ocorre com vistas à imposição deste discurso hegemônico presente no imaginário sobre o gênero.

Butler afirma que cientistas sociais se referem ao gênero como um “fator” ou “dimensão”, embora ele também seja aplicado com um sentido de “marca” de diferença biológica, linguística e/ou cultural no caso de pessoas reais. Ela afirma ainda que algumas feministas entendem o gênero como “uma relação” ou relações, não sendo um atributo individual.

No caso de Simone de Beauvoir, o gênero é “marcado”, uma vez que pessoa universal se funde a um gênero masculino, definindo “mulheres” nos termos do sexo deles e enaltecendo os homens como o sujeito universal transcendente ao corpo. Em oposição à filósofa existencialista, em que as mulheres são o Outro, o negativo dos homens, estando fora do sistema universal, Luce Irigaray afirma que a mulher não é “uno” dentro de um sistema fechado falocêntrico, sendo irrepresentável numa dialética em que ela existe apenas para ser excluída, por meio de sua diferença. Butler afirma serem falsas representações da mulher de ambas as feministas, porque “o sexo que não é uno propicia um ponto de partida para a crítica das representações ocidentais hegemônicas que estrutura a própria noção de sujeito”. Explica que na metafísica da substância<sup>7</sup>, com as feministas humanistas, tende-se a

---

<sup>7</sup>Pode-se dizer que existem duas maneiras bastante diferentes de caracterizar o conceito filosófico de substância. O primeiro é o mais genérico. O termo filosófico "substância" corresponde à *ousia* grega, que significa 'ser', transmitida pela substância latina, que significa "algo que embasa ou embasa as coisas". De acordo com o sentido genérico, portanto, as substâncias em um determinado sistema filosófico são aquelas que, de acordo com esse sistema, são as entidades fundamentais ou fundamentos da realidade. Assim, para um atomista, os átomos são as substâncias, pois são as coisas básicas das quais tudo é construído. No sistema de David Hume, impressões e ideias são as substâncias, pela mesma razão. De uma maneira um pouco diferente, as Formas são substâncias de Platão, pois tudo deriva sua existência das Formas. Nesse sentido de "substância", qualquer sistema filosófico realista reconhece a existência de substâncias. Provavelmente, as únicas teorias que não assim caracterizariam seriam as formas de positivismo lógico ou pragmatismo que tratam a ontologia como uma questão de convenção. De acordo com essas teorias, não há fatos reais sobre o que é ontologicamente básico e, portanto, nada é objetivamente substancial. O segundo uso do conceito é mais específico. De acordo com isso, as substâncias são um tipo particular de entidade básica, e algumas teorias filosóficas as reconhecem e outras não. Sobre esse uso, assim pressões e ideias de Hume não são substâncias, mesmo que sejamos alicerces do que constitui 'ser' para seu mundo. De acordo com esse uso, é uma questão viva se as entidades fundamentais são substâncias ou algo mais, como eventos ou propriedades localizadas no espaço-tempo. Essa concepção de substância derivada noção intuitiva de coisa ou objeto individual, que contrastam principalmente com propriedades e eventos. A questão é como devemos entender a noção de um objeto e se, à luz do entendimento correto, ela permanece uma noção básica, ou que deve ser caracterizada em termos mais fundamentais. Se, por exemplo, um objeto pode ser pensado como nada mais que um pacote de propriedades ou uma série de eventos (SUBSTANCE. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/substance/>. Acesso em 21 nov., 2019).

presumir uma pessoa substantiva, com atributos essenciais e não essenciais, e nesse contexto, gênero seria um “é”, com núcleo estabelecido. Em contrapartida, numa teoria social, o gênero é deslocado para posições históricas ou antropológicas numa relação entre “sujeitos socialmente constituídos em contextos especificáveis” (BUTLER, 2003, p. 29). No primeiro, um ser substantivo; no segundo, um ponto relativo em que convergem de forma específica, cultura e história.

A circularidade problemática da investigação feminista sobre o gênero é sublinhada pela presença, por um lado, de posições que pressupõem ser o gênero uma característica secundária das pessoas, e por outro, de posições que argumentam ser a própria noção de pessoa, posicionada na linguagem como “sujeito”, uma construção masculinista e uma prerrogativa que exclui efetivamente a possibilidade semântica e estrutural de um gênero feminino.

Butler (2003) afirma que Beauvoir subestima o poder do falocentrismo contido no dualismo mente/corpo que a filósofa insiste em manter, quando ela apresenta a possibilidade de libertação das mulheres por meio de uma “síntese dos termos”, em que o corpo feminino deve ser a “situação” e o “instrumento” para essa libertação e não uma essência limitadora. Butler lembra que, para Beauvoir, o corpo feminino está marcado no interior do discurso masculinista, pelo qual o corpo masculino em fusão com o universal permanece não marcado. Em Irigaray, o marcador e o marcado são mantidos no interior de um modo masculinista de significação, sendo o feminino um “fora” do domínio do significável, sendo o corpo ou o sexo feminino o masculino na alteridade, um modo de reproduzir perpetuamente a fantasia de seu desejo de autoengrandecer.

Há, portanto, segundo Butler, em meio a estas diferenças teóricas, a necessidade de repensar radicalmente as categorias da identidade no contexto das relações de uma assimetria do gênero. Indo além, a autora afirma que incluir “Outras culturas” como “ampliações diversificadas de um falocentrismo global” é uma apropriação “que corre o risco de repetir o gesto mito-engrandecedor do falocentrismo, colonizando, sob o signo do mesmo, diferenças que, de outro modo, poderiam questionar esse conceito totalizante” (BUTLER, 2003, p. 33).

Esse sentido colonizador também reaparece na lembrança de que o objetivo de coalização suposta na solidariedade a qualquer preço como pré-requisito da ação política suscitou na autora a questão: “Mas que espécie de política exige esse tipo de busca prévia da unidade?”. Segundo ela, ainda que as coalizões possam reconhecer suas contradições e agir deixando-as intactas, no modelo dialógico, corre-se o risco de degenerar num liberalismo que “supõe que os diversos agentes do discurso ocupam posições iguais de poder e falam apoiados nas mesmas pressuposições sobre o que constitui ‘acordo’ ou ‘unidade’” (BUTLER, 2003, p. 35), que seriam os objetivos, muito provavelmente. Nesse sentido, uma proposta habermasiana de comunicação racional-crítica seria talvez, do ponto de vista da autora, uma impossibilidade.

Dessa forma, sua proposta de gênero como “complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada” é o caminho para uma “coalização aberta”, pois consideraria identidades apresentadas e depois abandonadas em curso, permitindo “múltiplas convergências e divergências” sem um “*telos* normativo e definidor” (BUTLER, 2003, p. 37). Nesse caso, ela propõe a incompletude do sentido de mulheres como forma de organizar a categoria num ideal normativo livre de qualquer força coercitiva, extinguindo essa noção de “unidade” necessária para o escopo político. Certamente, subtende-se que sua defesa de um sujeito definido em sentido concreto e abstrato está longe de suas considerações, contudo ainda existe o problema em definir o que seria uma identidade nesse contexto.

Para ela, a “‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas”. Seu argumento pauta-se na ideia de que, havendo a instituição que assegura a estabilidade de sexo/gênero/sexualidade em “gêneros inteligíveis”<sup>8</sup> ao mesmo tempo em que surgem seres cujos gêneros não se configuram ao que foi instituído, por si só, tudo isso traria o questionamento do que seria ‘pessoa’. Ela afirma, contudo, e com base em Foucault, que essas normas oriundas das relações políticas de um direito instituído em que quaisquer desvios se tornam impossibilidades lógicas,

---

<sup>8</sup>Inteligíveis no sentido de identificáveis.

transformam-se em oportunidades de criticar e expor os limites e os objetivos reguladores nessa matriz de inteligibilidade. Para Butler,

O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância — isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra (BUTLER, 2003, p. 48).

Trazendo uma concepção encontrada em Nietzsche, ela firma ainda o “desafio de repensar as categorias de gênero fora da metafísica”. Ela completa: “É interessante lembrar Nietzsche que diz não haver um ‘ser’ por trás do fazer, do realizar e do tomar-se; o ‘fazedor’ é uma mera ficção acrescentada à obra que é tudo”. Segundo a autora, poderia ser dito em uma adaptação: “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p. 48).

Entende-se que ela supôs a possibilidade de uma identidade de gênero efêmera à medida que pode mudar conforme a experiência ao invés de ser algo fixo, assumido como norma definidora. ‘Gênero’, em vez disso, poderia ser as duas coisas – uma performatividade que depende de práticas reguladoras e que só aparentam substância uma vez que se expressam dentro de um contexto que exige essa expressão.

Na retomada e interpretações apresentadas até aqui, poderia se pensar ser válido dizer que o binarismo ou qualquer tentativa de integração de ‘gêneros’ seria uma tarefa inútil por não ser real, haja vista a não existência de uma substância que os defina de fato, sendo apenas a expressão que se manifesta na performatividade em determinada demanda. Não obstante, essa possível pressuposição é logo combatida pela autora que diz:

Declarar que o gênero é construído não é afirmar sua ilusão ou artificialidade, em que se compreende que esses termos residam no interior de um binário que contrapõe como opostos o “real” e o “autêntico”. Como genealogia da ontologia do gênero, a presente investigação busca compreender a produção discursiva da

plausibilidade dessa relação binária, e sugerir que certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do “real” e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida (BUTLER, 2003, p. 58).

Nesse sentido, interpreta-se que a materialidade da prática discursiva é o espaço (se assim podemos chamá-lo) em que se estabelece o gênero e onde ele pode ser resignificado: “Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim torna-se mulher, decorre que mulher é um termo em processo”. Com isso, ela aponta que “mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria ‘cristalização’ é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais”. Ela completa que a mulher em Beauvoir jamais pode tornar-se uma em definitivo como se houvesse um *telos* que governa a construção ou aculturação, propondo uma “genealogia política das ontologias” para desmembrar em “atos constitutivos” para explicar e desconstruir nas estruturas compulsórias do gênero sua aparência social (BUTLER, 2003, p. 59).

### 3.2 Uma explicação para a diferença sexual

“Deveria ser possível apresentar um esquema dos caminhos pelos quais toda uma constelação de identificações se conforma ou não aos padrões de integridade do gênero culturalmente impostos” (BUTLER, 2003, p.103).

Butler (2003) aponta que a noção de patriarcado e a busca feminista por esta justificativa é problemática. Segundo ela, na história das origens que se insere dentro de uma narrativa, “por apresentar um relato único e autorizado sobre um passado irrecuperável, faz a construção da lei parecer uma inevitabilidade histórica”. Essa lei<sup>9</sup> a que a autora se refere é repressiva e subordinadora que surge como uma história do que acontecia antes do advento da lei. Logo, conclui-se de que se trata das histórias de como a sociedade se organizou, dando a entender que a organização pós-lei é um efeito “natural”. A autora ainda afirma que, embora algumas feministas tenham encontrado traços de um futuro utópico no passado pré-

---

<sup>9</sup>A Lei que ela toma como termo em sua explicação depois é explicada como vinda do discurso estruturalista. “Lei”, usada no singular que segue, conforme argumento de Lévi-Strauss, como estrutura universal reguladora que caracteriza todos os sistemas de parentesco, em que as mulheres são usadas como objeto de troca, em consonância com o que se encontra em *As estruturas elementares de parentesco*, texto de Simone de Beauvoir no Livro *Tempos Modernos*, de Lévi-Strauss (1949).

jurídico, essa visão provinciana rejeita a abordagem do gênero como construção cultural complexa, contribuindo para objetivos conservadores.

Continuando sua explicação sobre como o feminismo socialista, cuja base está na antropologia estruturalista de Lévi-Strauss, a autora considera que esse feminismo pode ser problemático, justamente porque considera uma contraposição entre natureza e cultura, levando as feministas a inferirem que o sexo está para a natureza como “matéria-prima”, assim como o gênero está para a cultura como “fabricado” (BUTLER, 2003, p. 65). Nesse caso, sua crítica é de que se isso fosse verdade, seria possível mapear a transformação de sexo em gênero. Segundo ela, diante do fato de que qualquer tentativa de encontrar um “construto” para a noção de gênero, como seria o patriarcado, sabendo haver contingências além da lei, é escapar do foco feminista nos “termos concretos da luta cultural contemporânea” (BUTLER, 2003, p. 67).

Para ficar mais claro, argumenta que na “estrutura universal” da troca reguladora que caracteriza todos os sistemas de parentesco, a mulher é o objeto de troca, algo que historicamente faz parte da estrutura das relações humanas. Butler, como leitora firme de Foucault, entende que toda “verdade” é sempre um discurso que enuncia estruturas de poder que emergem como hegemônicas (1996). Não é de estranhar que tome como ponto de partida a linguagem para o que afirma: “o caráter ‘total’ e ‘fechado’ da linguagem é presumido e contestado no estruturalismo. [...] ele [Saussure] situa essa relação no interior de um sistema linguístico necessariamente completo (BUTLER, 2003, p. 70). Acrescenta que essa relação é implícita para conferir o sentido a qualquer termo. No entanto:

A ruptura pós-estruturalista com Saussure e com as estruturas identitárias de troca encontradas em Lévi-Strauss refuta as afirmações de universalidade e totalidade, bem como a presunção de oposições em estruturas binárias a operarem implicitamente no sentido de subjugar a ambiguidade e a abertura insistentes da significação linguística e cultural. Como resultado, a discrepância entre significante e significado torna-se a *differance* operativa de linguagem, transformando toda referência em deslocamento potencialmente ilimitado (JUDITH BUTLER, 2003, p. 70).

Se, para Lévi-Strauss, numa cultura patrilinear ocorre uma identidade na diferença, visto que clãs com nomes diferentes particularizam a si mesmos no seio

de uma identidade cultural masculina abrangente a tudo, sendo vinculados por meio da oferta de suas mulheres, Butler (2003) relembra Irigaray que afirma ser uma *difference* nunca manifesta, mas sempre renegada na economia falocêntrica. Ela não só concorda, como acrescenta que:

as relações entre clãs patrilineares baseadas em um desejo homosocial que Irigaray chama de 'homossexualidade', numa homossexualidade *recaladae* consequentemente desacreditada, numa relação entre homens que, em última instância, concerne aos laços entre os homens, mas se dá por intermédio da troca e da distribuição heterossexual das mulheres (BUTLER, 2003, p. 70).

Lévi-Strauss apresenta a ligação entre a consolidação dos laços homoeróticos na economia falocêntrica com o tabu do incesto. A lei que o proíbe é “o *locus* da economia de parentesco que proíbe a endogamia” e se estabelece “o nexo entre a antropologia estrutural e a psicanálise”. Butler (2003) acrescenta que concorda com Lévi-Strauss ao ser dito que o repúdio ao *Totem e Tabu* é uma prova paradoxal de apoio à tese de Freud contida no livro. Contudo, afirma que o autor tem uma apropriação lacaniana, uma vez que é a cultura essencialmente entendida como conjunto de estruturas e significações linguísticas, meios pelos quais se reproduz essa proibição do incesto e regra de exogamia (BUTLER, 2003, p. 72).

Essa visão, em especial, interessa a esta pesquisa, porque relaciona-se com estereótipos sexistas, na medida em que eles podem ser entendidos como essência de discursos<sup>10</sup>, aos quais um sujeito pode aderir, desprezar ou desconhecer e que compõem ideologias. Esse conceito será melhor explicado mais adiante. Por ora, começa a se esclarecer a visão de sujeito de Butler a partir da cultura fundada na concepção da formação sexual e considerando concepções metafísicas importantes na filosofia.

De qualquer forma, Butler interpreta Lacan explanando que para ele, a Lei que proíbe a união incestuosa entre o menino e a mãe inaugura as estruturas de parentesco por meio de deslocamentos libidinais por intermédio da linguagem:

Embora as estruturas da linguagem, coletivamente entendidas como o Simbólico, mantenham uma integridade ontológica separada dos vários agentes falantes pelos quais atuam, a Lei reafirma e

---

<sup>10</sup> Portanto, enunciado, fazendo referência ao termo entendido pela ótica de Foucault (1996).

individualiza a si mesma nos termos de toda a entrada infantil na cultura (BUTLER, 2014, p. 73).

Explica que a fala só emergiria em condições de insatisfação, no caso, a proibição incestuosa, perdendo-se a *jouissance*<sup>11</sup>, termo que poderia ser traduzido como gozo original, mediante o recalçamento primário que “funda o sujeito”, surgindo em seu lugar o signo, também barrado em seu significante pelo mesmo motivo (o tabu), e que, por esta razão, procura no seu significado a recuperação do prazer irrecuperável.

Em resultado dessa observação, ela questiona Lévi-Strauss que defendeu como “verdades culturais universais” o tabu contra o ato do incesto heterossexual entre filho e mãe e a fantasia incestuosa fundantes, tal como fosse um sistema fechado, assim como o signo de Saussure (BUTLER, 2003). Conclui que se a linguagem não consegue significar como consequência necessária da proibição do incesto, isso marca a futilidade de seus gestos referenciais. Lembrando que tabu é aquilo que não se pronuncia. Podemos entender por “futilidade” não só o fato do significante jamais dar conta de expressar aquilo que não é acabado em seu sentido, mas também o fato desses significantes dos signos, que poderiam ser expressos, serem suprimidos também pelo efeito do tabu.

A pergunta que se pode fazer em consequência seria: qual a definição de sujeito feminino para esse entendimento de ser sociocultural fundado a partir da proibição do incesto entendido como desejo heterossexual do filho pela mãe? Para Butler, não há uma inquirição da ontologia *per se*, porque não há acesso ao ser diante da significação autorizadora da Lei que toma a diferença sexual como pressuposição de sua inteligibilidade, obrigando a um questionamento prévio do “ser” Falo. Contudo “ser” e “ter” o Falo denotam posições divergentes ou não-posições, que Butler, em verdade, considera impossíveis no interior da linguagem. Como ela afirma, “‘Ser’ o Falo é ser ‘significante’ do desejo do Outro e *apresentar-se* como esse significante” (BUTLER, 2003, p. 74). Nesse caso, a divisão e a troca entre “ser” e “ter” o Falo é estabelecida pelo Simbólico, a lei paterna e, portanto, ser significado por ele.

---

<sup>11</sup>Palavra destacada pela autora.

Diz-se que as mulheres “são” o Falo no sentido de manterem o poder de refletir ou representar a “realidade” das posturas autorreferidas do sujeito masculino, um poder que, se retirado, romperia as ilusões fundadoras da posição desse sujeito. Para “ser” o Falo, refletoras ou garantes da posição aparente do sujeito masculino, as mulheres têm de se tornar, têm de “ser” (no sentido de “posarem como se fossem”) precisamente o que os homens não são e, por sua própria falta, estabelecer a função essencial dos homens. Assim, “ser” o Falo é sempre “ser para” um sujeito masculino que busca reconfirmar e aumentar sua identidade pelo reconhecimento dessa que “é para” (BUTLER, 2003, p. 76).

Nesse sentido, na tentativa de “ser” o Falo, as mulheres teriam de renunciar ao próprio desejo duplamente, como seria em acordo com Freud no conceito de “onda dupla” de recalçamento que fundaria feminilidade, conceito discutido por Irigaray (1985). No caso dos homens, embora “tenham” o Falo, jamais o são, no sentido de que o pênis, ao não ser um equivalente da Lei, nunca poderia simbolizá-lo efetivamente.

Butler esclarece que esse “parecer” o Falo em Lacan é inevitavelmente uma *mascarada*. Para ela, é contraditório, uma vez que reduz todo o ser a uma aparência e assim discorre duas conclusões muito diferentes a essa análise. A primeira, seria a mascarada compreendida “como a produção *performativa* de uma ontologia sexual, uma aparência que se faz convincente como ‘ser’”. A segunda, como “negação de um desejo feminino o qual pressupõe uma feminilidade ontológica anterior” e que é “regularmente não representada pela economia fálica” (BUTLER, 2003, p. 78). Irigaray (1985), por sua vez, e nessa seara, observa que a “mascarada” é o que as mulheres fazem para participar do desejo masculino, abrindo mão do delas mesmas. Rivière (2005), em vez disso e além, afirma que a feminilidade encontrada em mulheres “heterossexuais” com comportamentos de rivalidade com figuras paternas – que em algumas literaturas seriam tidas como homossexuais ou bissexuais sendo difícil traçar a linha divisória entre feminilidade genuína e “máscara” – sugere não haver diferença nem radical nem superficial entre ambas:

A capacidade de feminilidade existia nessa mulher – poderíamos mesmo dizer que existe na mais completa mulher homossexual – mas devido a seus conflitos, não representava seu desenvolvimento principal e era usada muito mais como um artifício para evitar a ansiedade do que como uma forma primária de prazer sexual [...] Tanto a mulher “normal” como a homossexual desejam o pênis do pai e se rebelam contra a frustração (ou castração); mas uma das diferenças entre elas está na diferença do grau de sadismo e do

poder de lidar com ele e com a ansiedade daí resultante (RIVIERE, 2005, pp. 17-23).

Nessa discussão, Butler (2003) reporta que a mascarada, em termos de determinação, na prática, ocorre na heterossexualidade ou homossexualidade de homens e mulheres, mas em qualquer caso – seja o de uma “feminilidade” x “masculinidade” – temos indefinições sobre como o que é feminino e masculino são determinados culturalmente, o que conseqüentemente implica assumir, segundo Butler, que “gays podem simplesmente não ser muito diferentes de seus equivalentes heterossexuais” (BUTLER, 2003, p. 83). Fica subentendido que os mecanismos para as “determinações” na pessoa (em sentido de processo aberto) têm a mesma origem e as diversas manifestações e, concluímos, são fruto de conflitos.

Contudo, a autora aproveita essa discussão para dizer que uma tipologia do gênero precisa dar lugar à explicação discursiva da produção cultural do gênero. Assim, argumenta que, embora o direito de ocupar a posição de usuário da linguagem seja o objetivo aparente da agressão do analisado de Rivière, pode-se pensar se não haveria um repúdio ao feminino no interior do discurso e ressurgindo como o “Outro-Fálico” que “confirmará fantasisticamente<sup>12</sup> a autoridade do sujeito falante” (BUTLER, 2003, p. 87). E, em seguida:

Algumas explicações psicanalíticas argumentam que a feminilidade se baseia na exclusão do masculino, sendo o masculino uma ‘parte’ da composição psíquica bissexual. Supõe-se a existência desse binário e então intercedem o recalçamento e a exclusão, para fabricar a partir dele, identidades de gênero distintas, com o resultado de que a identidade é sempre já inerente a uma disposição bissexual que, por meio do recalçamento, é separada em suas partes componentes. Num sentido, a restrição binária sobre a cultura coloca-se como bissexualidade pré-cultural que se divide na familiaridade heterossexual por via de seu advento na ‘cultura’. Desde o começo, contudo, a restrição binária à sexualidade mostra claramente que a cultura não é de modo algum posterior à bissexualidade que ela supostamente reprime (BUTLER, 2003, p. 87).

Assim, ela esclarece que essa ‘bissexualidade’ como fundação psíquica dita recalçada numa data posterior é uma produção discursiva que afirma ser anterior a

---

<sup>12</sup> *Sic.*

todo o discurso, levada a efeito mediante práticas compulsórias e geradoras de uma heterossexualidade normativa.

Ressalta ainda que, em Lacan, a noção de “cisão”, primária ou fundamental, que torna o sujeito internamente dividido e estabelece dualidade dos sexos aparenta ser o efeito da lei e não uma condição pré-existente sobre a qual ela atuaria e, nesse sentido, ela concorda com Jacqueline Rose, para quem seria impossível um lugar anterior à lei acessível e recuperável. Desta feita, a possibilidade reside em pensar que se existe uma cisão, mas ela é artificial, “então deve haver uma divisão que ‘resista’ à divisão, uma duplicidade psíquica ou uma bissexualidade intrínseca que mina todo e qualquer esforço de separação” (BUTLER, 2003, p. 88). Embora um tanto confusa a noção de uma divisão que resista a uma divisão, uma vez Lacan estando certo e reinterpretando as palavras de Butler, supõe-se que esse processo demandaria destruição de uma unidade *a priori* impossível de ser feita e que, portanto, resiste, fragmentando-se de modo a restituir a gênese bissexual ou duplicidade psíquica.

Por essa razão, Butler afirma que qualquer teoria psicanalítica que tome o preceito de desenvolvimento, pressupondo a identificação pai-filho ou mãe-filha, funde erroneamente o Simbólico<sup>13</sup> com o real e “perde de vista o ponto crítico de incomensurabilidade que expõe a ‘identificação’ e o drama de ‘ser’ e ‘ter’ o Falo como invariavelmente fantasístico”. Ela relembra que as restrições binárias continuam “a estruturar e formular a sexualidade” e antecipadamente “as formas de sua resistência ao ‘real’” (BUTLER, 2003, p. 89) e por isso emerge sua desconfiança diante de um Simbólico que não é capaz de desvencilhar-se de uma ideologia que se associa à *dialética presente no pensamento religioso*:

---

<sup>13</sup>Sobre o Simbólico, em nota, Butler explica que deve ser entendida como um conjunto ideal e universal de leis culturais que governam o parentesco e a significação. Mas acrescenta as diferenças desse sentido que, nos termos do estruturalismo psicanalítico, seria o que produz da diferença sexual; em Irigaray, o Simbólico representa, em vez disso, discurso dominante e hegemônico do falocentrismo. No caso de algumas feministas francesas, pensando nesse mesmo sentido, há a proposta de uma linguagem alternativa, entre elas, Hélène Cioux (sendo ela e Irigaray associadas à *écriture féminine*). Já Kristeva propõe o “semiótico” como uma dimensão especificamente materna da linguagem; e Wittig, em contraposição a esta proposição de que a linguagem seria misógina, discorda dizendo ser apenas um *instrumento*, em concordância com sua noção de sujeito cognoscente, cuja concepção não inclui o entendimento de um campo de significações que preexista e estructure o sujeito.

A dialética entre o imperativo jurídico que não pode ser cumprido e o fracasso inevitável “diante da lei” evoca a relação torturada entre o Deus do Velho Testamento e seus humildes servos, que lhe oferecem obediência sem pedir recompensa. Essa sexualidade incorpora hoje esse impulso religioso, sob a forma de uma demanda de amor (considerada “absoluta”) que se diferencia tanto da necessidade como do desejo (numa espécie de transcendência extática que eclipsa a sexualidade de modo geral) e que empresta credibilidade ao Simbólico, como aquilo que funciona, para os sujeitos humanos, como uma divindade inacessível, mas determinante (BUTLER, 2003, p. 90).

Para ela, esse Simbólico que sempre fracassa diante da ordem divina impossibilita a realização da identidade, uma vez que fracassando, o sujeito deve recompensar seu pecado, transcendendo a impossibilidade de seu desejo em amor “absoluto”. Butler, inclusive, baseia-se no conceito de “moral do escravo” de Nietzsche ao dizer que essa representação de “lei paterna como autoridade inevitável e incognoscível diante do qual o sujeito sexuado está fadado a fracassar é, na verdade, o impulso teológico que a motiva”. Desse modo, se o Simbólico em Lacan não mostra uma possibilidade de “abertura para alternativas imaginárias nos jogos do desejo”, ele certamente retroalimenta essa moral e impossibilita uma estratégia de política cultural que lide com o real (BUTLER, 2003, p. 90–91).

### 3.2 *A identidade feminina como melancolia para Butler a partir de Freud*

Tomando como ponto de partida Freud, o autor entende que a experiência de perda de um ser humano cuja relação era significativa faz com que o ego incorpore as características desse ser como forma de “preservá-lo”.

Nesse caso, o “eu” busca superar essa perda por meio de uma identificação que acolha o outro em sua própria estrutura, num processo de internalização permanente de seus atributos. Assim, “A identificação narcísica com o objeto torna-se, então, um substituto do investimento erótico, e resulta que, apesar do conflito com a pessoa amada, não é preciso abrir mão da relação amorosa”. Conforme Butler, Freud assinala posteriormente a importância crucial desse processo para a formação do ego e a “escolha do objeto”<sup>14</sup>. Assinala ainda que, embora Freud se

---

<sup>14</sup> A própria autora usa aspas, muito provavelmente porque compreende que, para Freud, essa escolha seria fixa, enquanto para ela, essa escolha se dá a todo instante ao longo da vida podendo ser mais ou menos fixa, conforme o contexto; basta lembrar de *performatividade*, termo que ela utiliza para compor sua definição de gênero.

refira à “construção daquilo que se chama caráter”, mostra-se claramente que se trata de identidade de gênero em seu trabalho posterior, “O ego e o Superego ideal (ideal de ego)” (FREUD *apud* BUTLER, 2003, p. 92). Assim, para Freud, essa estratégia de identificação mostra-se como única forma de o id abrir mão de seus objetos.

Além disso, embora a melancolia não se oponha ao luto, pode ser o único meio do ego sobreviver à perda de seus laços afetivos significativos. Ressalta-se ainda que esse “processo de internalização de amores perdidos” faz parte da formação de gênero quando se entende que “o tabu do incesto, entre outras funções, inicia para o ego a perda de um objeto de amor”, e que esse ego se recupera “mediante a internalização do objeto tabu do desejo”.

Sendo um amor heterossexual proibido, o objeto é negado, mas a modalidade de desejo não, de modo que o desejo é desviado para outros objetos do sexo oposto. Sendo um amor homossexual proibido, tanto o objeto quanto a modalidade do desejo são negados e, assim, a dupla renúncia leva à melancolia como estratégia. Em consequência, “o menino lida com seu pai identificando-se com ele” (FREUD *apud* BUTLER, 2003, p. 93). Em relação à postulação de Freud de uma bissexualidade primária como fator complicador do processo de formação do caráter e do gênero, considerando que o menino mantém um investimento primário na mãe, Freud observa a bissexualidade em forma de comportamentos masculinos e femininos na tentativa de seduzir a mãe. Mas Butler assinala que Freud introduz o complexo de Édipo como elemento que explica a necessidade de repúdio à mãe e ambivalência em relação ao pai (porque ao mesmo tempo que há a rivalidade criada sob esse desejo recalcado pela mãe, há também a aproximação identificatória), mas nesse caso, ela apresenta um raciocínio interessante para pensar se de fato estaria certo Freud ao afirmar uma bissexualidade primária ao mesmo tempo em que defende o complexo de Édipo, tendo como consequência uma heterossexualidade primária no menino:

Freud sugere claramente que o menino tem de escolher não só entre as duas escolhas de objeto, mas entre as duas predisposições sexuais, masculina e feminina. O fato de o menino geralmente escolher o heterossexual não resultaria do medo da castração pelo pai, mas do medo de castração — isto é, do medo da “feminização”, associado com a homossexualidade masculina nas culturas

heterossexuais. Com efeito, não é primordialmente o desejo heterossexual pela mãe que deve ser punido e sublimado, mas é o investimento homossexual que deve ser subordinado a uma heterossexualidade culturalmente sancionada. Ora, se é a bissexualidade primária, e não o drama edipiano da rivalidade, que produz no menino o repúdio da feminilidade e sua ambivalência em relação ao pai, então a primazia do investimento materno toma-se cada vez mais duvidosa e, conseqüentemente, a heterossexualidade primária do investimento objetal do menino (BUTLER, 2003, p. 94).

De qualquer forma, é por este meio que Freud atribui “a ‘consolidação’ do gênero” (BUTLER, 2003, p. 94). A explicação freudiana para o caso do menino seria a de que, ao renunciar à mãe como objeto de desejo, internaliza essa perda identificando-se com ela ao mesmo tempo que desloca seu apego heterossexual, aproximando-se de seu pai e, dessa forma, “consolidando” sua masculinidade. Por outro lado, ainda para Freud, quando o menino renuncia tanto o objeto (mãe) quanto o objetivo (predisposições, tendências masculinas ou desvio do objeto heterossexual que o aproximam do pai), ele internaliza a mãe (sua primeira perda) e estabelece um superego feminino, desorganizando a masculinidade e estabelecendo disposições libidinais femininas.

Na menina, em analogia ao complexo de Édipo, a perda do pai pela proibição do incesto resulta numa identificação com o objeto perdido (masculinidade/homossexualidade/ “negativo”) ou ocorre o desvio do objeto (heterossexualidade/“positivo”), caso em que há o repúdio à mãe como objeto de amor sexual, com conseqüente afastamento da masculinidade e fixação da feminilidade paradoxalmente.

Por esta razão, Butler conclui que não há homossexualidade na tese de bissexualidade primária, uma vez que só os opostos se atraem e assim questiona de onde viriam essas afinidades de gênero: se seriam apenas ‘predisposições’ ou fruto de internalizações e, ainda, qual seria o significado a ser atribuído a masculino e feminino. Questiona também quais as provas da existência de ‘predisposições’ e como poderiam ser identificadas a origem, as características de predisposições masculinas e femininas e se de fato essas características teriam relação direta com o objeto heterossexual. Ela diz:

Em outras palavras, até que ponto nós tomamos o desejo pelo pai como prova de uma predisposição feminina, só porque partimos de

uma matriz heterossexual do desejo, apesar da postulação da bissexualidade primária? (BUTLER, 2003, p. 96).

Em consequência, Butler caminha para a suposição das internalizações (e, portanto, melancolia), como provável explicação, apontando, no ato da internalização, a raiva e a culpa, inevitavelmente aumentadas pela própria perda que se voltam para dentro e são preservadas.<sup>15</sup> Para Butler, após desfiar em perguntas o trabalho de Freud, conclui que essas “predisposições, longe de serem *fundantes*”, são consequência de um “processo cujo objetivo é dissimular sua própria genealogia”. Ela explica que isso significa dizer que “predisposições” são “vestígios de uma história que não é contada e cujas proibições buscam torná-la indizível”. Assim, para ela, o gênero é uma “narrativa” que, excluindo seu ponto de partida – o momento fundador –, produz um efeito na cultura:

ao instalar a si mesma [a lei] como princípio de continuidade lógica numa narrativa de relações causais que toma os fatos psíquicos como seu ponto de partida, essa configuração da lei exclui a possibilidade de uma genealogia mais radical das origens culturais da sexualidade e das relações de poder (BUTLER, 2003, p. 100).

Estes questionamentos parecem confirmar que Butler ainda tem dúvidas sobre como exatamente funcionam essas predisposições femininas e masculinas, uma vez que as teorias abordadas tentam mostrar as diferenças de gênero a partir de posições estruturais, mas pensando no caso dos transgêneros, isso teria de ser repensado:

---

<sup>15</sup> Vale a pena retomar Freud para compreender a diferença entre luto e melancolia, a meu ver (de uma leiga e, por isso, necessita de revisão), não claramente retomada por Butler: “O luto, via de regra, é a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como pátria, liberdade, ideal, etc. Sob as mesmas influências em muitas pessoas se observa em lugar do luto uma melancolia, o que nos leva a suspeitar nelas de uma disposição patológica. [...] A melancolia caracteriza-se psiquicamente por um desânimo profundamente doloroso, uma suspensão do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e um rebaixamento do sentimento de autoestima, que se expressa em recriminações a si mesmo e autoinsultos, chegando até à expectativa delirante de punição [...] Apliquemos agora à melancolia o que aprendemos sobre o luto. Em uma série de casos é evidente que ela também pode ser reação à perda de um objeto amado; quando os motivos que a ocasionam são outros, pode-se reconhecer que esta perda é de natureza mais ideal. O objeto não é algo que realmente morreu, mas que se perdeu como objeto de amor (por exemplo, o caso de uma noiva abandonada). Em outros casos ainda nós acreditamos autorizados a presumir uma perda deste tipo, mas não podemos discernir com clareza o que se perdeu e com razão podemos supor que o doente também não é capaz de compreender conscientemente o que ele perdeu. Poderia ser também este o caso de quando o doente conhece qual é a perda que ocasionou a melancolia, na medida em que de fato sabe que ele perdeu, mas não o que perdeu nele [no objeto]. Isto nos levaria a relacionar a melancolia com uma perda de objeto que foi retirada da consciência, à diferença do luto, no qual nada do que diz respeito à perda é inconsciente” (FREUD, 1985).

Se a gente vai falar sobre transgênero, terá que ir além desses tipos de posições estruturais, uma vez que simplesmente não é o caso de que toda criatura aparentemente biológica que é fêmea tenha que ser convertida socialmente numa menina ou numa mulher. [Em outra pergunta, continua] O que eu acho mais produtivo são essas feministas que de fato pensam de modo complexo a identificação: as maneiras como as identificações são estabelecidas, ou como o ego corporal é projetado, a maneira como a morfologia é compreendida em relação à fantasia, todas essas coisas me parecem fontes psicanalíticas realmente importantes para pensar o transgênero (BUTLER *apud* KNUDSEN, 2010, p. 164).

Poderíamos pensar, por intuição, que “posições estruturais”, de certa forma, supõe a existência de pré-estruturas nas quais as diferenças de gênero seriam estruturadas, mas isso não explicaria a existência dos transgêneros e não seria favorável à liberdade humana pensar essa expressão humana em termos patologizantes como Butler afirma na entrevista a Knudsen (2010) que alguns teóricos fizeram. Além disso, essa consideração de Butler está totalmente em acordo com os questionamentos que ela apresenta e que confirmam a necessidade de desenvolver o conhecimento de como a formação humana relacionada à sexualidade e identificação ocorrem.

### 3.3 Considerações

Os questionamentos suscitados por Butler após essa apresentação levam automaticamente a se pensar que é no seio social e em suas práticas históricas e geográficas que se estabelecem o masculino e feminino, com particularidades que se diferem, às vezes radicalmente, em algumas regiões do mundo, tal como diversos pesquisadores da antropologia e da sociologia atestaram.

A partir da reflexão de Butler e dos autores que ela retomou, pode-se depreender que “feminino” e “masculino” devem ser tomados no contexto presente e, a partir deles, observar a dinâmica de atuação. Se existe uma feminilidade ou masculinidade, é sempre concernente ao presente e, por isso, podem ser considerados conceitos em mutação cujas bases são históricas, mas, antes, dependem de comportamentos. Nesse sentido, esclarece-se o que ela quer dizer com *performatividade*, termo que será a marca da definição de gênero em seu trabalho. Compreende-se que “construção” para gênero é, portanto, uma palavra não perfeitamente cabível como ela mesma explicou.

Butler, trazendo diversos autores para discutir minuciosamente as concepções tomadas sobre o que seria o gênero ajuda a esclarecer uma proposta definidora que abarca e parece explicar muito bem a infinita diversidade não só de comportamentos do masculino e feminino, como também as infinitas possibilidades da sexualidade não binária que também poderiam explicar esses comportamentos e, diga-se, parece ter sido o mais evidente objetivo de Butler (2003). Para este trabalho, fica claro que, por ora, a conclusão que podemos tomar é de uma plasticidade muito mais abrangente do que o senso comum supõe, tanto nos termos da sexualidade quanto no da identificação para além da binariedade homem-mulher.

De qualquer forma, neste trabalho, para entender melhor o que são os estereótipos sexistas, qual poderia ser a “força” e sua influência na formação subjetiva e se eles são capazes de influir em determinadas escolhas cruciais num dado momento da vida, foi necessário passar por esta questão importante e lembrar que embora haja uma crítica importante de Butler sobre o engodo de se apoiar em lógicas do conhecimento visto como patriarcal, ainda que ele não seja o que está no cerne do sujeito [ou estaria?], faz parte de uma cultura compartilhada que predomina ora ou outra, senão constantemente em diversos de nossos espaços colonizados, como hoje muitos autores têm tratado questões específicas do Brasil.

Se existem estereótipos que podem ser chamados de sexistas, necessariamente deve-se pensar sobre como são formadas essas noções de gênero e, especificamente, a forma sexista ou binária de pensá-lo. O sexismo em si, enquanto estereótipo que permeia as relações sociais a partir da formação dos indivíduos, pode ser olhado pela perspectiva de uma cultura própria, desenvolvida a partir de crenças estendidas para a dominação em diversos espaços sociais. Portanto, parece ser necessário observar seu funcionamento em relação não só ao indivíduo quanto ao social.

#### **4 A concepção de sexismo pelos trilhos da teoria crítica**

A questão de gênero, como visto a partir de Butler (1999), é bastante complexa e traz questionamentos sobre as concepções adotadas em diversos estudos, inclusive pelos estudos psicanalíticos. Seu foco parece ter sido tentar entender como algumas vertentes epistemológicas concebem o gênero e os problemas que essas abordagens implicam. Para nós, ela deixa clara a distância da resolução dessa questão complexa de seu trabalho que é definir por que as pessoas são como são.

Contudo, é essencial ter em mente a observação de que pessoas, de uma forma geral, aderem mais ou menos a estereótipos sexistas. Existe uma indiscutível presença deles no todo cultural mais comumente difundido na grande massa. Embora mudanças sociais tenham sido percebidas, estas foram fortemente contrapostas por quem defende concepções religiosas que ditam ou induzem como as pessoas devem se relacionar. Não teria sentido estudar o problema pelo ângulo que não explorasse essa generalidade e, somente depois disso, seguir com uma análise da subjetividade a partir da visão compartilhada pelos indivíduos.

A questão do gênero se associa a uma sociedade da razão, na qual se insere questões da Ciência e Tecnologia e podem ter uma conexão com conceito da repressão freudiana. Esclarece-se que não se pensa o indivíduo como exclusivamente autônomo nas escolhas, embora, utopicamente, essa seja a meta de estudar por tal teoria. Entende-se, antes, essas escolhas como resultado ao mesmo tempo de duas direções: do interno para o externo, e do externo que incide no interno em um processo vivo e constante. Ao mesmo tempo, o que poderia ser uma valorização da Ciência e Tecnologia em prol de uma razão social para o desenvolvimento e progresso, aos poucos ganhará os contornos adequados de uma crítica mais profunda.

Por essa perspectiva, não poderíamos entender o indivíduo como completamente independente das forças sociais, nem completamente incapaz de agir mediante essas forças. Aborda-se, portanto, Freud, para entender as concepções básicas da formação da psique que se relacionam ao gênero, assim como cita-se Adorno e Horkheimer (1985) que, por meio da Juliette de Sade,

relacionam moralidade e razão, destacando o papel da mulher na História. Finalmente, devido à extensão, reserva-se um capítulo à parte para tratar da repressão na sociedade industrial avançada com Marcuse, Adorno e Horkheimer, mostrando as consequências desse nível de repressão na interação entre indivíduos, além de destacarmos o sexismo.

#### 4.1 *Introdução à formação da psique da mulher na modernidade*

No ensaio *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*, Freud (1976, p. 100) refere-se ao aumento da incidência da “doença nervosa moderna” atribuída à moral imposta pela sociedade contemporânea. Segundo ele, os médicos observaram que os indivíduos vitimados por doenças nervosas são, não por menos, “os filhos de casais procedentes de rudes e vigorosas famílias camponesas que viviam em condições simples e saudáveis, e que, fixando-se em cidades, num curto espaço de tempo elevaram seus filhos a um alto nível cultural”.

Assim constata, por meio de observações clínicas, serem comuns as neuroses de natureza "tóxica<sup>16</sup>" que, por excesso ou a falta de componentes, causam problemas na vida sexual. Os demais psiquiatras de sua época, por outro lado, assinalavam outras "influências nocivas na civilização", mas não se encontrava correspondência com as formas de neuroses já existentes e diagnosticadas como sendo por elementos químicos do corpo que resultavam em problemas sexuais.

Contudo, quando Freud as classifica como psiconeuroses, sua explicação direciona-se para distúrbios psicogênicos, ou seja, afirma que dependem "da atuação de complexos ideativos inconscientes (reprimidos) e, por isso, teriam relação com sexualidade, obrigatoriamente. Ele chega a essa conclusão após observar, pelo método da psicanálise, que esses complexos inconscientes eram dotados de conteúdo sexual. Concluiu que essas psiconeuroses específicas da vida civilizada mais complexa derivavam de necessidades sexuais de indivíduos insatisfeitos que buscavam satisfação substitutiva. E finaliza: "Portanto, todos os fatores que prejudicam a vida sexual, suprimem sua atividade ou distorcem seus fins devem também ser vistos como fatores patogênicos das psiconeuroses".

---

<sup>16</sup> Parece ser, no contexto, uma referência ao que entende-se hoje por "químico".

Ele explica que a civilização repousa na supressão dos instintos: “Cada indivíduo renuncia a uma parte dos seus atributos: a uma parcela do seu sentimento de onipotência ou ainda das inclinações vingativas ou agressivas de sua personalidade”. Essa renúncia a que se refere Freud é aquela proveniente dos sentimentos familiares derivados do erotismo. Esse é o preço a ser pago pela socialização e, “dessas contribuições resulta o acervo cultural comum de bens materiais e ideais” (FREUD, 1976, p. 101). Contudo, essa renúncia aumenta à medida que progressivamente aumentam as exigências com a evolução da civilização que insitui esses passos e provoca efeitos diversos tanto nos indivíduos de constituições diferentes, quanto nas conseqüências de suas práticas:

Cada nova conquista foi sancionada pela religião, cada renúncia do indivíduo à satisfação instintual foi oferecida à divindade como um sacrifício, e foi declarado ‘santo’ o proveito assim obtido pela comunidade. Aquele que em conseqüência de sua constituição indomável não consegue concordar com a supressão do instinto, torna-se um ‘criminoso’, um ‘outlaw’, diante da sociedade - a menos que sua posição social ou suas capacidades excepcionais lhe permitam impor-se como um grande homem, um ‘herói’ (FREUD, 1976, p. 101).

Segundo Freud (1976, p. 101), o instinto sexual tem a capacidade de deslocar seu objetivo do sexo para outro não sexual sem limitar muito sua capacidade, o que é chamado de sublimação; contudo, tem feito isso à disposição da atividade civilizada ao preço de uma quantidade de energia muito elevada. Para ele, isso leva a um efeito de patologia: “Contrastando com essa motilidade, na qual reside seu valor para a civilização, o instinto sexual é passível também de fixar-se de uma forma particularmente obstinada, que o inutiliza e o leva algumas vezes a degenerar-se até as chamadas anormalidades”.

Entretanto, assevera a impossibilidade de ampliar indefinidamente esse processo de deslocamento, “da mesma forma que em nossas máquinas não é possível transformar todo o calor em energia mecânica” (FREUD, 1976, p. 102). Para a grande maioria dos indivíduos, é indispensável uma dosagem de satisfação sexual direta. A restrição dessa quantidade resulta em fenômenos que podem ser considerados como uma doença em virtude dos prejuízos funcionais e desprazer subjetivo.

Apresentando a ideia de que a sexualidade humana não só voltada aos propósitos da reprodução como também à obtenção de determinados tipos de prazer, Freud diz que há abertura para diversas perspectivas. Na infância, no estágio de auto-erotismo, em que se atinge a meta de adquirir prazer não só dos genitais, mas também de outras partes do corpo, através da educação da criança há a intenção de restringi-la nessa aquisição. Permanecer nesse estágio pressupõe comodidade na obtenção de um prazer que não exige esforço de conquista, contudo a permanência nele torna o instinto sexual incontrolável, inutilizando-o posteriormente.

Nesse caso, Freud (1976, p.102) afirma que o desenvolvimento do instinto sexual deixaria de passar do auto-erotismo ao amor objetal, e “da autonomia das zonas erógenas à subordinação [delas] à primazia dos genitais a serviço da reprodução”. Disso, infere-se também que a interrupção do processo responsável pela relação com um objeto externo, que não se restringiria só a funções reprodutoras, mas envolveria relações com outros indivíduos em determinadas instâncias. Por fim, entende-se que é nessa fase a ocorrência das anomalias decorrentes da vida moderna.

Atentando para o aspecto da transformação da energia, uma vez que o processo educativo de inibição do autoerotismo funcione, ocorre a sublimação nos casos favoráveis. Mas nem sempre logra, porque há dois aspectos a serem considerados: a disposição natural do indivíduo para essa capacidade sublimatória e o grau de necessidade de evadir essa energia por meio da sexualidade. Estaríamos tratando da quantidade de energia desse instinto sexual e do nível de capacidade de sublimar, sendo uns mais aptos do que outros.

Considerando a evolução do instinto sexual, Freud (1976) distingue três estágios civilizatórios: no primeiro, o instinto sexual expressa-se livremente sem o objetivo de reprodução; no segundo, tudo do instinto sexual é reprimido, salvo o objetivo da reprodução; no terceiro e último, a reprodução é admitida exclusivamente como meta sexual legítima. Atingir este último estágio, cuja moralidade sexual permitida é internalizada, corresponderia a ser civilizado. Sobre essa moralidade sexual citada por Freud, supõe-se aquela exclusiva de sua época, embora estenda-se à nossa pela origem compartilhada. Dessa forma, quando afirma no terceiro

estágio uma posição de legitimidade, ele trata das relações monogâmicas e heterossexuais como permitidas. Como se sabe, hoje essa moralidade legítima vem transfigurando-se mediante lutas políticas que moveram seus limites, embora ainda elas sofram resistências violentas em diversos lugares pelos motivos que ficarão claros até o fim do trabalho.

Entendidas as fases do desenvolvimento do indivíduo mediante a moral civilizada, pode-se retomar que Freud afirma:

Mesmo se tomarmos o segundo desses estádios como média, é preciso ressaltar que inúmeros indivíduos não se acham, devido à sua organização, capacitados a satisfazer suas exigências. Em toda uma série de pessoas o desenvolvimento do instinto sexual, acima descrito, do autoerotismo ao amor objetal com seu objetivo de união dos genitais, não se realizou de forma perfeita e completa. Como resultado desses distúrbios de desenvolvimento, surgem dois tipos de desvios nocivos da sexualidade normal, [...]. Em primeiro lugar (deixando de lado os indivíduos cujo instinto sexual é exagerado ou que resiste à inibição) estão diversas variedades de pervertidos, nos quais uma fixação infantil a um objetivo sexual preliminar impediu o estabelecimento da primazia da função reprodutora, e os homossexuais ou invertidos, nos quais, de maneira ainda não compreendida, o objetivo sexual foi defletido do sexo oposto (FREUD, 1976, p. 102).

Em outras palavras, o instinto sexual pode falhar em cumprir seu objetivo de desviá-la para a cultura. Para ele, o desfecho ideal é sublimação em que os instintos sexuais são revertidos em formas de viver úteis e produtivas ao indivíduo. Em contrapartida, não havendo essa possibilidade, há uma outra. Se o indivíduo tem elevado instinto sexual, sua capacidade de sublimar é limitada: a boa educação para a cultura e para as exigências sociais pode até ser aparentemente bem sucedida, mas o efeito não é real como seria se a capacidade de sublimação fosse mais elevada que a de sexualidade. E quanto maior é a pressão, mais adversa esta se torna. No desenvolvimento do indivíduo em direção ao terceiro nível civilizatório, o desfecho do indivíduo não ajustado é a ocorrência dos “fenômenos substitutivos” (1976, p.103) que correspondem a uma busca por compensação daquilo que falta na sexualidade. Para Freud (1976. P. 102), esses fenômenos substitutivos podem ser entendidos como doenças nervosas que são chamadas de psiconeuroses.

Freud (1976, p.104) explica que a neurose é uma condição do indivíduo cuja organização psíquica resiste obstinadamente aos seus instintos frente à confluência

da pressão cultural, mas isso ocorre apenas de forma aparente, “Portanto, eles só conseguem continuar a colaborar com as atividades culturais com um grande dispêndio de energia e às expensas de um empobrecimento interno, sendo às vezes obrigados a interromper sua colaboração e a adoecer”.

Em livro publicado alguns poucos anos depois, Freud (2016, l. 883)<sup>17</sup>. afirma que “O motivo mais evidente, [...] para o adoecimento neurótico reside no fator externo descrito como “impedimento”. Dessa forma, o indivíduo desenvolveu-se de forma sadia com necessidades satisfeitas a partir de um objeto real no mundo exterior. Entretanto, diante de uma subtração de um objeto, esse mesmo indivíduo, que configura a maioria, torna-se neurótico se não encontra um substituto para ele: uma “abstinência diante das limitações culturais no acesso à satisfação”.

Esta colocação do autor remete à discussão de Butler que levantou as bibliografias que tratavam da melancolia, mas seu foco estava em tentar entender como uma pessoa se torna homossexual e quando não. Aqui, pretendemos entender o que faz com que as mulheres optem por buscar seguir a ciência, forma de manifestação da “razão”, embora entendida por muitos como “masculina”.

Só existem duas possibilidades de se permanecer sadio quando há um impedimento real duradouro da satisfação, segundo Freud (2016, l.890): “a primeira é transformar a tensão psíquica em energia ativa que permaneça voltada para o mundo exterior e que acabe por arrancar dele uma satisfação real da libido”, e “a segunda, é renunciar à satisfação libidinal, sublimando a libido represada, de modo a alcançar metas que não são mais eróticas e que escapam do impedimento”. Ele acrescenta que independente do lugar em que esses fatores estejam presentes “em formação suficientemente forte”, há o risco de que a libido se desvie da realidade que, pelo impedimento persistente: “a libido pode, então, continuar retrocedendo e regredir a estágios infantis”.

---

<sup>17</sup> A partir desse ponto do texto, passa-se a considerar a obra de Adorno e Horkheimer (1985) em sua versão no formato do *kindle*. Por isso, não há paginação. Conforme regra da ABNT 10.520:2002, item 5.1, “Especificar no texto página(s), volume(s), tomo(s) ou seção da fonte consultada nas citações direta”. Como não trata dessa situação, emprestou-se a regra que está prevista na APA: as referências aparecem com “l. número”, sendo o l. equivalente a *localization*.

Contudo, as metas condizentes com esse estado regredido não será adequado com o estágio atual e se adquirirem intensidade, os sintomas da neurose se manifestarão como forma da resolução do conflito entre a parte da personalidade ligada à realidade e àquela que regrediu. Destaca-se que Freud (2016) está tratando dos impedimentos reais presentes na sociedade e o mecanismo da neurose é entendido como a forma de alcançar novamente a realidade por meio da satisfação substitutiva.

As psiconeuroses iniciam-se por duas trilhas: a perversão ou o homossexualismo, embora ele mesmo tenha admitido nesse ensaio que desconhece a causa para que ocorra a “inversão”. E acrescenta:

Se os efeitos nocivos desses dois gêneros de distúrbios do desenvolvimento são menores do que seria de esperar, tal se deve justamente à complexa constituição do instinto sexual, que possibilita à vida sexual do indivíduo atingir uma forma final útil, mesmo que um ou mais componentes do instinto tenham sido aliçados do seu desenvolvimento (FREUD, 1976, p. 102–103).

A perversão foi colocada por Freud (1976, p. 102), como um distúrbio que se caracteriza pela fixação que ocorre na fase do desenvolvimento infantil correspondente a uma sexualidade com “um objetivo sexual preliminar”, em que provavelmente não deve ter se concretizado o “objetivo sexual ligado à primazia da reprodução”. Dessa forma, faz sentido afirmar que se o indivíduo não estaciona, regride ao sofrer a gradativa e crescente pressão da moral, que aumenta tanto quanto mais se desenvolve:

O destino desses indivíduos de constituição diversa da dos seus semelhantes é variável, dependendo de terem nascido com um instinto sexual forte ou comparativamente fraco, em relação a padrões absolutos. No segundo caso, quando o instinto sexual é em geral fraco, os pervertidos conseguem suprimir totalmente as inclinações que os colocam em conflito com as exigências morais do seu estágio de civilização. Do ponto de vista ideal, essa é a sua única realização, pois para reprimir seu instinto sexual, esgotam as forças que poderiam ser utilizadas em atividades culturais. É como se esses indivíduos estivessem interiormente inibidos e exteriormente paralisados. As apreciações que faremos mais adiante sobre a abstinência exigida de homens e mulheres pelo terceiro estágio de civilização aplicam-se também a esses indivíduos (FREUD, 1976, p. 103).

Os desfechos possíveis advêm de processos que são relacionados aos estágios de desenvolvimento da sexualidade e incidem sobre os processos restantes. Portanto, Freud (1976, p. 110) afirma que o “comportamento sexual de um ser humano frequentemente constitui o protótipo de suas demais reações ante a vida”. Contudo diferencia esse desfecho e comportamento no homem e na mulher. Primeiramente, assevera sobre o comportamento masculino:

Do homem que mostra firmeza na conquista do seu objeto amoroso, podemos esperar que revele igual energia e constância na luta pelos seus outros fins. Mas se, por toda uma série de motivos, ele renuncia à satisfação de seus fortes instintos sexuais, seu comportamento em outros setores da vida será, em vez de enérgico, conciliatório e resignado (FREUD, 1976, p. 108).

O “gerenciamento” ou canalização da energia sexual no comportamento do homem com o objetivo de satisfazer seus instintos varia conforme sua força, sendo os setores da sua vida civilizada o oposto daquilo que se expressa em sua intimidade, em conformidade com sua capacidade de suprimir. No caso da mulher, ele apresenta algumas particularidades. Ele entende que o comportamento sexual feminino é o modelo do desvio da energia sexual para outras atividades substitutivas, atribuindo isso à sua educação moral diferenciada:

A educação das mulheres impede que se ocupem intelectualmente dos problemas sexuais, embora o assunto lhes desperte uma extrema curiosidade, e as intimida condenando tal curiosidade como pouco feminina e como indício de disposição pecaminosa. Assim a educação as afasta de qualquer forma de pensar, e o conhecimento perde para elas o valor [...] Não acredito que a ‘debilidade mental fisiológica’ feminina seja consequência de um antagonismo biológico entre o trabalho intelectual e a atividade sexual [...]. Acredito que a inegável inferioridade intelectual de muitas mulheres pode antes ser atribuída à inibição do pensamento necessária à supressão sexual (FREUD, 1976, p. 108).

A inegável “inferioridade intelectual de muitas mulheres”, parece ter, para Freud, mais a ver com uma educação que reprime sua expressão sexual tanto na prática quanto no discurso por meio da produção do tabu, o que resulta em sua debilidade intelectual. Ele entende que ceder a esse comportamento controlado que a sociedade exige para a mulher requer um grau de energia que seria voltada à sublimação.

Essa consideração parece um tanto contraditória, visto que ele já havia afirmado que a pressão que se exerce com a moral, pode não ser exitosa se o instinto sexual for maior: a capacidade de sublimação ocorre, mas o “ajuste” vem por meio de uma neurose. Nesse caso, até que ponto a capacidade de sublimação ou de o superego ser bem-sucedido corresponde à inteligência e a neurose, à ausência dela? Porque, se a sublimação estiver relacionada diretamente ao exercício do intelecto, não deveria a mulher que reprime mais a sexualidade ser mais inteligente?

Por outro lado, é possível depreender que o raciocínio mais provável de Freud é que esse instinto sexual, a tal ponto reprimido, uma vez não tendo capacidade de sublimar verdadeiramente também pelo fato de que a educação não permite, sucumbe totalmente suas energias às neuroses. Ainda assim, como poderiam ser os homens pervertidos ou neuróticos mais inteligentes que uma mulher nas mesmas condições? A sublimação não é uma condição para também poucos homens? Supõe-se que a sublimação na perspectiva de Freud seja, em comparação às mulheres, menos restrita.

Certamente, nesse ensaio, o conceito de inteligência que seria diferente em homens e mulheres não estava tão bem definido em meio ao conceito de sublimação, assim como também Freud se esqueceu que a repressão da moral sexual civilizada no falar da mulher poderia esconder mais do que se supunha em meio à “virtuosidade feminina”. No melhor de sua defesa sobre esta posição, ele poderia ter suposto para a mulher o que coaduna com outra de suas posições: a prática da sexualidade permite ao homem pensar um pouco melhor e assim poderia ser também à mulher, mas constatando que o exercício da sexualidade da maioria das mulheres era restrita, talvez tenha sido de fato essa a conclusão, porque, após ter feito essa considerações, ele acrescenta um parágrafo dedicado às formas de abstinências e suas consequências.

Em um outro comentário, o pai da psicanálise expressa outra incoerência na sua análise sobre a mulher:

É comum a irmã de um pervertido sexual, a qual em sua condição de mulher possui um instinto sexual mais débil, apresentar uma neurose cujos sintomas expressam as mesmas inclinações das perversões do seu irmão, mais ativo sexualmente. Correlatamente, em muitas famílias os homens são saudáveis, embora do ponto de vista social

sejam altamente imorais, enquanto as mulheres, cultas e de elevados princípios, sucumbem a graves neuroses (FREUD, 1976, p. 104).

Nesse excerto, o autor deixa claro que o homem é pervertido sexual pelo seu forte instinto sexual por trás da moralidade, porque a cultura é mais branda moralmente para o homem. A mulher, irmã desse homem, teoricamente teria semelhante instinto sexual, mas Freud afirma ser mais fraco por ser mulher. Dessa forma, se estamos falando de potencial para perversão porque se trata da irmã do homem pervertido de instinto sexual mais forte, seria esse o motivo da neurose? Em outros termos: é neurose por que seu instinto é mais fraco e não há sentido em pensar em perversão na prática? Ou por que a moral sexual civilizada para a mulher não permite que ela pratique a perversão?

Muito provavelmente ele estivesse analisando de um ponto de vista geral em que, nos casamentos, segundo as observações dele, a mulher deseja menos sexo do que o homem, como ele afirma. Contudo, pode-se pensar que existe a possibilidade da pressão social sobre o comportamento da mulher de sua época (especialmente a verbal, como resultado e como imperativo) não permitir que ele constatasse com mais acuidade a diferença e o porquê dessa distinção entre homem e mulher ser considerada comum. Uma mulher (ou qualquer um), com medo de represálias, silencia suas experiências tanto quanto suas opiniões em ambientes que sente como hostis à sua presença. Não parece estranho que muitas mulheres que ele atendeu não tivessem a coragem de emitir toda a verdade de suas experiências, sempre.

Parece mais cabível pensar no contexto freudiano e no de hoje que, no caso da mulher, a pressão, dobrada pela moral exclusiva e mais repressora, exige maior energia. Somada à impossibilidade de escoamento pelas mesmas vias de substituição masculinas, a pressão da moral sexual exclusiva da mulher resulta em neurose negativa dada a supressão da sexualidade e entra no lugar da perversão positiva que seria a prática da sexualidade livre que somente ao homem “é permitida”, ainda que de modo paralelo. Provavelmente foi isso que ele concluiu, mas sua visão sobre a mulher fez com que adjetivasse inicialmente o instinto sexual da irmã como mais fraco, incoerentemente com a lógica do exemplo.

Mais uma vez, com uma visão que se mostra distorcida frente à lógica da estrutura e função da psique para a mulher, Freud agora, além da menor inteligência, reafirma a suposição de um instinto sexual mais fraco e por isso, mais tendente à neurose negativa e não à perversão positiva. Por outro lado, as colocações do psiquiatra permitem considerar que, sob o impedimento proporcionado por uma moral sexual civilizada, em cujo conteúdo encontra-se empecilhos ao processo de sublimação na mulher, mesmo que sua natureza permita esse processo pleno, terá dificuldades em executá-lo. Ele não escreveu isso, mas é possível deduzir a partir das contradições entre sua visão sobre o “feminino” e suas observações clínicas em andamento.

O Marquês de Sade – que publicou, entre 1701 a 1801, a história das irmãs Justine e Juliette; a primeira, personagem virtuosa infeliz; e a segunda, ninfomaníaca amoral – aparentemente estava antes mais perto da compreensão dos potenciais da subjetividade da mulher na sociedade atual do que Freud quando publicou esse ensaio em 1908, sem desmerecer seus trabalhos posteriores e seu inegável pioneirismo na organização de uma teoria sobre a estrutura psíquica.

#### 4.2 *Juliette de Sade: a personagem da razão para Adorno*

A mulher cuja perversão envolvia o prazer ligado a oferecer a dor em contextos religiosos é, para Adorno e Horkheimer (1985), a personificação do pensamento Esclarecido do Iluminismo:

A razão é o órgão do cálculo, do plano, ela é neutra com respeito a objetivos, seu elemento é a coordenação. Aquilo que Kant fundamentou transcendentemente, a afinidade entre o conhecimento e o plano, que imprime o caráter de uma inescapável funcionalidade à vida burguesa integralmente racionalizada, inclusive em suas pausas para respiração, Sade realizou empiricamente um século antes do advento do esporte. As equipes esportivas modernas, cuja cooperação está regulada de tal sorte que nenhum membro tenha dúvidas sobre seu papel e para cada um haja um suplente a postos, encontram seu modelo exato nos *teams* sexuais de Juliette, onde nenhum instante fica ocioso, nenhuma abertura do corpo é desdenhada, nenhuma função permanece inativa.

Ainda que esse entendimento de um símbolo para o comportamento de toda uma sociedade seja o objetivo dos autores, propõe-se aqui uma possibilidade que o próprio Sade com Juliette demonstra ser possível: uma mulher que não seguiu o

caminho trilhado pelas demais mulheres da sociedade cujas características foram moldadas de tal forma que a moral sexual civilizada constituísse sua individualização com a predominância da submissão ou conformação ao patriarcado. Estas, uma vez submetidas, aos olhos de Sade, seriam aquelas infelizes por praticarem a ‘virtuosidade’ sexual conforme as regras morais. Na análise de Adorno e Horkheimer (1985), há de se considerar que eles interpretam psicanaliticamente Juliette da seguinte forma:

Justine, a boa dentre as duas irmãs, é uma mártir da lei moral. Juliette, porém, tira as consequências que a burguesia queria evitar: ela amaldiçoa o catolicismo, no qual vê a mitologia mais recente e, com ele, a civilização em geral. As energias ligadas ao sacramento são redirecionadas para o sacrilégio. Essa inversão, porém, é transferida pura e simplesmente à comunidade. Em tudo isso, Juliette não procede de modo algum com o fanatismo dos católicos em face dos incas. Ela apenas se dedica esclarecidamente, diligentemente, à faina do sacrilégio, que os católicos também têm no sangue desde tempos arcaicos. Os comportamentos proto-históricos que a civilização declarara tabu e que haviam se transformado sob o estigma da bestialidade em comportamentos destrutivos, continuaram a levar uma vida subterrânea. Juliette não os pratica mais como comportamentos naturais, mas proibidos por um tabu. Ela compensa o juízo de valor contrário, sem fundamento na medida em que nenhum juízo de valor tem fundamento, pelo seu oposto. Assim, quando repete as reações primitivas, já não são mais as primitivas, mas as bestiais.

Como descrita, Juliette contém em seu comportamento os vestígios da irracionalidade das pulsões ao praticar com liberdade seus desejos; seu comportamento reflete o que há de mais instintivo ou primitivo. Por outro lado, faz isso usando como instrumento a razão e extrai prazer da destruição daquilo que considera irracional: os tabus da religião.

Este contraste, acentuado pelos autores da *Dialética do Esclarecimento*, é pertinente, visto que mostra o embate entre o Iluminismo e a Religião, herdeira dos mitos. Eles apontam que “Nas sociedades mais antigas, os festivais possibilitavam este retorno à natureza como um retorno em comum. As orgias primitivas são a origem coletiva do gozo”. No caso da personagem, ela representa um tipo diferente de gozo, idêntico ao do indivíduo burguês:

Os homens só sentem a magia do gozo quando o sonho, liberando-os da compulsão ao trabalho, da ligação do indivíduo a uma determinada função social e finalmente a um eu, leva-os de volta a

um passado pré-histórico sem dominação e sem disciplina. É a nostalgia dos indivíduos presos na civilização, o “desespero objetivo” daqueles que tiveram de se tornar em elementos da ordem social, que alimenta o amor pelos deuses e demônios; era para estes, enquanto natureza transfigurada, que eles se voltavam na adoração. O pensamento tem origem no processo de liberação dessa natureza terrível, que acabou por ser inteiramente dominada. O gozo é por assim dizer sua vingança. Nele os homens se livram do pensamento, escapam à civilização (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, I. 1839).

Nesse sentido, de fato, ela representa o Esclarecimento analisado por Adorno e Horkheimer (1985). No núcleo da razão que justifica a prática da destruição do que é primitivo e relacionado à natureza, liga-se o instinto que busca contraditoriamente afastar-se dele mesmo, ainda que, ao fazê-lo, esteja o exercendo. O comportamento primitivo que busca ser contrário à moral religiosa, em vez de eliminá-la simplesmente formata-se no seu oposto, o imoral ou bestial, porque não é a razão pura com seu caráter amoral que o faz, mas essa razão aliada ao instinto a um nível que ultrapassa os objetivos primitivos conecta-se indissolúvelmente ao princípio religioso. Sua necessidade ou satisfação não é mais somente primitiva, ela depende da camada do tabu para se sustentar.

Ela deseja submeter aquele que se entrega àquilo que ela repele, mas do qual não consegue se ver livre: o mito da religião. É uma mera satisfação substitutiva e dominadora e não constitui a sublimação plena:

Para escapar ao medo supersticioso da natureza, ela pôs a nu todas as figuras e entidades objetivas, sem exceção, como disfarces de um material caótico, amaldiçoando sua influência sobre a humanidade como escravidão, até que o sujeito se convertesse – em conformidade com sua ideia – na única autoridade irrestrita e vazia. Toda força da natureza reduziu-se a uma simples e indiferenciada resistência ao poder abstrato do sujeito (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, I. 1576).

Juliette, portanto, não pode mais se desvencilhar da moral cristã. Sua razão não a liberta, mas transforma o dogma ou a crença no seu contrário e a lógica que ampara essa contrariedade deve ser mantida. Sua manutenção reside nas práticas meticulosas e racionais de destruição ou dominação da ordem [e deseja a todos submeter] que o tabu constrói a partir dele. Seu prazer depende disso:

Juliette, [...], não encarna, em termos psicológicos, nem a libido não sublimada nem a libido regredida, mas o gosto intelectual pela regressão, amor intellectualis diaboli, o prazer de derrotar a

civilização com suas próprias armas. Ela ama o sistema e a coerência, e maneja excelentemente o órgão do pensamento racional (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, I. 1660).

Adorno e Horkheimer (1985) explicam que o autodomínio de Juliette, além do domínio dos demais que ela deseja submeter corresponde às instruções de Kant, na aplicação do princípio da *ratio* cujo fundamento contém para os homens “um mandamento afirmativo, que é o de submeter todos os seus poderes e inclinações ao seu poder (da razão)” (I.1666). Em consequência, o “mandamento do domínio de si mesmo” contrasta e divide espaço com a “proibição de deixar-se dominar por suas emoções e inclinações” (I.1667). Para isso acontecer, a razão deve prevalecer, mas as pulsões precisam de evasão para que o indivíduo suporte sua existência. “Uma vez destruídas todas as ideologias, adota como moral pessoal aquilo que a cristandade considerava execrável na ideologia, embora nem sempre na prática. Como boa filósofa, ela permanece, ao fazer isso, fria e refletida” (I.1820), portanto em meio à necessidade de autocontrole, “A bondade e a beneficência tornam-se pecado, a dominação e a opressão virtude” (I.1814). Sua autoconservação depende disso. O ciclo só fecha com a substituição do prazer ou princípios destrutivos. Como a maioria das pessoas não é capaz de sublimar verdadeiramente, é nisso que resulta.

Contudo, em meio a todas as considerações de Adorno e Horkheimer, não há menção a um aspecto simbólico na personagem Juliette que está relacionado o seguinte trecho:

Cada passo foi um progresso, uma etapa do esclarecimento. Mas, enquanto todas as mudanças anteriores (do pré-animismo à magia, da cultura matriarcal à patriarcal, do politeísmo dos escravocratas à hierarquia católica) colocavam novas mitologias, ainda que esclarecidas, no lugar das antigas (o deus dos exércitos no lugar da Grande Mãe, a adoração do cordeiro no lugar do totem), toda forma de devotamento que se considerava objetiva, fundamentada na coisa, dissipava-se à luz da razão esclarecida (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, I. 1623).

Se Juliette representa o funcionamento do Esclarecimento que buscou destituir o poder dos mitos para fugir da irracionalidade em função de se autoconservar, também apresenta-se como marca de subversão por ser mulher. Esse fato pode não ter sido acidental na construção da personagem por Sade.

Uma das afirmações a que essa consideração se associa tem relação com uma afirmação de Adorno e Horkheimer (1985, l. 4292): “A ausência da razão no animal prova a dignidade do homem”. E eles acrescentam:

Essa oposição foi matraqueada com tanta insistência e unanimidade pelos predecessores do pensamento burguês, os antigos judeus, os estoicos e os padres da Igreja e, depois, pela Idade Média afora e os Tempos Modernos adentro, que ela passou a pertencer ao patrimônio básico da antropologia ocidental. Ainda hoje ela é reconhecida. Os behavioristas só aparentemente a esqueceram (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, l. 4297).

Nos laboratórios onde os homens dotados de razão tiram a conclusão “dos corpos mutilados dos animais”, procedem sem piedade e ao animal só resta o “irracional”, o pavor, o medo, o instinto de fuga. Os autores atizam a reflexão por meio da ironia mais fina: esse “processo visível oculta aos carrascos o processo invisível: a vida sem a luz da razão, a vida dos animais”. Mesmo para a psicologia, a vida dos animais decorre segundo impulsões psíquicas e “[...] quando os homens chamam a psicologia em seu socorro, o espaço reduzido de suas relações imediatas se vê ainda mais reduzido, mesmo aí, eles são convertidos em coisas” (l.4306). Esse quadro assinala aquilo que o homem mais teme, que é ser o animal: “Todo animal recorda uma desgraça infinita ocorrida em tempos primitivos” (l. 4333).

Os autores afirmam ainda que esse pressentimento expressa-se nos contos de fadas: enquanto o príncipe conserva a razão até o ponto em que pode expressar seu medo e chamar a fada para ajudá-lo, o animal preserva a falta de razão. Assim, nos contos, a transformação das pessoas em animais é um castigo comum. Contudo, antes de se identificar com o animal olhando o seu passado, o homem reserva esse encargo à mulher e, assim, o homem da razão entende: “Estas não tiveram nenhuma participação independente nas habilidades que produziram a civilização. É o homem que deve sair para enfrentar a vida hostil, é ele quem deve agir e lutar. A mulher não é sujeito” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, l. 4335).

A mulher foi considerada força natural pela sua capacidade procriadora desde o matriarcado, mas “a divisão do trabalho imposta pelo homem não lhe foi favorável” (l.4340). Estava posta a sua encarnação da função biológica e tornou-se símbolo da natureza, cuja opressão corresponde à glória da civilização: “O domínio da natureza,

e da transformação do cosmo em território de caça” era o que imperava numa sociedade de homens . A mulher frequentemente menor e mais fraca com a diferença imposta pela natureza possui “a mais vergonhosa e humilhante” condição assim considerada por eles e marca a natureza incitando à violência. A Igreja, com suas intenções, jamais se contrapôs à condição das mulheres: em contrário, aproveitou-se delas. Os autores exemplificam com as cruzadas, os *pogroms*, dizendo que ela jamais se opôs à visão de Platão sobre as mulheres; sempre ratificou essa imagem desfavorável:

O terrorismo dos processos de caça às bruxas, a que as gangues dos senhores feudais recorriam contra a população sempre que estavam em perigo era ao mesmo tempo a celebração e a confirmação da vitória da sociedade dos homens sobre as etapas evolutivas matriarcal e mimética dos tempos primitivos (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, l. 4352).

Os homens e as mulheres, sob a proibição do incesto para a socialização entre as comunidades, sofreram a contenção das pulsões e assim se iniciou o mesmo processo de contradições. O matriarcado foi substituído pelo patriarcado, que os preceitos cristãos mais tarde mantiveram.

A burguesia, por sua vez, “embolsou junto à mulher a virtude e o recato: como formações reativas da rebelião matriarcal”, porque “subjugada, ela reflete para o vencedor sua vitória através da submissão espontânea” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, l.4357). Os autores entendem que “a arte, a moral, o amor sublime são máscaras da natureza, nas quais ela reaparece transformada e se torna sua expressão de seu próprio contrário” (l.4361). Em retomada a Freud (1976), poderia ser frisada a adaptação da mulher à moral fortemente repressiva. Como forma de autoconservação e tendo adquirido essa imagem ao longo da história, ela encarna aquilo que a mantém segura, mesmo ao preço de sua renúncia instintiva. Em se tratando de uma feminilidade produzida pelo homem da razão burguesa, assumir essa máscara significa fazê-la por uma dessas duas vias possíveis: consciente ou inconscientemente. Não fazê-la é marca da mais pura rebelião a essa moral.

Nesses termos, parece fazer sentido a ideia de luto e melancolia, embora ainda não fique claro entre esta observação de Adorno e Horkheimer (1985) de onde

vem a perda, se já se nasce com ela presente na memória da civilização, se é da relação com os pais ou outras figuras importantes no desenvolvimento, se surge ao longo da vida com as experiências ou se é tudo isso. Talvez seja mais provável esta última opção.

Adorno e Horkheimer (1985, I. 4361) acrescentam que, através dessa máscara, a mulher “conquista a linguagem; em sua distorção, manifesta-se a sua essência”. A essa colocação os autores acrescentam algo que parece referir-se à crucificação de Cristo ao mesmo tempo à história de Eva na criação: “a beleza é a serpente que mostra a ferida em que penetrava outrora o espinho”. A beleza que esse homem admira, na verdade “está emboscada a gargalhada sonora, o escárnio demedido, a bárbara obscenidade da potência que se dirige à impotência, à morte, à natureza”.

A puritana moderna, encarnada pela Justine, irmã de Juliette, é essa mulher que assume a máscara da feminilidade, artificialmente imposta pelo homem da razão, ao preço de seu infortúnio. Mas para Adorno e Horkheimer, essa mulher “aceitou o encargo cheia de zelo”, pois “ela se identificou totalmente com tudo o que aconteceu, não com a natureza selvagem, mas com a natureza domesticada” que, entende-se, dos vestígios do que era permitido no espaço doméstico aos produtos de beleza e roupas que foram sendo transformados pela publicidade como nobres ao ponto do próprio amor receber a marca da fábrica. Dessa afirmação, supõe-se a tendência neurótica de que trata Freud (1976): o instinto sexual recalçado desvia-se para um substitutivo como forma de falsa adequação diante da moral sexual civilizada diferenciada que lhe é imposta.

À megera, Adorno e Horkheimer (1985, I. 4374) apresentam uma genealogia: “se destaca nos tempos presentes como um fóssil da alta estima que a burguesia demonstrava pela mulher”. Eles descrevem que a mulher oprimida posta como megera “sobreviveu à sua época e continua a mostrar a careta da natureza mutilada numa época em que a dominação já se pôs a modelar o corpo treinado dos dois sexos, reduzindo-os a uma uniformidade que faz desaparecer a careta”. Para eles, a megera, “que pelo menos conservou sua própria cara, distinta das demais, tornam-se um sinal de humanidade – e a feiúra, um vestígio do espírito”. E comparam:

Se a moça nos séculos passados exibia sua submissão nos traços melancólicos e na devoção amorosa, imagem alienada da natureza, objecto estético-cultural, a megera acabou por descobrir uma nova vocação feminina. [...] Sua ambição aspira por honrarias e publicidade, mas seu sentido pela cultura masculina ainda não está aguçado a ponto de impedir que reaja mal à dor que lhe é infligida, mostrando assim que ainda não se sente à vontade na civilização dos homens (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, l. 4374).

Contudo, a oposição feminina da megera “ao espírito da sociedade dos homens afunda-se no pântano” e “se converte na agressão pervertida do social work e da conversa fiada teosófica, no exercício dos pequenos rancores em obras de beneficência e na *Christian Science*<sup>18</sup>”. Nesse pântano, a solidariedade com ela “não se exprime tanto nas sociedades protectoras de animais quanto no interesse pelo neobudismo ou pelo pequinês” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, l. 4382).

Sade, ao tomar a personagem Juliette desafia todos os preceitos cristãos, não só por meio da razão da qual se vale para ir contra a irracionalidade, quanto pelo ataque de produzir a mais profana figura cuja submissão extrema era o que se esperava como modelo social de mulher para os dominadores morais do patriarcado, incluindo os cristãos. Se não foi intencional, poderia ser dito que veio a calhar. A destruição ou dominação paradoxal na narrativa da personagem Juliette parte do núcleo mais profundo que se conhece sobre o desenvolvimento da civilização.

#### 4.3 Considerações

A mulher, a seu turno, foi sofrendo a estigmatização que todos conhecemos: a fragilidade, a instabilidade da natureza e outras características, até que chegasse ao ponto de ser associada ao que era pior da humanidade na concepção dos homens da razão patriarcal, mesmo quando, como forma de dominação, usou-se do artifício de valorizá-la nas características submissas. Isso foi incorporado pelas regras morais que são impostas e que se atrelam à moral sexual civilizada que formam os indivíduos. No caso especial da mulher, de forma distinta daquela reservada ao indivíduo homem, resulta na produção de uma feminilidade artificialmente moldada pelo patriarcado e que compõe o seu contrário, o masculino.

---

<sup>18</sup> A “Ciência Cristã” também chamada de *Christian Science*, é um movimento religioso fundado por Mary Baker Eddy, em 1866, na cidade de Boston, Massachusetts.

Juntos, deduz-se os estereótipos sexistas que conhecemos tão bem, mesmo aqueles que aparentam ser favoráveis à mulher.

Adorno e Horkheimer, de forma minuciosa analisaram Juliette de Sade como modelo supremo de profanação dos preceitos da Igreja que ele combatia, ao mesmo tempo em que vislumbraram nela a figura do burguês do Iluminismo. Sua perversão escancara aquilo que a razão produz: a frieza universal e a fragilidade dessa mesma razão que se torna irracional no momento em que se une aos instintos perversos dela como autoconservação. Ela contrapõe toda essa moralidade sexual civilizada, mas ao mesmo tempo depende dela para sustentar sua satisfação, que passa a ser substitutiva e regredida.

Como já afirmado, a destruição ou dominação paradoxal na narrativa da personagem Juliette parte do núcleo mais profundo que se conhece sobre o desenvolvimento da civilização. Contudo, esse desenvolvimento, uma vez aliado à repressão cada vez mais intensa segue em direção oposta à que se deseja: em vez da libertação autônoma e do domínio da natureza os indivíduos aproximam-se da dor e da destruição. Uma vez que a mulher persiga a razão mais pura procurando combater o que é animal, instintivo, mítico, pode ela mesma expressar à sua maneira, a Juliette que brota nesse contexto.

## 5 Como o sexismo pode associar-se à Ciência e Tecnologia

A questão de gênero se associa a uma sociedade da razão na qual se insere questões da Ciência e Tecnologia. O que poderia ser uma valorização da Ciência e Tecnologia em prol de bem social para o desenvolvimento e progresso adquire os contornos de um problema resultante justamente da crença de que essa razão é inquestionável. Essa relação que parece improvável nasce com a repressão civilizatória e o uso da razão com vistas para a dominação da natureza. Nesse sentido, convém apresentar a obra de Marcuse *Eros e Civilização* (1975) e dela destacar a relação de seu conceito de *mais-repressão* com a insistente prática do sexismo na sociedade.

A primeira observação a ser feita sobre o que segue se refere à visão psicanalítica que este análise adota. O método insere, portanto, a tentativa de entender os indivíduos desde sua formação pela família até sua relação com a sociedade, entendendo que é possível conceber que o primeiro e o segundo são não só complementares, como estão em intercambiamento constante, sem deixar de notar que as realizações da sociedade industrial e o capitalismo na sua atual forma moldam o sujeito em novas formas de ser. Assim, a compreensão dos mecanismos explicados por Freud e retomados por Marcuse são fundamentais para a compreensão dos elementos de análise: a subjetividade em sua relação com o sexismo, a sociedade e a ciência e tecnologia.

### 5.1 A sociedade industrial avançada: um passeio por Marcuse

Nesse livro, o migrado alemão retoma o pensamento de Freud sobre a impossibilidade de se viver em uma sociedade não repressiva, porque, em sua formação básica, seria inevitável os conflitos com os pais, que são os primeiros a orientar a criança e, assim, os primeiros a reprimir seus instintos. Essa relação, segundo Freud, seria a responsável por servir de modelo para as demais relações sociais ao longo da vida orientado por um mecanismo básico.

Esse mecanismo seria uma interação entre dois polos: princípio de prazer, orientado pelo *id*, e o princípio de realidade, orientado pelo *ego*, que funcionaria

como se fosse uma “calosidade” surgida no atrito entre o *id* e as regras sociais já existentes que contrariam os instintos vindos dele. Por esse caminho, para Freud, a sociedade seria inerentemente repressiva em si. Marcuse (1975) retoma que Freud descobre a sexualidade na criança e, assim, amplia mais tarde a sua teoria com a conclusão que há também o instinto de destruição compondo os instintos básicos do ser humano, enfatizando a natureza comum entre eles.

Acrescenta-se a isso que, na formulação final dos instintos, Freud entende-os primeiramente como de autopreservação e aparecem depois como os instintos genéricos do sexo ou, dentro de algumas possibilidades, manifestam-se como agressão socialmente útil, como atividade dos instintos de destruição, passando a ser *Eros* e instintos de morte os dois instintos básicos. Assinala-se, ainda, que o pai da psicanálise descobre a fundamental tendência regressiva ou conservadora da vida instintiva que opera no nível inconsciente.

Nesse caso, o equilíbrio vital ocorreria por meio de uma tendência da vida mental de estar constantemente buscando o *princípio de nirvana*, que é a busca do princípio de prazer. Como o princípio do prazer parte da energia vital da sexualidade, uma vez reprimida pelo princípio de realidade, opera a tentativa de esvaziamento dessa excitação vital. Na convergência entre o prazer e a morte, o instinto de morte passa a ser também possível como forma de escoamento dessa energia, demonstrando o caráter regressivo da sexualidade.

Contudo, Marcuse (1975, p. 45) adverte que a descoberta da natureza conservadora comum dos instintos “milita contra a concepção dualista e mantém a mais recente metapsicologia de Freud no estado de incerteza e profundidade que fez dela uma das maiores especulações intelectuais empreendidas no domínio da ciência do homem.

O autor ainda acrescenta que a busca da origem comum dos dois instintos básicos pode ser pressuposta por uma energia deslocável, que em si mesma é neutra, mas capaz de aliar-se quer a um impulso erótico, quer a um destrutivo, com o instinto de vida ou com o de morte. Ele afirma que, com Freud, jamais a morte fora tão coerentemente admitida na essência da vida; mas também a morte jamais se aproximara tanto de *Eros* (Marcuse, 1975, p. 45).

É possível entender que a o instinto de morte dentro desse quadro “é destrutividade não pelo mero interesse de destruição, mas pelo alívio de tensão” (Marcuse, 1975, p. 41). Trata-se de uma fuga inconsciente em direção à dor e às carências vitais na luta contra o sofrimento e a repressão. (Freud não vê que necessariamente nossa sociedade seja só repressiva. O trabalho de Marcuse destaca a história dentro dos conceitos biológicos de Freud. O princípio do Nirvana seria o do relaxamento da tensão.)

A partir desse ponto, as camadas da estrutura mental agora são *id*, *ego* e *superego*. O primeiro, constituído por isenção de valores sociais relacionados à moralidade, sequer visa à autopreservação como antes se supunha. Apenas esforça-se para satisfazer as necessidades instintivas, rumo ao alívio e, portanto, ao princípio de prazer. Sob a influência do mundo externo, desenvolve-se gradualmente o *ego* que se torna mediador entre o *id* e o mundo externo.

Ao cumprir a sua missão, o principal papel do *ego* é coordenar, alterar, organizar e controlar os impulsos instintivos do *id*, de modo a reduzir ao mínimo os conflitos com a realidade, reprimir os impulsos que sejam incompatíveis com a realidade, reconciliar outros com a realidade, mudando o seu objeto, retardando ou desviando a sua gratificação, transformando o seu modo de gratificação, amalgamando-os com outros impulsos etc. Dessa maneira, o *ego* destrona o princípio de prazer, que exerce indiscutível influência sobre os processos do *id*, e substitui-o pelo princípio de realidade, que promete maior segurança e maior êxito (Marcuse, 1975, p. 42).

A partir da explicação sobre esse processo, o autor esclarece que o impulso para recuperar toda a gratificação é a força por trás de todo o pensamento. Portanto, toda memória de gratificação origina o pensamento e como todo o princípio de realidade produz “desvios”, o *ego* entende a realidade como um ataque. Por outro lado, essa mesma realidade, por meio dos desvios, fornece gratificação, ainda que modificada e, assim, o *ego* afasta os impulsos que, se realmente gratificados destruiriam a vida.

No processo de desenvolvimento do *ego*, aparece o *superego* como resultado de uma prolongada relação da criança com os pais. Poderia ser dito que o *superego* é uma parte da estrutura onde a influência parental instaura-se como núcleo. Desse núcleo partem o desenvolvimento das influências da sociedade e da cultura e

constituem os princípios de moralidade que os sujeitos consideram elevados nas relações sociais.

No entanto, esses princípios são resultados de “restrições” que são introjetadas pelo *ego* transformando-se em “consciência”. Partem daqui a culpabilidade e a necessidade de punição, resultado de transgressões e desejos de transgredir restrições. Com o tempo, essas repressões das diversas fontes – pais, sociedade e cultura – tornam-se automáticas e inconscientes.

Marcuse (1975) julga que a partir disso é que esse processo de reações que se tornam automáticas e inconscientes torna-se de máxima importância para o curso da civilização. Reitera ainda que

O princípio de realidade afirma-se através de uma contração do *ego* consciente, numa direção significativa: o desenvolvimento autônomo dos instintos é congelado, e o seu padrão fixa-se no nível da infância. A adesão a um *status quo* ante é implantada na estrutura instintiva. O indivíduo torna-se instintivamente reacionário tanto no sentido literal como no figurativo (Marcuse, 1975, p. 43).

Isso configura o inconsciente comedimento austero que o sujeito exerce sobre ele próprio. Esse inconsciente é mais adequado nos primeiros anos de vida e se torna dispensável diante da razão da maturidade individual e social. O sujeito passa a punir a si mesmo por feitos que já não existem em realidade, ecos de memórias do passado. Há projeção pelo *id*, o *superego* rejeita essa reivindicação e “o passado revela sua dupla função na modelação do indivíduo e da sua sociedade” (Marcuse, 1975, p. 44). Liberdade e necessidades ficam latentes sob a não liberdade, racional e racionalizada, ficando a memória submetida ao princípio de realidade.

Essa passagem reforça o que Marcuse (1975) quer retomar: que o princípio de realidade que orienta o organismo (no caso o indivíduo) no mundo externo é histórico e que o *ego* em evolução é uma organização histórico-social específica da realidade, afetando a estrutura mental. A retomada desses passos teóricos de Freud é para apresentar sua crítica.

Argumentou-se que o conceito freudiano de princípio de realidade oblitera esse fato ao converter as contingências históricas em necessidades biológicas; sua análise da transformação repressiva

dos instintos, sob o impacto do princípio de realidade, generaliza-se, de uma específica forma histórica da realidade, para a realidade pura e simples. Essa crítica é válida, mas esta validade não deturpa a verdade da generalização de Freud, a saber: uma organização repressiva dos instintos é subjacente a todas as formas históricas do princípio de realidade na civilização (Marcuse, 1975, p. 44).

O autor parte dessa constatação para dizer que a justificativa de Freud para a organização repressiva dos instintos pelo “caráter irreconciliável do conflito” entre o princípio de prazer e o princípio de realidade expressa o progresso da civilização como dominação organizada, termo que introduz a interpretação de Marcuse sobre a teoria psicanalítica de Freud. Dessa forma, ele discorda que haja somente um caráter “não-histórico” e afirma não bastar acrescentar elementos sociológicos como fazem os neofreudianos, sendo necessário entender no próprio conteúdo teórico essa possibilidade biológica e ao mesmo tempo civilizatória. Fica evidente que essa apresentação caminha para a vertente materialista histórica dessa teoria e, portanto, relaciona-se com o conceito de trabalho, central na obra de Marx.

O que ele chama de extrapolação da teoria de Freud adquire agora dois termos dos quais vai tratar: a *mais-repressão* e o *princípio de desempenho* que seriam, grosso modo e respectivamente, as repressões decorrentes da dominação social e forma histórica predominante do princípio de realidade.

A sistemática negação, por Freud, da possibilidade de uma libertação essencial do primeiro implica o pressuposto de que a escassez é tão permanente quanto a dominação, uma hipótese que nos parece discutível. O interessante desse ponto teórico é entender como se origina o indivíduo reprimido, mas ao mesmo tempo entende-se qual é o papel da sociedade nessa repressão, dentro de um contexto específico que é a sociedade a partir da era industrial.

A exemplo dos controles adicionais gerados por instituições específicas de dominação que recebem o nome de *mais repressão*, Marcuse (1975) apresenta os deslocamentos de energia instintiva que são necessários à perpetuação da família patriarcal monogâmica, a divisão hierárquica do trabalho e o controle público da existência privada do indivíduo. Estes exemplos de restrições vêm como um *determinado* princípio de realidade que são somados às restrições básicas dos instintos descritos anteriormente. A transferência das energias instintivas básicas

que são restritas no seu prazer imediato, ganham maior gratificação em sua postergação, sinal da civilidade humana:

O poder de restringir e orientar os impulsos instintivos, de transformar as necessidades biológicas em necessidades e desejos individuais, em vez de reduzir, aumenta a gratificação. Tais restrições dos instintos podem ter sido primeiro impostas pela carência e pela prolongada dependência do animal humano, mas tornaram-se depois um privilégio e distinção do homem, que o habilitaram a transformar a necessidade cega de satisfação de uma carência numa gratificação desejada (Marcuse, 1975, p. 47).

A explicação para esse prazer intensificado reside na repressão dos impulsos sexuais parciais presentes na camada básica. Contudo, Marcuse (1975) alerta para a possibilidade de o domínio dos impulsos instintivos também poderem ser usados contra a gratificação, porque a repressão básica e a *mais-repressão* encontram-se interligadas de modo indissolúvel:

Ao longo de toda a história documentada da civilização, a coação instintiva imposta pela escassez foi intensificada por coações impostas pela distribuição hierárquica da escassez e do trabalho; o interesse de dominação adicionou mais-repressão à organização dos instintos, sob o princípio de realidade. O princípio de prazer foi destronado não só porque militava contra o progresso na civilização, mas também porque militava contra a civilização cujo progresso perpetua a dominação e o trabalho esforçado e penoso. [...] O medo de uma revolta entre os oprimidos converte-se, então, num motivo para uma regulamentação ainda mais rigorosa (Marcuse, 1975, pp. 48–49).

A gratificação imediata dos instintos proporcionada pelos sentidos, incompatível com a efetividade da dominação social organizada que os reprime, espera sua gratificação postergada. Uma vez não realizada, transforma-se em vicissitudes e a repressão do prazer físico ou corporal rigidamente imposto como tabu prevalece desvirtuada pela intensificação artificial do prazer provocado pela dupla repressão – uma vez pelo ego que reprime os instintos inconscientemente desde a formação inicial e outra vez pela repressão social.

A gratificação dos instintos parciais e a genitalidade não-procriadora são, de acordo com o grau de sua independência, consideradas tabus como perversões, sublimadas ou transformadas em subsidiárias da sexualidade procriadora. Além disso, a sexualidade procriadora é canalizada, na maioria das civilizações, para o âmbito das instituições monogâmicas. Este tipo de organização resulta numa restrição quantitativa e qualitativa da sexualidade; a unificação

dos instintos parciais e sua sujeição à função procriadora alteram a própria natureza da sexualidade: de um princípio autônomo governando todo o organismo, converte-se numa função especializada e temporária, num meio para se atingir um fim (Marcuse, 1975, p. 49).

Nesse sentido, o autor transcreve Freud para reafirmar o conflito causado entre civilização e sexualidade, tratando-se de uma circunstância na qual o amor sexual é uma relação entre duas pessoas, sendo perturbadora uma terceira, ao passo que a civilização se baseia em relações entre maiores grupos de pessoas. Essa transcrição é para explicar que

O próprio Freud aceita a imagem de uma civilização que consista em pares de indivíduos libidinalmente satisfeitos um com o outro e ligados a todos os demais pelo trabalho e interesses comuns. Mas acrescenta que um tal e tão desejável estado não existe e jamais existiu, que a cultura impõe um pesado ônus de libido privada de finalidade, e pesadas restrições à vida sexual são inevitáveis (Marcuse, 1975, p. 51).

Para Marcuse, em síntese, a civilização afunda numa dialética destrutiva (ele não propõe uma utopia, isto é, a superação desta sociedade?), porque, com as restrições perpétuas sobre *Eros*, os instintos vitais esmorecem e, assim, fortalecem e liberam as próprias forças contra as de destruição. Em consequência, o conceito de *mais-repressão* deve ser entendido não como uma manifestação do “corpo” social do princípio de realidade, mas sim como uma manifestação que é parte, mas também modificadora dele.

Para diferenciar esse princípio de realidade modificado, Marcuse (1975) deu a ele o nome de *princípio de desempenho*, visto que se trata de tipo de domínio proporcionado por esse princípio de realidade histórico, uma sociedade estratificada “de acordo com os desempenhos econômicos concorrentes dos seus membros” (Marcuse, 1975, p. 52). Ademais, o autor esclarece que “o único princípio histórico de realidade: outros modos de organização social não predominaram apenas nas culturas primitivas, mas sobreviveram também no período moderno” (p. 52).

E como funcionaria a relação entre esse princípio de realidade e o princípio de prazer? Segundo o autor, os interesses de dominação e os do todo coincidem, pois:

Para a esmagadora maioria da população, a extensão e o modo de satisfação são determinados pelo seu próprio trabalho; mas é um trabalho para uma engrenagem que ela não controla, que funciona como um poder independente a que os indivíduos têm de submeter-se querem viver (Marcuse, 1975, p. 52).

Em consequência, os sujeitos trabalham em alienação, porque não recebem gratificação por mais profundos desejos enquanto trabalham na maior parte do dia. A libido é desviada para desempenhos socialmente úteis para o sistema. Sendo a libido reprimida, a sua coerente evasão ocorreria em direção à agressão, mas isso não ocorre, porque toda a energia parte em direção ao trabalho e essa imposição externa parece tanto racional quanto universal.

Essa imposição impregna a sociedade, porque atua como leis objetivas externas e é absorvida na “consciência” e no inconsciente como uma força internalizada. No desenvolvimento “normal” o indivíduo satisfaz a si e aos outros, porque sua moralidade e desejo estão deturpados: ele “deseja” o que deve desejar para a manutenção deste sistema, em alinhamento com o seu desempenho social. Em outras palavras,

Seu desempenho erótico é posto em alinhamento com o seu desempenho social. A repressão desaparece na esplêndida ordem objetiva de coisas, que recompensa mais ou menos adequadamente os indivíduos cumpridores e obedientes, e que, ao fazê-lo, reproduz de modo mais ou menos adequado a sociedade como um todo (Marcuse, 1975, p. 53).

Além disso, há a importância do tempo nesse contexto. O trabalho, a alienação e as regras se alastram para o tempo de descanso. O controle básico do tempo de ócio toma como referência a própria duração do tempo de trabalho. O mecanismo exaustivo da rotina do trabalho alienado demanda um lazer de relaxamento passivo para recuperação de energias do próximo ciclo de tempo. Portanto, a distribuição do tempo tem um papel fundamental na transformação e controle do sujeito.

Indo em direção à explicação do funcionamento desse tipo de princípio de realidade histórico levantado por Marcuse, outra afirmação nesse ensaio filosófico passa a ser interessante para esta reflexão: a de que a organização da sexualidade

reflete as características básicas do princípio de desempenho e sua organização social.

Ele novamente retoma Freud para explicar que essa organização social interdita como perversões praticamente todas as manifestações que não servem ou preparam a função procriadora, expressando a rebelião contra a subjugação da sexualidade à ordem de procriação e contra as instituições que garantem essa ordem, como se fosse algo “terrível” e “monstruoso”, de “influência sedutora”, o que também é acentuado por Freud (1925)

Essa constatação levanta neste trabalho a explicação do porquê de a visão dualista ou binária dos papéis de gênero na sociedade ainda perdurarem com certa rigidez, principalmente nos espaços públicos e menos nos privados. A *mais-repressão* leva o princípio de desempenho a exercer um controle extremo do sujeito desse sistema chegando a abranger a existência a partir de suas raízes:

Não se pode deixar o indivíduo sozinho, entregue a si próprio. Pois se tal acontecesse, com o apoio de uma inteligência livre e consciente das potencialidades de libertação da realidade da repressão, a energia libidinal do indivíduo, gerada pelo id, lançar-se-ia contra as suas cada vez mais extrínsecas limitações e esforçar-se-ia por abranger uma cada vez mais vasta área de relações existenciais, assim arrasando o ego da realidade e seus desempenhos repressivos (Marcuse, 1975, p. 54).

Em sua tese, o autor assevera que em virtude da revolta do sujeito contra o princípio de desempenho, em nome do princípio de prazer, as perversões revelariam a entranhada afinidade com a fantasia.

Isso permite-nos concluir que a aplicação de um método considerando a visão dualista dos papéis de gênero ainda é necessária (acho que as razões dessa necessidade precisam ficar mais explícitas), tendo em vista o sistema regido a partir da industrialização da sociedade e seu desenvolvimento. Gênero em termos “normalistas” e capitalismo com seus desdobramentos estão imbrincados pelo funcionamento próprio da psique, a despeito dos “desvios”<sup>19</sup> e outras formas de viver que possam surgir em meio a esse sistema.

---

<sup>19</sup> Entre aspas para ressaltar que não se trata de desvios no que concerne ao essencialmente psíquico, somente o é no âmbito da sociedade com esse sistema de dominação.

Parte-se do princípio de que, mesmo com novas concepções sobre gênero, a sociedade sob esse sistema ainda impregna no seu dia a dia o dualismo característico de papéis sociais para o homem e para a mulher em prol de adaptações às condições capitalistas que exigem do sujeito determinadas práticas para sobreviver e só se modificam minimamente, pois a alienação é consequência inevitável do tempo administrado (Horkheimer e Adorno, no 'Conceito de Esclarecimento, argumentam que a primeira divisão de trabalho entre os gêneros já implicou certa violência, mas essa ocorreu antes da propriedade privada, quando a humanidade era nômade.).

## *5.2 Gênero, tecnologia e subjetividade na civilização repressiva*

Uma vez que Marcuse (1975) explica a origem da civilização repressiva, cabe ressaltar como se sucedem as necessidades humanas frente a esses mecanismos, porque é preciso compreender como a questão dos estereótipos de gênero poderia ser relacionada com a escolha na carreira, valorizando a Ciência e Tecnologia ou não.

Ao discutir a sociedade sem oposição em *O homem Unidimensional*, Marcuse (2015) argumenta que a independência de pensamento, a autonomia e o direito de oposição política estão sendo privados de suas funções essencialmente críticas em uma sociedade cujos indivíduos se satisfazem por meio da forma como está organizada.

Afirma ainda que esta mesma sociedade pode, justamente, exigir a aceitação de seus princípios e instituições e reduzir a oposição à discussão e promoção de alternativas políticas dentro dos padrões de manutenção do status quo. Essa seria a razão pela qual um sistema autoritário não faria diferença, pois Marcuse (2015, p. 42) relembra que a livre iniciativa, hoje tão valorizada, não significou sempre uma vantagem na sociedade. No início, essa iniciativa significava trabalho, insegurança e medo para a maioria da população. Portanto, o desaparecimento desse tipo de liberdade seria uma das maiores realizações da civilização, uma vez que o sujeito não fosse mais forçado a ser economicamente bem-sucedido.

Explicita, a partir desse ponto, que o desenvolvimento tecnológico propulsor da automação libera o indivíduo para canalizar suas energias em possibilidades

outras e desconhecidas; teoricamente, este indivíduo poderia exercer sua autonomia livremente. Essa seria uma das metas da civilização industrial: o fim da “racionalidade tecnológica”, termo que, na teoria crítica, corresponde ao que Horkheimer, Adorno (1985) e Habermas (1968) discutem também como a instrumentalização da razão, a perda da capacidade de raciocínio no sentido do Esclarecimento. Em outras palavras, entendido como mero instrumento que obscurece a razão no seu sentido primordial de esclarecer e fazer refletir. Contrapondo a suposta vantagem que o desenvolvimento tecnológico poderia proporcionar à sociedade, Marcuse assevera uma tendência operacional contrária.

Ao explicar sobre contenção da mudança social, Marcuse (2015) contrapõe Marx que acredita na mobilidade do poder da técnica e tecnologia por meio de uma revolução, apontando que, no capitalismo avançado, a racionalidade técnica é incorporada, mesmo quando seu uso é irracional, caracterizando nossa modernidade pelo fato de a técnica exercer por si mesma e sem intermediário a função de opressor.

Essa organização estabelecida não só na divisão do trabalho, como também no gerenciamento de adaptação e manejo do maquinário. repercute na instrumentalização do conhecimento técnico e científico, envolvendo os trabalhadores dessa estrutura no mesmo tipo de alienação. Ainda que se tenha substituído a força de trabalho pelo maquinário, o tempo de trabalho permanece, agora mais exaustivo. Controlam-se máquinas, em vez de produtos, aumenta-se a velocidade do trabalho e isolam-se os trabalhadores uns dos outros em suas especialidades, gerando a mesma escravidão imbecilizante de tempos passados.

Também é bastante razoável a colocação de Marcuse (2015) a respeito de como funciona o entorpecimento nos níveis mais bem sucedidos da automação, funcionando como uma “comunidade tecnológica” que “parece integrar os átomos humanos no trabalho” (MARCUSE, 2015, p. 61). Nessa parte da reflexão, o autor retoma uma observação do sociólogo Charles Walker sobre como os movimentos interdependentes que seguem um ritmo padrão produzem uma satisfação, a despeito de qualquer que seja a função executada e fala do “crescimento de um forte sentimento no interior do grupo em cada equipe” e acrescenta a fala de um

trabalhador: “No geral, estamos nos ritmos das coisas” (WALKER, 1957, p. 104 apud MARCUSE, 2015, p. 61).

Ressalta-se aqui esses detalhes para demonstrar a afirmação com base em Sartre de que “o processo da máquina no universo tecnológico rompe a mais íntima privacidade da liberdade e junta sexualidade e trabalho em um automatismo inconsciente e rítmico – um processo paralelo à assimilação dos empregos” (MARCUSE, 2015, p. 61). Esse entorpecimento corresponderia à escravidão mental que se encontra nos indivíduos dos grupos que trabalham em meio à tecnologia: “Nota-se um anseio por parte dos trabalhadores em contribuir para a solução dos problemas de produção que estão claramente em conformidade com a tecnologia” (p. 64). O que Marcuse tenta mostrar parece ser o tipo de dominação encontrada nesse tipo de sociedade.

Segundo o autor, a “ordem objetiva das coisas” é ela mesma o resultado da dominação, mas é verdade que a dominação agora gera uma racionalidade mais intensa, indo além dos limites ao sustentar a estrutura hierárquica com a distribuição dos benefícios dessa exploração. Marcuse entende que a oposição entre explorador e explorado era nos tempos iniciais da industrialização negativa, e depois, com essa dominação da sociedade industrial avançada que leva à racionalização de todos os meios dessa relação, a oposição nova passa a ser positiva nessa nova estrutura social.

Contudo, o autor entende que essas vantagens tangíveis do sistema carregam em si um modo de pensamento de falsa consciência, porque a racionalidade sustentada pela dominação passa a ser única e não há outra; torna-se totalitária e são os aparatos tecnológicos que a reproduzem. Como consequência, ele afirma que vivemos e morremos racionalmente e produtivamente e é estabelecido que a destruição paga pelo progresso, tal como a morte pela vida.

No sistema como descrito, a renúncia e o esforço são necessários para gratificação e o prazer e, assim, os negócios devem continuar e as alternativas são utópicas. Em consequência, a ideologia pertence ao aparato social estabelecido, sendo requisito para o funcionamento contínuo e faz parte da sua racionalidade. Nessa perspectiva, confirma-se a reprodução da sociedade por si mesma, por meio

de um ordenamento técnico das coisas crescentes e, concomitantemente, torna-se mais científica e racional a exploração do homem e da natureza.

Marcuse (2015) observa ainda que se torna relevante a dupla significação de “racionalidade” nesse contexto, porque a gestão científica e a divisão científica do trabalho aumentam imensamente a produtividade da empresa econômica, política e cultural, resultando em um padrão mais alto de vida. Ao mesmo tempo, a empresa alimenta uma mentalidade e um comportamento que perdoa e absorve as suas mais destrutivas e opressivas características.

Frisa-se que o autor atenta para uma tendência na época da Alemanha nacional-socialista de eficiência tecnológica:

No decorrer do processo tecnológico, uma nova racionalidade e novos padrões de individualidade se disseminaram na sociedade, diferentes e até mesmo opostos àqueles que iniciaram a marcha da tecnologia. Essas mudanças não são efeito (direto ou derivado) da maquinaria sobre seus usuários ou da produção em massa sobre seus consumidores; são antes, elas próprias, fatores determinantes no desenvolvimento da maquinaria e da produção em massa (MARCUSE, 1999, p. 74).

Para compreender esse processo que leva à noção de eficiência, é necessário entender ainda como são alterados os padrões não só da racionalidade, como também os da subjetividade, que ele nomeia “padrões da individualidade” (MARCUSE; KELLNER, 1999, p.74). Segundo o autor, esses padrões estariam se dissolvendo:

O indivíduo humano, que os expoentes da revolução burguesa havia transformado na unidade fundamental bem como no fim da sociedade, apoiava valores que contradizem flagrantemente os que predominam na sociedade hoje [o indivíduo como ser racional, era considerado capaz de encontrar essas formas através de seu próprio raciocínio e, uma vez que tivesse adquirido a liberdade de pensamento, capaz de efetuar a ação que as transformasse em realidade (MARCUSE, 1999, p. 75).

É importante marcar que o pensamento defendido na época era de uma sociedade que devia garantir que tal liberdade ocorresse sem restrições à razão do indivíduo. Individualismo, nesse sentido, era compreendido como a busca do

interesse próprio resultante de um pensamento autônomo. E para sê-lo, “o homem deveria superar todo o sistema de ideias e valores que lhe era imposto” e assim “era obrigado a viver em estado de vigilância constante, apreensão e crítica” de modo a destituir o que não era verdadeiro ou justificado pelo embate racional (MARCUSE, 1999, p. 93).

Nesse sentido, a sociedade liberal era perfeita para esta racionalidade individualista. Contudo, o desenrolar do processo de produção chegou ao ponto em que a mecanização e a racionalização forçaram os competidores mais fracos a submeterem-se ao domínio das grandes empresas da indústria mecanizada e essa indústria, submetendo o domínio da sociedade sobre a natureza, soterra o sujeito econômico livre.

Sob o impacto do controle da produção de alta produtividade que se volta para o lucro, com o custo sendo mantido o mais baixo possível produz-se uma circunstância em que esse poder tecnológico afeta a racionalidade de quem os serve. Essa racionalidade passa a funcionar mediante um parâmetro de eficiência em relação ao aparato tecnológico, em todos os níveis de produção – da base ao topo. Sua recompensa, seu valor como indivíduo mede-se pela sua eficiência padronizada.

Ainda que o processo da máquina demande níveis mais ou menos elevados, conforme o nível hierárquico do gerenciamento e disso se presume que há algo de intelectual ou espiritual por parte do trabalhador, esse conhecimento limita-se ao factual e se orienta distantemente de “supostas sutilezas anímicas ou antropomórficas” (MARCUSE, 1999, p. 79).

A racionalidade passa a ser, portanto, uma eficiente submissão que serve à cadeia de meios e fins, absorvendo os esforços libertadores do pensamento e usando a razão para justificar incondicionalmente o aparato. Nesse sentido, Marcuse denuncia que as descobertas e invenções científicas são arquivadas tão logo ameacem o capitalismo de oligopólios. Ressalta-se que esse controle citado pelo autor é exterior, mas não deixa de limitar a visão de quem sofre a dominação e impede que possam contestar suas condições objetivas de vida. Portanto, tudo contribui para transformar os instintos, os desejos e o pensamento, porque as

organizações dominantes mantêm seu poder por meio de um controle que identifica as crenças e lealdades dos trabalhadores. Uma vez os instintos controlados por mediação da máquina, do tempo diário e da eficiência, absorvem a libido do sujeito. “Desta forma, distanciando-a do reino por demais perigoso no qual o indivíduo encontra-se livre na sociedade” (MARCUSE, 1999, p. 81).

Com as vantagens que se pode conseguir por meio do avanço da tecnologia em meio à concorrência, torna-se uma necessidade “primordial” sustentar o avanço. É por meio dessa argumentação que o autor afirma que o homem médio dificilmente se importa com outro indivíduo “com a intensidade e persistência que demonstra por seu automóvel” (MARCUSE, 1999, p. 81). A máquina adorada não é mais matéria morta, pois se torna algo semelhante ao ser humano, pois devolve ao homem o que ela possui: a vida do aparato social ao qual pertence. O comportamento humano se reveste da racionalidade do processo da máquina, e esta racionalidade tem um conteúdo social definido. O processo da máquina opera com as leis da ciência física, mas da mesma forma opera com as leis da produção de massa.

Quanto mais racionalmente o indivíduo se comporta para ser eficiente ocupando o total de seu tempo entre isso e um descanso que precisa esvaziar a tensão provocada por esse controle, mais ele perde energia para abstrair os aspectos frustrantes desse sistema “racional”. Suas potencialidades não realizadas se transformam em descrença em todos os valores que transcendam os fatos. É dessa forma que os indivíduos são despidos de sua individualidade no sentido de autonomia que se dá ao termo. Portanto, não é uma coerção que vem externamente, é a própria racionalidade em termos extremos que invade a subjetividade em meio às exigências “racionalis” que os sustentam.

Não obstante, Marcuse afirma que essa racionalidade dita valores de verdade por meio da difusão da racionalidade tecnológica em toda a sociedade. Esses valores devem guiar pensamentos e ações entre todos os que querem sobreviver e, assim, os pensamentos são padronizados sob esse controle. A racionalidade crítica passa ser incompatível com a racionalidade tecnológica, uma vez que se torna obstáculo à ação racional.

Mais à frente, o autor pondera que à medida que essas afirmações na racionalidade tecnológica se tornam parte da cultura estabelecida, tornam-se familiares a um grau que a sociedade se torna insensível ao pensamento crítico diante da submissão fatalista. Como ele mesmo diz, “o sucesso organizacional suplanta assim as exigências da racionalidade crítica” (MARCUSE, 1999, p. 88).

Embora seja natural que a conclusão dessa explicação seja a de que a multidão seria composta por indivíduos que não pensam e estão isolados, os indivíduos nas multidões são empolgados pela massa e se unem a seus companheiros sob o autoritarismo para arrematar o isolamento do indivíduo e perceber seu estado de espírito anterior. Por estado de espírito anterior, entende-se o pensamento, a crítica das emoções que se abafam nas necessidades exigidas pelo aparato tecnológico, mas que são inevitáveis diante das contradições da racionalidade tecnológica.

Esse ponto, inevitavelmente leva a retomar algumas reflexões trabalhadas por outros autores da teoria crítica. A mentalidade de ticket, por exemplo, relaciona-se com o raciocínio de individualidade e grupo, aparecendo melhor discutida na *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) na parte VII, que trata de explicar o antissemitismo, que antes foi analisado em *A Personalidade Autoritária* (ADORNO et al., 1950) como instrumento de análise política.

A análise de Horkheimer e Adorno sobre a razão de as pessoas aderirem ao ódio aos judeus sem terem tido qualquer tipo de experiências pessoais com eles esclarece que é anterior à indústria cultural. Explicam tratar-se de uma escolha subjetiva de decisão livre diante do estereótipo secular contra eles. No caso da interferência da indústria cultural nesse processo, a percepção muda seus contornos e não há um processo ativo do conhecimento:

Quando as massas aceitam o ticket reacionário contendo o elemento antissemita, elas obedecem a mecanismos sociais nos quais as experiências de cada um com os judeus não têm a menor importância. De fato, ficou provado que as chances do antissemitismo são tão grandes nas regiões sem judeus como até mesmo em Hollywood [...]. Antes o juízo passava pela etapa de ponderação, que proporcionava certa proteção ao sujeito do juízo contra uma identificação brutal com

o predicado. [...] O percebido não se encontra mais presente no processo de percepção. Ele não mobiliza mais a passividade ativa do conhecimento, na qual os elementos categoriais se deixam modelar da maneira adequada ao 'dado' convencionalmente pré-formado, e estes por aqueles, de tal modo que se faça justiça ao objeto percebido (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, pp. 187-188).

O "ticket reacionário" que traz consigo o elemento antissemita é uma referência a um processo que os autores atribuem a mecanismos de autoconservação de um ego em funcionamento manco, se assim se pode dizer do funcionamento-limite desse eu que se deixa levar pelo modelo "racional" da própria sociedade:

No conflito com o superego, a instância do controle social do indivíduo, o ego mantém as pulsões dentro dos limites da autoconservação. [...]. Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida mais racionalmente pela própria sociedade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 189).

Esse processo em que o sujeito se torna incapaz de refletir profundamente, ao contrário de ser um simples problema de juízo, mobiliza um antagonismo em meio aos mecanismos sociais de poder de grupos, porque não se trata mais de sujeitos autônomos. Todos aderem a um bloco, cujas decisões são determinadas por uma figura hierárquica superior.

Contudo, o caminho seguido por Marcuse que também parte para a ideia de uma deturpação da individualidade ou personalidade segue no âmbito do trabalho e a construção do sujeito a partir dele:

A multidão é uma associação de indivíduos que foram despojados de todas as distinções naturais e pessoais e reduzidos à expressão padronizada de sua individualidade abstrata, a saber, a busca pelo interesse próprio. Como membro de uma multidão, o homem se tornou o sujeito padronizado da autopreservação bruta. Na multidão, a restrição feita pela sociedade à busca competitiva do interesse próprio tende a tornar-se inócua e os impulsos agressivos são facilmente liberados (MARCUSE, 1999, p. 89).

Para Marcuse, em tal caso, essa multidão une, mas os indivíduos são sujeitos atomizados de uma autopreservação "que estão desligados de tudo o que

transcende seus interesses e impulsos egoístas”, sendo uma antítese do princípio de comunidade em que as pessoas são autônomas; trata-se antes da “realização perversa da individualidade” (MARCUSE, 1999, p. 89), porque podem perseguir seu interesse próprio, somente se tiverem padrões de reação confiáveis e desempenharem funções predeterminadas.

Padronização de massas é o objetivo das organizações. O treinamento vocacional é, por assim dizer, um exemplo desse tipo de promoção. As habilidades são treinadas, adaptadas psicológica e fisiologicamente para a realização de uma tarefa. A “personalidade”, um meio para atingir os fins e o sujeito, é reduzida a um padrão perfeitamente substituível.

A psicologia e a individuação, segundo Marcuse (1999) são bases para a confiabilidade estereotipada, pois o indivíduo se sente desenvolvendo, mesmo em meio à dissolução do seu eu diante das funções padronizadas exigidas pelo aparato. Não é mais uma “unidade de resistência e autonomia”, é de “maleabilidade e adaptação”. Conforme o autor, é esta função que une indivíduos em massas. Parece haver na concepção de Marcuse uma noção hierárquica quando diz que há um abismo entre a população subordinada e aqueles que formulam projetos de racionalização, planejam a produção, produzem invenções e fazem descobertas que aceleram o processo tecnológico determinando divisões de poder e não divisões de trabalho, sendo o “líder tecnológico” também o “líder social”.

Sendo assim, em que seria diferente o processo de semidesenvolvimento do indivíduo que, agrupado por lideranças que distribuem um conjunto de estereótipos a serem seguidos em massa nas mais diversas funções dos espaços científicos e tecnológicos voltados para a inovação do sistema? O problema é que mediante o seguimento desses estereótipos, se o indivíduo com sua semiformação segue-os, faz isso sem nem pensar, porque está fazendo seu papel no grupo no qual deseja manter sua posição.

### *5.3 Considerações*

Desta feita, a racionalidade tecnológica que funciona como uma “técnica” que fornece o denominador comum e exige um especialista mais do que uma personalidade humana completa, é também ambiente em que a semiformação

institui-se. Essa visão pormenorizada do espaço de trabalho no âmbito da Ciência e Tecnologia torna mais sofisticada do aquela apresentada pelo conceito da mentalidade de ticket, uma vez que podemos supor que os agrupamentos podem ocorrer em diversos níveis na sociedade, produzindo uma miríade de possíveis oposições sociais, mas o cerne que condensa essa racionalidade tecnológica enquanto ideologia é a burocracia que se torna autoritária no sentido de que toda a razão é levada ao extremo em nome da produção e do desenvolvimento para a benesse de todos, reforçando a submissão por meio dessa racionalidade objetiva.

Adiciona-se a essa reflexão os princípios recônditos da formação subjetiva como apontado em Marcuse (1975), em que a mais repressão suprime os instintos até seu limite máximo e pode-se vislumbrar o tempo todo uma dialética entre o id e o superego. Os papéis de gênero que permeiam estas estruturas também podem ser concebidos como parte do funcionamento desses princípios recônditos da subjetividade. Embora se entrelacem com mais força na formação familiar e com menos força no trabalho, ainda se pode pensar que eles estão ali na forma como os sujeitos assumem esses papéis e como isso se divide no tempo de trabalho realizado na casa.

A mentalidade de ticket, cuja estrutura é composta por um conjunto de estereótipos de ideologias de grupo e tomando como ponto de partida a ideia de que os instintos dominados pela mais-repressão se manifestam nas relações humanas, leva a pensar que esse processo instintivo “respinga” na forma como esta estrutura atrela-se à organização social por meio da racionalidade tecnológica. Portanto, especificamente os estereótipos sexistas podem entrelaçar-se ao ambiente de trabalho por força dessa relação estrutural, por extensão.

Por meio dessa estruturação de agrupamentos, no conjunto de estereótipos que cada grupo assume, encontra-se o sexismo. No embate das relações de poder ele é usufruído quando necessário e disfarçado, quando rechaçado nas ocasiões em que ele não traz vantagens ao sistema. Nesse sentido, As relações de poder que as estruturas hierárquicas dos meios de produção apresentam emprestam do patriarcado primitivo da civilização repressiva sua justificativa de dominação. Destacamos a mulher, uma vez que é considerada vulnerável e de pouco valor, mas existe uma espectro mais amplo de discrimnações de indivíduos que não sigam as

formas binárias de expressar em gênero e sexualidade aceitas nas relações do patriarcado. Embora esse domínio seja limitado, pois prevalece a racionalidade tecnológica, está lá, pronto para ser usado como instrumento de manutenção do *status quo social* de quem se vê ameaçado sob tanta repressão e foi, por meio da educação, inculcado com estes tipos de estereótipos.

## 6 Razão instrumental e Ideologia da Racionalidade Tecnológica

Segundo Crochík (1990, p.141), o fracasso da revolução socialista mundial na década de 1910 levou alguns autores a repensar o marxismo ortodoxo que percebia nos movimentos estruturais da sociedade a base de sua virtual modificação. Com uma pergunta retórica, ele apresenta esse problema: "Como poderia se explicar, por exemplo, com aquela teoria que, apesar do enfraquecimento da burguesia na Primeira Guerra Mundial e o estado de miserabilidade do proletariado, este último não tomasse o poder?" A explicação, segundo ele sobre estes autores, estaria na "configuração da personalidade", já que parecia haver uma espécie de "resistência psíquica às alterações sociais que implicassem a emancipação do indivíduo e da cultura de seu estado de minoridade". Dessa forma, como ele mesmo assinala, a relação entre personalidade e ideologia vem sendo estudada desde o início do século, para entender o que contribuiu para a manutenção de uma sociedade considerada injusta: a esfera psíquica passou a ser enfatizada dentro de um referencial materialista-histórico, cujas relações sociais de produção em sua contradição com o desenvolvimento das forças produtivas eram prevaletentes antes disso.

Na apresentação sobre o que constitui a Ideologia da Racionalidade Tecnológica, Crochík (1999) esclarece que esta aparece em estudos anteriores de forma indireta, uma vez que o ponto de partida é o conceito de "razão" trabalhado pelos autores da teoria crítica. Não por menos, dedica-se a referenciar o "mundo desencantado" que foi discutido em Adorno e Horkheimer (1985), assim como à "Ideologia da sociedade industrial" descrita por Marcuse (2015). Estas duas concepções geram parte do título que compõe seu primeiro capítulo da tese de defesa para a livre-docência: "desencanto sedutor". Contudo, ideologia da racionalidade tecnológica também é uma referência a Habermas (1968), cujo trabalho sobre a compreensão da técnica e da ciência como ideológicas com base numa razão instrumental. Todos esses autores compõem sua base teórica para explicar a relação da ideologia com a personalidade.

Convém apresentar, primeiramente, que o termo ideologia, segundo o próprio Crochík (1990, p. 143) é definido como um “conjunto de valores ideias, ideais cuja função principal é a de encobrir contradições coexistentes entre as relações de produção e as forças produtivas e as existentes nas próprias relações de produção”. Uma outra característica seria a de que são “originadas nas condições concretas da vida social”, e, além disso, “guarda uma relativa autonomia dos processos de produção, mantendo com estes uma relação dialética, ao negarem-se e afirmarem-se simultaneamente, ou seja, ela não é somente produtiva, reproduz também: é justificativa de aparência”.

Sem embargo, esta definição marxiana do termo ideologia usada por ele, ainda segundo o autor, deve responder a uma perspectiva da teoria crítica, visto que há uma relação com a questão da personalidade. Esta última, por seu lado, em perspectiva freudiana e adotada por Crochík em toda sua obra e por autores clássicos da teoria crítica, é entendida como uma série de características individuais que são produtos de um conjunto de forças psíquicas que atuam, ora conjuntamente, ora antagonicamente no indivíduo e nas suas relações com o meio, em razão do desenvolvimento psicosssexual e das pulsões e suas representantes. Estas características significam uma solução de compromisso entre os objetivos para os quais tendem aquelas forças e as possibilidades de suas realizações.

Esta definição inicial e marxiana de ideologia, portanto, recebe algumas modificações. A primeira é de que a Ideologia da Racionalidade Tecnológica, “mais do que um conjunto de ideias, crenças e valores, configura-se como uma tendência a analisar todos os fenômenos por meio da razão instrumental, não se atendo às suas especificidades”. Ele explica que o motivo dessa tendência é o fato de o sujeito não entender a realidade objetiva, porque a lógica que prevalece é a do “eu” e não a do objeto. Nesse caso, perde-se a autonomia e a personalidade é regredida, porque deixa de investir libidinalmente no objeto e permanece em si incapaz de refletir sobre o eu, o que explicaria a defesa de que a personalidade prevalecente na sustentação desse tipo de ideologia é a narcisista. Esta definição assinala, portanto, que, pelo quadro da teoria crítica, “a história do indivíduo e a história da cultura estão interligadas entre si e com as relações de produção, o que significa dizer que as

alterações sociais que implicam um maior controle da natureza, implicam também alterações da personalidade” (CROCHÍK, 1990, p. 143).

Para além dessas características, Crochík (1999) aponta que a ideologia da racionalidade tecnológica, ao mesmo tempo que deriva daquelas trabalhadas pelos autores da teoria crítica, deve ser compreendida como subjacente. Interpreta-se o fato de que essa razão instrumental, implicada como ideologia por ele, perpassa todo o trabalho dos autores da teoria crítica, independentemente do tema ou outras ideologias de que tratam. Os perfis psíquicos estudados são, em consequência, covalentes, assim como as próprias ideologias.

### *6.1 Da razão como ideologia a partir do Esclarecimento por Adorno e Horkheimer*

Não por menos, Crochík refere-se ao “desencantar o mundo” citado em Adorno e Horkheimer (1985): a razão instrumental de que tanto se falou até agora e cuja compreensão é amplamente explorada pela teoria crítica pode ser compreendida nesse livro que analisa o conceito de Esclarecimento.

Em termos gerais, depreende-se que a tese de Adorno e Horkheimer (1985) é a construção de uma genealogia para a razão que se tornou fim em si mesma, sendo antes seu objetivo desvencilhar os homens da dominação imposta pela mistificação. Segundo eles, esse feito vem por meio da evolução da Ciência que ascende como verdade totalitária no lugar dos mitos. Contudo, por sua natureza, o Esclarecimento que se torna totalitário iguala-se a eles. A respeito disso, afirmam: “No trajeto para a ciência moderna, os homens renunciaram ao sentido e substituíram o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.7). Ainda que inicialmente a ciência tivesse a função de superá-los por uma “verdade” na ânsia de superar a dominação imposta pelo mito, “revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação” (p. 20). Em outras palavras, se a razão do Esclarecimento vem para destituir os mitos, ele não só destitui como substitui com igual função de engano, se considerado como verdade inquestionável sem qualquer reflexão.

Os autores consideram a passagem da filosofia que ainda continha vestígios das explicações para o princípio criador, um conhecimento desenvolvido a partir do registro dos mitos: “A causa foi apenas o último conceito filosófico que serviu de

padrão para a crítica científica, porque ela era, por assim dizer, dentre todas as ideias antigas, o único conceito que a ela ainda se apresentava, derradeira secularização do princípio criador” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 5). Com base, então, na secularização do princípio criador, vê-se que não é com “discursos plausíveis, capazes de proporcionar deleite, de inspirar respeito ou de impressionar de uma maneira qualquer, nem em quaisquer argumentos verossímeis, mas em obrar e trabalhar e na descoberta de particularidades antes desconhecidas, para melhor prover e auxiliar a vida”, que reside “o verdadeiro objetivo e função da ciência”. Eles compreendem que não deve haver nenhum mistério, mas tampouco o desejo de sua revelação. Para os autores, desencantar o mundo é buscar o fim do animismo: “O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber”. Assim, o Esclarecimento acusou até mesmo o legado da metafísica platônica e aristotélica de superstição (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, I. 330).

No entanto, o pretense desejo de não mais se dominar pelo mito, na busca de uma verdade objetiva, concorre também uma tentativa de dominar, ainda que seja mais realista. Para isso, apresenta-se o Esclarecimento como cânone e, não por menos, é exatamente como ocorre nos registros dos mitos da tradição. Ao fazê-lo, a Ciência que refuta, uma vez que se apresente como regra inabalável, faz-se também mito a ser combatido:

A ‘confiança inabalável na possibilidade de dominar o mundo’ que Freud anacronicamente atribui à magia, só vem corresponder a uma dominação realista do mundo graças a uma ciência mais astuciosa que a magia. [...] Todo conteúdo, ele o recebe dos mitos, para destruí-los, e ao julgá-los, ele cai na órbita do mito. Ele quer se furtar ao processo do destino e da retribuição, fazendo-o pagão, ele próprio, uma retribuição. No mito, tudo o que acontece deve expiar uma pena pelo fato de ter acontecido. E assim continua no esclarecimento: o fato torna-se nulo, mal acabou de acontecer (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, I. 343).

Nesse sentido, Adorno e Horkheimer afirmam que tínhamos no passado o sacrifício que a repetição<sup>20</sup> exigia com a pretensão de se identificar com a realidade repetida e dessa forma escapar de seu poder. Isso era sustentado pelos mitos. Ao

---

<sup>20</sup> Conceito de Freud que se refere à compulsão de um comportamento mediante um impulso reprimido que ocorreu na infância e que se repete no comportamento em diferentes situações pela vida toda.

renunciar aos sacrifícios, surge nova lei no ciclo que submete o objeto à lei natural, que “parecia garanti-lo como um sujeito livre” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, I. 350). Nesse sentido, para garantir-se, o homem deve submeter-se à Ciência pela mesma razão pela qual cumpria os ritos místicos: a autoconservação. Por quê? O Esclarecimento cristaliza-se na lógica de “quem não se submete à calculabilidade e utilidade, torna-se suspeito” (p. 43). Dessa forma, o homem submete-se à Ciência, à razão que deve se sobrepôr aos seus instintos em nome da razão contida nela.

O domínio do homem sobre si mesmo, imposto como autossacrifício pela autoconservação desde o nascimento para a civilização, em que se funda o seu ser, é sempre a “destruição virtual do sujeito”, diga-se, o princípio de cadência da sua subjetividade, pois “A substância dominada, oprimida e dissolvida pela autoconservação, nada mais é senão o ser vivo, cujas funções configuram, elas tão somente, as atividades da autoconservação, por conseguinte exatamente aquilo que na verdade devia ser conservado”. O produto dessa atividade do inconsciente é a antirrazão no capitalismo totalitário. Nele, a “técnica de satisfazer necessidades, em sua forma objetualizada, determinada pela dominação, torna impossível a satisfação de necessidades e impele ao extermínio dos homens” antirrazão está desenvolvida de maneira prototípica no herói que se furta ao sacrifício, sacrificando-se (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, I. 1010).

Não há satisfação em realidade, somente promessa. Os autores explicam que a ciência acaba voltando-se não para o conhecimento em si. Não há o exercício de uma razão para desvencilhar-se de dominação ou para uma desmitologização - a busca da verdade *per se*. O Esclarecimento torna-se mito no dever do homem de segui-lo, pois somente ele garantiria o efeito que se desejava obter com os sacrifícios místicos: a autoconservação que se materializa na sociedade industrial avançada.

Nessa dinâmica, a razão, em vez de fornecer a autonomia para que o indivíduo não seja dominado pelos mitos, torna-se um deles, ao ser ofertado como forma de adaptação ou autoconservação. O homem deve sacrificar-se por sua autoconservação quando a lógica esclarecida é apresentada como razão inabalável. Assim, capitula-se a essência do que deveria ser garantido: o sujeito autônomo, que acredita estar de fato fazendo uma escolha, quando em verdade não há outra

“razoável”, e o que prevalece não é a razão do pensar por si mesmo, mas o pensar conforme a razão imposta. O Esclarecimento transmuta-se, assim, a instrumento que serve a si mesmo e, em vez de libertar, aprisiona o indivíduo que se submete, acreditando fazê-lo por arbítrio.

Quanto a seu conteúdo, essa razão é explicada por Adorno e Horkheimer por meio de Kant no sentido de retomar o que seria o princípio de autonomia do sujeito. Dessa forma, apontam o esclarecimento como “a saída do homem de sua menoridade, da qual é o próprio culpado”. Nesse sentido, completam que sendo a menoridade para Kant, “a incapacidade de se servir de seu entendimento sem a direção de outrem”, interpretam que esse “Entendimento sem a direção de outrem” é o “entendimento dirigido pela razão” (1985, I. 1428). Esse é o princípio norteador do entendimento de razão para identificar quando ele perde seu princípio de libertação do homem.

Inicialmente, Adorno e Horkheimer (1985, I. 1433) explicam que sua coerência reúne em um sistema os diversos conhecimentos isolados, por meio do estabelecimento das operações do entendimento como objetivo. Esse objetivo serve para qualquer epistemologia científica, a saber: em Kant, Leibniz ou Descartes, a razão deve ser a de “levar a cabo a conexão sistemática, tanto ao subir aos gêneros superiores quanto ao descer às espécies inferiores”. Eles afirmam que esse “aspecto ‘sistemático’ do conhecimento” é resultado da “conexão dos conhecimentos a partir de um princípio”. Para eles, o pensamento, no sentido do esclarecimento, é assim “a produção de uma ordem científica unitária e a derivação do conhecimento factual a partir de princípios”, independentemente de serem “axiomas arbitrariamente escolhidos, ideias inatas ou abstrações supremas”. Por consequência, a lógica estabelece as relações mais gerais e, na ordem mais interna, ela se autodefine. Para que se estabeleça essa auto-organização, “a unidade reside na concordância”.

Contudo, no núcleo desse sistema, repousa o princípio da contradição, porque o juízo inscrito nele deve assumir como verdade aquilo que ele apresenta e, desse modo, uma vez assumido, o pensamento que não se oriente por ele é “sem direção” ou “autoritário”. Por essa situação, “a razão fornece apenas a ideia da unidade sistemática, os elementos formais de uma sólida conexão conceitual”,

porque qualquer tentativa de um discernimento no sentido estrito de razão, fugiria dela, dando a impressão de desvario'. A explicação para que isso ocorra deriva de um conceito kantiano, "o entendimento puro", em que, no funcionamento inconsciente do mecanismo intelectual se estrutura a correspondência entre a percepção com o entendimento. Esse processo imprime na "coisa objetiva" a impressão da inteligibilidade que o subjetivo julga antes mesmo de chegar no ego (1985, I. 1447). Se não fosse esse mecanismo, os autores afirmam que não teríamos como criar uma unidade, não haveria consenso que estabelecesse um sistema, assim como também não seria possível dar organização à experiência.

Sobre a ideia de um sistema artificial, é importante frisar que ele "deve ser conservado em harmonia com a natureza". Ocorre que a previsão dos fatos através do sistema é reforçada pelos fatos que o confirmam. Essa harmonia acontece porque fatos pertencem ao universo da experiência do sujeito individual com o objeto social: os fatos pertencem à práxis. Por inferência, "o pensamento que não consegue harmonizar o sistema e a intuição desrespeita algo mais do que simples impressões visuais isoladas: ele entra em conflito com a prática real" (1985, I. 1461). E para ficar mais difícil o desenlace, esse sistema de razão, com suas previsões mais certas que as dos mitos, produz um conhecimento melhor relacionado aos fatos e, em vista disso, é mais condizente com os princípios da autoconservação, por apoiar o sujeito na dominação da natureza. Nesse caso, a menoridade se torna a incapacidade de se autoconservar.

Antes que se conclua haver um paradoxo em usar da razão para esmiuçá-la e que se deveria, por isto e por suas características, talvez prescindir dela, os autores avançam na explicação da peculiaridade de uma razão que nasce com a sociedade industrial. Eles sustentam que a natureza do esquematismo de harmonizar o universal e o particular, o abstrato com o concreto, revela-se na ciência, condizente com os interesses da produção:

a razão constitui a instância do pensamento calculador que prepara o mundo para os fins da autoconservação e não conhece nenhuma outra função senão a de preparar o objeto a partir de um mero material sensorial como material para a subjugação (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, I. 1446).

A partir disso, os autores partem para aspecto social dessa análise genealógica do conteúdo da razão. Primeiro, ao inserirem o conceito de cidadania: “Os sentidos já estão condicionados pelo aparelho conceitual antes que a percepção ocorra, o cidadão vê a priori o mundo como a matéria com a qual ele o produz para si próprio”. E o juízo que, antes era individual, passa a público: “A percepção pela qual o juízo público se encontra confirmado já estava preparada por ele antes mesmo de surgir” (1985, I. 1479). A análise aponta agora para o funcionamento da razão não mais para apenas a autoconservação e recalque de um único indivíduo, mas para as diferenças entre vários deles, no âmbito social, além de mostrar a capacidade da razão ao mesmo tempo unir e nivelar esse indivíduo num leito de Procusto: “a razão, na medida em que funciona condicionada pelos fins como uma mera ciência sistemática, nivela com essas diferenças justamente o interesse idêntico” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, I. 1483).

Se ainda não é possível antever em que medida o sujeito perde a sua capacidade de pensar autonomamente, a razão que medeia a percepção e intelecto começa a se desenhar no excerto a seguir. Para essa razão:

As únicas determinações válidas que ela admite são as classificações da atividade social. Ele [o sujeito] é um representante qualquer de seu tipo geográfico, sociológico. A lógica é democrática, nela os grandes não têm nenhuma vantagem sobre os pequenos. Aqueles pertencem à categoria das pessoas eminentes, ao passo que estes se contam entre os objetos eventuais da assistência social. [...]. A ciência em geral não se comporta com relação à natureza e aos homens diferentemente da ciência atuarial. Quem morre é indiferente, o que importa é a proporção das ocorrências relativamente às obrigações da companhia. É a lei do grande número, não o caso individual, que se repete sempre na fórmula. Com a confirmação do sistema científico como figura da verdade – confirmação essa que é um resultado da obra de Kant – o pensamento sela sua própria nulidade, pois a ciência é um exercício técnico, tão afastado de uma reflexão sobre seus próprios fins como o são as outras formas de trabalho sob a pressão do sistema (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, I. 1493).

Depreende-se que a lógica aparentemente democrática que iguala todos os indivíduos, em realidade, não funciona para os sujeitos, mas sim para o que os relaciona na sociedade, o meio de subsistência e de dominação: a economia, que se esconde na lógica esclarecida da razão ligada a um inconsciente individual que procura adaptar-se e se autoconservar na sociedade. A ciência que deveria produzir

um conhecimento que se associa com a natureza, a distribuição de renda, o lucro da companhia – toda a razão presente em todas as instâncias – é usada com o fim de continuar a sustentá-la. Transforma-se em técnica mediante a pressão do sistema criado por ela mesma. É uma lógica com a qual todos concordam, porque se relaciona diretamente com a autoconservação individual no seio social. Então, se antes havia uma razão kantiana que podia dar autonomia ao sujeito, na sociedade técnica, ela se perde antes que o ego possa julgá-la.

Se pensarmos em termos de ideologia, entendida como “conjunto de valores, ideias, ideais cuja função principal é a de encobrir contradições coexistentes entre as relações de produção e as forças produtivas e as existentes nas próprias relações de produção”, sendo ainda “justificativa de aparência”, que é a definição marxista apresentada por Crochík (1990), ainda que não seja um “conjunto”, quando pensada em sua natureza, a razão pode ser nessa ideologia enquadrada.

Primeiro porque, sendo forma de pensar, ajusta-se a quaisquer ideias, ideais ou valores, como assinalado em diversas partes da discussão de Adorno e Horkheimer (1985). Segundo porque essa razão que se volta como justificativa para o sacrifício individual em prol de um aparente denominador comum, serve como instrumento de dominação com justificativa de ser pela “razão” numa economia que não iguala, em contrário, conserva as condições dos indivíduos, que se veem conformados, em vez de libertos de suas condições, porque o sacrifício ou é por si ou pela espécie.

Retornando à ótica do conceito de ideologia, quando os teóricos críticos usam a expressão “razão”, o sentido é essencialmente ideológico, porque é justificativa aparente para a dominação e sua relação, conforme Crochík defendeu ao caracterizá-la como ideologia da racionalidade tecnológica. A seguir, apresenta-se, como o próprio autor argumentou, não só a relação entre a concepção de ideologia e razão como também o fez para o narcisismo como traço moral que se propaga desde a antiguidade.

## *6.2 Dos mitos como ideologia ao comportamento do indivíduo na cultura*

Há um contraponto curioso para a natureza da razão como semelhante ao mito, descrita por Adorno e Horkheimer (1985, p. 59-60). Esse exame explica-se

pela ideia dos mitos também se assentarem com traços dessa mesma razão: “A interpretação mágica e coletiva do sacrifício, que nega totalmente sua racionalidade, é a sua racionalização [...]”. Ao apresentarem essa ideia, os autores referem-se aos mitos como esclarecimento, uma vez que o objetivo deles era tentar dar uma explicação (e por isso razão) à realidade como forma de romper com a repetição. E completam:

as ideologias mais recentes são apenas reprises das mais antigas, que se estendem tanto mais aquém das ideologias anteriormente conhecidas quanto mais o desenvolvimento da sociedade de classes desmente as ideologias anteriormente sancionadas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 60).

Interpreta-se, assim, que a relação estabelecida entre os mitos e o esclarecimento se torna possível não só por sua semelhança e sua aplicação quando é imposta de forma totalitária na explicação para os fatos, como também por seu conteúdo racionalizado. São por esses termos que Crochík (2000, p. 01) ressalta o caráter ideológico dos mitos, posto que eles podem ser considerados modelos para comportamentos desejados elaborados e difundidos na sociedade:

Quer os mitos, quer a *Odisséia*, que se aproxima do romance, embora, como sublinham Horkheimer e Adorno(1985), seja mais do que isso, pedem por uma análise de sua configuração ideológica, naquilo que se refere à socialização (CROCHÍK, 2000, p. 01).

Essa ênfase, contudo, não é em vão: ele pretende mostrar que os mitos atravessam a história e, por sua natureza próxima ao do esclarecimento descrito por Adorno e Horkheimer (1985) a partir da narrativa de Ulisses da *Odisseia*, é possível pensar o mito de Narciso muito mais do que uma mera analogia de entendimento da psique, como se apresentou em Freud (1976). Para Crochík (2000), a função socializadora dos mitos presentes nas narrativas épicas se apresenta como instrumento relevante de educação moral.

Na *Odisseia*, por exemplo, Crochík (2000) explica que as características individuais dos heróis Ulisses, Ajax e Aquiles eram ressaltadas em meio à narrativa. Uma vez que a astúcia, a bravura e o desejo de vingança fossem apenas características, elas se colocam como constituintes de sujeitos simbólicos que servem como modelo moral que ultrapassam barreiras históricas. Contudo, para o

autor, a concepção da relação entre cultura e sujeito na história é mais complexa do que tem sido apresentada:

Esta é uma posição teórica que se coloca de forma contrária tanto àquela que defende a constituição do indivíduo como tendo uma verdade ontológica independente da cultura a que pertence e da história desta cultura, quanto àquela que defende a completa dependência de sua constituição aos conceitos que temporariamente remetem ao que deve ser aquele objeto. O objeto é mais do que o conceito pode expressar sobre ele, ao mesmo tempo que depende dele para se constituir. Assim, a história e a cultura inscrevem as suas marcas no indivíduo, sem que as suas potencialidades sejam esgotadas por isso. O homem traz como natureza a construção da cultura que lhe permite a flexibilização de suas formas de ser (CROCHÍK, 2000, p. 02).

Em outras palavras, o indivíduo não é nem independente da cultura nem somente produto dela. Há uma relativamente flexível possibilidade de autonomia nas formas de ser que pode ultrapassar as barreiras do tempo na cultura. Dessa forma, quando Crochík concebe que “o homem traz como natureza a construção da cultura”, não se pode entender a mudança da história e dos sujeitos como alterações drásticas e estanques de uma época, por haver essa travessia de conceitos que são transmitidos, tendo os mitos e as narrativas épicas um papel fundamental nesse processo. Assim, se com o Renascimento, surge o conceito de razão e de ciência que alteram a forma de pensar, não se pode concluir que esta não esteja contaminada pelos conceitos de racionalidade e moral encontradas nos mitos:

Assim, a configuração do indivíduo burguês, tal como podemos concebê-lo atualmente, já continha alguma visibilidade na época de Homero, supondo, também, vestígios do atual sistema socioeconômico que lhe determina as suas características (CROCHÍK, 2000, p. 03).

Essa conclusão entra em concordância com aquela que Adorno e Horkheimer (1985, p. 54) apresentam: “as linhas da razão, da liberalidade, da civilidade burguesa se estendem incomparavelmente mais longe do que supõem os historiadores que datam o conceito do burguês a partir tão somente do fim do feudalismo medieval”. A partir disso, Crochík assevera que ao procurar “elementos psíquicos em narrativas da antiguidade”, encontra-se vestígios da “constituição do indivíduo burguês”, e completa que “não se utiliza da atual conceituação psicanalítica [o conceito de narcisismo, conclui-se] para se compreender o indivíduo, mas a gênese de tal objeto que proporciona essa conceituação”. E, assim, ele afirma

que “o indivíduo representado, quer por Ulisses, quer por Narciso, remete à especificidade das épocas em que foram criados e também aponta para a história da relação entre o homem e a cultura”. E mais:

A apropriação que Horkheimer e Adorno (1985) fazem da Odisséia não é analógica, tal como o é a apropriação do mito de Narciso por Freud. Ela remete ao testemunho sobre as origens da Civilização Ocidental, como luta contra a natureza, ao protótipo das relações sociais e da identidade individual (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 03).

Dessa forma, para demonstrar a relação não só de Ulisses como de Narciso, tanto no seu aspecto fantástico (e, portanto, analógico), quanto no seu aspecto ideológico, Crochík discorre uma série de características, tanto na Odisseia quanto em Narciso para demonstrar que, mesmo em Ulisses, há muito de Narciso que se aproxima da configuração do indivíduo na sociedade atual.

### 6.3 *A relação da ideologia da racionalidade tecnológica e personalidade*

Na compreensão de Crochík (1990, p. 148), “a personalidade é a mediadora entre a estrutura social e a ideologia”, mas ele assevera que “não devemos cair no engano de supor que ela seja um fator independente”. Essa assertiva decorre do entendimento de que “a própria cultura é dotada de mecanismos que dificultam o surgimento de uma personalidade ‘genuína’”.

Assim, ele compreende que se há uma distinção entre personalidade e ideologia, isso tem apenas como objetivo “mostrar uma cultura que facilita a oclusão da subjetividade”. Para ele, a cultura “impõe-se como reação à maturidade individual”. Portanto, deduz-se por que o autor (1999) entende alguns traços da personalidade, a exemplo o narcisismo, como característicos da época e justifica a construção da escala que poderia ser correlacionada a traços de Narcisismo.

Ao mesmo tempo, isso revela o desenvolvimento social como correspondente ao desenvolvimento da personalidade, como ele mesmo aponta em concordância a pressupostos apresentados na teoria crítica, cuja produção de um determinado diagnóstico baseia-se em tendências estruturais do modelo de organização social vigente, bem como em situações históricas concretas:

O desenvolvimento do indivíduo é marca do avanço social. Esse pode ser aferido pelo quanto aquele consegue se diferenciar pela introjeção da cultura. Que o indivíduo tenha regredido, no que se refere à sua relativa autonomia possível no século passado, mostra que o progresso social levou à regressão individual (CROCHÍK, 1999, p. 03).

Dessa forma, pela defesa de uma personalidade narcisista inicialmente apontada como correlacionada à ideologia da racionalidade tecnológica por Crochík (1990, 1999), evidencia-se a cultura atrelada necessariamente ao conceito de civilização, cujo progresso contribui com o regresso, repercutindo na barbárie contra a qual essa mesma civilização luta (CROCHÍK, 2007).

Com base em trabalhos de Marcuse, Crochík (1990) afirma que as mudanças sociais, como por exemplo, a diminuição da importância da família para a socialização do indivíduo, criam condições para o fortalecimento desse traço de personalidade. A explicação de Crochík tem, como consequência, a concepção de influência da evolução do capitalismo sobre a dinâmica de formação psicossocial.

Nessa perspectiva, explica que na compreensão de Marcuse sobre o capitalismo concorrencial, cuja organização e padronização não eram suficientemente sistematizados, o controle se dava primordialmente sobre os instintos, não havia controle mais global sobre a consciência. Era o ego que elaborava os desejos do id e os submetia à apreciação do superego e à realidade externa. A sublimação presente, que consiste na modificação da orientação originalmente sexual de um impulso ou de sua energia levada a um outro ato aceito e valorizado pela sociedade, exercia papel considerável na constituição do indivíduo e da cultura.

Com os monopólios, cujas características de sistema são mais elaboradas, uma vez que encontramos ou empresas que observam a demanda produzindo exatamente o necessário ou há a união de empresas em prol da destruição da concorrência, os instintos podem ser liberados, contudo em conformidade com a sociedade. Essa limitação da liberação do id faz com o que o superego volte a culpa ou contra si ou contra uma totalidade abstrata. Crochík (2014) reforça que essa culpa é impessoal em concordância com uma dominação também impessoal. Diferentemente como ocorre no capitalismo concorrencial, o controle vai diretamente

para a consciência, e isso corresponde à repressão advinda da liberdade instintiva. A esse processo, Marcuse (1975) dá o nome de "dessublimação repressiva": a sexualidade é submetida aos valores do mercado, sendo Eros, o construtor da cultura.

Em trabalho mais recente, ao analisar a relação entre tipos de personalidade e preconceito (CROCHIK, 2014), o autor assinalou que o sadomasoquismo, assim como o narcisismo, também se correlaciona com a escala da ideologia da racionalidade tecnológica que, por sua vez, também se correlaciona com a personalidade autoritária, cuja escala do Fascismo desenvolvida por Adorno et al.(1950) provou ser ainda válida em nossos dias. O sadomasoquismo, no entanto, diferentemente do narcisismo, relaciona-se a um objeto, portanto, sendo o indivíduo menos regredido. Na análise, ainda foi possível constatar que os narcisistas tendem a ter preconceitos contra deficientes, enquanto os sadomasoquistas apresentaram maior propensão a praticar preconceitos que ferem a ordem moral:

Como já afirmado, para o sadomasoquista, a questão moral, expressa nos desvios em relação às regras não de todo introjetadas por ele e, por isso mesmo, exageradamente defendidas, é central; mais do que a questão da perfeição corporal ou intelectual, que, para o narcisista, é mais importante do que os supostos desvios morais. Para o narcisista, a questão da autoconservação, imaginária e realmente ameaçada, dada a sua constante sensação de impotência, à qual reage sua aparente prepotência, é mais premente (CROCHIK, 2014, p. 58).

Dessa forma, depreende-se que é possível encontrar não apenas um, mas alguns tipos de personalidades mais ou menos regredidas predominantes associadas à ideologia da Racionalidade Tecnológica. A análise dos tipos de preconceito é um ponto de partida para a compreensão das especificidades que caracterizam as barbáries a partir dele. Em termos gerais, trata-se do entendimento de um processo civilizatório contraditório: quanto mais progride, menos atinge seu objetivo inicial, porque sua organização gradualmente mais racionalizada contribui para a repressão e conseqüente infelicidade do indivíduo, constantemente submetido a condições de alienação de si, uma vez que não prevalece sua própria experiência e pensamento, mas a da produção.

#### 6.4 *Ideologia da Racionalidade Tecnológica e estereótipos*

Na pesquisa de Adorno et al (1950), ideários políticos e econômicos característicos tinham uma direta relação com os tipos de personalidade, sendo os autoritários tendentes à ideologia conservadora e os não autoritários à ideologia liberal, podendo ser entendida como progressista no contexto. Ao final do estudo, constataram ser verdadeira essa relação, como também descobriram que algumas personalidades não-autoritárias endossavam o ideário conservador e algumas autoritárias concordavam com o ideário liberal.

Estes estudos coordenados também por Adorno deram algum respaldo para a configuração do conceito da mentalidade de ticket que é bem discutida em Adorno e Horkheimer (1985). Nele, a ideia de adesão a um conjunto de estereótipos em defesa de um grupo cujas distinções poderiam se resumir a duas (conservadora e liberal, opostas, tendo a última como representantes os judeus) seria a expressão da irracionalidade que se encontra por trás de uma Razão que perdeu seu sentido original e que foi estimulada pelos meios de comunicação, no caso, o rádio, a televisão e também a imprensa<sup>21</sup>.

O antissemitismo que era compreendido como etnocentrismo ou preconceito racial em Adorno et al. (1950), e que poderia partir com mais força por determinado tipo de personalidade, explica-se por esse caminho da mentalidade de ticket em Adorno e Horkheimer (1985): não é necessária a experiência ou vivência com grupos em desvantagem e o exercício da reflexão para aderir às ideologias de preconceito contra essas minorias: os meios fazem o papel de "resumir" as ideologias que eles devem defender, atacando com todo ódio aqueles com quem sequer tiveram real contato, como se não pudessem ter um pensamento "fora" daqueles defendidos por seu grupo, uma vez que isso "ameaçaria" sua posição de defesa. Portanto, se pensarmos na ideologia da racionalidade tecnológica, ela se mostra motriz na dinâmica da mentalidade de ticket nesse sentido, uma vez que

---

<sup>21</sup> Esses meios não poderiam ser vistos como meros estímulos, portanto reescreve-se como curiosidade: tecendo uma concepção com base em McLuhan de que o "meio é a mensagem", sua constituição e a necessidade de adequar as informações a estes meios é o que produz com mais facilidade os estereótipos aderentes. Embora não tenha sido diretamente tratada nesses termos, a relevância dos meios de comunicação em massa para pensar a mentalidade de ticket e a distorção da Razão nos trabalhos frankfurtianos denuncia essa possibilidade que se coaduna muito bem.

engloba tanto a forma de pensar pelos sentidos quanto não pensar de fato por meio do uso da razão instrumental.

### 6.5 *A constituição da ideologia da racionalidade tecnológica*

O primeiro ponto a ser considerado por Crochík é o fato de a cultura ser compreendida inseparável do conceito de civilização nascida a partir da repressão de pulsões e, dessa forma, o progresso corresponde indistintamente à regressão, uma vez que para atingir o desenvolvimento social se requer o autossacrifício do sujeito – quanto mais longe caminha o progresso, tanto mais aleija-se o indivíduo em sua subjetividade. Alia-se a isso, ou serve de instrumento que possibilita essa dinâmica a racionalidade que unifica os indivíduos e todas as coisas que os envolve por meio de um cálculo que iguala tudo e todos. As pulsões, uma vez reprimidas, voltam-se contra si ou contra a sociedade, a socialização total contrapõe-se à individuação, e o indivíduo torna-se hostil à civilização e desejos individuais podem corresponder à barbárie:

Com o indivíduo e as instituições cristalizados, aquilo que não é previsto na racionalidade dominante só pode ser enunciado na negação, na rebelião. Assim, o progresso, que permite uma vida mais confortável e segura, colabora também com a imobilização social e com a infelicidade humana. Os desejos que não podem ser expressados – e, antes disso, conhecidos – buscam a realização por formas perversas, contrapondo-se à sociedade (CROCHÍK, 2007, p. 16).

Crochík (2007, p. 16) explica que, com a divisão do trabalho cada vez mais racionalizada, a diferenciação das esferas sociais diminui. Ao mesmo tempo, com a socialização cada vez mais ampla, resultante do progresso de uma sociedade administrada, a possibilidade de o indivíduo expressar-se e contrapor-se ao geral, diferenciando-se, some. Como os desejos não podem ser mais expressados – e ele acrescenta: antes disso, conhecidos –, a realização ocorre por formas perversas, contrapondo-se à sociedade. Nesse caso, “a socialização total contrapõe-se à individuação, e o indivíduo torna-se hostil à civilização”.

O autor explica ainda que há uma paradoxal racionalidade e irracionalidade. Essa última encontra diversos caminhos para se apresentar, inclusive e paradoxalmente: “há algo de racional na irracionalidade dos desejos, presente na acusação que ela implica, e há algo irracional na racionalidade social, pelo

desconhecimento dos desejos humanos” (CROCHÍK, 2007, p. 16). Dessa forma fica clara a sua colocação que justifica a construção de uma escala que possa medir a ideologia que denota concepções irracionais aparentemente racionais e procurar uma correlação a um tipo de personalidade provável:

Com as transformações sociais, as relações entre a cultura e o indivíduo não permaneceram as mesmas. Se antes o indivíduo podia aderir à ideologia pela sua racionalidade, atualmente a adesão deve envolver mecanismos psicológicos que impeçam de perceber a sua irracionalidade, ou então permitam a sua convivência com ela, uma vez que passa a defender ideias contrárias à autoconservação individual (CROCHIK, 1999, p. 02).

Em consequência, essa ideologia “contém a base do progresso atrelado à emancipação”. Para enfatizar o caráter da razão presente nesse contexto da racionalidade técnica, Crochík (1999) relembra o idealismo romântico ao qual os autores da teoria crítica se embasaram para entender a razão que se tornou instrumental. O ideal romântico alemão [que criticou o positivismo e seu excessivo racionalismo e materialismo presentes no Iluminismo] critica o universal e, portanto, o próprio pensamento, enquanto a racionalidade na era da técnica compulsivamente classifica e analisa todos os fenômenos pelo mesmo método, prevalecendo o universal em vez do particular.

Por um criticar o pensamento e, assim, a reflexão, enfatizando apenas os sentidos e o outro incitar o entendimento do mundo “sempre pela mesma régua”, pode-se entender como eles são complementares na Ideologia da Racionalidade Tecnológica. Nessa perspectiva, Crochík diz que há a “premonição” dos preconceituosos e a nulidade da reflexão necessária para o indivíduo se distinguir, fatos que podemos entender como atrelados um ao outro, porque, como afirmam Adorno e Horkheimer (1985, p. 20), “o que importa não é aquela satisfação que, para os homens, se chama ‘verdade’, mas a ‘*operation*’, o procedimento eficaz”.

## 6.6 Considerações

O conceito de Razão pela teoria crítica e a sociedade atual são o ponto de partida para o entendimento da Ideologia da Racionalidade Tecnológica, cuja escala foi construída por Crochík. O pesquisador aprofundou os estudos sobre a Razão entendida como ideologia – compreensão já assinalada em Adorno e Horkheimer

(1985). Em Adorno et al. (1950), a tentativa da relação entre uma tendência fascista à personalidade não pôde ser estabelecida, porque os autores encontraram vários tipos de personalidade que assumiam a ideologia fascista integrando-a por distintas razões. Revela-se que os estudos realizados nos Estados Unidos na década de 1950 foram contribuintes para a teoria que toma como centro essa mesma Razão.

Crochík, por outro lado, persistiu que não a personalidade em si, mas alguns traços dela poderiam ser considerados válidos, visto que a sociedade pressupõe relações estabelecidas por meio de grupos e pela compreensão de um indivíduo não formado isoladamente, grosso modo. Acrescenta-se que essa compreensão pressupõe a integração dentro da funcionalidade presente na mentalidade de ticket, conceito que entende um conjunto de estereótipos formados para a massa e constitutivos de diversas ideologias. Dessa forma, escolheu-se Adorno e Horkheimer para explicar o conceito de Razão contido como pressuposto teórico de Crochík e assim mostrar a constituição de uma Ideologia de uma Razão para a atualidade.

## 7 Ciência masculina? Da base à ponta

Chassot (2017, p. 49) inicia seu texto com a seguinte afirmação: “Quando se busca caracterizar a Ciência, há algo que aparece muito naturalmente e que quase não necessita de muitos esforços para ser evidenciado: o quanto a Ciência é masculina”. A afirmação generalizada aponta para o aspecto na notoriedade social. E assim, discorre que a predominância masculina não costuma ser muito diferente nas Artes, nem na Filosofia em que não encontramos nomes de muitas mulheres, se comparado aos homens. Afirma que, na Academia Brasileira de Ciência como na Academia Brasileira de Letras, o número de mulheres é muito pequeno, sendo que só recentemente as mulheres foram incluídas entre os quarenta imortais.

O autor também destaca que não é apenas na cultura ocidental e exclusivamente na Ciência que há predominância do masculino em posições de destaque, havendo parlamentos e lideranças políticas e religiosas, tanto no ocidente quanto no oriente. Com isso, conclui que não apenas a Ciência, mas a civilização é predominantemente masculina há alguns milênios. E completa dando notoriedade ao fato de que não há entre os notórios e violentos personagens da história oficial a presença constante de mulheres: “Hitler, Mussolini, Stálin, Pol Pot, Franco, Milosevic, Ceausescu, Idi Amin, Pinochet, Bush, Sadan, apenas para citar alguns daqueles de quem somos mais próximos temporalmente”. Constata que isso é uma marca cultural que ocorre desde a infância: “O quanto isso é cultural podemos ver quando meninos recebem armas para brincar e meninas bonecas” (CHASSOT, 2017, p. 50).

Embora sua constatação seja verossímil, não é possível que ela seja totalmente verdadeira, uma vez que hoje se pode lembrar do recente caso da autoproclamada presidente da Bolívia, a cristã Jeanine Áñez, quando isentou os militares de responsabilidades criminais em caso de “cumprimento de suas funções constitucionais, ataque em legítima defesa ou estado de necessidade”. Essa foi a razão para que militares executassem manifestantes, mesmo não armados. Era uma clara ação repressiva contra a posição dos cidadãos apoiadores do presidente Evo Morales que havia, sob pressão, renunciado. Por que uma mulher tomaria tal

decisão? Em suas manifestações públicas, é possível encontrar uma coleção de referências de ódio, entre elas contra indígenas nativos.

Certamente, um exemplo não contradiz a forte associação feita entre ciência, liderança e práticas de violência, mas algumas poucas exceções já são capazes de comprovar que a regra cultural pode não ter a ver diretamente com masculinidade ou talvez ocidentalidade. Nesse sentido, Chassot (2017, p. 50) assevera que há explicações para sermos dessa maneira e propõe: “nós, os humanos, e, numa análise mais particularmente recortada, nos comentários que se apresentam, estamos nos referindo à civilização ocidental”.

Essa perspectiva recortada é a da cultura europeia que o autor afirma ser há muito tempo “sinônimo de Ocidente”, mas entende-se que valeria para o Oriente uma vez que afirma ser o nosso conhecimento sobre o oriente preconceituoso e não condizente com a realidade que pôde levantar em viagens. Um dos exemplos, vale a retomada, é o do mito recorrente de que “a mulher árabe não tem voz, não luta por seus direitos e tem no lar um cárcere privado”. Relata que o levante árabe de 2011 representa um movimento pelo fim da opressão, dignidade e direitos humanos, luta pela democracia: “formaram comitês populares, convocaram passeatas, entraram diretamente nos confrontos. [...] Parece que o mais absurdo de todos os estereótipos é: a mulher árabe não tem direitos sexuais ou de locomoção” (CHASSOT, 2017, p. 52).

Explica, embora sem números ou estudos, que há muitas pessoas da própria cultura em que ocorrem fatos de opressão contra práticas de tradição tribal milenares, como as da mutilação dos genitais das mulheres, buscando combater essas práticas por meio das mudanças nas leis para as punir. Há inclusive, na cultura árabe, o direito sagrado de expressão das mulheres, mas, como o autor assinala, “isso não quer dizer que a opressão não ocorra” (CHASSOT, 2017, p. 52). Dessa forma, os argumentos levantados por ele para a predominância de homens nas posições científicas mais importantes na ciência, na política e na religião, embora se refiram à cultura ocidental, serão também pertinentes a outras culturas.

Chassot (2017) buscou evidenciar o quanto há ou houve significativas contribuições de mulheres na construção do conhecimento científico, reconhecendo

as dificuldades no meio acadêmico para as mulheres. Algumas dessas dificuldades o autor relatou a partir de comentários e casos que ouviu ao longo de sua carreira, demonstrando as flagrantes misoginias que fez com que muitos trabalhos de mulheres fossem engavetados, renomeados, publicados sob pseudônimos masculinos, ou impedidos de continuar, sem falar nas dificuldades pessoais.

Ele discorre ainda que a Ciência “não é apenas produto do trabalho de alguns poucos cientistas, mas de seculares tarefas de muitos, que dedicaram suas atividades produtivas à formação dos conhecimentos que estão disponíveis para a humanidade” (CHASSOT, 2017, p.54). Mas acrescenta: “Sobre a quase ausência de mulheres na história da Ciência, não deixa de ser significativo que, ainda nas primeiras décadas do século 20, a Ciência estava culturalmente definida, como uma carreira imprópria para a mulher” (CHASSOT, 2017, p. 55). Por esse motivo, vale citar um brevíssimo levantamento bibliográfico sobre as barreiras científicas mais conhecidas.

### 7.1 *As barreiras atuais para as mulheres no espaço acadêmico*

Entre os trabalhos que explicitaram os problemas que as mulheres enfrentam, ressalta-se alguns importantes com análises dentro dos ambientes acadêmicos. Entre eles, destacam-se aqueles que usaram expressões metafóricas para representar as situações em que as mulheres estão imersas quando estão nesse meio, embora possamos também estender esses estudos a organizações fora da academia.

Do ponto de vista da ascensão na hierarquia das organizações, o mais comum é o de “teto de vidro” (*glass ceiling*) que, no Brasil, aparece primeiro em Leite (1994), embora o termo seja abordado anteriormente em língua inglesa desde o final da década de 1980. O conceito é entendido como uma barreira artificial, pouco visível e difícil de ser quebrada, colocada no caminho de mulheres e minorias que buscam ascender na carreira e ocupar funções executivas e gerenciais nas organizações, inclusive as acadêmicas.

Eagly e Carli (2007), contudo, afirmam que este conceito se tornou inapropriado e preferem o termo “labirinto” que retrata o percurso complexo, exigindo persistência e esforço além do que o despendido pelo grupo hegemônico, e

necessita por parte do sujeito uma análise detalhada de cada etapa do caminho. Mais tarde, Lima (2008) retoma o primeiro estudo, e embora não haja uma clara referência ao segundo:

Preferi a metáfora “labirinto de cristal” para demonstrar as dificuldades de se estar no feminino e, simultaneamente, transitar no mundo das ciências. Não se trata, portanto, apenas de ascender na carreira científica, mas de atuar neste meio. O “labirinto de cristal” destaca barreiras a todo o momento encontradas pelas cientistas desde a entrada neste mundo, barreiras também invisíveis por não se tratar de barreiras formais, mas nem por isso menos concretas e contundentes (LIMA, 2008, p. 120).

Há também a expressão *double bind*<sup>22</sup> que retrata as mensagens ou situações de dilema que são direcionadas às mulheres no caminho ao topo das carreiras organizacionais. No meio científico, mas não só, pode ser retratado basicamente na feminilidade, ser mãe, ou esposa em um contexto social que valoriza a competência e a realização individual apresentando conflitos para mulheres. Essa pressão resulta em ambivalência, medo de sucesso, culpa e ansiedade (WOOLSEY, 1977).

O último trabalho aqui citado é significativo no sentido de entender as dificuldades encontradas por mulheres, mas que se pode estender a outras “minorias” e demonstra que o problema das relações acadêmicas é mais complexo. Moschkovich e Almeida (2015) constatam diferenças significativas tanto na escalada à hierarquia quanto na velocidade com que isso ocorre. Os dados recolhidos são de participantes docentes e funcionários de departamentos da Universidade de Campinas. Os dados mostraram que, embora em algumas áreas os homens não estejam no topo – sendo a presença delas nesses espaços mais frequentes –, em muitas outras áreas disciplinares a dificuldade para mulheres ascender é maior, e as docentes, em geral, levam mais tempo para alcançar os níveis mais altos da carreira.

Estes são bem conhecidos, exceto o último que é muito recente e talvez complemente a noção de quais têm sido as dificuldades mais atuais enfrentadas pelas mulheres na academia. Attico não trata dessas questões profundamente, mas demonstra saber que há, para as mulheres, “inúmeras barreiras que sistematicamente lhes foram interpostas” (CHASSOT, 2017, p. 53).

---

<sup>22</sup> Duplo vínculo, numa tradução livre.

Por um outro caminho, Chassot (2017, p. 54) justifica sua abordagem considerando que “mesmo que se defenda uma História da Ciência não marcada pelo culto de nomes, em todos os tempos, houve homens e mulheres – e estas, [...] uma expressa minoria – que foram decisivas na construção da Ciência”. Acrescenta ser oportuno considerar mais de perto a participação feminina: “Mesmo rara, ela é muito importante. Aqui a ação verbal está no presente e não cabe, mesmo num passado próximo, dizer que foi importante. Numa narrativa mais rigorosa cabe dizer: *começa a ser importante*” (p. 59). Ele se refere à tardia segunda metade do século XX, em que começaram a aparecer estudos sobre a relação entre ciência e gênero decorrentes dos movimentos feministas dentro da academia. Contudo, ele adverte que, em todas as áreas, não há tanta resistência para incluir discussões de gênero como nas Ciências Naturais. Sobre isso, ressalta: “Nas palavras de Clifford Geertz, citadas pela autora [Eulalia Pérez-Sedeño], as Ciências naturais são ‘o último reduto da razão impessoal’” (p. 59).

Pérez-Sedeño (1992, p. 27), em ocasião de uma conferência de História da Ciência e Tecnologia em Oxford, e em trecho também citado por Chassot (2017), afirma: “as pessoas implicadas em atividades desse tipo (sejam historiadores, filósofos e cientistas) no melhor dos casos se tornam nervosas, inclusive aquelas que consideram que efetivamente há um viés sexista”. Embora Chassot (2017) não comente, Pérez-Sedeño (1992) defende um estudo da História da Ciência incluindo as implicações sociais das atividades científicas no currículo escolar e universitário, e sua crítica parte da visão positivista do ensino da História e da Ciência sem o “esplendor” (1992, p. 25), com todo o potencial que engajaria os alunos em matérias de ciências naturais e aponta que esses cientistas apresentam pavor a qualquer ideia que desestabilize a noção de “neutralidade” que eles querem acreditar existir em suas disciplinas.

Não por menos, todas essas razões podem refletir-se na escolha da carreira. Cunha e Cols. (2014), trabalharam com uma amostra de estudantes de Ensino Médio e investigaram a disposição deles em seguir a carreira científica, dando ênfase à observação das mulheres. A pesquisa foi aplicada em 2010 e 2011 e utilizou questionário e entrevista grupal. Seus resultados apontaram que poucos deles estão dispostos a seguir a carreira científica. Porém, das cinco regiões

avaliadas, em duas delas as mulheres superam os homens na intenção de seguir na carreira. Ressaltam que embora chamem a atenção, esses valores são muito pequenos e concluem que “Ainda imperam sobre a sociedade alguns estereótipos que devem ser amplamente trabalhados e discutidos em todos os setores da sociedade, especialmente no que se refere à inclusão da mulher em certas áreas do conhecimento” (CUNHA et al., 2014, p. 411).

Esse quadro condensa-se na apresentação de levantamentos que o apontam como uma tendência mundial. A proporção de mulheres entre pesquisadores difere em vários campos de pesquisa no mundo (ALLAGNAT et al., 2017). Existem várias áreas nas quais as mulheres representam pelo menos 40% dos pesquisadores na maioria dos doze países e regiões: Bioquímica, Genética e Biologia Molecular, Imunologia e Microbiologia, Medicina, Enfermagem e Psicologia. Nessas matérias, todas as regiões apresentam maior equilíbrio de gênero, com exceção do Japão, onde os homens ainda superam em número as mulheres. Em Enfermagem, o percentual de mulheres aumentou de tal forma que vários países (Austrália, Brasil, Canadá Portugal e Estados Unidos) possuem mais de 60% de mulheres entre pesquisadores.

As Ciências Físicas, como esperado, contam uma história diferente. Nos campos de Ciência da Computação, Energia, Engenharia, Matemática, Física e Astronomia, a maioria dos países e regiões de comparação tem menos de 25% das mulheres entre os pesquisadores, inclusive no Brasil. Uma porcentagem muito pequena comparada a outras áreas, corroborando a visão dos pesquisadores de que nas Ciências Naturais existem mais barreiras do que normalmente em outras áreas do campo científico. De fato, Chassot (2017) aponta algo que está já estruturalmente observado.

## *7.2 Ancestralidade misógina e o fazer científico político*

Chassot (2017) aposta na hipótese de que as religiões ancestrais que fazem parte de nossa cultura são responsáveis pela inculcação da misoginia na Ciência. Ele afirma que acerca dessa construção de uma religião masculina, num recorte ocidental (ou europeu), é possível pensar em três religiões abraâmicas, cujos componentes são fortemente marcados por misoginia e mesmo que se pudesse

contestar a ausência de marcas de dominação na religião grega os mitos “se constituíram como se fossem livros sagrados”. Além disso, “a filosofia grega, particularmente com Aristóteles, se faz sincrética com a escolástica, particularmente na nascente universidade no mundo ocidental a partir do século nono” (CHASSOT, 2017, p. 78). Completa que para cada uma destas origens da aliança greco-judaico-cristã é possível descrever a importância da religião que penetrou no conhecimento produzido pela ciência.

Em se tratando de influência judaica, Chassot (2017) ressalta a narrativa da criação que está na Gênese e que marca a cultura cristã: “A mulher é produzida do homem, criada a partir de uma costela”. Ele relembra que mesmo em outras culturas, o deus ou deuses criadores são masculinos, contudo, há leituras muito diferentes e estas relembram a citada por Adorno e Horkheimer (1985). Tudo começa com uma deusa mãe, depois um deus andrógino ou casal criador, na sequência um deus macho toma uma deusa primordial e cria o mundo e, por fim, um deus macho cria tudo (KRAMER; SPRENGER, 1991 *apud* CHASSOT, 2017). É uma graduação do poder masculino que vai tomando o feminino na mitologia ao longo dos tempos.

Chassot (2017, p. 87) lembra que, embora haja essa leitura, os textos cristãos que permeiam nossa cultura “ofereceram motivo muito fecundo para a discriminação além de um Deus criador masculino”. Sendo a Eva a responsável pela perda do Paraíso, foi creditado a ela ter sido enganada pela serpente e, assim, torna-se “bode-expiatório” ratificado por todo o sofrimento da humanidade. Mas não termina por aqui os efeitos desse mito criador. Ele atesta que a necessidade de termos de trabalhar desde sempre foi tida como algo sofrido e é creditado à mulher na expulsão do paraíso em decorrência de sua curiosidade, em tramado com o demônio: “no deter com ele conhecimentos exclusivos, desconhecidos pelo homem –, foi dito ‘e ganharás o pão com o suor do teu rosto’” (CHASSOT, 2017, p. 88).

O trabalho, associado ao sofrimento humano, é apresentado na narrativa da Gênese como sinônimo de castigo por culpa da mulher, por conhecer algo que o homem não conheceu. Não é difícil imaginar qual o ponto que essa observação de Chassot atinge, pois, mesmo no século XIX, a concepção da mulher na narrativa religiosa como parte da moral cristã, reverberou em limitação teórica no

entendimento do que é ser uma delas. A tentativa de construção de conceito científico de formação da psique da mulher resultou em entendimentos questionáveis que poderiam ter sido deduzidos muito antes, se Freud não tivesse imerso nos preconceitos que recebeu através de sua própria educação europeia em sua época.

Embora Freud (1976) tenha acertado na questão da internalização da moral, no ensaio sobre a moral sexual civilizada esqueceu que ele mesmo havia internalizado ideologias que participaram dessa moral. O conhecimento científico, nesse caso, foi afetado por um elemento ideológico-moral na mente do cientista. Mas Chassot (2017) deixa isso apenas subentendido, como já óbvia a relação contígua. Em prosseguimento, o autor analisa mais um bom número de elementos dessa cultura que, em resumo, nos preceitos religiosos, havendo sempre o poder do homem sobre a mulher e a mulher sendo má ou responsável por males.

Num outro aspecto, recorda-se Marcuse que a civilização repressiva se constitui pela formação da cultura, sendo responsável pelo sofrimento do Trabalho a que o homem foi submetido para sua sobrevivência. Essa descrição dá possibilidade imediata de remeter a Adorno e Horkheimer (1985, I. 3089-93) que “Os trabalhadores tinham de fornecer o máximo possível, mas Shylock insistia em sua promissória” e, mais à frente, “com base na posse das máquinas e do material, ele obrigava os outros a produzir, “por isso as pessoas gritam, pega-ladrão! E apontam para o judeu. Ele é de fato o bode expiatório, não somente para manobras e maquinações particulares, mas no sentido mais amplo em que a injustiça econômica da classe inteira é descarregada nele”. A proximidade da situação feminina ao longo dos tempos na civilização com essa influência assemelha-se à do judeu e a toda e qualquer minoria, não no sentido numérico, mas no de força.

A civilização cristã – que permitiu que a ideia de proteger os fisicamente fracos revertesse em proveito da exploração do servo forte – jamais conseguiu conquistar inteiramente os corações dos povos convertidos [...] Ela pagou o culto da madona com a caça às bruxas, que não foi senão uma vingança exercida sobre a imagem da era pré-cristã, que punha secretamente em questão a ordem sagrada da dominação patriarcal. A mulher excita a fúria selvagem do homem semi-convertido, obrigado a honrá-la, assim como o fraco em geral suscita a inimizade mortal do homem forte superficialmente civilizado e obrigado a poupá-lo[...] Como no caso dos autóctones, subjulgados

nas primeiras formações estatais, assim como no caso dos indígenas nas colônias, atrasados relativamente aos conquistadores em termos de organização e armas, bem como no caso dos judeus, o desamparo da mulher é a justificação legal de sua opressão (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, I. 1930).

Assim, Chassot (2017) apresenta um quadro muito coerente com a percepção de uma tradição transmitida por meio da linguagem, mas se esclarece por meio dos autores frankfurtianos que, se esta configuração social de opressão permanecerá, em muito relaciona-se não só ao estigma feminino, como também a impulsos do indivíduo que, reprimidos, voltam-se contra aqueles que servem como esse “bode-expiatório”. Nesse caso, tanto a Ciência, como a Religião, por melhor que se apresentem à sociedade, serão em si apenas instrumentos de opressão, mesmo com todos os preceitos de igualdade, de bondade – tudo são mais camadas repressivas que intensificam a tensão entre grupos.

Depois de ter feito essa exploração da visão judaica que influenciou a cristã e apresentava um homem como Deus criador e a mulher devendo ser subordinada pela sua estupidez, maleficência, e acesso a um conhecimento que não era permitido, Chassot (2017) trata da ancestralidade cristã, entendida como a cultura que foi gerada como sinônimo de Ocidente.

Ele afirma ainda que os preconceitos contra a mulher estavam no seio mais amplo da sociedade, mais do que apenas no nível construído pela religião. Para comprovar isso, destaca afirmações atribuídas a um dos mais consagrados iluministas, Jean Jacques Rousseau, que teve seus livros queimados em praça pública por atentar à moral e bons costumes. Ressalta que, por isso combatia a Igreja e, no entanto, é possível conferir: “A mulher de cultura [com educação] é uma praga para o marido, para os filhos, para a família, para os criados, enfim, para todos” (ROSSEAU *apud* CHASSOT, 2017, p. 93). Em *Emílio*, o autor apresenta diversas outras marcas de sexismo, como por exemplo: “O homem, comportando-se bem, só depende de si mesmo e pode desafiar a opinião pública; mas a mulher, quando se comporta bem, só cumpriu metade do seu dever, [...]” (p. 94). Ressalta que este escritor não foi caso isolado de sua época. Molière, outro de seu tempo, chegou a servir até o século 20 como referência que justificava o não acesso das mulheres às universidades. Chassot acentua, além disso, que, mesmo no século 21,

há um site de uma revista semanal<sup>23</sup> que apresenta as preferências destacadas dos homens entre 3,5 mil clientes. Eles detestam mulheres intelectuais, sendo as advogadas as menos preferidas para parceria.

Se esses elementos estão contidos como marcas ideológicas sobre a natureza da mulher e sobre qual deveria ser a mulher ideal, logo eles irão aparecer mais ou menos, a depender da formação a partir do pai e da mãe, ou mesmo da mãe, com quem a criança de aparelho reprodutor feminino costuma espelhar, mas – como Butler (2003) discutiu a partir de Freud e pós-freudianos – a depender da dinâmica, rejeitar e, em vez disso, espelhar-se no pai<sup>24</sup>. Todos esses elementos, de fato, organizam-se e produzem os efeitos indiretos na individuação da mulher, porque sua educação contém essas marcas na moral sexual civilizada.

No caso da cultura grega, que influenciou profundamente a civilização ocidental, aprendeu-se a pensar as relações de infinito/finito, divino/humano ou Olimpo/Terra. O autor destaca no caso a relação muito próxima que os humanos procuravam ter com seus deuses. Ele esclarece que nos poemas homéricos são cantados os heróis de uma raça conquistadora que combatem a tirania da magia primitiva, “criando um amistoso ambiente entre os deuses e os homens”. Nesse sentido, os deuses, na visão dos crentes sempre se aliavam aos homens “nas vitórias e nas derrotas bélicas” e também eram “partidários nas disputas políticas” (CHASSOT, 2017, p. 81).

Dessa forma, para ele, assimilamos, pela tradição grega, dos mitos religiosos fundantes do relacionamento dos gregos com seus deuses, uma versão mítica acerca da procedência das mulheres. Sabe-se que na mitologia, os mortais (os humanos) conviviam com os imortais e histórias, ressaltando-se haver filhos entre os membros dos dois mundos, criando linhagens paralelas e conflitos.

Segundo o autor, esse conjunto formava “uma sociedade homogênea em que reinava a felicidade”, cuja paz cessou a partir da narrativa de Prometeu. Filho de Titão, Prometeu zombou de Zeus quando da partilha de um boi destinado a um

---

<sup>23</sup> Revista IstoÉ, Perfil, p.20, n.1768, de 20 de agosto de 2003.

<sup>24</sup> Supõe-se entender pais, quaisquer figuras muito relevantes para a formação do indivíduo na infância.

banquete. As disputas sucedem-se. Prometeu rouba o fogo do Olimpo e o presenteia aos humanos e Zeus decide castigar os humanos felizes com o presente. Assim, ele cria Pandora, a mulher que traz uma caixa, cujo conteúdo é capaz de espalhar o caos na humanidade por meio de todos os males. O pesquisador equipara Pandora a Eva da tradição judaica, que compromete a vida do casal no Paraíso e cuja culpa acrescenta-se a de não haver mais hermafroditas, porque passa a desejar o homem.

Àqueles que poderiam opor-se à tese de que essas histórias não passam de uma lenda, Chassot (2017, p. 82) afirma que os mitos tinham “especialmente em sociedades ágrafas (sem escrita), o *status* de livros sagrados”. E acrescenta: “Isso não significa necessariamente que estejamos tomando o caminho do mito-verdade discutido por Lévi-Strauss e Freud, pois pensar que os mitos são produtores de realidades é, talvez, atribuir um poder muito grande à imaginação”. Contudo, afirma ainda algo que precisa ser verificado: “O mito, no sentido das coisas, é a resposta dada pela humanidade *primitiva* aos grandes problemas cosmogônicos” (p. 83, grifo dele).

Essa observação é extremamente condizente com a concepção de ideologia defendida por Crochík (1999), que é apresentada com base na teoria crítica. Entendida como constituinte da moral de uma sociedade, justamente a partir de Freud (1976), se entende a ideologia transmitida pela educação desde o nascimento constituindo traços da personalidade, conforme Crochík (1999). Para ficar mais claro que talvez houvesse aqui um mal entendido na concepção de Lévi-Strauss, retomase Werneck (2012, p. 46):

Se Freud foi buscar no delírio psicótico, decifrado pela psiquiatria de seu tempo como a realização de um desejo recalcado, a mesma chave para pensar o sonho, Lévi-Strauss projetou no mito a realização de um desejo coletivo inconsciente: para ele, o mito existe para resolver uma contradição que a sociedade não sabe resolver. Por isso, assim como o sonho, ele não pode jamais ser apreendido em sua literalidade. Mas, ao se falar em desejo inconsciente coletivo é preciso que se guardem, aqui, as devidas distâncias do pensamento junguiano, cuja proximidade jamais foi reconhecida por Lévi-Strauss. É de Freud que se trata.

Embora no trecho a autora busque estabelecer o esclarecimento de que a referência ao inconsciente coletivo pareça ser de Jung sendo em realidade mais

próximo a Freud, convém acentuar que, “para ele, o mito existe para resolver uma contradição que a sociedade não sabe resolver”. Lembra-se que o elemento recalcado aparece como comportamento do indivíduo ao longo de sua vida e, nesse sentido, faz parte de sua personalidade. Então, a concepção de mito-verdade vem mais como um reflexo do inconsciente assimilado por meio da moral e que se expressa no comportamento do indivíduo. Assim, é “verdade” numa acepção em que é a forma como o indivíduo se expressa na sociedade a partir do inconsciente.

A visão de Lévi-Strauss está mais próxima da concepção de ideologia a ser tomada pela teoria crítica. Se os mitos eram, no entendimento de Chassot (2017), uma resposta “primitiva”, mais condiz a essa perspectiva de mito-verdade, ainda porque “assim como o sonho, ele não pode jamais ser apreendido em sua literalidade” (WERNECK, 2012, p. 46). O antropólogo estruturalista empresta da psicanálise sua compreensão; portanto, compreende-se que, desde o início da civilização com o tabu fundador, as simbologias são transmitidas de geração a geração como forma de modelos sociais que recalcam os instintos do indivíduo e produzem neles os efeitos da personalidade. Chassot entende os mitos como transmissores da imagem da mulher por meio da linguagem, mas essa última nada mais é do que parte do que constitui a ideologia e a psique do indivíduo.

Um outro caminho seguido por Chassot para que não houvesse dúvidas da transmissão da visão sobre a mulher historicamente, acreditando não convencer pelo discurso dos mitos religiosos, foi o de observar as explicações científicas da antiguidade:

Aristóteles no livro X da *Metafísica*, diz que um gênero – genos – compreende os dois sexos. Um genos é uma linhagem de machos ou de fêmeas capaz de se perpetuar, mas, apesar da existência empírica de dois gêneros, ele afirma que apenas uma forma – a do pai – se transmite um geno. E prossegue o autor na *Metafísica*, há duas maneiras de definir características dos corpos femininos: a analogia e a inferioridade aos corpos masculinos. [...] as dessemelhanças são extensas como afirmar que o corpo feminino é inacabado como o corpo de uma criança, cujo sêmen é estéril e o cérebro é menor que o de um homem (CHASSOT, 2017, p. 84).

Ele completa, que nessa explicação, “talvez pudessem ser apontadas como um dos pontos de partida para muitas discriminações em nossas heranças culturais gregas” e afirma que essas concepções foram sustentadas até o final da Idade

Média (2017, p. 84). Afirma que “reduzir o dimorfismo sexual a desvios mensuráveis é uma operação vantajosa para a lógica do sistema aristotélico e do ponto de vista entre machos e fêmeas”. Disso, deduz-se que da “operação vantajosa do ponto de vista aristotélico” advém o fato de nesse sistema a mulher ser a responsável pelos resultados da reprodução por não alimentar direito o feto em gestação ou no caso de nascer uma mulher, ser devido à impotência do pai. Uma criança deficiente ou nascer mulher são colocados como algo negativo. A mulher é imperfeita por ter ‘cérebro menor’, por “ausência de pênis, músculos peitorais flácidos e porosos onde há leite, o sangue menstrual, menos voz, a fragilidade são alguns dos exemplos para mostrar um corpo naturalmente mutilado.

Chassot (2017, p. 85) entende que essas concepções da superioridade masculina formuladas a partir de Aristóteles chegaram aos tempos modernos, “quando empiricamente se demonstrava a existência da alma nele”. Era inferido que “esta sublimava quando o esperma era exposto ao ar, restando apenas a parte corpórea do futuro ser, como um resíduo seco”. Esta conclusão provavelmente parte do fato de que Aristóteles foi ponto de referência de muitos estudos científicos posteriores por meio de seu método lógico (PEREIRA; CHAUÍ; CÉSAR, 2001).

A este argumento da ligação e aparição das concepções aristotélicas em pesquisas empíricas mais tarde, Chassot (2017) acrescenta a associação que o filósofo antigo fazia entre mulher e escravidão, mostrando uma defesa à sujeição e, para isso, cita um trecho da *Política I*, em que as afirmações partem para a ideia da superioridade masculina dada à natureza. Por esse motivo, essa diferença deveria ser estendida à espécie humana, no sentido de que qualquer homem que fosse sujeitado, deveria ser submisso como a mulher deve ser, sendo a escravidão um decorrente “vantajoso para os governados por essa espécie de autoridade” (ARISTÓTELES, 1254b *apud* CHASSOT, 2017, p. 85). Diante deste argumento do professor, temos o pressuposto que algo que excede o conteúdo: a justificativa de dominação.

É compreensível que uma formulação racionalizada tenha surgido a partir de observações do plano objetivo, mas elas são tomadas como “fatos” levados adiante com uma intenção clara de dominar. A política permeia a ciência sempre que é usada como fato e não como evidência a ser verificada. Nesse sentido, quando

Adorno e Horkheimer (1985) afirmam que a ciência se torna mito quando a razão e os estereótipos usados para este processo servem para justificar dominação, tem-se que a razão não é mais pura. O conhecimento produzido a partir dele, em consequência, também não é quando apresentado como verdade não contestável.

Uma afirmação dessa hoje no Brasil (e parece não ser somente aqui) daria muita confusão, visto que estamos num momento social cujo conhecimento consolidado tem sido contestado pela opinião pública como sendo manipulado por interesses políticos. No entanto, o que não está claro para as pessoas que sustentam inconsistências é a necessidade de entender que um conhecimento dentro de um estudo tem limitações, mas outros estudos, por meio de verificação empírica sólida, são capazes de, em conjunto, oferecer uma certa consolidação. A simples apresentação de um único (ou poucos) estudo(s) que contraria o original não é suficiente para contestá-lo. No máximo, deve ser feita uma meta-análise, procurando falhas no conjunto da produção. Por mérito à quantidade, provavelmente é menos sólida a afirmação daquele grupo de trabalhos afins, cujo número é menos expressivo. Esse seria o meio mais ou menos seguro de manter alguma objetividade dentro do possível. Aproveitando o pensamento de Ruth Hubbard (1993, p. 22), professora emérita da área de Biologia:

Como cientistas, temos de seguir certas regras grupais e desempenhar nossa tarefa de fabricar fatos de acordo com as formas profissionalmente aprovadas. Temos de submeter os novos fatos à apreciação dos colegas; devemos estar dispostos a partilhá-los com estranhos, escrevendo, falando sobre eles (a não ser que trabalhemos em empresas privadas com interesses de propriedade, caso que ainda devemos estar dispostos a partilhar nossos fatos, mas só com algumas pessoas). Seguindo o procedimento apropriado, nos tornamos produtores de fatos confiáveis.

Considerando-se essa leve digressão, a ciência que se presta a comprovar a dominação, sem levar em peso as possibilidades de que o conhecimento precisa ser verificado, muito provavelmente deve ser testada. Hubbard (1993), considera que produzir fatos é uma atividade social e, portanto, discorre que “os indivíduos não saem simplesmente por aí por sua conta para voltar com sua própria seleção de fatos”. Explica que as pessoas concordam se os fatos se assemelham suficientemente àqueles nos quais ela acredita, ou porque elas têm o poder de nos obrigar a aceitar os fatos novos como reais e verdadeiros e, assim, eles passam a

integrar nossa realidade compartilhada e sua fabricação passa a fazer parte da atividade produtora de fatos (HUBBARD, 1993, p. 22).

Essa visão de Hubbard (2016) remete ao que Chassot (2017) apresenta como o fazer científico carregado de misoginia que passou de Aristóteles para as gerações seguintes por meio da linguagem. Contudo, ela entende adicionalmente que o problema científico está intimamente relacionado à política, num sentido mais amplo e assim a Ciência e a Tecnologia ganham os contornos diferentes daqueles defendidos por positivistas, porque ela entende que “sempre trabalharam no interesse de alguém e servem a algum grupo de pessoas”. Afirma que quando cientistas pretendem ser neutros sustentam a distribuição de interesses e poder. “A ciência presente, dominada pelos homens, é tão política e impregnada de valores quanto uma ciência feminista” (HUBBARD, 1993, p. 34).

Essa visão tem a ver também com Latour (2000), porque a pesquisadora é bióloga, e esse autor fornece, por meio de uma etnografia do laboratório, a visão do funcionamento político do fazer científico. É uma perspectiva que entende o objetivo comprometido pelo sujeito, no sentido do fazer científico. Esta subjetividade passa a ser comprovada objetivamente (com perdão da antítese) na construção até mesmo das ciências mais duras. Sobre isso, Hubbard (1993) comenta que o problema da “suspensão do contexto”, razoavelmente bem funcional na “física clássica da queda dos corpos (que sofrem fricção) e nas partículas ‘ideais’ (que não interagem)”, serve como modelo de como fazer qualquer ciência e esse fato ocorre mesmo depois de no início do século 21 os físicos terem reconhecido, “que o realizador da experiência faz parte da mesma e influencia seu resultado”. Esse conhecimento, comenta ela, produziu na física o princípio de indeterminação de Heisenberg. Este princípio configura como o reconhecimento das operações executadas pelo experimentador influencia sobre o sistema, “de modo que é impossível especificar simultaneamente a posição e a velocidade de átomos e partículas elementares” (HUBBARD, 1993, 31).

Se nem mesmo nas ciências naturais, cujo conhecimento estaria muito mais próximo de ser um fato, o que seria dito das demais ciências? Esta é uma conclusão ingênua, *a priori*, porque cada área contém suas especificidades e um determinado grau de interferência do indivíduo. Como Hubbard (1993, p. 32) assevera: “A

consciência da subjetividade e do contexto tem de integrar o processo científico, pois subjetividade e contexto fazem parte do humano”. Portanto, sua proposta é de que, em vez de somente aplicarmos as práticas das ciências naturais no fazer científico das humanas, devemos também fazer o contrário e considerar as ciências humanas nas exatas.

A situação toda pode ser descrita como curiosa, se acreditamos que as mulheres atingiram igualdade de condições no meio acadêmico de uma maneira geral, mas ao mesmo tempo ainda lutam (ou não) contra as diversas barreiras. Não se trata de afirmar que o único fator seja o preconceito sexista, mas é inegável que os estereótipos a ele associados estão presentes. A própria noção de igualdade, dominação e violência, direta ou indiretamente, estão implicados de forma inseparável.

Vale pensar na questão levantada por Pérez-Sedeño, porque existe uma “razão” muito atual para persistir esse tipo de ensino já no século XXI e o motivo é o mesmo pelo qual se explica a luta de uns contra, e o apego cada vez mais ferrenho de outros a valores de dominação social – incluindo o sexismo -, sustentados pelas instituições religiosas, pelas empresas, pelas indústrias e até mesmo no meio científico na sociedade atual.

Sendo a área de Ciência e Tecnologia, ou dito Ciências Naturais, aquela com menor número de mulheres entre todas as carreiras, é possível suspeitar de uma relação entre esses estereótipos de gênero e algo presente na concepção ou no núcleo da ciência e de toda a cultura da civilização. Mesmo que se afirme que o número de homens nessas carreiras também é pequeno, o das mulheres é sempre menor.

Chassot, por seu lado, mostrou que a razão dessa diferença e da noção de Ciência masculina (e para ele é) pode ser em razão da ancestralidade greco-judaico-cristã que deixou marcas mais fortes por estar associada, principalmente à religião, embora não seja somente sob ela que essas marcas são transmitidas. Ele defendeu que seria por meio da linguagem que estes preceitos passariam de geração para geração. Apesar da quase plena concordância com os argumentos do autor, no sentido que aquilo que se iniciou com mitos tiveram a força de se estabelecerem nas

práticas culturais, foi importante frisar que a linguagem em si, sozinha, não seria o único elemento a ser considerado. A linguagem em si não é nada sem os impulsos do indivíduo. Esses impulsos que são reprimidos pela moral recebem os elementos sexistas que se propagam ora pela Religião, ora pela Ciência.

Contudo, é importante entender que o tempo todo Chassot citou casos de opressão feminina, mas se pensarmos tanto na religião, com preceitos de humanidade, e na ciência, que busca libertar o homem da opressão dos mitos, não é estranho que se entranhem com dominação de grupos de indivíduos? Isso só pode ser explicado por meio da teoria frankfurtiana que entende o conceito de razão como instrumento para autoconservação do indivíduo ou da espécie.

Na acepção da teoria crítica, o indivíduo se forma a partir da moral sexual civilizada que contém essa ideologia descendente da cultura patriarcal de dominação. É nesse sentido que muitos pesquisadores já aceitam que a Ciência e a Tecnologia não podem ser neutras, porque não são puras e sim políticas, inclusive para a filosofia da Ciência. Sempre haverá algum grau de subjetividade que determinará se essas dominâncias sexistas estarão em jogo. Mas isso é de uma forma indireta, muitas vezes inconsciente, porque a razão pura compartilha espaço com os instintos que buscam a autoconservação e na dinâmica da sociedade que cada vez reprime mais, os ânimos se acirram e os instintos se manifestam de maneiras opressoras ou mesmo em graus de violência mais ou menos sutis.

### 7.3 *Considerações*

Recorda-se que Adorno e Horkheimer, ao discutirem o conceito de razão que surge no Esclarecimento como forma de combater os mitos, usam como parâmetro a figura do herói Ulisses, buscando explicar que havia razão em como ele buscava sobreviver. Sendo esse herói um modelo, atrelou-se à moral que faz parte da formação do indivíduo em cuja cultura tem essa narrativa homérica. Mais à frente, esclareceram contraposições evolutivas que se sobrepuseram, por meio dessa mesma razão, de tal forma que instituída como verdade pôde-se tornar ideologia de dominação a ser combatida e assim, cada etapa foi um passo e assim, do pré-animismo à magia, da cultura matriarcal à patriarcal, do politeísmo dos escravocratas à hierarquia católica” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). As mitologias

sob o signo de uma razão que busca combater a dominação, uma vez que se tornam devotadas, são combatidas por uma razão renovada aliada a novas ideologias.

Mas o fato é que estas ideologias sempre deixam esse rastro que se mantém nas culturas seguintes. Como entendido por Chassot (2007), as origens da tríplice ancestralidade que estende sua misoginia na forma como o conhecimento científico contemporâneo é compreendido, especialmente nas Ciências Naturais, condiz em parte com a genealogia explicada por Adorno e Horkheimer (1985).

Chassot (2002) considera que a linguagem é o material transmissor da cultura que chega ao presente com as marcas históricas. Nisso, não há o que se discutir. Contudo, para além do conteúdo transmitido, há componentes psicológicos que explicam os motivos pelos quais os indivíduos agem e tomam suas decisões. Toda a linguagem disponível sempre é usada para esses fins que se anunciam pelos impulsos de que Freud trata. E, como Adorno e Horkheimer (1985) defendem, os impulsos dividem o espaço com a razão no inconsciente. Esses impulsos buscam sempre a autoconservação ou a conservação da espécie e se misturam à razão, antes mesmo de chegarem ao ego. A razão pura sucumbe diante dos impulsos não satisfeitos que, excessivamente reprimidos, ameaçam o indivíduo em sua unidade, conforme assinala Marcuse (1975).

A ciência e qualquer elemento da cultura moral constituem o pensamento na forma de linguagem ou num conjunto delas, mas em si não correspondem ao impulso e nem à razão pura. É este último que usa o pensamento como material e nele está contida a razão com quem divide o espaço. A razão pura é princípio do cálculo. Assim como concorda Chassot (2002) que a Ciência é uma linguagem, a razão presente no inconsciente é parte dessa linguagem. Os impulsos, com quem divide seu espaço, criam os propósitos subjetivos e usa essa mesma linguagem para justificá-los. A razão deixa de ser pura quando transmitida para o mundo objetivo com propósitos decorrentes dos impulsos. Acrescenta-se a isso que as linguagens são o material também dos estereótipos que, uma vez analisados de perto – diga-se são usados em um cálculo mais complexo, social – logo são desfeitos; mas, uma vez que haja ameaça, perante o medo, a razão (ou cálculo) se agarra a ideologias que sustentam a autoconservação, a quase qualquer preço.

O sexismo viria a ser um conjunto desses estereótipos que foram formados ao longo da história e constituíram uma ideologia baseada em crenças numa diferença entre o corpo da mulher que dá a luz e o homem que luta. Contudo, a mente da mulher é constituída pelos mesmos elementos que o do homem. A capacidade de abrigar uma criança no ventre ou mesmo a força relativamente menor à média dos homens<sup>25</sup> em nada pode interferir nesse processo inconsciente, exceto pelos estímulos e circunstâncias culturais, nas quais a moral sexual mais repressiva tem papel fundador e alteram os caminhos de autoconservação.

---

<sup>25</sup> Devemos lembrar que algumas mulheres são mais fortes que alguns homens, assim como alguns homens também são mais fortes que outros e não citemos todas as possíveis combinações.

## 8 Método

Neste capítulo iremos informar quais métodos foram utilizados para realizar a pesquisa, quais os instrumentos usados para a coleta de dados, o cenário e os indivíduos participantes da investigação.

### 8.1 Características

Utilizou-se a abordagem qualitativa/quantitativa, transversal e teve como instrumento de dados um questionário com perguntas sociodemográficas e escalas. Esse trabalho contou, portanto, com duas formas de coleta de dados, sendo: i. Questionário de dados gerais e carreira ou profissão e ii. Escalas do tipo Likert. Perguntamos aos participantes: idade, sexo, etnia, estado civil, religião, se possuía deficiência, se tinha filhos, escolaridade dos pais, com quem mora, itens que possui em casa, tempo de acesso diário à Internet, tipo de escola, se trabalha e qual área profissional deseja seguir, se pretende seguir carreira universitária ou profissão, pedimos que colocasse quais seriam, quem ou o que incentivou a segui-las ou quais os cursos ou profissões eles indicaram, o que costumavam acessar na Internet entre canais, blogs ou sites preferidos e perguntamos se consideravam que eles influenciavam. Perguntamos também se concordariam em ser entrevistados. Por fim, pedimos telefone para contato, não obrigatoriamente. O número de questões foi 23, sendo 15 de múltipla escolha, 4 semiabertas e 4 abertas.

Dessa forma, na elaboração das perguntas, procuramos investigar fatores que incentivam os/as adolescentes estudantes em idade pré-universitária às escolhas de suas profissões.

O questionário com as escalas foi aplicado a 695 participantes adolescentes com idade majoritariamente entre os 16 e 18 anos, estudantes dos segundos e terceiros anos do ensino médio de escolas públicas e privadas no primeiro trimestre de 2019. A grande maioria respondeu o questionário nas dependências das escolas que estudavam, em período de aulas que foram cedidas por professores colaboradores e com a ajuda de diretores e coordenadores. Os demais utilizaram o google formulário compartilhado por meio do Whatsapp ou acessado em páginas de

grupos do Facebook voltados para o vestibular. Houve também participações por meio de indicações de participantes.

As análises foram realizadas utilizando o *software SPSS 25*. O conceito analisado foi o sexismo por meio dos estereótipos recolhidos em diversos trabalhos da área de Humanas. Como a teoria crítica era a base teórico metodológica, decidiu-se trabalhar com as escalas já consolidadas que tratavam dos conceitos que poderiam ser ou não relacionados a esse sexismo. Uma vez constatadas as relações existentes, entender quais os fatores sociodemográficos estavam influenciando.

Este trabalho procurou aproximações com duas Escalas do tipo Likert: a Escala de Ideologia da Racionalidade Tecnológica (CROCHIK, 2014, 2000; CROCHÍK et al., 2005; CROCHÍK et al., 2009) e com a Escala do Fascismo, de Adorno e colaboradores (1950). Esta aproximação se deu não só como inspiração metodológica, mas também teórica a partir das observações conceituais que poderiam ter relação com estereótipos sexistas, ciência e tecnologia.

O método usado pelos autores envolvidos no trabalho dessas duas escalas referenciais inspirou em parte a construção das Escalas de Conhecimento Popular sobre Ciência (C), Ciência na Educação (CE) e Gênero (G), ao mesmo tempo que serviriam para posterior análise teórica.

As opções categóricas de resposta da escala Likert foram gradações entre 1 a 6, sendo 1 discordo totalmente, 2 discordo, 3 discordo um pouco, 4 concordo um pouco, 5 concordo, 6 concordo totalmente.

As práticas de gênero no meio científico e no ensino têm íntima relação com a própria concepção de Ciência e Tecnologia que, em senso comum, entende-se um campo masculino, sendo esta a razão da criação das escalas C e CE. Se existe uma razão para o afastamento das áreas de Ciência e Tecnologia pela razão do desconhecimento das verdadeiras concepções e práticas na área e se isso têm uma relação com a questão do gênero, seria com estas escalas que verificaríamos a aproximação.

O processo inicial de montagem passou pelo levantamento geral de bibliografia dos estereótipos de gênero relacionados à Ciência e Tecnologia.

Havendo a percepção de que esta relação apresentaria aspectos relacionados ao trabalho, explorou-se as bibliografias que uniam os estereótipos de gênero ao trabalho também.

A busca foi feita primeiramente no buscador de Periódicos da Capes, considerando os periódicos nacionais e os internacionais disponíveis para a Universidade Federal de São Carlos no ano de 2017 a 2018. As bases de periódicos escolhidas foram selecionadas com o critério de serem ou da Psicologia, ou da Sociologia ou da Educação, grandes áreas que estão envolvidas. Assim, as seguintes bases foram determinadas (10): *SciELO.ORG*; *Sociological Abstracts* (ProQuest); Oxford Journals (Oxford University Press); ScienceDirect (Elsevier); *SAGE Journals Online*; *Google Scholar*; *Educational Resources Information Center - ERIC* (ProQuest); *PsycArticles* (APA). As palavras-chave foram mulheres, ciência, estereótipos de gênero e estereótipos sexistas.

Nesse levantamento, a construção de afirmações que tivessem um caráter de aparente vantagem para o feminino, escondendo o sexismo foi resolvido na seleção de trabalhos que apresentavam a identificação de discursos com preconceito de gênero nos ambientes acadêmicos ou de trabalho em geral. Também houve inspiração na reflexão das pesquisadoras que apontavam os problemas das práticas e discursos em relação às mulheres.

Já a construção da escala para a Ciência foi uma necessidade, pois segundo Cunha e cols. (2014), existem poucos estudantes dispostos a seguir a carreira científica. Os dados da pesquisa das autoras que tinha como objetivo verificar o padrão de intencionalidade das mulheres em escolher carreiras científicas, revelaram que a maioria, mesmo os homens, opina contrariamente à questão “quer ser cientista?”, demonstrando haver maior rejeição à proposta do que sua aceitação.

Com esta observação importante que não somente as mulheres se afastam, mas também os homens, ainda que seja em menor porcentagem, deve-se, portanto, considerar que o desconhecimento sobre a carreira científica leva a um afastamento geral. É por essa razão que se observou a necessidade de levantar dados sobre as noções de ciência popular não relacionados exclusivamente a gênero.

## 8.2 Hipóteses

Partindo de algumas reflexões sobre a forma como a escala foi montada, sendo maiores médias na escala G um sinalizador da visão sexista por meio de estereótipos dos papéis de gênero em relação ao trabalho, à ciência e às relações pessoais; na escala I, tendência à racionalização instrumentalizada; e na escala F, tendências preconceituosas. Como hipóteses, temos:

- Hipótese A: a escala G que representa o sexismo na ciência e no trabalho incide na escolha das carreiras por gênero e escolha de carreira e/ou profissão
- Hipótese B: as médias em todas as escalas ou itens diferem por gênero e escolha de carreira e/ou profissão;
- Hipótese C: os participantes que escolhem carreiras em C&T possuem médias mais altas nas Escalas G, I e F e
- Hipótese D: as variáveis escolaridade do pai, da mãe e religião são significativas nas médias das escalas dos participantes.

### 8.1 Coleta dos dados

Para garantir uma amostra maior, foi usado majoritariamente material impresso passado para o sistema online (Google Formulários) pela pesquisadora e por pessoas treinadas para evitar vieses.

O recolhimento aconteceu após visita e permissão de todos os diretores das escolas contempladas que foram a E.E. “Dr. Álvaro Guião”, na região central da cidade; E.E. “Marivaldo Carlos Degan”, no bairro Cidade Aracy, E.E. “Attília Prado Margarido”, no bairro Santa Felícia; E.E. “Esterina Placco”, na Vila Brasília; E.E. “Jesuíno de Arruda”, na Vila Sônia e Educativa. Cooperativa Educacional de São Carlos, no bairro Portal do Sol, todas na cidade de São Carlos.

Algumas respostas foram recolhidas no formato online. Na escola estadual Attília, o coordenador se prontificou a experimentar o recolhimento online com acompanhamento de listas a que ele tinha acesso. Outras respostas de outras escolas no formato online ocorreram por recomendação de amigos e/ou colegas que indicaram o contato.

O convite aos participantes foi feito pela própria pesquisadora em horários disponibilizados por professores nas escolas. A aplicação também foi feita na maioria dos casos pela própria pesquisadora, mas houve uma escola em que pelos menos três salas foram supervisionadas por professores para que eu conseguisse aproveitar o maior número de salas em um dia, dado que não haveria outra data ideal para aplicação.

### 8.3 Perfil da Amostra

Nessa seção, informações descritivas sobre as variáveis do estudo são apresentadas.

Tabela 1. Frequência e porcentagem para os dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa

Variáveis*	Frequência (%)
<b>Idade</b>	
16 anos	335 (48,6%)
17 anos	304 (44,1%)
18 anos	48 (7,0%)
19 a 25 anos	2 (0,3%)
26 anos ou mais	1 (0,1%)
<b>Gênero</b>	
Feminino	354 (51,3%)
Masculino	331 (48%)
Outro	2 (0,3%)
Prefiro não responder	3 (0,4%)
<b>Como você se considera?</b>	
Asiático(a)	13 (1,9%)
Branco(a)	358 (51,9%)
Indígena	13 (1,9%)
Negro(a)	89 (12,9%)
Pardo(a)	197 (28,6%)
Prefiro não responder	20 (2,9%)
<b>Estado Civil</b>	
Casado(a) / moro com um companheiro(a)	19 (2,8%)
Solteiro(a)	670 (97,1%)
Viúvo(a)	1 (0,1%)
<b>Religião</b>	
Candomblé ou Umbanda	14 (2,0%)
Católica	257 (37,2%)
Espírita	19 (2,8%)
Protestante ou Evangélica	172 (24,9%)
Outra	62 (9,0%)
Sem religião	166 (24,1%)
<b>Possui algum tipo de deficiência?</b>	
Auditiva	1 (0,1%)
Física	1 (0,1%)
Mental	1 (0,1%)
Visual	3 (0,4%)
Não possuo deficiência	684 (99,1%)

<b>Tem filhos?</b>	
Um	11 (1,6%)
Três ou mais	1 (0,1%)
Não tenho filhos	678 (98,3%)

\*percentuais baseados nas informações válidas – sem *missings*. Fonte: autoria própria.

Conforme a Tabela 1, a maioria da amostra (99,7%) é composta por participantes entre 16 e 18 anos, mulheres (51,3%), brancos (51,9%), solteiros (97,1%), católicos (37,2%), sem deficiência (99,1%) e sem filhos (98,3%).

Tabela 2. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Até quando seu pai estudou?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não estudou	6	,9	,9	,9
	Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)	48	6,9	7,0	7,8
	Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	91	13,1	13,2	21,0
	Ensino Médio incompleto	60	8,6	8,7	29,7
	Ensino Médio completo	199	28,6	28,8	58,6
	Ensino Superior incompleto	35	5,0	5,1	63,6
	Ensino Superior completo	97	14,0	14,1	77,7
	Pós-graduação	45	6,5	6,5	84,2
	Não sei	109	15,7	15,8	100,0
	Total	690	99,3	100,0	
Omisso	Sistema	5	,7		
Total		695	100,0		

Fonte: autoria própria.

Tabela 3. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Até quando sua mãe estudou?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não estudou	2	,3	,3	,3
	Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)	50	7,2	7,3	7,5
	Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	90	12,9	13,1	20,6
	Ensino Médio incompleto	76	10,9	11,0	31,6
	Ensino Médio completo	247	35,5	35,8	67,5
	Ensino Superior incompleto	15	2,2	2,2	69,7
	Ensino Superior completo	101	14,5	14,7	84,3
	Pós-graduação	37	5,3	5,4	89,7
	Não sei	71	10,2	10,3	100,0
	Total	689	99,1	100,0	
Omisso	Sistema	6	,9		
Total		695	100,0		

Fonte: autoria própria.

A maioria dos pais (28,8%) e das mães (35,8%) possuem ensino médio completo, 6,5% dos pais e 5,4% das mães possuem pós-graduação e 0,9% dos pais e 0,3% das mães não estudaram, Tabelas 2 e 3.

Tabela 4. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Quantas horas por dia acessa a Internet?

**Quantas horas por dia acessa a Internet?**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Mais de 9 horas por dia	218	31,4	40,1	40,1
	Entre 7 e 9 horas por dia	91	13,1	16,7	56,8
	Entre 5 e 7 horas por dia	136	19,6	25,0	81,8
	Entre 1 e 3 horas por dia	93	13,4	17,1	98,9
	Não acesso	6	,9	1,1	100,0
	Total	544	78,3	100,0	
Omisso	Sistema	151	21,7		
Total		695	100,0		

Fonte: autoria própria.

A maioria da amostra (40,1%) declarou acessar a internet mais de 9 horas por dia; 25% entre 5 e 7 horas, 17,1% entre 1 e 3 horas, 16,7% entre 7 e 9 horas e apenas 1,1% declarou não acessar a internet, Tabela 4.

Tabela 5. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Quem mora com você?

**Quem mora com você?**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Esposo(a) Companheiro(a)	7	1,0	1,0	1,0
	Esposo(a) Companheiro(a);Filhos(as)	3	,4	,4	1,4
	Esposo(a) Companheiro(a);Irmãos(ãs)	2	,3	,3	1,7
	Esposo(a) Companheiro(a);Outra situação	1	,1	,1	1,9
	Filhos(as)	1	,1	,1	2,0
	Irmãos(ãs)	9	1,3	1,3	3,3
	Irmãos(ãs);Outros parentes, amigos(as) ou colegas	5	,7	,7	4,1
	Outra situação	28	4,0	4,1	8,1
	Outros parentes, amigos(as) ou colegas	24	3,5	3,5	11,6
	Pai e/ou mãe	222	31,9	32,2	43,8
	Pai e/ou mãe;Esposo(a) Companheiro(a);Filhos(as);Irmãos(ãs)	1	,1	,1	43,9
	Pai e/ou mãe;Esposo(a) Companheiro(a);Irmãos(ãs)	1	,1	,1	44,1
	Pai e/ou mãe;Filhos(as)	3	,4	,4	44,5
	Pai e/ou mãe;Filhos(as);Irmãos(ãs)	1	,1	,1	44,6
	Pai e/ou mãe;Irmãos(ãs)	333	47,9	48,3	92,9

Pai e/ou mãe;Irmãos(ãs);Outra situação	1	,1	,1	93,0
Pai e/ou mãe;Irmãos(ãs);Outros parentes, amigos(as) ou colegas	31	4,5	4,5	97,5
Pai e/ou mãe;Moro sozinho(a)	1	,1	,1	97,7
Pai e/ou mãe;Outra situação	2	,3	,3	98,0
Pai e/ou mãe;Outros parentes, amigos(as) ou colegas	14	2,0	2,0	100,0
Total	690	99,3	100,0	
Omisso	5	,7		
Total	695	100,0		

Fonte: autoria própria.

Podemos ver na Tabela 5 que o cenário mais frequente é morar com pai e/ou mãe e irmãos (48,3%), seguido por pai e/ou mãe (32,2%) e esse resultado se justifica pela idade dos participantes.

Tabela 6. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Qual escola estuda atualmente?  
**Qual escola estuda atualmente?**

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	5	,7	,7	,7
Álvaro Guião	249	35,8	35,8	36,5
Atília Prado Margarido São Carlos (SP)	51	7,3	7,3	43,9
Educativa - São Carlos	57	8,2	8,2	52,1
Gabriel Félix do Amaral - São Carlos	88	12,7	12,7	64,7
Interativo - São Carlos (SP)	29	4,2	4,2	68,9
Jesuíno de Arruda - São Carlos (SP)	149	21,4	21,4	90,4
José Juliano Neto - São Carlos (SP)	1	,1	,1	90,5
Marivaldo Carlos Degan - São Carlos (SP)	62	8,9	8,9	99,4
Não estudo em São Carlos (SP) ou já concluí o Ensino Médio	3	,4	,4	99,9
Outra	1	,1	,1	100,0
Total	695	100,0	100,0	

Fonte: autoria própria.

Um pouco mais de um terço dos participantes (35,8%) estudam no Álvaro Guião, 21,4% no Jesuíno de Arruda, 12,7% no Gabriel Félix do Amaral (São Carlos) e todas as outras frequências inferiores a 10 % (Tabela 6). As escolas estaduais Álvaro Guião e Jesuíno de Arruda estão situadas em locais consideradas centro da

cidade e, por esse motivo, concentram mais matrículas por sala, justificando os resultados com maiores frequências (249 e 149).

Tabela 7. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Qual curso?

		Qual curso?		Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
		Frequência	Porcentagem		
Válido	2º ano do Ensino Médio	205	29,5	30,1	30,1
	3º ano do Ensino Médio	474	68,2	69,5	99,6
	Curso pré-vestibular	2	,3	,3	99,9
	1º ano da Universidade ou Faculdade ou Curso Técnico	1	,1	,1	100,0
	Total	682	98,1	100,0	
Omisso	Sistema	13	1,9		
Total		695	100,0		

Fonte: autoria própria.

Aproximadamente 70% dos participantes cursam o 3º ano do ensino médio, 30,1% cursam o 2º ano do ensino médio, 0,3% curso pré-vestibular e 0,1% 1º ano da universidade ou faculdade ou curso técnico, cf. Tabela 7.

Tabela 8. Frequência e porcentagem para modalidade de ensino a concluir o EM  
Em que modalidade de ensino você concluiu ou vai concluir o ensino médio?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Ensino regular.	685	98,6	99,3	99,3
	Ensino técnico / ensino profissional.	5	,7	,7	100,0
	Total	690	99,3	100,0	
Omisso		5	,7		
Total		695	100,0		

Fonte: autoria própria.

Quase toda a amostra (99,3%) irá concluir o EM na categoria de ensino regular apenas 0,7% concluirá em ensino técnico / ensino profissional, cf. Tabela 8.

Tabela 9. Frequência por gênero e porcentagem de respostas à pergunta: Você trabalha?

“Você trabalha, ou já trabalhou, ganhando algum salário ou rendimento?”						
		Qual seu gênero?			Prefiro não responder	Total
		Feminino	Masculino	Outro		
		5	0	0	0	5
	Já trabalhei, mas não estou trabalhando.	0	57	81	0	139
	Nunca Trabalhei	0	116	97	0	214
	Nunca trabalhei, mas estou procurando trabalho.	0	88	66	1	156

Trabalho por conta própria, não tenho carteira de trabalho assinada.	0	7	7	0	0	14
Trabalho por conta própria, não tenho carteira de trabalho assinada.	0	2	1	0	0	3
Trabalho, estou empregado com carteira de trabalho assinada.	0	37	42	1	0	80
Trabalho, mas não tenho carteira de trabalho assinada.	0	47	37	0	0	84
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>354</b>	<b>331</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>695</b>

Fonte: autoria própria.

O próximo passo foi analisar as escolhas profissionais por escola, porque cada uma possui um perfil socioeconômico.

Tabela 10. Frequência por escola à pergunta: Qual área profissional deseja seguir?

	Qual área profissional deseja seguir?									Total frequência
		Ainda não escolhi.	Militar	Não vou seguir nenhuma profissão.	Artes.	Ciências Biológicas e da Saúde.	Ciências Humanas.	Eng./Exat./Tecnológ./Mat.		
Qual escola estuda atualmente?		5	0	0	0	0	0	0	0	5
	Álvaro Guião	0	47	6	4	16	70	41	65	249
	Attília	0	16	5	2	1	6	7	14	51
	Educativa	0	11	0	0	5	16	14	11	57
	Gabriel Félix	0	33	1	2	3	23	10	16	88
	Interativo	0	8	0	0	2	7	7	5	29
	Jesuíno	0	41	5	2	5	30	18	48	149
	Juliano Neto	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	Marivaldo	0	21	10	1	2	5	11	12	62
	Não estudo/ Já concluí o EM	0	0	1	0	1	1	0	0	3
Outra	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>177</b>	<b>28</b>	<b>11</b>	<b>35</b>	<b>158</b>	<b>108</b>	<b>173</b>	<b>695</b>	

Fonte: autoria própria.

A Tabela 10 apresenta a frequência da área de interesse dos participantes dividida por escolas. A área que recebeu mais respostas foi a de Engenharias/Ciências Exatas/Tecnológicas (24,9% com 173), seguida pelas Biológicas (22,7% com 158). Contudo, o número de respostas para “Ainda não escolhi” é o mais expressivo entre todas as opções (25,5% com 177).

Tabela 10. Frequência da classificação socioeconômica da escola

	<b>Classificação socioeconômica da escola</b>	<b>Total</b>
--	---	--------------

		Nível 3	Nível 4	Nível 5	
Qual escola estuda atualmente?	Álvaro Guião	0	249	0	249
	Attília Prado Margarido São Carlos (SP)	0	0	51	51
	Educativa - São Carlos	0	0	57	57
	Gabriel Félix do Amaral - São Carlos	0	88	0	88
	Interativo - São Carlos (SP)	0	0	29	29
	Jesuino de Arruda - São Carlos (SP)	0	149	0	149
	José Juliano Neto - São Carlos (SP)	0	1	0	1
	Marivaldo Carlos Degan - São Carlos (SP)	62	0	0	62
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>487</b>	<b>137</b>	<b>686</b>	

A classificação socioeconômica da escola tem como base Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse), cujo constructo latente sintetiza unidimensionalmente informações sobre a escolaridade dos pais e sobre a renda familiar. Em nota técnica, o Inse apresenta oito níveis ordinais definidos e classificados. A resposta do aluno a uma questão se relaciona com a escala de maneira probabilística, de modo que existe uma possibilidade maior dele assinalar uma dada alternativa, em função do seu nível socioeconômico.

Fonte: autoria própria.

Se essa variável de nível socioeconômico foi um fator relevante para esta pesquisa, considerou-se cruzá-la com os dados de gênero e escolha de carreira e calcular o teste de Qui-quadrado (p-valor) para revelar a significância no cruzamento dessas informações.

Tabela 11. Frequência da classificação socioeconômica da escola por gênero

		Classificação socioeconômica da escola			Total
		Nível 3	Nível 4	Nível 5	
Qual seu gênero?	Feminino	30	262	59	351
	Masculino	32	220	78	330
	Outro	0	2	0	2
	Prefiro não responder	0	3	0	3
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>487</b>	<b>137</b>	<b>686</b>	

P-valor= ,253 (não significativa),  $df = 6$ ,  $N = 686$ , 95% intervalo de confiança.

Fonte: autoria própria.

Tabela 12. Frequência da classificação socioeconômica da escola por área profissional escolhida

		Classificação socioeconômica da escola			Total
		Nível 3	Nível 4	Nível 5	
Qual área profissional deseja seguir?	Ainda não escolhi.	21	121	35	177
	Militar	10	12	5	27
	Não vou seguir nenhuma profissão.	1	8	2	11
	Profissão ligada às Artes.	2	24	8	34

	Profissão ligada às Ciências Biológicas e da Saúde.	5	123	29	157
	Profissão ligada às Ciências Humanas.	11	69	28	108
	Profissão ligada às Engenharias / Ciências Tecnológicas / Matemáticas.	12	130	30	172
<b>Total</b>		<b>62</b>	<b>487</b>	<b>137</b>	<b>686</b>

P-valor= ,000 (significante), df=12, N=686, Intervalo de confiança=95%.

Fonte: autoria própria.

Tabela 13. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: Pretende cursar um instituto ou universidade?

**Pretende cursar em um instituto ou universidade?**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	588	84,6	85,2	85,2
	Não	78	11,2	11,3	96,5
	Ainda não decidi	24	3,5	3,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>690</b>	<b>99,3</b>	<b>100,0</b>	
Omisso	Sistema	5	,7		
<b>Total</b>		<b>695</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: autoria própria.

A maioria (85,7%) pretende cursar em um instituto ou universidade, cf. Tabela 13.

Tabela 14. Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: O que/quem te incentivou [a escolha]

**O que te incentivou: Pai**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	317	45,6	45,7	45,7
	Sim	377	54,2	54,3	100,0
	<b>Total</b>	<b>694</b>	<b>99,9</b>	<b>100,0</b>	
Omisso	Sistema	1	,1		
<b>Total</b>		<b>695</b>	<b>100,0</b>		

**O que te incentivou: Mãe**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	231	33,2	33,3	33,3
	Sim	463	66,6	66,7	100,0
	<b>Total</b>	<b>694</b>	<b>99,9</b>	<b>100,0</b>	
Omisso	Sistema	1	,1		
<b>Total</b>		<b>695</b>	<b>100,0</b>		

**O que te incentivou: Irmãos**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	499	71,8	71,9	71,9
	Sim	195	28,1	28,1	100,0
	<b>Total</b>	<b>694</b>	<b>99,9</b>	<b>100,0</b>	
Omisso	Sistema	1	,1		
<b>Total</b>		<b>695</b>	<b>100,0</b>		

**O que te incentivou: Amigos e pessoas da escola ou trabalho.**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	504	72,5	72,6	72,6
	Sim	190	27,3	27,4	100,0
	Total	694	99,9	100,0	
Omisso	Sistema	1	,1		
Total		695	100,0		

**O que te incentivou: Outros familiares**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	482	69,4	69,5	69,5
	Sim	212	30,5	30,5	100,0
	Total	694	99,9	100,0	
Omisso	Sistema	1	,1		
Total		695	100,0		

**O que te incentivou: Internet (blogs, sites, canais do youtube etc.)**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	543	78,1	78,2	78,2
	Sim	151	21,7	21,8	100,0
	Total	694	99,9	100,0	
Omisso	Sistema	1	,1		
Total		695	100,0		

**O que te incentivou: Ninguém ou nada me incentiva.**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	641	92,2	92,4	92,4
	Sim	53	7,6	7,6	100,0
	Total	694	99,9	100,0	
Omisso	Sistema	1	,1		
Total		695	100,0		

Fonte: autoria própria.

Quem mais tem influência na decisão sobre o curso é a mãe (66,7%) seguida pelo pai (54,3%), outros familiares (30,5%), irmãos (28,1%), amigos e pessoas da escola ou trabalho (27,4%), Internet (21,8%) ou nada / ninguém 7(7,6%), cf.Tabela 14.

Tabela 15.Frequência e porcentagem de respostas à pergunta: A internet influencia você a estudar em uma área específica?

**A internet influencia você a estudar uma área específica? (blogs, sites especializados, canais de youtube, páginas em redes sociais).**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	291	41,9	42,2	42,2
	Não	198	28,5	28,7	70,9
	Não tenho certeza	201	28,9	29,1	100,0
	Total	690	99,3	100,0	
Omisso	Sistema	5	,7		
Total		695	100,0		

Fonte: autoria própria.

Em um pouco menos da metade da amostra (42,2%) os participantes declararam que a internet os incentiva a estudar em uma área específica, cf. Tabela 15.

## 9 Construção das Escalas

A seguir, apresenta-se as Escalas que fizeram parte do questionário aplicado aos participantes. Nesta apresentação, as bibliografias que foram utilizadas relacionam-se entre si direta ou indiretamente e, por isso, não são todas da mesma base teórico-metodológica em algumas partes. Explica-se.

A escala de Gênero, por exemplo, contém bibliografias variadas da área de humanas que tratavam de sexismos no ambiente de trabalho ou acadêmico. Não se tratava de trabalhos da teoria crítica, até porque houve muita dificuldade em encontrar trabalhos especializados no tema de gênero. A ideia de trazer uma variedade de estudos era extrair por meio dos discursos (análises, entrevistas etc.) os elementos que denunciasses preconceito explícito ou implícito. Quando implícito, foi copiado integralmente, quando explícito, foi alterado.

Da teoria crítica nessa construção da Escala de Gênero, empresta-se principalmente o método de construção da Escala do Fascismo, que pareceu ser o mais econômico e acessível método que diminuiria o viés. Preconceito de gênero, ainda mais na atualidade, é algo socialmente condenável (exceto para os casos da atualidade que se ostenta o politicamente incorreto). Do conteúdo em si da Escala do Fascismo, não há nada, porque foi retirado de outras bibliografias, conforme já anunciado.

No caso da Escala de Ciência e Educação, trata-se de uma tentativa de fazer um trabalho tanto quanto semelhante: buscar nos discursos elementos que denunciasses nos discursos de ensino ou do imaginário dos estudantes as concepções superficiais do fazer científico e deu-se preferência àqueles que tivessem uma intersecção com preconceitos de gênero. Era uma ideia incipiente de que o senso comum poderia ser um fator influente no resultado de escolha tanto dos homens quanto das mulheres, mas ao mesmo tempo, buscava-se uma linha de pesquisa que desse mais detalhes de uma ciência vista como masculina.

A pesquisa bibliográfica foi mais difícil do que o esperado e a construção provou ser falha, uma vez que não se obteve sucesso na confiabilidade e validade da escala. Tornou-se óbvio que o núcleo do problema eram as várias perspectivas

quando se trata de Educação. Elementos didáticos, históricos, de formação de professores são algumas dessas perspectivas que se cruzaram e influíram para que o resultado não fosse o esperado. Embora tenha sido negativo nesse sentido, insistiu-se na aplicação final para uma análise item por item, com o objetivo de construir algumas relações que estimulassem alguma reflexão.

No caso das Escalas, a de Ideologia da Racionalidade Tecnológica, de Crochík (1999, 2014; 2005; CROCHÍK et al., 2009), e a do Fascismo, de Adorno e al. (1950), o uso era importante para construir-se relações com a teoria crítica. Ambas foram adaptadas para o contexto de aplicação e o perfil dos estudantes. Na primeira, o aspecto que se tornou central que era a concepção de Razão na teoria crítica e que explicava a concepção de ciência, inclusive numa possibilidade que se atrela ao sexismo. O trabalho de Crochík contribui no sentido de apresentar esse conceito numa escala considerando um contexto mais atual do que aquele encontrado na Escala do Fascismo, que serviu de modelo também. Nesta última, a importância reside na possibilidade de verificação da atualidade daquilo que eles obtiveram de sucesso: a tendência ao preconceito de um modo geral.

A seguir segue-se mais detalhes sobre estas escalas, a começar pela Escala de Gênero, depois a de Conhecimento Popular sobre Ciência, em seguida da Escala de Ideologia da Racionalidade Tecnológica e, por último, a Escala do Fascismo.

### *9.1 Escala de Gênero (G)*

A Escala G (Gênero) está baseada em trabalhos sobre discursos sobre preconceito de gênero no meio acadêmico e no mundo do trabalho que são percebidas pelas pessoas de um modo geral, sejam eles afetados ou propagadores. Também se considera a análise de pesquisadoras sobre os discursos masculinos e femininos nesses meios.

Em todas as referências, buscou-se observar se as afirmações retiradas dos discursos (entrevistas ou reflexões) teriam uma construção semântica cujos estereótipos sexistas estariam “disfarçados” de afirmações positivas sobre as mulheres, quando em verdade estariam refletindo aspectos negativos. Uma inspiração inicial para este processo apareceu com os trabalhos sobre estereótipos sexistas ambivalentes (FORMIGA et al., 2002; ROJAS, 2010) ou o sexismo

benévolo e hostil (FORMIGA; ARAÚJO; CAVALCANTE, 2007; FERREIRA, 2004; SOUZA, 2016).

Uma outra preocupação importante que norteou a construção semântica das afirmações foi prever que os participantes masculinos poderiam perceber as afirmações como machistas e assim respondê-las com viés. Dessa forma, as primeiras pessoas que testaram o questionário e para quem perguntou-se como foi o processo de pensar as respostas eram do sexo masculino.

Quadro 1. Referenciais dos itens que compõem a Escala G.

<i>Critério</i>	<i>Item</i>	<i>Bibliografia-base</i>
Ciência e Conhecimento Alpha= 0,72	G 01- Homens lidam melhor com ciência e tecnologia no geral.	Bian, Leslie e Cimpian (2017) Medeiros e Borges (2015);
	G 02- Homens costumam ter melhor desempenho em matemática.	Madero (2011); Lopes e Teixeira (2012); Casagrande e Carvalho (2014); Del Río e Strasser (2013); Faber (2013);
	G 07- Homens são mais objetivos e impessoais.	Ichikawa, Yamamoto e Bonilha (2008); Medeiros e Borges (2015); Leite Cruz (2017).
Trabalho e Casa Alpha=0,525	G 03- Homens e mulheres podem cuidar da casa e dos filhos, mas a mulher lida melhor com isso.	Leite e Guimarães (2015); Vázquez-Cupeiro (2015)
	G 04- É melhor assumir carreira menos desafiadoras para cuidar da vida pessoal e/ou familiar.	Moschkovich e Almeida (2015); Leite e Guimarães (2015); Vázquez-Cupeiro (2015);
	G 05- Mulheres têm mais jeito com as crianças e a casa.	Leite e Guimarães (2015), Leite Cruz (2017)
	G 06- Prefiro lidar com homens a mulheres no trabalho e em geral.	Ichikawa, Yamamoto e Bonilha (2008); Leite Cruz (2017)
	G 08- Mulheres são mais emocionais e trazem beleza e graça aos ambientes.	Ichikawa, Yamamoto e Bonilha (2008); Medeiros e Borges (2015);

Fonte: autoria própria.

Os resultados apontaram que o KMO total foi de 0,81 e o teste de Bartlett teve resultado significativo (Bartlett = 1665,74; df = 28; p-valor = ,000), sendo a análise adequada. O alpha de Cronbach da escala G com todos os itens apresentou o resultado de 0,7 (aceitável). Acrescenta-se que sem o item G4, o cluster “Trabalho e Casa” apresenta um alpha de 0,748 e na escala toda o alpha seria de 0,8.

Em geral, pode-se interpretar que, quanto maior a pontuação, maior é o grau de sexismo aceito pelo participante.

## 9.2 *Escala de Conhecimento Popular sobre Ciência e Ciências na Educação (C e CE)*

As práticas de gênero no meio científico e no ensino têm íntima relação com a própria concepção de Ciência e Tecnologia que, em senso comum, entende-se um campo masculino. Se existe uma razão para o afastamento das áreas de Ciência e Tecnologia pela razão do desconhecimento das verdadeiras concepções e práticas na área e se isso têm uma relação com a questão do gênero, pretende-se verificar as aproximações entre o resultados dos participantes nas escalas e suas escolhas de carreira ou profissão.

As afirmações da Escala C (Conhecimento Popular sobre Ciência) estão baseadas em trabalhos que mostram quais as diferenças de gênero no ensino/aprendizagem de matérias de exatas, assim como também trabalhos sobre percepções de estudantes sobre a ciência (que os leva a se afastar disso, muitas vezes).

Tecnicamente, são parte do discurso dos alunos, assim como de professores/as sobre o que observam nos garotos/as em suas aulas (a percepção de professores sobre gênero que repercute nos próprios estudantes).

Na escala C, quanto maior a pontuação, considera-se maior a concepção equivocada ou de senso comum da ciência. Todos os itens da escala C tiveram as respostas dentro das possibilidades descritas anteriormente e a distribuição dos resultados não sugeriu presença de pontos ou dados anômalos em nenhuma das assertivas utilizadas. Em outro sentido, o KMO dessa escala foi 0.605, resultado

razoável<sup>26</sup> de adequação à análise fatorial, com teste de esfericidade de Bartlett significativo (Bartlett = 105.824, df =6, p=0,00). O alpha de Cronbach com todos os itens foi de 0,430 (razoável), conforme Landis e Koch (1977).

Quadro 2. Referenciais da Escala de Conhecimento Popular sobre Ciência (Escala C).

<i>Critério</i>	<i>Item</i>	<i>Bibliografia-base</i>
Estereótipo do cientista Alpha=0,411	C 01- O cientista vive uma vida afastada da vida geral da sociedade e precisa abrir mão da vida pessoal.	Diniz e Schall (2003).
	C 03– As Ciências e a Tecnologia são para poucos.	Cunha e cols. (2014).
	C 04 – Além de outras condições, é necessário ter talento inato para tornar-se cientista	Merton (1968), Saavedra, Taveira e Silva (2010).
Associação	C 02- Estudar as disciplinas de exatas é entediante.	Cunha e cols. (2014), Moro (1995).

Fonte: autoria própria.

Andrade, Franco e Carvalho (2003) enfatizam que expectativas relacionadas a funções sociais estereotipadas de Homens e Mulheres desempenham papel importante no processo social de construção de diferenças de desempenho em Matemática. Elas analisaram participantes do 3º ano do Ensino Médio e concluíram que quando o nível socioeconômico é maior, menor é a diferença entre os gêneros, assim como quando o nível é menor, essas diferenças aumentam. As autoras retomam: “se elas falhassem em Matemática, faltar-lhes-ia intelecto, embora elas pudessem ser consideradas genuinamente femininas. Se elas fossem bem-sucedidas, elas só poderiam chegar a isso seguindo regras, e se elas superaram os obstáculos elas seriam, de alguma forma, menos femininas” (WALDEN, WALKERDINE, 1982, p. 63 *apud* ANDRADE, FRANCO E CARVALHO, 2003). Embora as autoras não tivessem aplicado regressão robusta para isolar os resultados, alertaram a importância do que chamaram de “clima acadêmico” como

<sup>26</sup> São razoáveis valores de KMO entre 0,6 e 0,7, são considerados médios valores de KMO entre 0,7 e 0,8, bons para KMO entre 0,8 e 0,9 e muito bons para KMO maiores que 0,9.

possível variável incidente, já que houve correlação significativa entre ele e o nível socioeconômico médio.

No entanto, Moro (1995) assinala a importância da visão que os professores têm sobre as diferenças de gênero na aprendizagem pode levar a induzir os próprios alunos a exercer seus papéis sociais dentro do conhecimento trabalhado. Moro (1995) apresenta a entrevista de professores opinando sobre as distinções de gênero na sala de aula. Ela afirma que pode parecer que Mulheres, por demonstrarem maior dedicação, possivelmente teriam interesse por um maior número de conteúdo do que os Homens, mas a avaliação pode sugerir maior pontuação por detalhes que saem fora do conteúdo de fato e ainda, por outro lado, o comportamento mais constante e de compartilhamento das Mulheres poderiam fidelizar os professores por laços afetivos, gerando cumplicidade e comprometendo a avaliação (CARVALHO, 2001).

Essas especulações com base nas entrevistas com professores sugerem que o bom desempenho de Mulheres pode ter uma relação não com o desempenho no conteúdo em si, sendo privilegiadas por notas maiores ao longo da vida escolar, mas travando suas experiências mais tarde com a área de exatas. Considerações sobre osos diferentes ambientes que podem proporcionar desempenhos distintos em Homens e Mulheres são apresentados em Del Rio, Strasser e Susperreguy (2016). Segundo seu levantamento, o comportamento dos adultos, sejam eles, pais ou educadores podem levar a crenças estereotipadas sobre o próprio desempenho. Essas considerações podem nos levar a crer que o bom desempenho de Mulheres pode ser derivado não de suas habilidades, mas do contexto generificado que as induz e avalia a serem como são.

Considerando que isso poderia ser importante para a percepção do conhecimento sobre ciência dos estudantes, foi decidido fazer uma exploração para aferir as percepções dos professores. Das entrevistas, algumas afirmações que pareciam relevantes por ter relação com a subjetividade e formação da personalidade foram aplicadas no questionário.

Outra crença dos professores está na maneira como os jovens experienciam o conhecimento. Segundo Moro (1995), os relatos de professores apontam que eles

suspeitam haver uma necessidade, por parte das Mulheres, dos conceitos abstratos de forma mais prática, exigindo que para a compreensão, seja possível relacionar os conceitos às experiências de vida, ao passo que os Homens sentem-se mais à vontade em lidar com as abstrações. Num caminho derivado, também existe uma especulação de que as Mulheres tendem a se importar mais se o conteúdo foi compreendido em contraposição aos Homens que se satisfariam em simplesmente decorar as fórmulas e usá-las apresentando resultados corretos.

Na escala CE, mede-se o grau de exposição a um ensino que diferencia Homens e Mulheres e se mede a exposição a estímulos que incentivam as habilidades em ciências exatas. Estes estímulos se refletem também na maneira como os estudantes enxergam as disciplinas das ciências duras.

Quadro 3. Referenciais da Escala de Ciência na Educação (Escala CE).

<i>Fator</i>	<i>Item</i>	<i>Bibliografia-base</i>
Condicionamento escolar	CE 05- Para compreender os princípios da Física ou Matemática seria preciso relacionar com experiências práticas.	Moro (1995).
Experiência educacional	CE 06- Quando criança tive muito acesso a brinquedos como pipas, jogos de tabuleiro, construção de circuitos ou aparelhos mecânicos.	Rezende, Ostermann e Ferraz (2009), Moro; Del Rio, Strasser e Susperregy (2016)
Condicionamento escolar	CE 07- Satisfaço-me quando minhas respostas estão corretas, mesmo quando não entendo completamente.	Moro (1995), Carvalho (2001).
	CE 08- Valorizo a organização e o capricho nos estudos, pois são fatores importantes para obter resultados.	Andrade, Franco e Carvalho (2003), Moro (1995), Carvalho (2001); Del Rio, Strasser e Susperregy (2016).

Fonte: autoria própria.

O KMO dessa escala foi 0,559. Um resultado abaixo do esperado, indicando uma baixa adequação à Análise Fatorial, apesar do Teste Bartlett ter sido

significativo (Bartlett = 23.145, df = 6, p-valor=0.01). Se considerássemos como escalas, teríamos problemas, porque ambas não estão adequadas: o alpha de Cronbach da escala CE foi 0,237 (razoável). As escalas foram, portanto, consideradas item a item.

### 9.3 Escala da Ideologia da Racionalidade Tecnológica (I)

A escala I foi extraída de Crochík e cols. (2009) A intenção era verificar se, com um grupo de participantes diferente em número maior, mudariam os resultados. A escala usada é apresentada conforme seu *fator* (elemento que categoriza cada cluster de itens).

Quadro 4. Fatores e Itens usados na Escala I.

Escala I adaptada	
Fator	Item
Eliminação Alfa=0,78	I 01. Seria um ato de benevolência se a nossa cultura pensasse meios de execução indolor para os criminosos.
	I 02. Há criminosos que não são recuperáveis, para esses deveria haver pena de morte.
	I 03. A violência atual decorre, principalmente, do fato da impunidade ser muito grande.
	I 04. A impunidade aos mais variados delitos e crimes é a pior forma de injustiça social.
	I 05. A realização profissional deve ser avaliada principalmente pela produtividade.
Racionalidade e progresso Alfa=0,69	I 06. Com os recursos científicos e tecnológicos de hoje somos mais livres que antigamente.
	I 07. O progresso tecnológico possibilitou mais igualdade social.
	I 08. O progresso possibilitou aumentar a expectativa de vida e assim a felicidade de todos.
Racionalidade, Família e Educação Alfa=0,44	I 09. O adultério mostra a imaturidade do adúltero.
	I 10. A educação escolar deveria ser mais dirigida ao aprendizado de matérias imediatamente úteis no dia a dia.
	I 11. Um filho de pais separados terá mais problemas emocionais que um filho que tem pais que vivem juntos.

Fonte: autoria própria

O alpha de Cronbach dessa escala nesta pesquisa foi 0,605 (razoável).

Na escala I, quanto maior a pontuação, maior são as concepções que aderem a uma racionalidade que afeta inclusive as relações pessoais, a ponto de desconsiderá-las; um modo de pensar “mecânico”, sem reflexão verdadeiramente profunda. Tende-se a assumir modos de pensar tecnicistas, que podem não ser necessariamente bons. Esse tipo de pensar é o responsável por gerar desumanização nos modos de produção e no fazer científico, o que é uma perda para a verdadeira reflexão científica, de produção de reflexões e ciência de transformação profunda na sociedade.

#### 9.4 Escala do Fascismo (F)

A escala do Fascismo, desenvolvida por Adorno e cols. (1950) é uma tentativa de delinear os traços de personalidade que compõem o indivíduo que tende a uma ideologia de personalidade autoritária, em cuja estrutura há a tendência do preconceito definido ao longo do trabalho dos autores. Essas tendências delineadas explicariam na época as motivações por trás do antissemitismo ou etnocentrismo. Entretanto, ressalta-se que não é objetivo deste trabalho categorizar pessoas ou avaliar o antissemitismo ou fascismo, pois os próprios autores não o fazem categoricamente. Aqui a intenção é relacionar estatisticamente traços latentes dessa escala (tendências da personalidade) às demais escalas, principalmente a de gênero para explicar o que se associa à escolha por determinadas carreiras, traçando um perfil nas bases estruturais do funcionamento psicossocial. Trata-se de uma aposta de que existe nos traços latentes delineados em todas elas.

Também é possível dizer que uma das razões para a produção dessa escala é medir as tendências de personalidade que levam a comportamentos de intolerância em relação àqueles que não fazem parte do grupo no qual se insere o indivíduo (*outgroups*), há posições de conservadorismo moral e forte dependência de uma figura paterna autoritária que levaria a ora agir com agressividade em relação às minorias, ora agir com submissão em relação às autoridades.

Nas conclusões, os autores assinalam que foram bem-sucedidos no objetivo de medir o preconceito sem que parecesse ter esse objetivo. Contudo, os autores declaram que falharam em associar uma receptividade fascista à personalidade. Uma das razões para isso é deduzível pelos resultados que mostraram haver mais

de um tipo de personalidade que aderiam ao antissemitismo nazista, por exemplo. É provável que se entrássemos nesse mérito, também encontraríamos diferentes personalidades que assumiriam o sexismo e, por consequência, ao conservadorismo ou ultra-direita atual. Em nada isso prejudica este trabalho, porque a intenção era construir um instrumento que medisse os estereótipos que compõem o sexismo, sem que isso fosse evidente para associá-lo à escolha da carreira ou profissão.

Os fatores ou *clusters* da Escala F original (ADORNO et al., 1950, p. 188) são os seguintes:

- a. Convencionalismo: Adesão rígida aos valores convencionais de classe média;
- b. Submissão autoritária: Atitude submissa e acrítica em relação às autoridades morais idealizadas do grupo interno;
- c. Agressão autoritária: Tendência a vigiar e condenar, rejeitar e punir pessoas que violam os valores convencionais;
- d. Anti-intacepção: Oposição ao subjetivo, ao imaginativo, ao compassivo;
- e. Superstição e estereotipia: A crença em determinantes místicos do destino do indivíduo/ disposição de pensar em categorias rígidas;
- f. Poder e "dureza": Preocupação com a dimensão dominância-submissão, forte-fraco, líder-seguidor; identificação com figuras de poder; ênfase excessiva nos atributos convencionalizados do eu/ afirmação exagerada de força e resistência;
- g. Destrutividade e cinismo: Hostilidade generalizada, desprezo pelo humano;
- h. Projetividade: A disposição de acreditar que coisas selvagens e perigosas acontecem no mundo/a projeção para fora dos impulsos emocionais inconscientes; e
- i. Sexo. Preocupação exagerada com os "eventos" sexuais.

A escala original tem 46 itens distribuídos não igualmente nesses grupos e foram aplicados a 1.518 participantes, homens e mulheres de diversas camadas

sociais e profissões. Para esta amostra o resultado do coeficiente de confiabilidade foi 0,9.

Nesta pesquisa, fez-se uma versão adaptada, com adequações para idade e condições de aplicação. O item sexo foi excluído, pois não poderíamos tratar de questões sobre sexualidade com menores de idade, dado risco de não ter o projeto aceito pelas diretorias e coordenações nas escolas e pelos pais. Excluímos *projetividade, destrutividade e cinismo* e, dentro de cada grupo, foram excluídos alguns itens. Além do tempo aplicação bastante restrito, o perfil da idade (adolescentes), precisava-se considerar o acréscimo da escala de Ideologia da Racionalidade Tecnológica e a de Gênero.

Enfatizamos, por outro lado outras categorias por entender que poderia ter relações com a temática das relações estabelecidas com as pessoas a partir das concepções formadas desde o núcleo familiar. A seguir apresentamos a escolha dos itens da Escala F que compuseram a pesquisa.

Quadro 5. Escala F adaptada.

<i>Fatores</i>	<i>Escala F adaptada</i>
Superstição e estereotipia Alfa = 0,249	F 01- Algum dia se provará talvez que a astrologia pode explicar muitas coisas.
	F 08- A ciência tem o seu lugar, mas há muitas coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender.
	F 10- Todos devemos ter fé absoluta em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos acatar.
Convencionalismo Alfa = 0,520	F 02- A obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar a nossas crianças
	F 03- Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizade com pessoas decentes.
	F 04- O que este país necessita, primordialmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e devotos em quem o povo possa depositar a sua fé.
Submissão autoritária Alfa = 0,688	F 05- Não se concebe nada mais baixo do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais.
	F 02- A obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar a nossas crianças*.

	F 09- Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor.
	F 04- O que este país necessita, primordialmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e devotos em quem o povo possa depositar a sua fé.
	F 11- Nenhuma pessoa decente, normal e em seu são juízo pensaria em ofender um amigo ou parente próximo.
Poder e "dureza" Alfa = 0,516	F 07- Só por meio do sofrimento se aprendem as coisas verdadeiramente importantes.
	F 12- Deve-se castigar sempre todo insulto à nossa honra.
	F 06- Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os fortes.
Agressão autoritária Alfa = .	F 13- A maioria de nossos problemas sociais estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos débeis mentais.
Anti-intracção: Alpha = .	F 14- Quando alguém tem problemas ou preocupações, é melhor não pensar neles e se ocupar de coisas mais agradáveis.

Fonte: autoria própria.

O alfa de Cronbach (coeficiente de confiabilidade) dessa escala foi 0,796 (aceitável), com N=695.

## 10 Resultados e Discussão

Nesta seção apresenta-se os resultados. Primeiro, em relação às hipóteses. Depois, faz-se a relação das escalas com os dados sociodemográficos que tiveram relação com a teoria discorrida (escolaridade dos pais e religião).

### 10.1 Homens e mulheres na escolha da carreira ou profissão

De uma forma geral, as frequências na distribuição de respostas de homens e mulheres na escolha da carreira difere:

Tabela 16. Área escolhida por sexo

		Qual seu gênero?				Total	
			Feminino	Masculino	Outro		Prefiro não responder
Qual área profissional deseja seguir?	Profissão ligada às Engenharias / Ciências Tecnológicas / Matemáticas.	0	48	124	1	0	173
	Profissão ligada às Ciências Humanas.	0	76	30	1	1	108
	Profissão ligada às Ciências Biológicas e da Saúde.	0	116	42	0	0	158
	Profissão ligada às Artes.	0	19	15	0	1	35
	Não vou seguir nenhuma profissão.	0	1	10	0	0	11
	Militar	0	11	17	0	0	28
	Ainda não escolhi.	0	83	93	0	1	177
	5	0	0	0	0	5	
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>354</b>	<b>331</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>695</b>	

Fonte: autoria própria.

As distribuições de frequências entre gêneros e escolhas da profissão mostraram diferença estatística significativa ( $p$ -valor > 0,001 Qui-quadrado,  $df=28$ ,  $N=695$ ). Mulheres são muito mais prováveis em escolher profissões ligadas às ciências biológicas e da saúde assim como ciências humanas, já os Homens são bem mais prováveis em escolher profissões ligadas às engenharias, ciências tecnológicas ou matemática, cf. Tabela 16.

Agora o teste de hipóteses será aplicado para verificar a hipótese de igualdade entre 4 subgrupos dos dados para duas carreiras de referência, quanto às variáveis avaliadas pelas Escalas: a área Ciências Humanas (Homens têm menor

proporção de respostas em relação às áreas onde há mais respostas das mulheres) e a de Engenharias/Ciências Tecnológicas/Matemáticas (Foco do estudo).

São eles:

- $G_1$ : mulheres com Engenharias, técnicas, matemática
- $G_2$ : mulheres com Humanas
- $G_3$ : homens com Engenharias, técnicas, matemática
- $G_4$ : homens com Humanas

**E a primeira hipótese a ser testada é:**  $H_0: G_1 = G_2 = G_3 = G_4$ .

Novamente, como os dados das escalas não seguem distribuição normal, os testes não paramétricos serão utilizados.

Tabela 17. Teste de Kruskal Wallis para Subgrupos

Variáveis	p-valor
<b>Escala C</b>	<b>0,018</b>
<b>Escala CE</b>	1,000
<b>Escala G</b>	0,771
<b>Escala I</b>	<b>0,004</b>
<b>Escala F</b>	0,222

CROCHIK, J. L. Para as escalas C e I, houve uma diferença estatística entre os subgrupos (escala C com p-valor=0,018, escala I com p-valor=0,004), cf. Tabela 17.

Essas diferenças serão agora avaliadas pareadamente através do teste de Mann-Whitney.

Tabela 18. Médias para escala C e subgrupos

**Relatório**

Escala_C grupo	Média	N	Erro Desvio
G1: mulheres na tecnologia	9,65	48	3,104
G2: mulheres nas humanas	11,55	76	3,587
G3: homens na tecnologia	11,17	124	3,999
G4: homens nas humanas	12,07	30	3,331
Total	11,11	278	3,729

Fonte: autoria própria.

Mulheres que irão escolher profissões na tecnologia apresentam valores médios estatisticamente menores para a escala C do que Mulheres nas humanas (p-valor = 0,006), do que Homens na tecnologia (p-valor = 0,032) e do que Homens nas humanas (p-valor = 0,004), cf. Tabela 18.

Isso significa dizer que a concordância com as frases como “C01. O cientista vive uma vida afastada da vida geral da sociedade e precisa abrir mão da vida pessoal” ou “C03. As Ciências e a Tecnologia são para poucos” ou ainda “C04. Além de outras condições, é necessário ter talento inato para tornar-se cientista” que sinalizam a crença em uma ciência inacessível, não condiz com a das mulheres que irão escolher áreas das exatas e tecnológicas e mostra-se menor do que as dos homens que irão escolher a mesma área.

Em contrapartida, os participantes que escolheram profissões técnicas, voltadas para o trabalho de base, mas que tinham relação com a área tecnológica também escolheram como respostas áreas ligadas às tecnologias e exatas, o que não significa que pretendam ser estudantes universitários das Ciências Naturais ou de Engenharias. Essa informação é apenas para indicar a relação com as afirmações da escala que se referem à vida universitária. Contudo, deve-se entender que nas profissões técnicas que lidam com tecnologias existe um senso comum de caráter associado ao masculino.

Tabela 19. Médias para Escala I e subgrupos

<b>Relatório</b>			
Escala_I grupo	Média	N	Erro Desvio
G1: mulheres na tecnologia	43,58	48	7,486
G2: mulheres nas humanas	41,78	76	8,018
G3: homens na tecnologia	45,52	124	7,817
G4: homens nas humanas	43,47	30	7,333
Total	43,94	278	7,883

Fonte: autoria própria.

Mulheres nas Humanas apresentam valores médios significativamente menores para a escala I do que os Homens na tecnologia (p-valor = 0,001), cf. Tabela 19.

Lembra-se que a escala I avalia a adesão à ideologia da racionalidade tecnológica. Nesse sentido, era esperado que mulheres de Humanas diferissem

significativamente com médias mais baixas que os homens das tecnológicas. Contudo, as mulheres nas Exatas não diferem significativamente dos homens nas Exatas nas médias da Escala I

**Agora a hipótese a ser testada é:**  $H_0: G_1UG_2 = G_3UG_4$ .

Tabela 20. Teste de Mann-Whitney entre Mulheres vs. Homens

Variáveis	p-valor
Escala C	0,270
Escala CE	0,983
Escala G	0,292
Escala I	0,002
Escala F	0,677

Fonte: autoria própria.

Tabela 21. Médias para escala I e Mulheres vs. Homens

Relatório			
Escala_I	Média	N	Erro Desvio
Mulheres vs Homens			
Mulheres	42,48	124	7,835
Homens	45,12	154	7,745
Total	43,94	278	7,883

Fonte: autoria própria.

Apenas para a escala I houve uma diferença estatística significativa entre Mulheres vs. Homens; Mulheres tem valores médios menores do que os Homens no geral (p-valor = 0,002), cf. Tabela 20 e 21.

No caso da escala I, era esperado diferença estatística significativa entre Mulheres vs. Homens, divididos em dois grandes subgrupos. Assim, isso significa dizer que homens, em geral, tendem a concordar mais com afirmações relacionadas à tecnologia como “I 06. Com os recursos científicos e tecnológicos de hoje somos mais livres que antigamente”, “I 07. O progresso tecnológico possibilitou mais igualdade social” ou “I 08. O progresso possibilitou aumentar a expectativa de vida e assim a felicidade de todos.” Ao mesmo tempo vale lembrar que a Ideologia da Racionalidade tecnológica pressupõe um nível de repressão maior vindo do meio social desenvolvido tecnologicamente ao ponto de produzir no indivíduo efeitos que o aproximam de crenças destrutivas e de autocontrole incompatíveis com seus impulsos humanos.

Agora a hipótese a ser testada é:  $H_0: G_1 = G_2$

Tabela 22. Teste de Mann-Whitney entre G1 e G2

Variáveis	p-valor
<b>Escala C</b>	<b>0,006</b>
<b>Escala CE</b>	0,922
<b>Escala G</b>	0,882
<b>Escala I</b>	0,190
<b>Escala F</b>	<b>0,046</b>

Fonte: autoria própria.

Tabela 23. Médias para escala C e G1 vs G2

<b>Relatório</b>			
Escala_C grupo	Média	N	Erro Desvio
G1: Mulheres na tecnologia	9,65	48	3,104
G2: Mulheres nas humanas	11,55	76	3,587
Total	10,81	124	3,521

Fonte: autoria própria.

Tabela 24. Médias para escala F e G1 vs G2

<b>Relatório</b>			
Escala_F grupo	Média	N	Erro Desvio
G1: Mulheres na tecnologia	53,17	48	12,749
G2: Mulheres nas humanas	48,24	76	14,243
Total	50,15	124	13,843

Fonte: autoria própria.

Na comparação entre mulheres das humanas e mulheres das exatas houve diferença estatística para as escalas C e F. Mulheres na tecnologia tem valores médios menores estatisticamente para a escala C (p-valor = 0,006) e maiores para a escala F (p-valor = 0,046) em comparação com as Mulheres nas Humanas, cf. Tabelas 23 e 24.

Isso quer dizer que as mulheres das tecnológicas tendem a não ter uma visão popular ou de senso comum do trabalho científico (Escala C). Ao mesmo tempo, esse mesmo grupo de mulheres nas tecnológicas tendem a concordar com afirmações de superstição e estereotipia, convencionalismo, submissão autoritária, poder e rigidez etc. (Escala F) Grosso modo, as mulheres das tecnológicas são mais propensas a assumir preconceitos com mais facilidade e aderir a estereótipos de um

modo geral, apresentando mais tendência à rigidez nesse sentido. É possível destacar também que as mulheres de tecnológicas tenham preferência por figuras de autoridade, espelhando-se, mas ao mesmo tempo, submetendo-se a elas.

### 10.2 Escalas e sua relação com escolaridade do pai, da mãe e religião

Nessa seção, iremos investigar como as variáveis sociodemográficas afetam as escalas. Para isso um teste de hipóteses será utilizado; como os dados das escalas não seguem uma distribuição normal o teste de hipóteses não paramétrico será aplicado. A primeira hipótese a ser testada é se os gêneros influenciam de alguma forma as escalas:

$$H_0: rank_{fem} = rank_{mas} = rank_{outro} = rank_{nao\ resp}$$

$$H_0: rank_{fem} \neq rank_{mas} \neq rank_{outro} \neq rank_{nao\ resp}$$

Esse teste de hipóteses avalia os ranks (postos) de valores ordenados para cada amostra e os compara entre si. O nível de significância considerado no teste de hipóteses é de 5% ( $\alpha=0,05$ ).

Uma relação a ser estabelecida relevante na análise e cujos dados temos acesso é a educação dos pais. Os pais são figuras de quem o indivíduo assimila a moral sexual civilizada em que estão contidas as ideologias ou crenças. Outro fator que se mostrou importante na discussão foi a religião.

Pelos resultados das médias nas escalas dos participantes em conjunto com a escolaridade dos pais, podemos obter algumas considerações.

#### Escolaridade do pai

Tabela 25. Teste de Kruskal Wallis para escolaridade do pai

Variáveis	p-valor
<b>Escala C</b>	<0,001
<b>Escala CE</b>	0,958
<b>Escala G</b>	<0,001
<b>Escala I</b>	0,001
<b>Escala F</b>	<0,001

Fonte: autoria própria.

Apenas a escala CE não apresentou uma significância estatística, cf. Tabela 25.

Agora cada uma dessas escalas será avaliada isoladamente para identificar as diferenças entre os subitens de cada variável.

Tabela 26. Médias para escala C e escolaridade do pai

<b>Relatório</b>			
Escala C			
Até quando seu pai estudou?	Média	N	Erro Desvio
Não estudou	12,8333	6	5,15429
Pós-graduação	9,8444	45	3,94828
Não sei	12,3761	109	3,51923
Ensino Médio completo	12,3568	199	3,79371
Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	12,2418	91	4,14552
Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)	11,8125	48	4,36454
Ensino Médio incompleto	11,1667	60	3,58512
Ensino Superior incompleto	10,6286	35	4,26398
Ensino Superior completo	10,5464	97	3,37584
Total	11,7014	690	3,89084

Fonte: autoria própria.

Os participantes cujos pais têm 1ª a 4ª série apresentam médias estatisticamente maiores para a Escala C, significando que entendem a ciência de uma forma mais popularizada. Em contraste, os participantes cujos pais têm o nível Pós-graduação apresentam menores médias, com p-valor = 0,028 Mann-Whitney, cf. Tabela 26.

Tabela 27. Médias para escala G e escolaridade do pai

<b>Relatório</b>			
Escala G			
Até quando seu pai estudou?	Média	N	Erro Desvio
Não estudou	28,0000	6	7,50999
Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	27,3077	91	6,71928
Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)	25,6875	48	7,24101
Não sei	25,6697	109	7,09337
Ensino Médio incompleto	25,2500	60	7,60157
Ensino Médio completo	24,9899	199	7,50420
Ensino Superior incompleto	24,2000	35	7,37564
Ensino Superior completo	21,4639	97	7,06674
Pós-graduação	18,7556	45	5,32642
Total	24,5580	690	7,44249

Fonte: autoria própria.

Os participantes cujos pais não estudaram apresentaram um valor estatisticamente maior para a média da escala G do que aqueles com pais que possuem ensino superior completo (p-valor = 0,034 Mann-Whitney) e do que aqueles que possuem pós-graduação (p-valor = 0,006 Mann-Whitney), cf. Tabela 27.

Tabela 28. Médias para escala I e escolaridade do pai

**Relatório**

Escala I

Até quando seu pai estudou?	Média	N	Erro Desvio
Não estudou	40,1667	6	8,79583
Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)	44,6667	48	7,19141
Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	45,1538	91	8,25823
Ensino Médio incompleto	44,5333	60	7,50924
Ensino Médio completo	45,1608	199	7,40763
Ensino Superior incompleto	43,5714	35	8,99767
Ensino Superior completo	41,8866	97	8,10205
Pós-graduação	39,7556	45	8,08522
Não sei	44,8073	109	8,34275
Total	44,0783	690	8,03004

Fonte: autoria própria.

Participantes com pais de escolaridade 1ª a 4ª série têm valor médio maior estatisticamente para a escala I do que aqueles com pais com ensino superior completo (p-valor = 0,048 Mann-Whitney) e do que aqueles com pós-graduação (p-valor = 0,005 Mann-Whitney), cf. Tabela 28.

Tabela 29. Médias para a escala F e escolaridade do pai

**Relatório**

Escala F

Até quando seu pai estudou?	Média	N	Erro Desvio
Não estudou	56,6667	6	5,60952
Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)	56,5208	48	11,20978
Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	55,5604	91	10,34967
Ensino Médio incompleto	54,7667	60	10,92403
Não sei	53,8349	109	10,22933
Ensino Médio completo	53,0201	199	12,32103
Ensino Superior incompleto	51,0000	35	12,38120
Ensino Superior completo	46,2680	97	12,42856
Pós-graduação	38,2222	45	9,64339
Total	51,8942	690	12,24397

Fonte: autoria própria.

Participantes com pais que não estudaram têm valores médios maiores para a escala F do que aqueles com pais com escolaridade ensino superior completo (p-valor = 0,034 Mann-Whitney) e do que aqueles com pós-graduação (p-valor <0,001 Mann-Whitney), cf. Tabela 29.

### Escolaridade da mãe

Tabela 30. Teste de Kruskal Wallis para escolaridade da mãe

Variáveis	p-valor
<b>Escala C</b>	<b>&lt;0,001</b>
<b>Escala CE</b>	<b>0,028</b>
<b>Escala G</b>	<b>&lt;0,001</b>
<b>Escala I</b>	<b>0,001</b>
<b>Escala F</b>	<b>&lt;0,001</b>

Fonte: autoria própria.

Para todas as escalas houve uma significância estatística entre as diferentes escolaridades da mãe. Agora, através do teste de Mann-Whitney as comparações serão realizadas pareadamente, cf. Tabela 30.

Tabela 31. Médias para escala C e escolaridade da mãe

#### **Relatório**

Até quando sua mãe estudou?	Média	N	Erro Desvio
Não estudou	12,5000	2	,70711
Pós-graduação	9,8919	37	2,89428
Não sei	12,4789	71	3,55310
Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	12,2444	90	3,81396
Ensino Médio completo	12,1984	247	4,07614
Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)	12,1800	50	4,04409
Ensino Superior incompleto	12,0000	15	3,02372
Ensino Médio incompleto	11,4079	76	3,68122
Ensino Superior completo	10,0594	101	3,70087
Total	11,7039	689	3,89312

Fonte: autoria própria.

Para participantes com escolaridade da mãe com 1ª a 4ª série, os valores médios para a escala C são significativamente maiores do que aqueles com mães com ensino superior completo (p-valor = 0,002) e pós-graduação (p-valor = 0,009), cf. Tabela 31.

Tabela 32. Médias para escala CE e escolaridade da mãe

**Relatório**

## Escala CE

Até quando sua mãe estudou?	Média	N	Erro Desvio
Não estudou	10,5000	2	2,12132
Ensino Superior incompleto	18,7333	15	3,17280
Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	18,1778	90	3,44647
Ensino Médio completo	18,0810	247	3,36311
Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)	17,8600	50	3,41073
Ensino Superior completo	17,5743	101	3,58705
Ensino Médio incompleto	17,2105	76	3,02574
Não sei	17,0704	71	3,90357
Pós-graduação	17,0270	37	2,65085
Total	17,7388	689	3,42888

Fonte: autoria própria.

Para participantes com mães com 1ª a 4ª série e para aqueles com mães com 5ª a 8ª série, os valores médios são estatisticamente maiores do que para aqueles com mães que não estudaram (p-valor=0,009 e p-valor=0,006 respectivamente); participantes com mães que não estudaram têm ainda valores menores para as escalas comparados com aqueles com mães com ensino médio incompleto (p-valor = 0,008), ensino médio completo (p-valor = 0,022), ensino superior incompleto (p-valor = 0,015), ensino superior completo (p-valor = 0,011), pós-graduação (p-valor = 0,003), cf. Tabela 32.

Tabela 33. Médias para escala G e escolaridade da mãe

**Relatório**

## Escala G

Até quando sua mãe estudou?	Média	N	Erro Desvio
Não estudou	22,5000	2	7,77817
Ensino Médio incompleto	26,1053	76	7,06650
Não sei	26,0000	71	7,19126
Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)	25,7000	50	6,31244
Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	25,5111	90	7,24258
Ensino Médio completo	25,2186	247	7,78058
Ensino Superior completo	21,7327	101	6,58011
Ensino Superior incompleto	20,5333	15	8,57627
Pós-graduação	19,5946	37	5,90884
Total	24,5472	689	7,44248

Fonte: autoria própria.

Participantes com mães com 1ª a 4ª série têm valores médios menores para a escala G do que para aqueles com mães com ensino superior incompleto (p-valor =

0,034), porém os valores médios para esses participantes são maiores do que aqueles comparados com ensino superior completo (p-valor <0,001) e pós-graduação (p-valor <0,001); ensino superior completo (p-valor <0,001) e pós-graduação (p-valor <0,001); para aqueles que não sabem a escolaridade da mãe os valores médios da escala G são maiores do que para aqueles com mães com ensino superior incompleto (p-valor = 0,027), ensino superior completo (p-valor <0,001) e pós-graduação (p-valor <0,001), cf. Tabela 33.

Tabela 34. Médias para escala I e escolaridade da mãe  
**Relatório**

Até quando sua mãe estudou?	Média	N	Erro Desvio
Não estudou	47,0000	2	12,72792
Ensino Médio incompleto	45,9079	76	7,29233
Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	45,0000	90	8,00842
Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)	44,9000	50	8,27647
Ensino Médio completo	44,6680	247	7,84369
Não sei	44,1831	71	8,56790
Ensino Superior incompleto	42,9333	15	6,29588
Ensino Superior completo	41,7921	101	7,85916
Pós-graduação	39,6486	37	8,10424
Total	44,0929	689	8,02667

Fonte: autoria própria.

No total, a média para a Escala I com a escolaridade da mãe foi de 44,09. Participantes com mães com 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série têm valores médios estatisticamente maiores para a escala I do que aqueles com mães com escolaridade ensino superior completo (p-valor = 0,042, p-valor = 0,008 respectivamente) e pós-graduação (p-valor = 0,005 e p-valor = 0,001 respectivamente); para aqueles com mães com ensino médio incompleto os valores médios também são maiores do que para aqueles com ensino superior completo (p-valor = 0,001) e pós-graduação (p-valor <0,001); já para aqueles com mães com ensino médio completo os valores médios são maiores do que para aqueles com ensino superior completo (p-valor = 0,005) e pós-graduação (p-valor <0,001) e finalmente para aqueles que não sabem a escolaridade da mãe os valores médios são maiores para a escala I do que para aqueles com mães com pós-graduação, cf. Tabela 34.

Tabela 35. Médias para escala F e escolaridade da mãe

### Relatório

Escala F

Até quando sua mãe estudou?	Média	N	Erro Desvio
Não estudou	35,5000	2	3,53553
Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	56,1444	90	9,61689
Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)	55,0200	50	10,80153
Não sei	54,0986	71	10,75461
Ensino Médio incompleto	54,0658	76	12,73874
Ensino Médio completo	53,4049	247	11,60066
Ensino Superior completo	45,7822	101	11,63839
Ensino Superior incompleto	45,5333	15	12,26998
Pós-graduação	38,7297	37	12,46473
Total	51,8955	689	12,25282

Fonte: autoria própria.

Participantes com mães que não estudaram têm valores médios estatisticamente menores para a escala F do que aqueles com mães com 1ª a 4ª série (p-valor = 0,018), do que aqueles com mães com 5ª a 8ª série (p-valor = 0,003), ensino médio incompleto (p-valor = 0,048), ensino médio completo (p-valor = 0,046) e do que aqueles que não sabem a escolaridade da mãe (p-valor = 0,015), cf. Tabela 35.

### Religião

Tabela 36. Teste de Kruskal Wallis para religião

Variáveis	p-valor
<b>Escala C</b>	<b>0,031</b>
<b>Escala CE</b>	<b>0,035</b>
<b>Escala G</b>	<b>&lt;0,001</b>
<b>Escala I</b>	<b>0,007</b>
<b>Escala F</b>	<b>&lt;0,001</b>

Fonte: autoria própria.

Para todas as escalas houve uma diferença estatística significativa entre as religiões, essas diferenças serão analisadas agora pareadamente através do teste não paramétrico de Mann-Whitney, cf. Tabela 36.

Tabela 37. Médias para escala C e religião

### Relatório

Escala C

Qual a sua religião?	Média	N	Erro Desvio
Candomblé ou Umbanda	13,5000	14	2,82162
Espírita	9,5789	19	3,43698

Outra	12,0000	62	4,31543
Protestante ou Evangélica	11,8605	172	4,00048
Católica	11,8288	257	3,81018
Sem religião	11,3193	166	3,77879
Total	11,7014	690	3,89084

Fonte: autoria própria.

Participantes de religião candomblé/umbanda têm valores médios significativamente maiores para a escala C do que aqueles com religião espírita (p-valor = 0,003) e do que aqueles sem religião (p-valor = 0,016); católicos também têm valores médios para a escala C maiores do que os espíritas (p-valor = 0,018); participantes com religião “outra” e protestantes/evangélicos têm valores médios maiores do que os espíritas (p-valor = 0,035 e p-valor = 0,025 respectivamente), cf. Tabela 37.

Tabela 38. Médias para escala CE e religião

**Relatório**

Escala CE

Qual a sua religião?	Média	N	Erro Desvio
Candomblé ou Umbanda	17,1429	14	3,39359
Católica	18,0661	257	3,32596
Protestante ou Evangélica	17,9244	172	3,58197
Outra	17,8065	62	3,62070
Sem religião	17,2048	166	3,27991
Espírita	16,3684	19	3,53098
Total	17,7348	690	3,42798

Fonte: autoria própria.

Participantes católicos têm um valor médio estatisticamente maior para a escala CE do que os espíritas (p-valor = 0,046) e do que aqueles sem religião (p-valor = 0,005) e participantes protestantes / evangélicos têm também um valor médio maior para a escala do que os sem religião (p-valor = 0,022), cf. Tabela 38.

Tabela 39. Médias para escala G e religião

**Relatório**

Escala G

Qual a sua religião?	Média	N	Erro Desvio
Candomblé ou Umbanda	26,2857	14	7,85864
Protestante ou Evangélica	26,5407	172	7,23730
Outra	25,1129	62	7,12213
Católica	25,1128	257	7,28004
Espírita	21,7895	19	5,46279
Sem religião	21,6084	166	7,30278
Total	24,5580	690	7,44249

Fonte: autoria própria.

Participantes com religião candomblé ou umbanda têm um valor médio estatisticamente maior para a escala G do que aqueles sem religião (p-valor = 0,030); católicos também têm um valor médio maior do que os espíritas (p-valor = 0,045) e do que os sem religião (p-valor <0,001) porém menor do que os protestantes e evangélicos (p-valor = 0,035), espíritas têm um valor médio menor do que aqueles com “outra” religião (p-valor = 0,040) e do que protestantes e evangélicos (p-valor = 0,004); ser de “outra” religião também apresenta valores médios maiores do que os sem religião (p-valor = 0,001) e ser protestante/evangélico também apresenta valores maiores do que os sem religião (p-valor < 0,001), cf. Tabela 39.

Tabela 40. Médias para escala I e religião

<b>Relatório</b>			
Escala I			
Qual a sua religião?	Média	N	Erro Desvio
Candomblé ou Umbanda	44,0000	14	5,71099
Católica	45,0467	257	7,80861
Espírita	39,2632	19	9,84232
Outra	44,8548	62	9,01337
Protestante ou Evangélica	44,2267	172	7,81068
Sem religião	42,6928	166	7,87067
Total	44,0783	690	8,03004

Fonte: autoria própria.

No total, a média para a Escala I com a religião foi de 44,08. Católicos apresentam um valor médio estatisticamente maior para escala I do que os espíritas (p-valor = 0,007) e do que os sem religião (p-valor = 0,001); aqueles com “outra” religião e protestantes/evangélicos também apresentam um valor médio maior do que os espíritas (p-valor = 0,031 e p-valor = 0,020 respectivamente), cf. Tabela 40.

Tabela 41. Médias para escala F e religião

<b>Relatório</b>			
Escala F			
Qual a sua religião?	Média	N	Erro Desvio
Candomblé ou Umbanda	51,7143	14	12,00275
Católica	53,9728	257	10,69039
Espírita	44,3158	19	13,35437
Outra	50,4677	62	13,90214
Protestante ou Evangélica	55,5930	172	10,33291
Sem religião	46,2590	166	13,24635
Total	51,8942	690	12,24397

Fonte: autoria própria.

Católicos apresentam novamente um valor médio estatisticamente maior (53,97) para a escala F do que os espíritas (p-valor = 0,003) e do que os sem religião (p-valor <0,001); espíritas e aqueles com “outra” religião apresentam valores médios menores para a escala F do que os protestantes / evangélicos (p-valor = 0,001 e p-valor = 0,013 respectivamente); participantes com “outra” religião e protestantes/evangélicos apresentam valores médios maiores do que os sem religião (p-valor = 0,039 e p-valor <0,001 respectivamente), cf. Tabela 41.

## 11 Considerações finais

Finalmente, apresenta-se algumas articulações. Nesta seção, trata-se da discussão do porquê mulheres escolheram carreiras ou profissões na área de exatas ou tecnológicas, e depois parte-se para influência dos estereótipos sexistas de uma forma geral.

### *11.1 Mulheres, Ciência e Sexismo*

Já era esperado que mulheres são muito mais propensas em escolher profissões ligadas às ciências biológicas e da saúde assim como ciências humanas, enquanto os Homens, profissões ligadas às engenharias, ciências tecnológicas ou matemática, com diferença estatística significativa. A desigualdade na escolha de profissões ou carreiras costuma ser apontada por qualquer estudo que trate da análise do gênero no Trabalho e na Ciência e Tecnologia. Uma das premissas que permeia o senso comum é de que algumas carreiras seriam masculinas enquanto outras femininas, mas neste estudo procuramos as raízes psicológicas que sustentam essa suposição na sociedade atual.

Conforme Chassot (2017) argumenta, as religiões ocidentais são responsáveis por solidificar e transmitir as concepções sexistas que estão contidas na Ciência, que ele apresenta como essencialmente masculina. Sua percepção, embora difusa, caminha pelo entendimento de que a linguagem seria o meio pelo qual essa transmissão ocorreria. Por outro lado, temos que Adorno e Horkheimer (1985), assim como Crochík (1999; 1990, 2000, 2005, 2007), entendem a ideologia como algo que se aferra aos instintos por meio da moral sexual civilizada que resulta na formação do indivíduo.

A consideração de Chassot (2002, 2017) de que a linguagem é o meio pelo qual a misoginia atravessa gerações e passa pela Ciência coincide com o entendimento de que isso seria ideológico, mas não com o da formação de traços de personalidade. Embora o argumento da linguagem seja válido, ele não determina quando isso começa, apenas onde acaba: no predomínio de homens que se destacam em posições de poder em detrimento das mulheres – um olhar sobre a

ponta do *iceberg*. Essa ênfase destaca características que levam à necessidade de uma arqueologia da história da Ciência para encontrar o trabalho perdido das mulheres que um dia foram apagadas ou diminuídas. Muito importante para o campo da representação feminina que muda a percepção desse ideal “masculino” de ciência. Mas os prejuízos continuam grandes, não somente porque pode não haver tanto material assim quanto gostaríamos, como também não explica porque muitas ainda deixam de seguir o campo científico mais próximo das Ciências Naturais. Também não explica como algumas decidem por isso. Não há algo determinado em que se possa pensar quais ações para mudanças, exceto pela representação que teima em ser menor, mesmo hoje quando algumas se destacam.

Por outro lado, não há também na ideia de formação na infância uma determinação completa dos caminhos que o indivíduo se forma, mas é uma zona mais delimitada do que na ampla ideia de linguagem e expõe os perigos pelos quais se passa ao seguir a razão que um dia foi entendida como esclarecida sem pensar que se pode estar sendo guiado pelos próprios instintos de autoconservação ou de destruição. Soma-se a isso que muitas mulheres e homens, imbuídos de uma racionalidade que acreditam ser “pura”, não entendem como é possível, apesar disso, ser irracional diante da política do campo científico que atua inevitavelmente na produção do conhecimento e o determina. É nesse espaço que o sexismo mora: ele não está na Ciência em si, mas sim na sua política da qual não pode prescindir.

Com os resultados, constatou-se que mulheres que escolhem a carreira científica na área das exatas, engenharias e tecnológicas têm médias estatisticamente mais baixas na escala do sexismo, apontando médias estatisticamente maiores nas escalas que medem a racionalidade tecnológica, não diferindo dos homens que já assimilaram essas ideologias e apresentam médias muito próximas. Isso sugere que não existe uma “natureza feminina” no qual sexismo possa se apoiar. Como Adorno e Horkheimer (1985) argumentaram, esse “feminino” nada mais é do que uma imagem estigmatizada pela dominação patriarcal que um dia, na história, imbuído de sua própria “razão”, buscou combater as forças dominadoras de uma sociedade matriarcal com o auxílio da vantagem física do homem. Chassot (2017) também comenta este fato na sua busca pelos elementos

sexistas da história. Mas nesse caso da dominação pela força, como ele explicaria a ação da linguagem?

Por outro lado, a persistência do sexismo na linguagem pode ser por força da religião, de fato, como atesta Chassot (2017). A partir do momento em que a religião se coloca como verdade a ser seguida, a razão contida nele, se seguida de forma totalitária, produz os efeitos sociais que conhecemos sobre a mulher e ela estará sempre em desvantagem, mesmo quando se “prega” o dever de protegê-la, porque desde o princípio, a religião cristã já nasceu atrelada ao patriarcado, melhor dizendo, nasceu a partir dele com o mito de Eva. Os estereótipos sexistas seguiram unidos aos das crenças religiosas e se alguém segue ferrenhamente os preceitos tende a entender os estereótipos sexistas como naturais.

Considerando ainda que vivemos numa sociedade cujo desenvolvimento em níveis de repressão cada vez maiores que se iniciaram com a sociedade industrial de que fala Marcuse (2015), com graus de especialização de que trata Habermas (1968), parece certo que a repressão de uma racionalização que atinge os níveis mais avançados da tecnologia como sugere Crochík (2007) produziram efeitos até mesmo naqueles indivíduos que não estão atuando no campo da Ciência. Ao contrário. Com a racionalidade tecnológica, o indivíduo se vê de tal forma comprometido com o “sistema” que precisa atuar em razão dele, reprimindo a si mesmo até o ponto em que suas ações visarão autoconservação pela dominação, a destruição de si ou de outros em nome desse sistema.

Para sobreviver neste sistema, cabe garantir uma posição segura ou relativamente segura. As mulheres que estão buscando o campo da Ciência não assumiram em razão de sua educação inicial os estereótipos de forma determinante e em virtude desse sistema estão buscando sua posição segura. É provável que conheçam o sexismo de perto, mas em nome da “razão” que este sistema destaca como nobre - a ciência que produz a tecnologia – estejam insufladas por um certo grau de racionalidade tecnológica.

Primeiramente, esse estudo apontou que mulheres na escolha de profissões ou carreira nas tecnológicas apresentam valores médios estatisticamente menores para a escala C do que mulheres nas humanas, do que homens na tecnologia e do

que homens nas humanas, sugerindo que é menor a concordância delas com a ideia de uma ciência afastada da vida, que necessite abrir mão da vida pessoal, que sejam para poucos e que dependa de um talento nato, não condiz com elas e mostra-se menor até mesmo do que as dos homens que irão escolher a mesma área. De fato, entre elas, os estereótipos sexistas associados ao campo do trabalho e da ciência não influíram, conforme as médias estatisticamente menores na Escala G sugerem.

Contudo, não vamos esquecer que esse estudo também apontou que as mulheres apresentam médias menores para a escala I (da Ideologia da Racionalidade Tecnológica) do que os homens de forma significativa. Esse resultado sugere que homens tendem a concordar mais com afirmações que indiquem a produção de uma ciência que leva obrigatoriamente ao progresso, ou que exista sempre um futuro melhor com a tecnologia, que ela seria capaz de trazer a igualdade social e felicidade a todos. Arrisca-se dizer que as mulheres que pretendem entrar já estão conscientes de que o jogo não é limpo, em virtude de própria posição ou condição.

Se as mulheres estão numa posição que permita que enxerguem a força política da ciência, num vislumbre acolhedor, poderia se pensar que estarão menos propensas, como indicam seus resultados na escala I em nome da razão concordar com a eliminação dos indivíduos (“I 01. Seria um ato de benevolência se a nossa cultura pensasse meios de execução indolor para os criminosos.”, “I 02. Há criminosos que não são recuperáveis, para esses deveria haver pena de morte”, “I 03. A violência atual decorre, principalmente, do fato da impunidade ser muito grande”), mas infelizmente os resultados na escala F, que demonstra maior propensão a preconceitos e atitudes antidemocráticas para esse grupo de mulheres. Os resultados apontaram que é maior do que as mulheres nas ciências humanas e com valores próximos aos dos homens.

Isso sugere uma aproximação das mulheres ao quadro formação subjetivo dos homens nesse traço, pois eles apresentam médias estatísticas maiores para a escala F, independentemente da escolha da carreira. Desse modo, é provável que para manter seu *status quo*, numa hipótese de crise social, elas sejam seduzidas (para não dizer impulsionadas instintivamente) a marginalizar, segregar ou ignorar

grupos que elas considerem insignificantes ou desprezíveis mediante um estigma social que foi conferido a eles. Nesse sentido, é um risco que elas devem estar atentas justamente por serem quem são.

### *11.2 A influência dos estereótipos sexistas na sociedade e na ciência*

Os estereótipos sexistas, especificamente aqueles componentes da Escala G, não influenciam diretamente a escolha da carreira na área de Ciências Naturais e Engenharias. Não há relevância na ideia socialmente compartilhada de alguns de que os homens lidariam melhor com ciência e tecnologia ou de que eles teriam melhor desempenho em matemática entre estes participantes. Também não pensam em como os homens seriam mais objetivos e impessoais quando escolhem sua carreira ou profissão nas tecnológicas.

Contudo, essas mulheres das tecnológicas também não pensam nas questões práticas da divisão de atividades domésticas entre homens e mulheres que influem diretamente nos resultados mais tarde quando estão atuando no mercado de trabalho, principalmente se resolvem assumir uma união convencional. Infere-se que suas motivações estão relacionadas a outras possibilidades que a área pode oferecer não abordadas na pesquisa, mas conhecidas: *status*, melhores condições econômicas, tipo de conhecimento desenvolvido etc. Uma vez que tiveram contato com as afirmações da Escala G, é necessário considerar uma interpretação para o resultado. Merece destaque o fato de que se trata de adolescentes ainda sob a tutela dos pais.

Em todos os resultados, a escolaridade da mãe e do pai foram significantes para os resultados nas escalas, excetuando-se a escala CE que não teve relação com a escolaridade do pai. A afirmação válida nesta escala tratava do contato com brinquedos na infância que poderiam estimular a afinidade com as ciências naturais. Esse resultado para a teoria aplicada nesta pesquisa é fundamental, pois observa-se a formação do indivíduo a partir da relação com os primeiros contatos: mãe e pai (quando presentes) ou substitutos.

Os dados sugeriram que quanto maior a escolaridade do pai ou da mãe, menor é a média na Escala G. Essa regra tem apenas uma exceção que não se tem ainda uma explicação formulada para esta pesquisa: no caso da escolaridade do

pai, se ele está no grupo de 5ª e 8ª série, sua média na escala é maior do que para o nível de 1ª a 4ª série. Apesar da exceção, de um modo geral, isso quer dizer que quanto maior o nível escolar do pai, menor a concordância com os estereótipos sexistas.

A formação da psique na teoria de Freud (1976), a partir da moral sexual civilizada indica que, aos poucos, recebemos as regras civilizadas que passam a constituir a personalidade. Num primeiro momento, os dados sugerem que são os pais que contribuem primeiro para que esta moral seja internalizada. A educação escolar deles, por sua vez, contribui para que se desfçam alguns preconceitos em meio à cultura que faz parte dessa moral. Parece lógico que o desenvolvimento da alfabetização científica que se desenvolve conforme aumenta-se o nível escolar seja o elemento que ajuda a desfazer a “irracionalidade” do sexismo, mas seria ingênuo pensar que a simples inserção das mulheres na Ciência seria algo somente a se comemorar sem um conselho para o futuro. Às universidades, nas áreas de Ciências Naturais, precisam abrir o espaço para o subjetivo. As mulheres têm essa condição, mas precisam estar cientes disso.

Os estereótipos sexistas na sociedade deveriam se desfazer tão logo as mulheres demonstrassem funcionar mentalmente de forma semelhante ao homem. Contudo, a ciência passa a ser a forma como mulheres e homens lutam pela autoconservação: seja pela espécie humana, quando a repressão é suportável, seja dominando ou destruindo, se a civilização ultrapassa os limites dos instintos com suas regras repressivas. Dessa forma, assumi-los ou descartá-los é mero cálculo social.

O indivíduo reprimido teme a natureza e deseja controlá-la ou combatê-la e a mulher, sendo um símbolo disso desde os tempos remotos da civilização, corre o risco de permanecer dominada. O sexismo persiste. Ao buscar igualdade ou dominar e destruir, o indivíduo usa a mesma razão e transmite-a por meio da linguagem possível ou disponível. A mulher é símbolo da natureza, incontrolável, mas, muitas vezes mais frágil fisicamente, mesmo diante do homem cientista, não exatamente da Ciência em si como alguns supõem, e por isso a “razão” ordena que ela seja dominada [mas não que deva, isso é a mente masculina sob o jugo do patriarcado]. Se não é frágil e o homem se sente ameaçado, submete-a usando os

meios possíveis – a ideologia que reprime e associa a mulher ao que há de pior. Hoje, com as mulheres na Ciência, no momento mais ameaçador, ela é que deve ser combatida ou afastada como ameaça à própria natureza desse indivíduo. Nesse sentido, homem também é Natureza, incontrolável e sua arma ou é a força física ou a ideologia da natureza da mulher, usada principalmente na sua educação por meio da moral sexual civilizada, que poderia ser chamada de moral sexual civilizada mais repressiva, numa alusão à Marcuse.

Assim, a Ciência tem um propósito e os mitos tiveram os seus. A dificuldade de livrar-se da suposta “neutralidade” de uma ciência encontrada ainda no presente nada mais é do que um impulso em busca da autoconservação ou destruição e a mulher segue como natureza a ser combatida. A Ciência que separa o sujeito do objeto jamais existiu. Ela ciência como elemento abstrato do pensamento jamais esteve totalmente só, mesmo quando se produziu o cálculo mais puro, a sua finalidade continha as marcas subjetivas. Reverter a ideologia de uma mulher como sinônimo de natureza é tão importante quanto combater. E assim, estabelece-se uma que explica por que a Ciência não é masculina, assim como a Natureza não é feminina.

### *11.3 Sugestões de estudos*

Vale como um trabalho tangente, o desenvolvimento das escalas e a inclusão de entrevistas para contrapor ou confirmar as considerações feitas aqui. Seria interessante também pensar como a concordância ou discordância aos estereótipos da escala G se daria nos contextos em que as mulheres já se encontram nas áreas de ciência e tecnologia para confirmar os resultados nessa pesquisa.

Além disso, na questão do desenvolvimento do indivíduo quanto na escolarização formal é preciso buscar entender por que em algumas escalas, como a Escala G, resultados na escolaridade dos pais não seguiam o caminho regular de “quanto menor escolarização, maior o valor na escala” em alguns níveis. Dentro da escala, prevalecia esse resultado, com exceções. Estas exceções, não ocorreram, por exemplo, na escala F. Outro ponto também interessante é a ideologia contida nas religiões que se relacionam a concepções de ciência.

## Referências Bibliográficas

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Versão *Kindle*.
- ADORNO, T. W. et al. **The Authoritarian Personality**. Norton, Massachusetts: The Northon Library, 1950.
- ADORNO, T. W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- ALLAGNAT, L. et al. **Gender in the Global Research Landscape**. *Elsevier*, p. 96, 2017.
- ALLPORT, G. W. **The Nature of Prejudice**. Massachusetts/PaloAlto/London/Don Mills/OntarioAddison-Wesley: Publishing Company, 1954.
- ANDRADE, M.; FRANCO, C.; CARVALHO, J. P. DE. Gênero e desempenho em matemática no final do ensino médio: quais as relações? **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 1, p. 77–98, 2003.
- BEM, S. L. The measurement of psychological androgyny. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 42, n. 2, p. 155–162, 1974.
- BIAN, L.; LESLIE, S.; CIMPIAN, A. Gender stereotypes about intellectual ability emerge early and influence children's interests. **Science**, v. 391, n. January, p. 389–391, 2017.
- BRUNER, J. S. On Perception Readiness. **Psychological Review**, v. 64, n. 2, 1957.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249–274, jun. 2014.
- CAMPBELL, D. T. Enhancement of contrast as composite habit. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 53, n. 3, p. 350–355, 1956.
- CARVALHO, M. P. DE. Mau aluno, boa aluna?: como as professoras avaliam meninos e meninas. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 554–574, 2001.
- CASAGRANDE, L. S.; CARVALHO, M. G. DE. Gender relation in mathematics classes: perceptible or hidden? **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 8, n. 30–31, p. 37–50, 2014.
- CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. **Revista brasileira de educação**, n. 22, p. 89-100, 2003.
- CHASSOT, Attico. **A ciência é masculina? É, sim senhora!...** 8a ed. [s.l.] Editora Unions, 2017. v. 16
- HUBBARD, Ruth. Algumas idéias sobre a masculinidade das ciências naturais. In: GERGEN, Mary M. (ed.) **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Edunb, 1993, pp.21-36.
- CROCHIK, J. L. A ideologia da racionalidade tecnológica e a personalidade narcisista. São Paulo: Universidade de São Paulo, 20 abr. 1999.
- CROCHIK, J. L. Personalidade autoritária e pesquisa empírica com a escala F: alguns estudos brasileiros. **Impulso**, v. 27, n. 69, p. 49–63, 2014.
- CROCHIK, J. L. Antissemitismo negação de si do outro e da vida. No Prelo, [s.d.].

- CROCHIK, J. L. A personalidade narcisista na escola de frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica. **Psicologia-USP**, v. 1, n. 2, p. 141–154, 1990.
- CROCHIK, J. L. Ulisses e Narciso: o abandono de si mesmo e o abandono a si mesmo. *Olhar*, v. 2, n. 4, p. 1–19, 2000.
- CROCHIK, J. L. Preconceito: relações com a ideologia e com a personalidade. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 22, n. 3, p. 309–319, set. 2005.
- CROCHIK, J. L. O Desencanto Sedutor: a Ideologia Da Racionalidade Tecnológica. **Revista Inter Ação**, v. 28, n. 1, 2007.
- CROCHIK, J. L. Tecnologia e individualismo: Um estudo de uma das relações contemporâneas entre ideologia e personalidade. **Análise Psicológica**, v. 4, n. 18, p. 529–543, 2000.
- CROCHÍK, J. L. et al. Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 26, n. 2, p. 123–132, 2009.
- CROCHÍK, J. L.; DIAS, M. A. L.; SILVA, P. F. da. Crítica à Psicanálise como fundamento da Psicologia Social de Adorno. **Constelaciones - Revista de Teoria Crítica**, n. 7, p. 322–342, 2015.
- CUNHA, M. B. et al. As mulheres na ciência: o interesse das estudantes brasileiras pela carreira científica. **Educación Química**, v. 25, n. 4, p. 407–417, out. 2014.
- DEL RÍO, M. F.; STRASSER, K. Preschool Children's Beliefs about Gender Differences in Academic Skills. **Sex Roles**, v. 68, n. 3–4, p. 231–238, 13 fev. 2013.
- DEL RÍO, M. F.; STRASSER, K.; SUSPERREGUY, M. I. ¿Son las habilidades matemáticas un asunto de género?: Los estereotipos de género acerca de las matemáticas en niños y niñas de kínder, sus familias y educadoras. **Calidad en la educación**, n. 45, p. 20–53, dez. 2016.
- DIMICCO, J. et al. Beispiel für den Aufbau BA mit Interviews. Motivations for social networking at work. In **Computer supported cooperative work CSCW'08**, p. 711–720, 2008.
- DINIZ, M. C. P.; VIRGÍNIA SCHALL. 1 de 12. Anais do IV Encontro Nacional de **Pesquisa em Educação em Ciências**, n. 1988, p. 1–12, 1996.
- DOVIDIO, J. F.; GLICK, P.; RUDMAN, L. A. **On the Nature of Prejudice: Fifty Years after Allport**. [s.l.] Blackwell Publishing Ltd, 2005.
- FABER, G. Gender and achievement differences in secondary students' verbal self-concepts: a closer look beyond bivariate comparison. **Electronic Journal of Research in Educational Psychology**, v. 11, n. 3, p. 665, 2013.
- FERREIRA, M. C. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas em Psicologia da SBP**, 2004.
- FORMIGA, N. S. et al. Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero 1 ambivalent sexism inventory: its adaptation and correlation with gender. **Psicologia em Estudo**, 2002.
- FORMIGA, N. S.; ARAÚJO, T. T. V; CAVALCANTE, C. P. S. A manutenção da discriminação feminina no contexto brasileiro: um estudo sobre a fidedignidade do sexismo ambivalente. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 0, 2007.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FREUD, S. Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna (1908). In: **"Gradiva" de Jensen e outros trabalhos (1906 - 1908)**. Edição Stand. Brasileira das Obras de Sigmund Freud. Volume IX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

- FREUD, S. Luto e Melancolia. **Jornal de Psicanálise**, v. 49, n. 90, p. 207–224, 1985.
- GIACOMETTI-ROCHA, E. Análise das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como mediadoras de relações e da construção do conhecimento de adolescentes. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2015.
- GIACOMETTI-ROCHA, E.; MILL, D. Analysing gender , education and technologies regarding adolescents preferences and perception while accessing the Internet. **Studies and Research in Psychology**, v. 18, n. 2, p. 569–587, 2018.
- HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como “ideologia”**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1968.
- HASLAM, S. A. et al. When do stereotypes become really consensual? Investigating the group-based dynamics of the consensualization process. **European Journal of Social Psychology**, v. 28, n. 5, p. 755–776, 1998.
- HORÁCIO DE SOUZA, J. As implicações do sexismo benévolo na afirmação de estereótipos femininos. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 2, n. 1, 13 dez. 2016.
- ICHIKAWA, E. Y.; YAMAMOTO, J. M.; BONILHA, M. C. Ciência, Tecnologia e Gênero: Desvelando o Significado de Ser Mulher e Cientista. **Serviço Social em Revista**, v. 11, n. 1, p. 1–15, 2008.
- IRIGARAY, L. **This sex which is not one**. Ithaca - New York: Cornell University Press, 1985.
- JUDD, C. M.; PARK, B. Definition and assessment of accuracy in social stereotypes. **Psychological Review**, v. 100, n. 1, p. 109–128, 1993.
- KATZ, D.; BRALY, K. Racial stereotypes of one hundred college students. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 28, n. 3, p. 280–290, 1933.
- KELMAN, H. C. Compliance, identification, and internalization: three processes of attitude change. **Journal of conflict resolution**, v. 2, n. 1, p. 51–60, 1958.
- KNUDSEN, P. P. P. DA S. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 1, p. 161–170, 2010.
- KRAMER, H.; SPRENGER, J. **O martelo das feiticeiras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- LANDIS, J. R.; KOCH, G. G. Agreement of categorical data. **Biometrics**, v. 33, n. 1, p. 159–174, 1977.
- LATOUR. **Ciência em Ação: Como seguir cientista e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP editora, 2000.
- LEITE CRUZ, F. Psicologia: profissão feminina? A visão dos estudantes de Psicologia. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 803–828, 2017.
- LEITE, M. D. P.; GUIMARÃES, P. C. Tudo muda, nada muda: as implicações do uso das tecnologias de informação sobre o trabalho das mulheres no setor eletroeletrônico. **Cadernos Pagu**, n. 44, p. 333–366, 2015.
- LIMA, B. S. Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas das ciências. [s.l.] Universidade de Brasília, 2008.
- LOPES, A. R.; TEIXEIRA, M. O. Projetos de carreira, autoeficácia e sucesso escolar em ambiente multicultural. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 13, n. 1, p. 7–14, 2012.
- MADERO, I. Inclusión y exclusión de género y clase al interior de la escuela chilena en 4 comunas del sur de Chile. **Estudios pedagógicos (Valdivia)**, v. 37, n. 2, p. 135–145, 2011.
- MARCUSE, H. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

- MARCUSE, H. **O homem unidimensional**: estudos da sociedade industrial avançada. 1. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.
- MCGARTY, C. **Categorization and social psychology**. London: SAGE, 1999.
- MCGARTY, C.; YZERBYT, V. Y.; RUSSEL SPEARS. **Stereotypes as Explanations: the formation of meaningful beliefs about social groups**. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 2004.
- MEDEIROS, C. R. DE O.; BORGES, J. F. Abram-se às mulheres todas as portas!": conversas em blogs de mulheres em carreira de TI. **Revista Administração em Diálogo - RAD**, v. 16, n. 1, 26 jun. 2015.
- MERTON, R. K. The Matthew effect in science. The reward and communication systems of science are considered. **Science**, v. 159, p. 56–63, 1968.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria De Avaliação Da Educação Básica. Nota Técnica. Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse). Brasília: DF, 2014. Disponível em . Acesso em: 08 de setembro de 2015.
- MORO, C. C. A questão de Gênero no Ensino de Ciências. Dissertação de mestrado. universidade Federal de Santa Catarina., 1995.
- MOSCHKOVICH, M.; ALMEIDA, A. M. F. Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 749–789, 2015.
- NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1955. (Nota técnica).
- PARSONS, T. Psychoanalysis and the social structure. **The Psychoanalytic quarterly**, v. 19, n. 3, p. 371–384, 1950.
- PEREIRA, O. P.; CHAÚÍ, M.; CÉSAR, F. J. **Ciência e Dialética em Aristóteles**. São Paulo: UNESP, 2001
- PÉREZ-SEDEÑO, E. La enseñanza de la historia de las ciencias y los estudios sobre la mujer. **Revista da SBHC**, n. 7, p. 25–30, 1992.
- RABAN, D. R.; HARPER, F. M. Motivations for answering questions online. **New Media and Innovative Technologies**, n. December 2008, 2008.
- REZENDE, F.; OSTERMANN, F.; FERRAZ, G. A questão de gênero no ensino de Ciências sob o enfoque sociocultural. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 31, n. 1, p. 1402, 2009.
- RIVIERE, J. A feminilidade como máscara. **Psychê**, v. IX, n. 16, p. 13–24, 2005.
- ROTTENBACHER DE ROJAS, J. M. Sexismo ambivalente, paternalismo masculino e ideología política en adultos jóvenes de la ciudad de lima. **Pensamiento psicológico**, v. 7, n. 14, p. 9–18, 2010.
- SAAVEDRA, L. M.; TAVEIRA, M. DO C.; SILVA, A. D. A subrepresentatividade das mulheres em áreas tipicamente masculinas: Factores explicativos e pistas para a intervenção. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 11, n. 1, p. 49–59, 2010.
- SARDENBERG, C. M. B.; MEAD, M. Trabalho apresentado originalmente ao V Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) Sobre Mulheres e Relações de Gênero, realizado em outubro de 1999 pelo NEIM/UFBA, e publicado em na coletânea 1. p. 1–26, 1999.
- SCHNEIDER, D. J. **The Psychology of Stereotyping**. v. 193. New York, London: Guilford Press., 2005.

STROEBE, Wolfgang; INSKO, Chester A. Stereotype, prejudice, and discrimination: Changing conceptions in theory and research. In: **Stereotyping and prejudice**. Springer, New York, NY, 1989. p. 3-34..

VÁZQUEZ-CUPEIRO, S. Ciencia, estereotipos y género: una revisión de los marcos explicativos. **Convergencia**, v. 22, n. 68, p. 177–202, 2015.

WERNECK, M. M. F. O trabalho do mito: diálogos entre Freud e Lévi-Strauss. **Ciência e Cultura**, v. 64, n. 1, p. 45–47, 2012.

WOOLSEY, L. Psychology and the reconciliation of women's double bind: to be feminine or to be fully human. **Canadian Psychological Review**, v. 18, n. 1, p. 66–78, 1977.

## Apêndices



### Apêndice A – Modelo de autorização das escolas



Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 Fone: +55 (16) 3351-8356. CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil /e-mail: secppge@ufscar.br

São Carlos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos  
Universidade Federal de São Carlos – Campus São Carlos  
Pró-Reitoria de Pesquisa

Ref: CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO

Informamos que a Sra. Erika Giacometti Rocha Berribili, acadêmica do curso de Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos – SP está autorizada a realizar pesquisa de campo na forma de entrevistas e questionários nesta \_\_\_\_\_ escola \_\_\_\_\_ denominada \_\_\_\_\_, CNPJ ou inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, na unidade \_\_\_\_\_ escolar \_\_\_\_\_ situada \_\_\_\_\_ na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de São Carlos, Estado SP.

Entendemos que esta pesquisa é parte fundamental para obtenção dos pré-requisitos para obtenção do título de doutor, cuja pesquisa objetiva levantar dados de adolescentes e jovens acerca da carreira em ciência e tecnologia e sua relação com o gênero.

Outrossim, informamos ainda que a acadêmica forneceu cópia do resumo do projeto e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) constando maiores detalhes a respeito da metodologia e sigilo necessários.

\_\_\_\_\_  
(Diretoria/Coordenadoria)

Carimbo institucional Telefone: \_\_\_\_\_



## Apêndice B – TCLE para o participante (geral)



Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 Fone: +55 (16) 3351-8356. CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil /e-mail: secppge@ufscar.br

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o Participante (jovem ou adolescente)

1. Você selecionado pela minha idade, gênero e tipo de escola que estuda para participar da pesquisa em Educação, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. O título da pesquisa é “Análise da influência de estereótipos sexistas no processo educacional de adolescentes mulheres para a Ciência e a Tecnologia”.
2. A participação nesta pesquisa não é obrigatória e consistirá em responder questões de uma entrevista (áudio) e de um questionário para levantar o perfil dos adolescentes e jovens sobre a escolha de determinadas carreiras e a relação dessa escolha com a questão do gênero.
3. Por se tratar de uma pesquisa realizada na esfera educacional com abordagem qualitativa-quantitativa, os principais desconfortos podem surgir quando entrevista gravada ou quando questionário aplicado com muitas questões. Tais instrumentos eventualmente poderão trazer desconfortos ocasionados pelo possível caráter pessoal das perguntas, cansaço, vazamento de informações pessoais, possíveis danos de ordem moral ou material. Por outro lado, o sigilo em relação à identidade do participante será mantido em todas as fases da investigação de modo a assegurar a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Assim, afirma-se o compromisso de que:
  - a. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação;
  - b. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. O pesquisador responsável compromete-se a proteger as informações coletadas, uma vez que o acesso a elas é restrito ao pesquisador e seu orientador na instituição proponente. O pesquisador responsável compromete-se, ainda, a preservar a identidade do participante não mencionando nomes na redação e divulgação dos resultados da pesquisa;
  - c. A participação nessa pesquisa não implicará em quaisquer despesas ou gastos por parte do participante. Contudo, caso eventuais despesas possam decorrer de sua participação, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável;
  - d. Em caso de eventuais danos que possam ocorrer em decorrência da participação na pesquisa, a indenização será garantida conforme decisão judicial ou extrajudicial.

4. Se considerar inapropriada e inconveniente esta pesquisa, você pode interrompê-la a qualquer momento, sem qualquer prejuízo em sua relação com a instituição ou com a pesquisadora.
5. Apesar dos possíveis inconvenientes que procuraremos minimizar, as informações coletadas junto aos que livremente se dispuserem a responder o questionário e participar da entrevista trarão elementos relevantes para a compreensão dos jovens e adolescentes e podem contribuir para análises valiosas em pesquisa sobre valores, gênero, ciência e tecnologia. Além disso, as análises podem servir para formulação de políticas de gestão, reflexão na formação dos professores e avanço no conhecimento da teoria usada como base.
6. O acesso aos resultados da pesquisa se dará por meio de artigos científicos publicados em congressos e pelo site <http://www.ppge.ufscar.br/>.
7. Esta pesquisa realiza-se no âmbito de um programa de pós-graduação, no nível de doutorado, numa instituição de ensino pública. Portanto, será acompanhada, em todas as suas fases, por um professor orientador, com título de Doutor em Educação.
8. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o endereço eletrônico do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.



---

Pesquisador: Erika Giacometti Rocha Berribili  
erikagiacometti@ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de participação na pesquisa e concordo. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905. São Carlos – SP. Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: [cephumanos@power.ufscar.br](mailto:cephumanos@power.ufscar.br)

São Carlos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

---

Assinatura do participante

Nome completo do  
participante: \_\_\_\_\_

RG do participante: \_\_\_\_\_

e-mail usado que será usado na pesquisa



---

### *Apêndice C – TCLE para pais autorizarem filhos (impresso)*

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 Fone: +55 (16) 3351-8356. CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil /  
e-mail: secppge@ufscar.br

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o Participante (pais)

**9.** Você foi selecionado por ser responsável pela estudante que participou da pesquisa em Educação, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, cujo título é “Análise da influência de estereótipos sexistas no processo educacional de adolescentes mulheres para a Ciência e a Tecnologia”.

**10.** A participação nesta pesquisa não é obrigatória e consistirá em responder questões de uma entrevista (áudio) para levantar o perfil dos adolescentes e jovens sobre a escolha de determinadas carreiras e a relação dessa escolha com a questão do gênero.

**11.** Por se tratar de uma pesquisa realizada na esfera educacional com abordagem qualitativa-quantitativa, os principais desconfortos que podem surgir quando entrevista gravada ou quando questionário aplicado com muitas questões. Tais instrumentos eventualmente poderão também trazer desconfortos ocasionados pelo possível caráter pessoal das perguntas, cansaço, vazamento de informações pessoais, possíveis danos de ordem moral ou material.

**12.** Por outro lado, o sigilo em relação à identidade do participante será mantido em todas as fases da investigação de modo a assegurar a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Assim, afirma-se o compromisso de que:

- a. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação;
- b. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Sendo assim, o pesquisador responsável compromete-se a proteger as informações coletadas, uma vez que o acesso a elas é restrito ao pesquisador e seu orientador na instituição proponente. O pesquisador responsável compromete-se, ainda, a preservar a identidade do participante não mencionando nomes na redação e divulgação dos resultados da pesquisa;

- c. A participação nessa pesquisa não implicará em quaisquer despesas ou gastos por parte do participante. Contudo, caso eventuais despesas possam decorrer de sua participação, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável;
- d. Em caso de eventuais danos que possam ocorrer em decorrência da participação na pesquisa, a indenização será garantida conforme decisão judicial ou extrajudicial.

**13.** Se considerar inapropriada e inconveniente esta pesquisa, você pode interrompê-la a qualquer momento, sem qualquer prejuízo em sua relação com a instituição ou com a pesquisadora.

**14.** Apesar dos possíveis inconvenientes que procuraremos minimizar, as informações coletadas junto aos que livremente se dispuserem a responder o questionário e participar da entrevista trarão elementos relevantes para a compreensão dos jovens e adolescentes e podem contribuir para análises valiosas em pesquisa sobre valores, gênero, ciência e tecnologia. Além disso, as análises podem servir para formulação de políticas de gestão, reflexão na formação dos professores e avanço no conhecimento da teoria usada como base.

**15.** O acesso aos resultados da pesquisa se dará por meio de artigos científicos publicados em congressos e pelo site <http://www.ppge.ufscar.br/>.

**16.** Esta pesquisa realiza-se no âmbito de um programa de pós-graduação, no nível de doutorado, numa instituição de ensino pública. Portanto, será acompanhada, em todas as suas fases, por um professor orientador, com título de Doutor em Educação.

**17.** Você receberá uma cópia deste termo onde consta o endereço eletrônico do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.



---

Pesquisador: Erika Giacometti Rocha Berribili  
erikagiacometti@ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905. São Carlos – SP. Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: [cephumanos@power.ufscar.br](mailto:cephumanos@power.ufscar.br)

São Carlos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Nome completo do Participante e RG:

---

E-mail:

---

Telefone:



---

Assinatura do participante

*Apêndice E – TCLE para Professor/Educador*

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 Fone: +55 (16) 3351-8356. CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil /  
e-mail: secppge@ufscar.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação do Professor/Educador

1. Você foi selecionado para participar da pesquisa em Educação, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. O título da pesquisa é “Análise da influência de estereótipos sexistas no processo educacional de adolescentes mulheres para a Ciência e a Tecnologia”.
2. A participação nesta pesquisa não é obrigatória e consistirá em responder questões de uma entrevista em áudio para auxiliar o levantamento do perfil dos adolescentes e jovens sobre a escolha de determinadas carreiras e a relação dessa escolha com a questão do gênero.
3. Por se tratar de uma pesquisa realizada na esfera educacional com abordagem qualitativa e/ou quantitativa, os principais desconfortos que podem surgir relacionam-se à aplicação da entrevista gravada ou ao preenchimento de questionário. Tais instrumentos eventualmente poderão trazer desconfortos ocasionados pelo possível caráter pessoal das perguntas, cansaço, vazamento de informações pessoais, possíveis danos de ordem moral ou material.
4. Por outro lado, o sigilo em relação à identidade do participante será mantido em todas as fases da investigação de modo a assegurar a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Assim, afirma-se o compromisso de que:
  - a. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação;
  - b. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Sendo assim, o pesquisador responsável compromete-se a proteger as informações coletadas, uma vez que

o acesso a elas é restrito ao pesquisador e seu orientador na instituição proponente. O pesquisador responsável compromete-se, ainda, a preservar a identidade do participante, não mencionando nomes na redação e na divulgação dos resultados da pesquisa;

- c. A participação nessa pesquisa não implicará em quaisquer despesas ou gastos por parte do participante. Contudo, caso eventuais despesas possam decorrer de sua participação, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável;
- d. Em caso de eventuais danos que possam ocorrer em decorrência da participação na pesquisa, a indenização será garantida conforme decisão judicial ou extrajudicial.

5. Se considerar inapropriada e inconveniente esta pesquisa, você pode interrompê-la a qualquer momento, sem qualquer prejuízo em sua relação com a instituição ou com a pesquisadora.

6. Apesar dos possíveis inconvenientes que procuraremos minimizar, as informações coletadas junto aos que livremente se dispuserem a responder o questionário e participar da entrevista trarão elementos relevantes para a compreensão dos jovens e adolescentes e podem contribuir para análises valiosas em pesquisa sobre valores, gênero, ciência e tecnologia. Além disso, as análises podem servir para formulação de políticas de gestão, reflexão na formação dos professores e avanço no conhecimento da teoria usada como base.

7. O acesso aos resultados da pesquisa se dará por meio de artigos científicos publicados em congressos e pelo site <http://www.pgge.ufscar.br/>.

8. Esta pesquisa realiza-se no âmbito de um programa de pós-graduação, no nível de doutorado, numa instituição de ensino pública. Portanto, será acompanhada, em todas as suas fases, por um professor orientador com título de Doutor em Educação.

9. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o endereço de e-mail do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.



---

Pesquisadora: Erika Giacometti Rocha Berribili  
erikagiacometti@ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de participação na pesquisa e concordo em minha filha participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905. São Carlos – SP. Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: [cephumanos@power.ufscar.br](mailto:cephumanos@power.ufscar.br)

São Carlos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_

Nome completo do Participante e RG:

---

E-mail:

---

Telefone:

---

---

Assinatura do participante

## Apêndice D – Questionário da pesquisa

### PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE ASSUNTOS GERAIS E ESCOLHA DE CARREIRA UNIVERSITÁRIA

Olá!

Estudantes que estão em idade de prestar vestibular (18 ou mais anos) estão sendo convidados para uma pesquisa em nível de doutorado para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Pretendemos descobrir o que os estudantes em geral sentem e pensam sobre uma série de questões sociais importantes e depois relacioná-las com noções de ciência populares. Não há respostas "certas" ou "erradas" aqui. A melhor resposta é sua opinião pessoal. Queremos descobrir como a opinião de estudantes está realmente dividida em relação a cada uma dessas importantes questões sociais. Devemos esclarecer que aqueles que patrocinam e produziram este estudo não aprovam ou desaprovam necessariamente as declarações nele contidas. As questões têm como base a escala de atitudes e opiniões desenvolvida por Adorno e colaboradores (1950) e outra por Crochik, usada em trabalho com colaboradores (2000, 2003, 2009). Trataremos de associar a problemas em Ciência e Tecnologia. Se o participante tiver menos de 18 anos e aceitar participar da pesquisa de forma voluntária, sua participação será com o esclarecimento e consentimento de pais ou responsáveis. Pode ser que algumas das questões causem certo desconforto, tais como a quantidade de questões a serem respondidas e o caráter pessoal de algumas delas e, por esta razão, não será obrigado(a) a continuar. O tempo médio para responder o questionário é de 10 minutos. Em nenhum momento será divulgado o nome ou contato dos participantes em qualquer fase do estudo. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos de caráter exclusivamente científico ou acadêmico. Os resultados poderão ser consultados no site <http://www.ppge.ufscar.br/> em março de 2020. Contamos com as importantes contribuições dos estudantes do início ao fim para uma análise precisa e válida. Atenciosamente,

A equipe de pesquisa/ 2019.

"Se tenho menos de 18 anos, aceito participar da pesquisa de forma voluntária com o esclarecimento e consentimento de meus pais ou responsáveis. Se tenho mais de 18, aceito contribuir livremente. Pode ser que algumas das questões me causem certo desconforto e, por esta razão, não serei obrigado(a) a continuar. Estou ciente também do objetivo da pesquisa que visa identificar valores relativos à escolha de carreira ou profissão. As respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado o nome dos participantes em qualquer fase do estudo. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos".

Sim[ ] Não[ ]

E-mail para envio do recibo de respostas \_\_\_\_\_

#### Escala de Atitudes e opiniões

**Classifique as afirmações, mostrando sua concordância ou discordância, marcando um x apenas em uma opção entre 1 e 6.**

C 01- O cientista vive uma vida afastada da vida geral da sociedade e precisa abrir mão da vida pessoal.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

C 02- Estudar as disciplinas de exatas é entediante.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

C 03- As Ciências e a Tecnologia são para poucos.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

C 04 – Além de outras condições, é necessário ter talento inato para tornar-se cientista.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

CE 05- Para compreender os princípios da Física ou Matemática seria preciso relacionar com experiências práticas.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

CE 06- Quando criança tive muito acesso a brinquedos como pipas, jogos de tabuleiro, construção de circuitos ou aparelhos mecânicos.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

CE 7- Satisfaço-me quando minhas respostas estão corretas, mesmo quando não entendo completamente.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

G 05- Mulheres têm mais jeito com as crianças e a casa.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

CE 8- Valorizo a organização e o capricho nos estudos, pois são fatores importantes para obter resultados.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

G 01- Homens lidam melhor com ciência e tecnologia no geral.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

G 02- Homens costumam ter melhor desempenho em matemática.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

G 04- É melhor assumir carreira menos desafiadoras para cuidar da vida pessoal e/ou familiar.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

G 03- Homens e mulheres podem cuidar da casa e dos filhos, mas a mulher lida melhor com isso.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

G 07- Homens são mais objetivos e impessoais.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

G 08- Mulheres são mais emocionais e trazem beleza e graça aos ambientes.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

G 08- Prefiro lidar com homens do que com mulheres no trabalho e em geral.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

I 01- Seria um ato de benevolência (bondade) se a nossa cultura pensasse meios de execução indolor para os criminosos.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

I 02- Há criminosos que não são recuperáveis, para esses deveria haver pena de morte.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

I 03- A violência atual decorre, principalmente, do fato da impunidade ser muito grande.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

I 04- A impunidade aos mais variados delitos e crimes é a pior forma de injustiça social.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

I 05- A realização profissional deve ser avaliada principalmente pela produtividade.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

I 06- Com os recursos científicos e tecnológicos de hoje somos mais livres que antigamente.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

I 07- O progresso tecnológico possibilitou mais igualdade social.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

I 08- O progresso possibilitou aumentar a expectativa de vida e assim a felicidade de todos.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

I 09- O adultério mostra a imaturidade do adúltero.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

I 10- A educação escolar deveria ser mais dirigida ao aprendizado de matérias imediatamente úteis no dia a dia.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

I 11- Um filho de pais separados terá mais problemas emocionais que um filho que tem pais que vivem juntos.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 01- Algum dia se provará talvez que a astrologia pode explicar muitas coisas.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 02- A obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar a nossas crianças.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 03- Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizade com pessoas decentes.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 04- O que este país necessita, primordialmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e devotos em quem o povo possa depositar a sua fé.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 05- Não se concebe nada mais baixo do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 06- Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os fortes.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 07- Só por meio do sofrimento se aprendem as coisas verdadeiramente importantes.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 08- A ciência tem o seu lugar, mas há muitas coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 09- Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 10- Todos devemos ter fé absoluta em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos acatar.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 11- Nenhuma pessoa decente, normal e em seu são juízo pensaria em ofender um amigo ou parente próximo.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 12- Deve-se castigar sempre todo insulto à nossa honra.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 13- A maioria de nossos problemas sociais estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos débeis mentais.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

F 14- Quando alguém tem problemas ou preocupações, é melhor não pensar neles e se ocupar de coisas mais agradáveis.

Discordo	1	2	3	4	5	6	Concordo
----------	---	---	---	---	---	---	----------

#### Questões sociodemográficas

1. Qual a sua idade? 16[ ] 17[ ] 18[ ] 19 a 25[ ] 26 ou mais[ ]
2. Qual seu gênero? Fem[ ] Masc[ ] Outro[ ] Prefiro não responder[ ]
3. Como você se considera? Branco[ ] Negro[ ] Pardo[ ] Asiático[ ] Indígena[ ] Prefiro não responder[ ]
4. Qual seu estado civil? Solteiro(a)[ ] Casado(a)/moro com um companheiro(a)[ ] Separado(a)/Divorciado(a)/Desquitado(a)[ ] Viúvo(a)[ ]
5. Qual a sua religião? Sem religião[ ] Católica[ ] Protestante ou Evangélica[ ] Espírita[ ] Candomblé ou Umbanda[ ] Outra[ ]
6. Possui algum tipo de deficiência? Sim[ ] Não[ ] Se sim, qual? \_\_\_\_\_
7. Tem filhos? Não tenho filhos[ ] Um[ ] Dois[ ] Três ou mais[ ]

8. Pretende cursar em um instituto ou universidade? Sim[  ] Não [  ]. Cite o curso que com certeza faria ou o que está cursando\_\_\_\_\_
9. O que te incentivou ou quais pessoas incentivaram a seguir carreira universitária ou profissão? É permitido marcar mais de um item.
- Pai [  ]. Mãe [  ]. Irmãos [  ]. Outros familiares [  ]. Amigos e pessoas da escola ou trabalho [  ]. Internet [  ].
10. Com base em 9, responda: Quais cursos indicaram?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
11. A internet influencia você a estudar uma área específica (blogs, sites especializados, canais de youtube, páginas em redes sociais)? Sim [  ] Não[  ] Não tenho certeza[  ].
12. Cite os canais ou sites ou blogs etc. que mais influenciam você.\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
13. Concordaria em participar de uma entrevista presencial ou via internet, caso seu perfil seja indicado?  
Sim[  ] Talvez[  ] Não[  ]
14. Poderia deixar um telefone para contato, por favor? Caso prefira e-mail, não tem problema. Usaremos o informado.
- \_\_\_\_\_
15. Poderia indicar um e-mail ou telefone de colega, amigo ou amiga que se enquadre nesta pesquisa? Se não puder, sem problema, mas seria muito útil, caso possa.
- \_\_\_\_\_

16. Até quando seu pai estudou?

- Não estudou.
- Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário).
- Da 5ª a 8ª série Ensino Fundamental (antigo ginásio).
- Ensino Médio incompleto (antigo 2º grau).
- Ensino Médio completo.
- Ensino Superior incompleto.
- Ensino Superior completo.
- Pós-graduação.
- Não sei.

17. Até quando sua mãe estudou?

- Não estudou.
- Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário).
- Da 5ª a 8ª série Ensino Fundamental (antigo ginásio).
- Ensino Médio incompleto (antigo 2º grau).
- Ensino Médio completo.
- Ensino Superior incompleto.
- Ensino Superior completo.
- Pós-graduação.
- Não sei.

18. Quais itens você possui? Marque todas que se aplicam.

- TV
- TV por assinatura
- DVD
- Videogame (consoles portáteis ou não)
- Rádio
- Telefone fixo
- Telefone celular
- Computador
- Notebook
- Tablet
- Acesso à Internet no celular
- Acesso à Internet banda larga (em casa)

19. Quantas horas por dia acessa a Internet?

- Mais de 9 horas por dia.
- Entre 7 e 9 horas por dia.
- Entre 5 e 7 horas por dia.
- Entre 3 e 5 horas por dia.
- Entre 1 e 3 horas por dia.
- Menos de 1 hora por dia.
- Não acesso

20. Quem mora com você? Pode marcar mais de um item.

- Pai e/ou mãe
- Esposo(a) Companheiro(a)
- Filhos(as)
- Irmãos(ãs)
- Outros parentes, amigos(as) ou colegas
- Moro sozinho(a)
- Outra situação

21. Em que tipo de escola você cursou ou está cursando o ensino médio?

- Somente em escola pública.
- Maior parte em escola pública.
- Somente em escola particular.
- Maior parte em escola particular.
- Somente em escola comunitária (indígena, quilombola ou outra).
- Maior parte em escola comunitária.

22. Você trabalha, ou já trabalhou, ganhando algum salário ou rendimento?

- Trabalho, estou empregado com carteira de trabalho assinada.
- Trabalho, mas não tenho carteira de trabalho assinada.
- Trabalho por conta própria, não tenho carteira de trabalho assinada.
- Já trabalhei, mas não estou trabalhando.
- Nunca trabalhei.
- Nunca trabalhei, mas estou procurando trabalho.

23. Qual área profissional deseja seguir?

- Ainda não escolhi.
- Profissão ligada às Engenharias/Tecnológicas/ Matemáticas.
- Profissão ligada às Ciências Humanas.
- Profissão ligada às Artes.
- Profissão ligada às Ciências Biológicas e da Saúde.
- Militar
- Não vou seguir nenhuma profissão.

Agradecemos muito a colaboração.

## *Apendice E – Convite de Pesquisa*

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 Fone: +55 (16) 3351-8356. CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil / e-mail: secppge@ufscar.br



### **Convite de pesquisa**

Olá!

Estudantes que estão em idade de prestar vestibular (16 ou mais anos) estão sendo convidados para uma pesquisa em nível de doutorado para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos que tem como objetivo fazer um levantamento das características e valores relativos à escolha de carreira e/ou profissão. As questões têm como base a escala de atitudes e opiniões criado em 1950 por Theodor W. Adorno e colaboradores (1950) e também a Escala I desenvolvida por José Leon Crochík e usada em trabalho com colaboradores (2000, 2003, 2009). Trataremos de direcionar as análises para a relação entre gênero e a Ciência e Tecnologia.

Se o participante tiver menos de 18 anos e aceitar participar da pesquisa de forma voluntária, sua participação será com o esclarecimento e consentimento de pais ou responsáveis. Pode ser que algumas das questões causem certo desconforto, tais como a quantidade de questões a serem respondidas e o caráter pessoal de algumas delas e, por esta razão, não será obrigado(a) a continuar. O tempo médio para responder o questionário é de 10 minutos.

Em nenhum momento será divulgado o nome ou contato dos participantes em qualquer fase do estudo. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos de caráter exclusivamente científico ou acadêmico.

Os resultados poderão ser consultados no site <http://www.ppge.ufscar.br/> em março de 2020.

Contamos com as importantes contribuições dos estudantes do início ao fim para uma análise precisa e válida.

Iremos recolher uma lista com e-mail dos que desejam participar

Atenciosamente,

A equipe de pesquisa/ 2018.

## Anexos

### Anexo A – Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos



Continuação do Parecer: 3.051.622

Outros	formgoogle.pdf	12:17:50	Rocha Berribili	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_onlinepaisautorizando.pdf	24/11/2018 12:17:38	Erika Giacometti Rocha Berribili	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostocorreta.pdf	24/11/2018 12:01:15	Erika Giacometti Rocha Berribili	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_paisautorizando.docx	23/11/2018 21:27:50	Erika Giacometti Rocha Berribili	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_GE.docx	23/11/2018 21:27:22	Erika Giacometti Rocha Berribili	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_GD.docx	23/11/2018 21:27:13	Erika Giacometti Rocha Berribili	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_GA_GB_GC.docx	23/11/2018 21:27:05	Erika Giacometti Rocha Berribili	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Convite_de_pesquisa.docx	23/11/2018 21:26:40	Erika Giacometti Rocha Berribili	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	autorizacao_escola.docx	23/11/2018 21:26:27	Erika Giacometti Rocha Berribili	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO CARLOS, 06 de Dezembro de 2018

Assinado por:  
**Priscilla Hortense**  
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235  
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905  
UF: SP Município: SAO CARLOS  
Telefone: (16)3351-9683 E-mail: cephumanos@ufscar.br

Anexo B – Mapa da cidade com os pontos onde a pesquisa foi aplicada

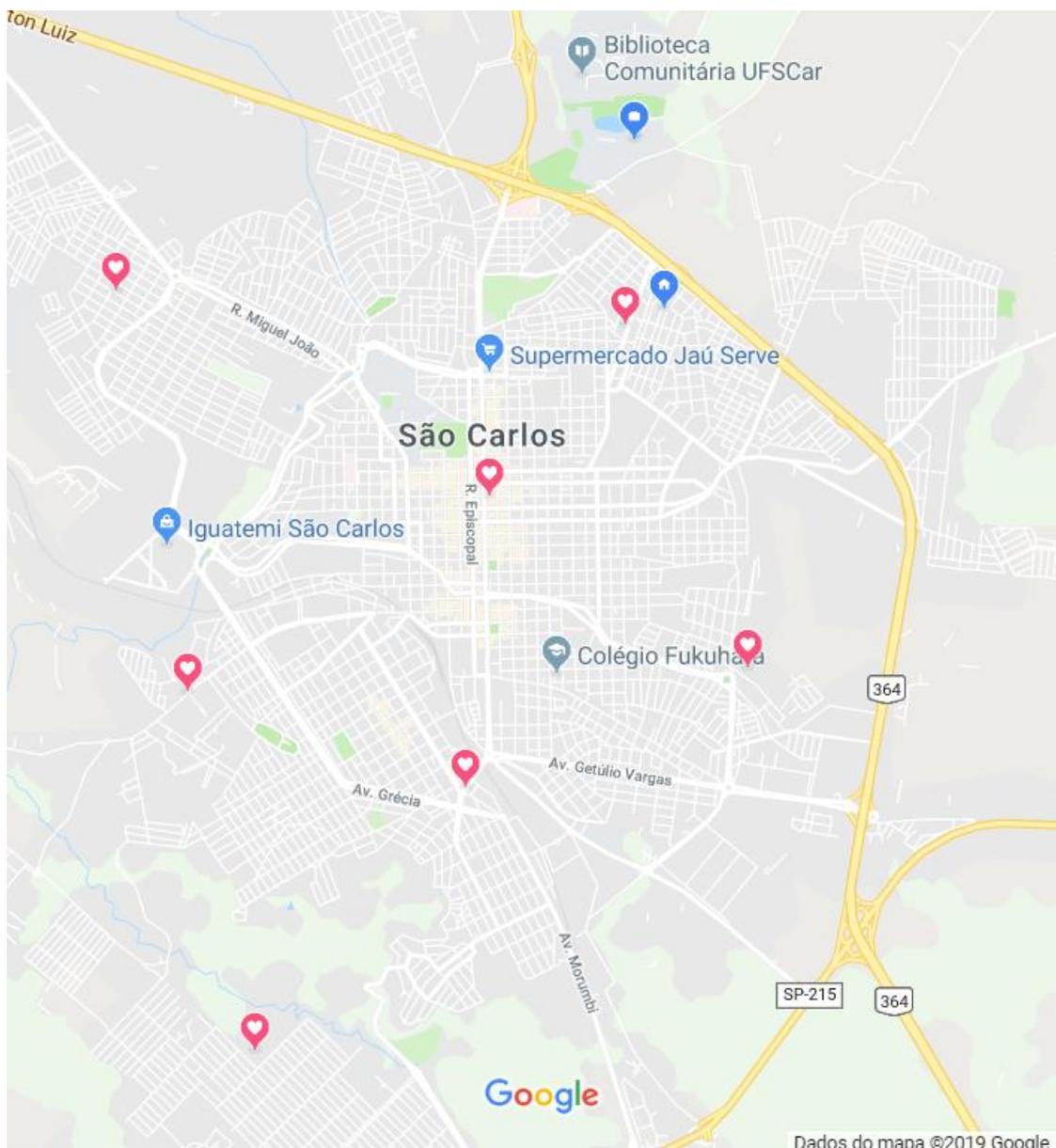


Figura. 1. Mapa de São Carlos-SP com pontos vermelhos onde a pesquisa foi aplicada

*Anexo C – Indicador de Nível Socioeconômico dos alunos das Escolas de Educação Básica (Inse)*

Descrição
Nível I - Até 20: Este é o menor nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma geladeira e um quarto para dormir, não há banheiro ou televisão; pode ou não possuir um telefone celular; não há renda familiar mensal; os pais ou responsáveis não sabem ler e escrever, nunca estudaram ou não completaram o 5º ano do fundamental.
Nível II - (20;40]: Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão, uma geladeira, um ou dois telefones celulares, um banheiro e até dois quartos para dormir. Não possui máquina de lavar roupa ou computador entre seus bens. A renda familiar mensal é de até 1 salário mínimo; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) sabem ler e escrever tendo ingressado no ensino fundamental, completando ou não o 5º ano de estudo.
Nível III - (40;48]: Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como banheiro e até dois quartos para dormir, possuem televisão, geladeira, dois ou três telefones celulares; bens complementares como máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); a renda familiar mensal é entre 1 e 1,5 salários mínimos; e seus responsáveis completaram o ensino fundamental ou o ensino médio.
Nível IV - (48;56]: Já neste nível, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como dois ou três quartos para dormir, um banheiro, uma geladeira, três ou mais telefones celulares, e um ou dois televisores e; bens complementares como máquina de lavar roupas, micro-ondas, computador (com ou sem internet), um telefone fixo e um carro; bens suplementares, como freezer; a renda familiar mensal está entre 1,5 e 3 salários mínimos; e seus responsáveis completaram o ensino médio ou a faculdade.
Nível V (56;65]: Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em suas casas dois ou mais banheiros e três quartos para dormir, quatro ou mais telefones celulares, dois ou três televisores; bens complementares, como máquina de lavar roupas, um ou dois computadores (com ou sem internet), um telefone fixo, um carro, além de uma TV por assinatura; bens suplementares, como freezer e um aspirador de pó; não contratam empregada mensalista; a renda familiar mensal está entre 2,5 a 7 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram o ensino médio ou a faculdade.
Nível VI (65;76]: Neste nível, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares, com três ou mais quartos de dormir em suas casas, três ou mais televisores; bens complementares, como uma máquina de lavar roupas e dois ou mais computadores (com ou sem internet), um telefone fixo, uma TV por assinatura e, um ou dois carros; bens suplementares, como freezer e um aspirador de pó; contratam, empregada mensalista; a renda familiar mensal é entre 7 e 20 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram a faculdade.
Nível VII - (76;84]: Este é o segundo maior nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares, como quatro ou mais quartos, uma ou duas geladeiras e três ou mais televisores, por exemplo; bens complementares, como duas ou mais máquina de lavar roupas, três ou mais computadores (com ou sem internet), dois ou três carros e TV por assinatura; bens suplementares, como nenhuma ou uma máquina de lavar louça; contratam, também, empregada mensalista; a renda familiar mensal está acima de 20 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram a faculdade.
Nível VIII - Acima de 84: Este é o maior nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares, como quatro ou mais quartos, duas ou mais geladeiras e três ou mais televisores, por exemplo; bens complementares, como duas ou mais máquinas de lavar roupas, três ou mais computadores (com ou sem internet) e quatro ou mais carros; maior quantidade de bens suplementares, tal como duas ou mais máquinas de lavar louça; contratam, também, empregada mensalista; a renda familiar mensal está acima de 20 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram a faculdade.

Fonte: Ministério da Educação, INSE (2014).